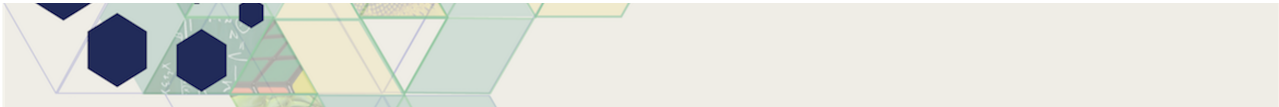


Mostra de Extensão e Cultura



(IM)PACTOS: O ENVELHECER EM UMA ILPI E O SER ESTUDANTE DE PSICOLOGIA.

LIMA, Lucas de Moura, lucasmourapsic@gmail.com¹

CARVALHO, Jeane Santos¹

VINHAL, Joice Macedo¹

DAMIÃO, Mariana Jonas¹

MARINHO, Tacila da Costa¹

LEMOS, Moisés Fernandes¹

FERREIRA, Frederico Guerreiro¹

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão - Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O trabalho aqui apresentado é fruto das experiências e reflexões vivenciadas na execução da ação de extensão “Apoio Psicológico à Terceira Idade: Suporte Técnico à uma Instituição de Longa Permanência de Idosos de Catalão-GO” (IBIOTEC – CA – 21), realizada no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017. Apresentamos as atividades desenvolvidas com o foco voltado para as vivências, os impactos e pactos do contato com a ILPI e principalmente com os idosos assistidos pela instituição, com os integrantes da ação. As reflexões apontam para um encontrar-se com a velhice e a institucionalização, visto a necessidade de construir recursos internos que deem conta dessa realidade, para se pensar a formação humana do profissional de Psicologia e de saúde.

Palavras-chave: ILPI, Psicologia, Idosos, Qualidade de Vida.

1. INTRODUÇÃO

O início começa e às vezes não nos damos conta de tudo que já aconteceu, já vivemos. Vive-se e assim as coisas passam e permanecem. Fruto das experiências vividas pelos acadêmicos do curso de Psicologia da UFG/RC, integrantes do Programa de Voluntários de Extensão e Cultura (PROVEC), este trabalho discute a ação de extensão “Apoio Psicológico à Terceira Idade: Suporte Técnico à uma Instituição de Longa Permanência de Idosos de Catalão-GO” (IBIOTEC – CA – 21), realizada no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

As ações foram desenvolvidas com o objetivo de prestar suporte psicológico e promover o bem-estar dos idosos atendidos pela ILPI. Com esse fim realizamos atividades de oficina, tais como: contação de história, sessão de fotografia, rodas de conversas sobre a vida, pintura, jogos de mesa, desenhos livres, dentre outros. Fizemos também, no segundo momento da ação de extensão, escuta ativa das narrativas de vida dos internos. Nós nos dividimos, e cada idoso interessado em contar sobre sua história descreveu sobre si, o que interveio no que somos também. Tocamos, fomos tocados. Ouvimos, sentimos, experimentamos e mantivemos no propósito de promover bem-estar psicológico ao idoso atendido.

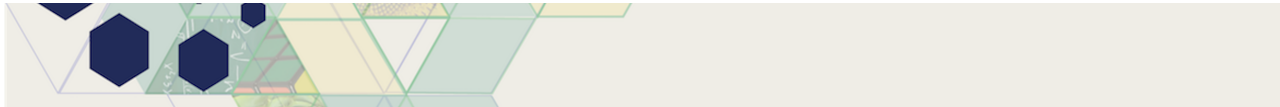
A prestação de serviços foi também para nós. Ela nos representou e nos impulsionou. O processo

da vida: criança, adolescente, adulto, velhice; não foi só descrito. Vivenciamos a realidade do descaso, do abandono, da rejeição. Aprendemos a dor que ela provoca, ainda que em um corpo que não o meu, aprendemos a ouvir lágrimas. Olhar silêncios, cheirar. Aguçamos o olfato. A ILPI ensina determinadas coisas que não são contadas e qualificadas em livros. O contato direto representa uma das maiores contribuições para a formação. Como disse Walter Benjamin, em seu texto *Experiência e pobreza* (Magia e técnica, arte e política. Ed. Brasiliense, 1994), sobre a necessidade da experiência e o empobrecimento de uma vida em que a mesma é negada. Fomos, vivenciamos, descrevemos, choramos, crescemos, sentimos. O campo de extensão permite ao acadêmico saltos incontáveis com todas as grandezas que lhe marcam. Fomos marcados.

Este presente trabalho pretende possibilitar a voz de quem ouviu vozes. Assim, por meio do olhar formativo de cada acadêmico voluntário do projeto, é que apresentamos esse relato de experiência.

2. METODOLOGIA

Na composição deste trabalho participaram cinco alunos voluntários do curso de Psicologia, um servidor técnico administrativo (formado em Psicologia), e um professor supervisor. Estes últimos



nos deram orientações durante o período que decorreu o projeto. As atividades foram desenvolvidas de uma a duas vezes por semana, no período de execução da ação, tanto as supervisões quanto os encontros na instituição.

A ILPI em que realizamos nossas atividades é mantida por meio da iniciativa de uma instituição filantrópica (Fundação Espírita), a qual recebe doações de pessoas físicas, jurídicas e subvenção do município. Os idosos atendidos pela instituição contribuem com sua permanência por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadorias, sendo suas contribuições, a principal fonte de renda da instituição. O regime de funcionamento é fechado, sem que as pessoas assistidas tenham autonomia para sair das dependências da instituição, exceto nos casos em que a família solicita a saída.

Durante a execução das ações, residiam 32 moradores na instituição, sendo 22 mulheres e 10 homens, com a média de idade de 70 anos. Os idosos da instituição encontram-se em diferentes níveis de dependência funcional e patologias. O fluxo de ingresso de novos usuários é contínuo e, as saídas, quando ocorrem, são motivadas por óbito, ou seja, até onde se tem conhecimento, raramente (um caso) foi registrado saída por iniciativa dos responsáveis pela internação ou outros motivos inespecíficos.

O método de trabalho adotado na oferta do apoio psicológico tem inspiração na teoria de grupo de Pichon-Rivière (2000), com o interesse em proporcionar aos idosos abrigados melhoria na interação, no pertencimento ao grupo e aceitação da nova condição de vida. Observamos as condições estabelecidas pela Resolução 466/2012 e Resolução 501/2016, ambas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por se tratar de procedimentos realizados com seres humanos.

Foram desenvolvidos momentos de escuta ativa, com atenção a narração de história de vida dos idosos. A partir de uma sucessão de encontros nos grupos, percebemos a necessidade de um acompanhamento mais individualizado para aqueles idosos que apresentavam maior afastamento do grupo, rebaixamento de humor e qualitativo declínio funcional. Nesse sentido, Freitas (2010), situa que

Dentre as atividades propostas pelas ILPIs que objetivam o aumento da resiliência entre os idosos, é de extrema importância que a equipe multiprofissional apresente propostas de atividades lúdicas, terapêuticas e sociais no resgate da resiliência do idoso (FREITAS, 2010, p. 69).

Os métodos recorridos para o resgate da memória e história de vida dos idosos basearam-se

na escuta de relatos vivenciados e contados pelos idosos. Foram feitas escutas terapêuticas individuais e coletivas, momentos em que os internos falaram sobre os acontecimentos passados e presentes, as lições e aprendizados que eles tiveram dentro e fora da instituição. Foi necessária uma escuta sensível, sem julgamentos, empática, por parte dos alunos, em que fosse possível estabelecer um diálogo fluido com os idosos da instituição. Para Freitas (2010),

O planejamento global de atendimento de uma ILPI deve proporcionar ao idoso a oportunidade de mudanças adaptativas que promovam equilíbrio entre ganhos e perdas inerentes ao envelhecimento (FREITAS, 2010, p. 72).

Também adotamos procedimentos de pesquisa-ação, avaliando a interação instituição-interno-aluno do projeto; a correspondência da instituição com as políticas públicas e normas vigentes para o cuidado de idosos residentes em ILPI; as condições materiais e relacionais para a manutenção e preservação da subjetividade dos internos, suas individualidades; além da divisão de responsabilidades com os setores competentes, no município, para a integração do cuidado na ILPI, bem como a fiscalização do serviço prestado (ENGEL, 2000).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das ações desenvolvidas na ação de extensionista e as experiências que vivenciamos nas atividades em grupo, no acompanhamento de suporte psicológico dos idosos, a escuta atenta as suas narrativas de vida, refletimos tanto sobre a importância da Psicologia junto a esse grupo populacional, quanto a inserção, os impactos e pactos, dos acadêmicos com os idosos, no espaço da instituição, das relações dos internos, do contato com o outro. Foi de extrema importância para compreender que é necessário um olhar, e depois outro olhar, mais amplo, de toda a sociedade para o idoso institucionalizado.

O processo inicial de inserção na ação nos colocou frente a uma nova realidade social, como acadêmicos do curso de Psicologia, sendo necessário buscarmos metodologias que abrangessem a realidade social na qual os idosos estavam inseridos. Mas, para além das metodologias, também foi preciso buscar recurso experiencial, interno, de cada um, para dar conta dessa realidade e também das relações ali construídas, que, como exclama o “seu V.”, ao chegarmos na instituição para mais um encontro, quando perguntamos quais eram as novidades, ele respondeu: “Ah, é a morte. A única novidade aqui é a morte”. Era preciso conseguir



suportar aquela realidade, para dar suporte aos idosos.

As visitas à instituição nos permitiram observar o quanto há de vida em cada um dos idosos, poder vê-los, perceber o quanto existe vida e desejo naquelas pessoas. Ouvir o indagar da “dona A.”, a respeito do seu cabelo que não cresce de jeito nenhum, desapercibendo (não recordando), que uma das cuidadoras, havia cortado há poucos dias. Há nela um desejo de um cabelo um pouco maior, como o desejo de comer pequi novamente, que segunda ela: “é a coisa mais maravilhosa do mundo!”. Ouvir o “senhor G.” dizer o quanto detesta gatos, e o quanto gosta de antigas músicas sertanejas. Sempre mostrando a beleza do seu relógio de pulso, tanto pelo tempo que se foi, dessa história bonita, quanto pelo tempo que lhe resta, sabemos, desconhecido.

Havia sempre algum morador que cita a morte como algo próximo, como se estivessem habituando-se a esse fato, não como algo tenebroso, mas como o próximo passo a ser dado. Às vezes, vista de forma indiferente, outras vezes como redentora. Falar sobre família e afetos com os idosos, parece feri-los mais gravemente que qualquer outro assunto abordado. No entanto, as memórias que eles carregam a respeito de tudo que já viveram e as pessoas com quem vivenciaram tais momentos são bastante lembradas e sentidas novamente, como se todas as emoções permanecessem intactas e provocassem as mesmas sensações.

A nossa experiência com as relações estabelecidas com cada um dos idosos da instituição foi muito emocionante, principalmente pelo fato de poder aprender com eles a respeito de afetos e sobre as memórias que eles trazem consigo. Os moradores ao relatarem suas experiências, trazem emoções, rememoram o passado, como se fosse hoje. Como numa conversa que tivemos com o “senhor V.”; que nos contou sobre o quanto não ter constituído uma família o afeta, nas palavras dele, a falta de uma família que o ame e o aconchegue, não só para cuidar dele, mas para que ele também possa amar. Ao conversar com a “C.” sobre coisas que valem muito dinheiro, ela mencionou que isso não importa, porque não fazem as pessoas felizes. Com a “D.” aprendemos a ser persistentes, mesmo com dificuldades. O aprendizado que obtivemos com os moradores da instituição, modificou os nossos modos de contemplar as relações pessoais.

Pudemos observar no dia-a-dia como a institucionalização vai gerando isolamento e redução na qualidade de vida, e um dos nossos desafios era conseguir nos comunicar com os idosos, uma vez que, nem sempre estavam receptivos para o contato interpessoal, ou possuíam perda da capacidade de comunicação oral. Sabe-se que há uma importância das relações sociais, e para os idosos isso também se

faz necessário, pois é por meio das relações estabelecidas que eles irão ter apoio social.

Nós também operamos como uma rede de apoio social para os idosos, sempre acompanhando como eles estavam, como estavam se sentindo, perguntando como tinha sido os dias, e pudemos ver aos poucos que eles iam nos reconhecendo e fomos tornando pessoas mais próximas deles. Mas mesmo para aqueles cuja memória não era mais capaz de nos guardar em recordações, que fosse para a semana seguinte, a alegria de se fazer um novo amigo era acalentadora.

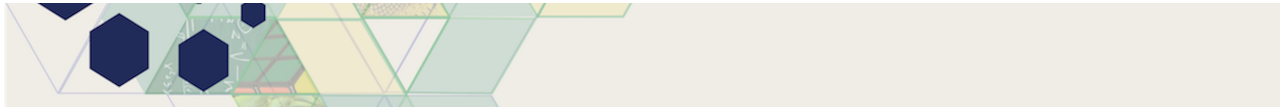
Com esta aproximação foi possível irmos mais a fundo no diálogo, a partir de uma relação de iguais, eles se sentiam livres para conversar conosco sobre o que queriam, e aos poucos os idosos iam relembrando de épocas de suas vidas que os marcaram bastante, de familiares que sentiam a falta, às vezes possuíam a percepção de tempo e espaço alteradas, oscilando entre passado e presente, mas ainda sim estavam dispostos a contarem de si.

O ato narrativo permite ao leitor ouvinte, ser construído na história. Quem ouve uma vida é refeito. Fomos refeitos e de várias maneiras, com várias histórias. Não era ouvir somente aquele a quem ouvíamos. Nas supervisões ouvíamos a vida de outros idosos, suas conquistas, dores, desafios, conflitos. Tudo aquilo movimentando o ser estudante de Psicologia, ser humano, ser pessoal. Ser eu, gente. As supervisões, espaços ricos de construções e trocas, engrandeceram e engrandecem o processo formativo para além dos muros acadêmicos. É o momento de nossa história ser contada, descrita e concebida.

A narração trouxe a ação de extensão um momento político-interventivo. Já não era mais possível pensar a ação sem intervir também em um sentido político. O campo de extensão nos olha e nós olhamos nele. Vimos o que precisa ser modificado e diante da realidade agimos. A aprendizagem trouxe a ação política como culminância. Como acadêmicos, humanos, sentimos e muito os relatos e o (des)cuidado dispensado aos idosos. Já não era mais possível não ver.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi a partir da ação de extensão que podemos compreender quais relações perpassavam no grupo, e sobre contribuições do projeto dentro da instituição. Uma das maiores contribuições da nossa participação no projeto foi o processo de troca entre a comunidade acadêmica e o grupo da instituição, assim possibilitando o fortalecimento do vínculo entre esses dois espaços, mas para além disso, proporcionando aos idosos a possibilidade de acesso ao trabalho de saúde mental.



No decorrer da nossa participação pequenos fatos nos motivavam a nos interessar em dar continuidade no projeto, como por exemplo, a diferença que nossa participação fazia para os idosos, que a partir das atividades realizadas lembravam momentos que foram marcantes nas suas vivências. Esses acontecimentos nos fizeram questionar qual era nosso papel como profissionais de Psicologia dentro de uma Instituição de Longa Permanência de Idosos e muito mais, a nossa postura como seres humanos, diante de outros seres humanos.

Durante toda nossa participação varias foram as questões advindas do processo de envelhecer, mas que naquele espaço nos fizeram refletir que o idoso perde a autonomia que possuía durante toda a vida, passa a assumir o posto de receber cuidados, tornando-se dependente de outros. O idoso perde o papel social, o cuidado familiar, assim o encontro com a solidão torna-se constante.

Realizar as atividades na instituição, foi proporcionar qualidade de vida, foi despertar sorrisos, ganhar abraços sinceros. Foi ficar entre a necessidade de ir embora e a vontade de ficar só mais um tempinho, foi se deparar diversas vezes com a própria fraqueza, mas mesmo assim ainda ter forças para pegar um ônibus e voltar na semana seguinte para verificar se estava tudo bem, porém, o mais importante foi aprender interpretar que cada gesto, cada olhar ou apenas um simples sorriso significavam que a nossa participação proporcionava bem estar aos idosos.

A importância da escuta, disponibilizada aos idosos, nos agregou conhecimento e validação da fala dos internos abrigados. Ouvir deles seus desejos e necessidades, nos fizeram voltar-nos para as nossas realidades.

Fomos vendo aos poucos a perda de autonomia dos idosos, a despersonalização com o processo de institucionalização, o abandono das famílias, e tentamos ir trabalhando aos poucos estas questões. Alguns não queriam sair de lá, pois achavam que era um lugar bom, alguns achavam que estavam presos ao local e queriam ir embora, e chegamos a ouvir que para sair dali só se fosse morto. Outros nem sabiam que não poderiam sair, construindo para si a ideia de que estavam lá a passeio, ou a trabalho. São histórias que nos chamam a atenção e nos emocionam, mas como lidar com estas questões, como prestar um apoio quando você não se vê na condição de fornecer algo para além da escuta?

Envelhecer com qualidade de vida é um desafio para os profissionais da saúde refletirem, e com este trabalho, acreditamos que vivemos estes momentos, fornecemos apoio e uma escuta sensível que visava promover o bem-estar dos idosos.

A ação nos proporcionou a troca e ampliação de conhecimentos, experiências pessoais, mas também acadêmicas, como por exemplo, os momentos de grupo de estudo, reuniões e apresentações de artigos em eventos científicos. Participar do projeto foi almejar mudanças inalcançáveis, e mesmo assim querer desesperadamente que elas acontecessem.

A experiência de participar desse projeto foi transformadora tanto do ponto de vista acadêmico e profissional, quanto pessoalmente. Cada pessoa com quem convivemos deixou em nós uma parte da sua história de sonhos, alegrias e tristezas, mas também nos fez pensar em perspectivas, superação e aprendizagem; que ainda há vida para ser vivida, mesmo que a novidade seja a morte!

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**.v.1, Ed. Brasiliense, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, que estabelece as normas para a realização de pesquisas com seres humanos nas Ciências Sociais e Humanas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 12 de dezembro de 2012, Brasília, DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 501 de 07 de abril de 2016, que estabelece as normas para a realização de pesquisas com seres humanos nas Ciências Sociais e Humanas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 07 de abril de 2016, Brasília, DF.

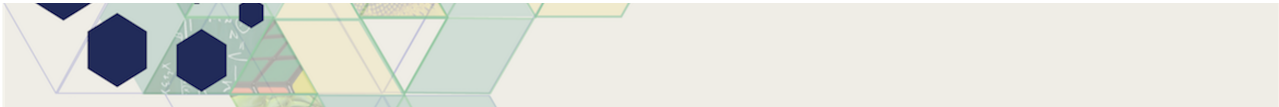
ENGEL, G. **Pesquisa-ação**. Curitiba, 2000. p.181-191.

FREITAS, D. C. de C. V. Vulnerabilidade e resiliência em idosos institucionalizados. **Revista Kairós, caderno temático 7**, junho de 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairós/article/view/3923/2563>. Acessado em: 19/08/2017.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”



A COMUNICAÇÃO COMO UMA FERRAMENTA EFICAZ NA GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Caixeta, Ádria Maria da Rocha, adriarocha001@hotmail.com¹

Neto, Denísia Ribeiro, denisia.neto@gmail.com²

Silva, Fabiana Divina da, fabianadivsilva@gmail.com³

Maciel, Jorge Luiz Lopes, jolmaciel@uol.com.br⁴

Elias, Roberta Almeida, robertaellias@gmail.com⁵

Lucas, Sulamita da Silva, sulamita-lucas@hotmail.com⁶

^{1, 2, 3, 4, 5, 6} Universidade Federal de Goiás (UFG) / Regional Catalão

Resumo: Frente às inúmeras mudanças que têm ocorrido nas organizações, uma recebe posição de destaque pela sua importância: a Comunicação. A comunicação eficaz é a Competência cada vez mais exigida no ambiente de trabalho, principalmente quando se fala de comunicação e seus ruídos na relação entre líderes e subordinados. A Habilidade de persuasão seja ela na escrita ou na fala tornou-se um diferencial competitivo. Ferramentas de gestão focadas em uma Comunicação clara e objetiva começa a direcionar as relações organizacionais, o feedback é uma delas. Existem ainda outras ferramentas importantes neste cenário com a finalidade de promover um ambiente interno altamente estimulador. Nas organizações tem-se exigido uma comunicação mais assertiva, realizando avaliações tanto em processos seletivos e durante o desenvolvimento dos profissionais. Neste sentido, o trabalho proposto tem como objetivo demonstrar a utilização destas ferramentas, bem como expor a importância da comunicação dentro de uma organização. Foi realizada uma pesquisa que gerou um estudo de caso em uma indústria automobilística situada na cidade de Catalão- GO.

Palavras-chave: Comunicação. Competência; Habilidade. Feedback.

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1. INTRODUÇÃO

Diante das novas tendências corporativas, uma das mais importantes é a Comunicação. Um bom planejamento de comunicação deve basear-se na clareza, transparência e simplicidade da linguagem para alcançar a compreensão dos funcionários e conquistar o comprometimento da equipe. Os processos mais estratégicos para a consolidação de uma organização no mercado é a forma como ela se comunica interna e externamente.

Existem ferramentas a serem utilizadas para que haja uma boa comunicação interna, tais como: folhetos, quadros de aviso, Internet, entre outros. É importante ressaltar que as ferramentas e os processos de comunicação, quando bem explorados, podem se tornar fatores de motivação para os colaboradores. Através destas ferramentas de comunicação que as empresas têm à disposição, pode-se, por exemplo, conhecer a opinião, os sentimentos e aspirações dos integrantes da organização, melhorando a integração entre empresa e funcionários.

Tem surgido uma nova tendência dentro do contexto corporativo, o chamado Endomarketing que busca a adaptação de estratégias e elementos do marketing tradicional, normalmente utilizado no

meio externo às empresas, para uso no ambiente interno das corporações.

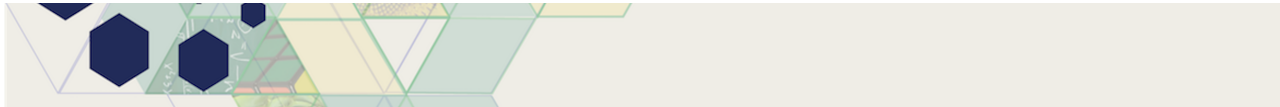
O Endomarketing deve ser trabalhado como uma ferramenta de comunicação e integração permanente. A linha de comunicação deve estabelecer um amplo sistema de informações capaz de dar subsídios para que todos possam cumprir suas tarefas com eficiência.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado tem por objetivo geral demonstrar a importância de uma Comunicação Corporativa eficiente dentro de uma organização, especificando quais as ferramentas que podem ser utilizadas para a melhoria da mesma, bem como demonstrar como podem ser feitas suas aplicações, de forma a interagir empresa e funcionários, para um bem comum.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos de Comunicação Corporativa

O termo “Comunicação” deriva do latim *communis* e significa “tornar comum” e o termo “Corporativa” também deriva do latim *corpus* que significa “corpo”, mas no sentido de ‘todo’. Tais



termos, em conjunto, relacionam-se à ideia de harmonia para que haja a máxima eficiência e eficácia possível no que se refere às relações entre organizações e grupos (CASADO, 2002).

Comunicação implica a relação entre a parte que transmite e a parte que compreende. Enquanto não for transmitida e entendida por outros, uma grande ideia não passa de algo inútil. “Comunicar significa também repartir, compartilhar, é ação entendida como um processo de socialização e de evolução humana tanto em forma como em conteúdo” (CASADO, 2002, p.272).

Para Casado (2002) a comunicação provoca a relação entre o transmissor e receptor, e passa a ter sentido somente depois de transmitida, somente assim será útil. A comunicação pode ser entendida como compartilhar algo com alguém.

Uma eficiente Comunicação pode ajudar a construir a reputação de uma empresa; a posicionar a “marca” na mente do consumidor; ajudar a agregar valor ao produto e ao negócio; ajudar a oferecer informações da empresa ao mercado e gerar atitude favorável dos diversos segmentos de público para as iniciativas da empresa.

Dentro da Comunicação Corporativa, a empresa precisa ter em mente que ela só irá funcionar se atingir todo o seu público-alvo. A Comunicação Institucional, interna e a de marketing são ações que necessitam estar integradas, visando manter a uniformidade.

2.2 O processo de comunicação

O ponto de partida do processo de comunicação é um propósito na forma de mensagem a ser transmitida. Para Chiavenato (2004) a mensagem tem um fluxo que vai de uma fonte (o emissor) a um receptor. Portanto, a mensagem é decodificada e transmitida por uma mídia que é o canal até o receptor que traduz e codifica a mensagem do emissor. E o resultado é a transferência de significado de uma pessoa para outra.

Chiavenato (2004, p. 306) diz que o processo de comunicação é composto de sete partes, são elas:

- Fonte – é o emissor ou comunicador que inicia a comunicação por meio da decodificação de um pensamento.
- Codificação – uma mensagem precisa ser decodificada para ser transmitida.
- Canal – canal é o portador da mensagem.
- Decodificador – para que a mensagem seja recebida.
- Receptor – é o sujeito a quem a mensagem se dirige.
- Retroação – é o elo final do processo de comunicação, determina se a comunicação foi ou não alcançada.

- Ruído – fatos que podem distorcer a mensagem

A comunicação surge como o ponto de ligação para que as pessoas compartilhem sentimentos, ideias, práticas e conhecimentos, ou seja, deve ser compreendida como um processo de troca entre duas ou mais pessoas levando em consideração todos os seus preceitos, valores e a cultura em que está inserida.

2.3 A comunicação na empresa

O contato direto é o meio de comunicação mais utilizado pelas organizações, é um meio que não pode ser substituído. De acordo com Lacombe (2005, p.22) “existem sinais e indícios, voluntários ou involuntários, que somente são proporcionados pelo contato direto: um gesto, um olhar, um franzir de testa, um sorriso, a postura ou o modo de se vestir”.

Para Lacombe (2005, p. 242) “a linguagem corporal proporciona informações que os outros meios não têm condições de dar”, trata-se da relação corpo-a-corpo, olhar para a pessoa e transmitir a mensagem olhando um no outro.

A empresa faz contato direto com os funcionários através de palestras, encontros pessoais, conversas formais ou informais, reuniões em comitês, trabalho, conversas no almoço, encontros fortuitos e até mesmo festas e comemorações internas na organização (LACOMBE, 2005).

Meios eletrônicos também já são utilizados nas grandes empresas, sendo que a intranet permite um compartilhamento de conhecimento muito grande, pois ela proporciona a colaboração entre os diversos setores da empresa através das trocas de informações que acontecem devido às aplicações de trabalho que muitas vezes são comuns a todos e também por ser um espaço democrático, ou seja, todos têm acesso a ela, desde que haja um computador a disposição.

2.4 A comunicação como fator de motivação

Os estudos da motivação ajudam a esclarecer as relações de trabalho (organizações–pessoas). Isto quer dizer que o interesse principal desses estudos é estabelecer as condições sob as quais se produz o desempenho das pessoas, considerando: o nível de esforço que elas empregam os direcionamentos de suas atividades, as metas organizacionais e a satisfação que a execução das atividades lhes proporcionam.

Bergamini (1997, p. 53) salienta motivação como “uma força propulsora que leva o indivíduo a satisfazer suas necessidades e desejos”. Para ele a motivação no trabalho eleva os recursos humanos, além de proporcionar satisfações pessoais e a realização dos objetivos da organização.



Segundo Megginson (1996, p.82) “a motivação é um processo de induzir uma pessoa ou um grupo, cada qual com necessidades distintas, a atingir os objetivos da organização, enquanto tenta também atingir os objetivos pessoais”.

A motivação se refere ao comportamento que é causado por necessidades dentro do indivíduo e que é dirigido em direção aos objetivos que podem satisfazer essas necessidades. Assim, o homem passou a ser considerado um animal dotado de necessidades que se alternam ou se sucedem conjunta ou isoladamente. Satisfeita uma necessidade, surge outra em seu lugar e, assim por diante, continua e infinitamente.

Para Matos (2004) à medida que o público interno faz uso de tais ferramentas, estes criam em si o sentimento de motivação, uma vez que estão sendo estimulados a participar do processo decisório da empresa, sentindo-se assim mais estimulados.

Neste prisma, a comunicação se torna agente na interação entre as áreas da empresa, facilitando a sinergia entre os diversos departamentos, gerando a humanização do ambiente e das relações de trabalho.

2.5 O endomarketing como ferramenta de comunicação organizacional

Segundo Bekin (2004, p.4) “a palavra grega éndon, significa ‘em, para dentro, dentro de’, exprimindo a posição ou a ação no interior de algo, o movimento de algo que caminha para dentro de si mesmo”. Isso caracteriza a visão de marketing para dentro. O surgimento do endomarketing deve-se também ao aumento da concorrência, desequilíbrio da demanda e oferta de bens e serviços, justamente em decorrência das inúmeras mudanças promovidas pela dinâmica da competição.

Bekin (2004, p.16) caracteriza o endomarketing da seguinte maneira: “Ações de marketing para o público interno (funcionários) das empresas e organizações” ou ainda “um processo cujo foco é sintonizar e sincronizar, para implementar e operacionalizar, a estrutura de marketing da empresa ou organização que visa ação-para-o-mercado”, tendo como objetivo “facilitar e realizar trocas construindo relacionamentos com o público interno, compartilhando os objetivos da empresa ou organização, harmonizando e fortalecendo estas relações”.

É importante saber a respeito dos objetivos, estratégias, metas e formas de atuação, pois só assim é possível começar a entender e atender os clientes externos de forma mais coerente e eficaz, diminuindo custos, tempo e possibilitando o surgimento de um clima interno mais harmônico no qual todos compartilham do mesmo senso de direção e de prioridades.

Kotler (2000) define endomarketing como a tarefa bem-sucedida de contratar, treinar e motivar funcionários competentes que desejam atender bem aos consumidores. Observa-se que o Endomarketing tem causado mudanças na cultura organizacional, que provocam transformações organizacionais eficazes.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada quanto aos objetivos pode ser classificada como mista, uma vez que foram apresentados e comentados os resultados após aplicação de um questionário. Para analisar as informações obtidas, foi utilizada uma análise descritiva nas respostas para compreensão e interpretação dos relatos de acordo com o referencial pesquisado.

Foi aplicado um questionário na empresa com a finalidade de se avaliar a eficiência da comunicação interna na mesma. A pesquisa envolveu desde a gerência até o setor de produção, totalizando 50 pessoas entrevistadas.

Para este estudo foi utilizado um questionário com perguntas de múltipla escolha o que possibilitou a análise da eficácia das ferramentas utilizadas pela empresa como uma forma de gestão dos recursos humanos. Foi apresentada ainda como fundamentação teórica a importância do endomarketing como ferramenta de comunicação organizacional.

Em relação aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário. As pesquisas bibliográficas de acordo com Silva (2004) são pesquisas que objetivam explicar um problema com base em contribuições teóricas já publicadas em outras obras (livros, revistas, jornais, teses, dissertações, etc.). Já o estudo de caso, é definido por Gil (2002), como estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O objetivo a ser pesquisado pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, ou até mesmo uma situação.

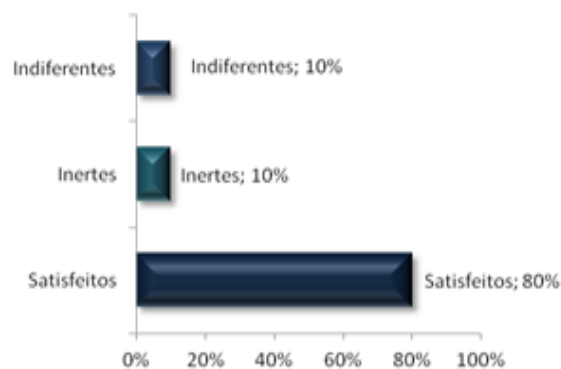
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar que este estudo visa apresentar a percepção do empregado tendo a comunicação interna como uma ferramenta que possibilita uma melhor compreensão dos processos internos e ainda como um elo entre a relação gestor x subordinado.

A figura abaixo mostra que cerca de 80% dos entrevistados consideram os meios de comunicação que são utilizados pela empresa como sendo eficientes. Os outros 20% disseram estar indiferentes e inertes em relação os canais que a empresa se comunica com eles, neste sentido conclui-se que

esses 20% demonstraram desinteresse pelas decisões tomadas pela empresa.

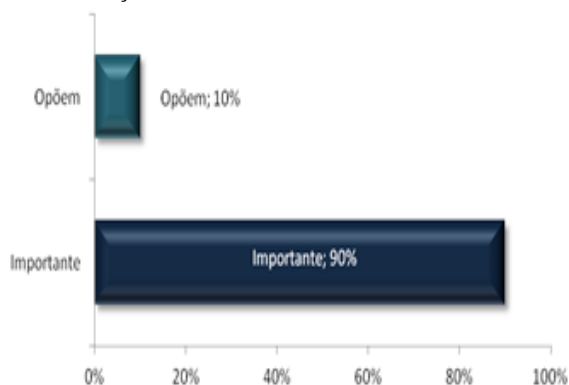
Figura 1. Eficiência das Ferramentas de Comunicação



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A figura abaixo apresenta que as ferramentas de comunicação tem valor reconhecido pelos entrevistados, já que 90% declararam que acham importante ter a comunicação interna dentro da empresa. Os 10% confirmam a falta de desinteresse dos empregados em relação as decisões tomadas pela empresa, conforme visto no figura 1.

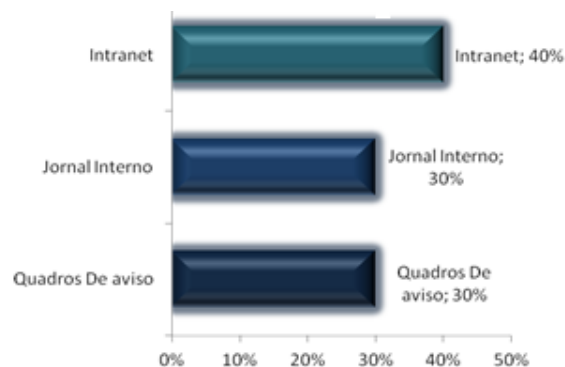
Figura 2. Importância da Ferramenta de Comunicação.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A figura 3 mostra a percepção dos empregados quanto a clareza e a eficiência dos canais de comunicação, onde 40% dos entrevistados disseram que a Intranet é a mais eficiente por contar com o auxílio do canal “A palavra é sua”, pelo qual os empregados podem postar reclamações e sugestões e ainda serem respondidos pelo setor em questão, além de ter a divulgação diária das decisões tomadas internamente.

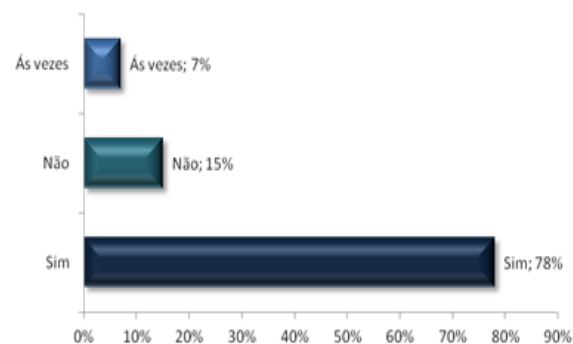
Figura 3. Preferência sobre as Ferramentas de Comunicação.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Ainda para comprovar se os canais de comunicação são eficientes foi questionado aos empregados se eles se sentiam informados em relação aos acontecimentos da empresa e quanto às políticas internas. Em contrapartida, obteve-se 78% das declarações como sendo positivas, 15% disseram que não se sentem informados e 7% disseram que em algumas situações são informados em outras não. No entanto, conforme mostrado na figura 1 e 2 onde teve-se um percentual de 20% e 10% de empregados que não se importam com a comunicação interna, é possível aceitar os 22% que não acham que a comunicação interna não seja eficiente.

Figura 4. Eficiência da Comunicação Interna.

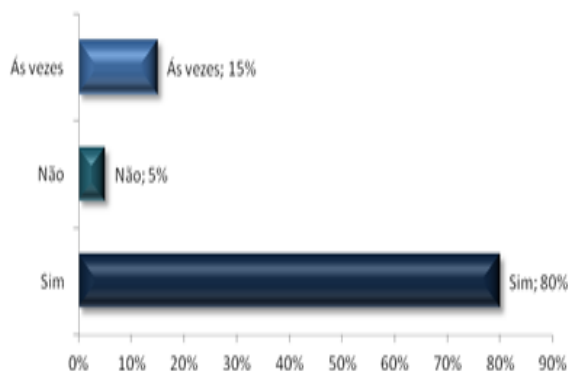


Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A comunicação interna dentro da empresa analisada se baseia em três canais, a Intranet, o Jornal Interno e os Quadros de Avisos. No entanto quem é responsável por divulgar as informações tomadas dentro dos setores desta empresa são os gestores de cada área. Por isto, avaliamos através da Figura 5 como o empregado avalia o conteúdo desta comunicação, se o gestor da área passa as informações com clareza e objetividade. Neste novo cenário proposto aos entrevistados descobrimos que 80% consideram objetivo o conteúdo que os gestores publicam e repassam a empresa. Os outros 20%, conforme foi visto em todas as análises acima, fazem parte dos que realmente não se interessam pelas

decisões tomadas, por isto, não souberam avaliar os canais de comunicação.

Figura 5. Eficiência na Comunicação com o Gestor.



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação atualmente é tida como uma ferramenta importante, na verdade estratégica, sendo responsável pelo crescimento contínuo de uma organização. A comunicação interna de uma organização tem como responsabilidade informar e motivar todos os cidadãos corporativos, ou também chamados de colaboradores de diferentes níveis hierárquicos, fazendo com que eles tenham maior contribuição para o alcance dos objetivos da empresa.

Não podemos deixar de ressaltar que o principal problema é a falta de canais de comunicação, isso influencia diretamente no fluxo de informações internas, que afeta todas as demais áreas da empresa. Para que a comunicação continue tendo um aspecto positivo para os empregados e contribua para a gestão das pessoas é de suma importância a utilização de mais canais de comunicação.

Feita a análise na empresa estudada, percebe-se que a empresa dirija seu foco em uma comunicação interna eficaz, mas ainda existem modificações a serem feitas para que se atinja o ideal de comunicação corporativa e na prática do endomarketing.

Tendo informado o objetivo deste, de mostrar a importância da Comunicação Corporativa, chega-se à conclusão de que esta é essencial para a sobrevivência de uma organização, pois funcionários motivados e em sintonia com os objetivos organizacionais é

sinônimo de ambiente de trabalho saudável, motivação contínua e qualidade garantida.

REFERÊNCIAS

BEKIN, S. F. **Endomarketing**: Como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

CASADO, T. **As pessoas na organização**. 3. ed. São Paulo: Gente, 2002.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira: Thomson Learning, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e Controle. 4ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos**: princípios de tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.

MATOS, G. G. **Comunicação sem complicação: como simplificar a prática da comunicação na empresa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MEGGINSON, et al. **Administração, conceito e aplicação**. São Paulo: Harbra, 1996.

RAMPONI, C. A. **A influência da cultura e da linguagem corporal no processo de negociação internacional: O caso do Japão e da China**. Monografia apresentada para conclusão do curso de Administração com habilitação em Comércio Exterior, ao Centro de Ensino Superior de Catalão – CESUC, 2005, Catalão – Go.

SILVA, C. R. O. E. **Metodologia e organização do projeto de pesquisa**: guia prático. Fortaleza: Cefetce, 2004.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NA HEMODIÁLISE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amarante, Luísa Fernandes, luisa-amarante@hotmail.com¹
Corrêa, Tiago Gonçalves, tiagocorrea1996@gmail.comemail¹
Sousa, Libna Raquel Barbosa, libnaraquel383@gmail.com¹
Pinheiro, Fernanda Duarte, fernandaduartepinheiro@outlook.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O presente trabalho é resultado do projeto: Hemodiálise como Campo de Extensão, realizado em um Hospital privado do sudoeste goiano conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os pacientes que dependem do tratamento dialítico sofrem de Insuficiência Renal Crônica (IRC), a doença e suas manifestações causam diversas alterações na vida do paciente, bem como de sua família. A Hemodiálise é um tratamento que gera impactos físicos e psíquicos ao paciente, tais como: sentimentos de culpa, mudanças nos hábitos alimentares, alterações corporais etc., assim, é fundamental o apoio psicológico aos indivíduos que vivenciam esta realidade. Desta forma, a psicologia ao adentrar o contexto hospitalar tem como um dos principais objetivos é ajudar o paciente a lidar com os impactos e entraves advindos pelo adoecimento, tratamento e hospitalização. O psicólogo deve reconhecer o paciente para além da doença, buscando lhe compreender em sua totalidade, considerando seus sentimentos, medos e angústias. Para tanto é indispensável o trabalho multiprofissional, que permite o entendimento do sujeito nos aspectos físicos, psíquicos e sociais. O trabalho realizado na instituição tem como um dos principais objetivos propiciar melhor qualidade de vida ao paciente renal crônico. Os atendimentos acontecem semanalmente no próprio leito enquanto os pacientes realizam processo de hemodiálise, têm duração média de uma hora, posteriormente ocorre à supervisão com o professor coordenador do projeto. O projeto de extensão, além de nos proporcionar maior capacitação profissional, nos permite aprender a olhar o outro com empatia, bem como compreender com um olhar mais humano as singularidades de cada um.

Palavras-chave: Hemodiálise. Psicologia Hospitalar. Acompanhamento Psicológico.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho advém do Projeto: Hemodiálise como Campo de Extensão. Este foi realizado em um Hospital privado do sudoeste goiano, sendo tal instituição conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O setor em que o projeto foi desenvolvido atende uma média de 200 pacientes por semana, que se deslocam de várias cidades para a referida instituição objetivando realizar a hemodiálise.

A ideia de ampliar o quadro de profissionais responsáveis pelo setor com a inserção de estagiários se dá com o intuito de aumentar as possibilidades de acolhimento dos pacientes e de suas formas particulares de reagir ao processo dialítico que é longo e exaustivo, tanto fisicamente quanto emocionalmente.

A Insuficiência Renal Crônica (IRC), assim como toda forma de adoecimento, representa uma experiência singular. Durante o processo de tratamento, o paciente se depara com a sensação de finitude e esta causa espanto e sintomas nada previsíveis tanto para a equipe quanto para o próprio paciente.

A IRC é uma patologia com um elevado índice de morbidade e óbitos. Tal doença traz diversas alterações na vida do paciente e de seus familiares.

O tratamento mais recomendado e utilizado para pacientes com a IRC é a submissão às sessões de Hemodiálise, que são rotineiramente realizadas três vezes na semana, em dias alternados, durando em média 4 horas cada sessão. Os objetivos de tais procedimentos é limpar e filtrar o sangue, almejando assim estabilizar a pressão arterial para que possa ocorrer uma homeostase no corpo.

A hemodiálise não se configura como um tratamento para curar a IRC. Este procedimento é realizado na tentativa de estabelecer um equilíbrio em relação ao funcionamento e manutenção do organismo, proporcionando uma melhor qualidade de vida para os pacientes.

Entretanto, as sessões de Hemodiálise são um tratamento que gera diversos impactos físicos e psíquicos. Assim, faz-se necessário e fundamental oportunizar apoio psicológico aos indivíduos que vivenciam esta realidade. Destarte, é necessário amparar os familiares dos pacientes e também a equipe de saúde, para que estes tenham melhores condições em lidar com este adoecimento crônico.

Desta forma, a psicologia, ao adentrar o contexto hospitalar, tem como um dos principais



objetivos ajudar o paciente a lidar com os impactos e percalços advindos pelo adoecimento, tratamento e hospitalização.

O psicólogo, como parte da equipe, deve ter como pressuposto reconhecer o paciente para além da patologia que o acomete, ou seja, cabe a nós profissionais da saúde mental compreendê-lo em sua totalidade, atentando-nos para seus medos, frustrações, vivências; entendê-lo com um ser que está inserido num contexto próprio e apresenta particularidades, para que então seja possível auxiliá-lo durante o processo de adoecimento.

Em situações de doenças crônicas, como é o caso da IRC, o atendimento e acompanhamento psicológico configura-se como elementos ainda mais importantes, visto que a cronicidade impede reorganização de vida tanto para o sujeito quanto para seu ciclo social. Hábitos alimentares, rotinas laborais e o cotidiano precisam ser reconfigurados e adequados às novas condições que são postas pelo adoecimento e por seu tratamento.

O profissional de psicologia deve ter como foco as percepções e sentimentos que se desenvolvem nos pacientes advindos das patologias orgânicas, objetivando assim atribuir humanização e bem-estar ao processo de adoecimento.

No ano 2000 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) promulgou a Portaria nº 82, que estabelece a obrigatoriedade da presença do psicólogo para abertura e funcionamento de clínicas ou hospitais que realizam o processo de Hemodiálise.

O projeto de extensão que este trabalho é fruto tem como um dos principais objetivos propiciar melhor qualidade de vida ao paciente renal crônico. Assim, na construção deste trabalho buscou-se ter como aporte teórico grandes pensadores que discutem a psicologia hospitalar, mais especificamente o trabalho do psicólogo na hemodiálise. Nesse temos: Freitas e Cosmo (2010); Nascimento (2013); Castro e Bornholdt (2004), entre outros.

2. METODOLOGIA

Os pacientes de tal setor são acompanhados semanalmente. Cada atendimento tem duração média de uma hora. Cerca de 20 pacientes, de ambos, recebem atendimento no próprio leito enquanto realizam processo de hemodiálise. A escolha dos pacientes que são acompanhados pelos extensionistas é realizada em conjunto com a psicóloga responsável pelo setor de hemodiálise do hospital em que é desenvolvido o projeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

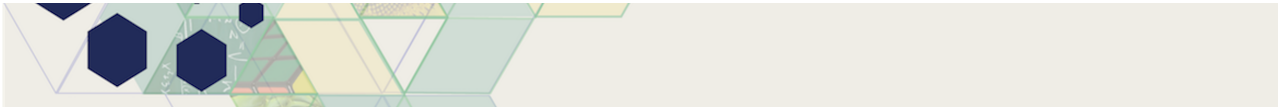
O presente trabalho é resultado do projeto de extensão chamado “A Hemodiálise como Campo de Extensão” e tem como objetivo propiciar melhor qualidade de vida ao paciente renal crônico. Os extensionistas realizam atendimentos semanais com os pacientes e são supervisionados pelo professor coordenador do projeto. Entende-se que o papel do psicólogo, como parte da equipe multiprofissional de saúde, é, a princípio, identificar o indivíduo para além dos sintomas físicos; é compreender o paciente por meio de suas histórias, de suas vivências. A perspectiva adotada no projeto foca em oferecer um atendimento multiprofissional e integral ao paciente, focando no sujeito e não na doença.

Sabe-se que no ambiente hospitalar os profissionais que compõem a equipe de saúde buscam tratar a doença, o que é da ordem orgânica. Devido a isso, a opinião e os sentimentos do paciente muitas vezes acabam ficando em segundo plano, o que, combinado com o processo de adoecimento, gera mais angústias. O paciente no contexto hospitalar é despidido de toda sua singularidade, ficando suscetível a um atendimento mecânico e impessoal. (Russo 2007, apud Freitas; Cosmo, 2010).

Segundo Freitas e Cosmo (2010), os pacientes que realizam hemodiálise passam por severas mudanças em sua dinâmica de vida, pois este é um tratamento monótono, extremamente limitado e com uma rotina muito específica. Desse modo, os pacientes passam por várias implicações adjacentes à doença, na maioria dos casos mudando completamente sua rotina diária, pois o tratamento na maioria dos casos é por tempo indefinido. Por isso é necessário um espaço de escuta para que este possa compartilhar seus medos e angústias. A responsabilidade pelo sofrimento do paciente é de toda equipe multiprofissional, uma vez que o sofrimento do paciente influencia os profissionais em geral. Portanto, o trabalho multiprofissional é fundamental para o entendimento do sujeito em sua totalidade, nos aspectos físicos, psíquicos e sociais.

O acompanhamento psicológico semanal com o paciente da hemodiálise proporciona uma melhora em sua qualidade de vida, uma vez que este é o lugar onde ele pode tratar suas questões não relacionadas apenas à doença, mas em todos os aspectos de sua vida que influenciam seu bem estar. O atendimento psicológico no hospital visa atribuir humanização e bem estar psíquico diante de todo processo de adoecimento. O papel do profissional de psicologia como membro da equipe multidisciplinar é de resgatar o sujeito por trás da doença, buscando entendê-lo em seu contexto de vida, como afirmam Cosmo e Freitas (2010):

O papel do psicólogo como parte da equipe de saúde é, primeiramente, o de identificar o



indivíduo por de trás dos sintomas - entendê-lo em suas vivências, medos e ansiedades, seu contexto de vida, sua percepção de si mesmo e da doença. [...] (p.28)

O contato com pacientes que são submetidos à hemodiálise deixa claro que há questões envolvidas que vão além do incômodo com o tratamento em si que exige dos pacientes idas até o hospital três vezes por semana num período que pode variar de três a cinco horas. O próprio deslocamento ao hospital já cria fortes demandas, ao passo que muitos pacientes têm que sair de outras cidades do entorno, para receber atendimento na referida instituição. É frequente o relato de pacientes que, devido às condições das estradas, dos transportes responsáveis por locomovê-los, o tempo que levam para transportarem de uma cidade a outra, o fazem se sentir mais abalados frente ao tratamento.

Somam-se a esse quadro as mudanças sociais que a hemodiálise ocasiona como a mudança no papel sócio-familiar. Pacientes que deixam de contribuir financeiramente em casa devido à mudança de força física que já não é como era anterior ao tratamento, à dificuldade de encontrar emprego que os permitam ausentar-se três vezes por semana e todas as consequências que essas mudanças implicam não só na relação dos pacientes consigo mesmos, mas também na dinâmica familiar.

A mudança de hábitos alimentares é também um fator de demandas dentro do hospital uma vez que ao se iniciar a hemodiálise o paciente passa a seguir certas restrições de alimentos e líquidos, o que nem sempre é fácil para alguns/maioria deles.

É bastante comum que os pacientes apresentem queixas vinculadas à sua aparência devido às alterações corporais provocadas pelos procedimentos da hemodiálise, como as cicatrizes ou os aneurismas (caroços) nos braços, perda ou aumento de peso e outros mais.

Outro ponto comumente levantado é em relação à culpa que sentem por estarem fazendo o tratamento. Muitos atribuem este a uma forma de punição divina, o que cria fortes obstáculos para o processo de reelaboração e ressignificação. Nascimento, nesse sentido, afirma:

Ao mesmo tempo, além de merecimento, encontramos a ideia de penitência e castigo associados à enfermidade. Enquanto a culpa pode ser relacionada com a responsabilização, a relação causa-efeito, o castigo é diferente. Além de apresentar também a relação causa-efeito ele acrescenta ao adoecimento o tom de uma punição divina. Enquanto a responsabilização passa pela elaboração e ressignificação, a ideia de castigo dificulta esse processo. (2013, p.78, 79)

Vale ressaltar a importância de o psicólogo trabalhar assuntos como, por exemplo, morte que acaba se tornando um tabu entre a equipe e oferece como resposta o silêncio, como coloca Nascimento (2013). Essa temática que passa a ser recorrente na vida dos pacientes não consegue ser trabalhada da forma como deveria e se torna responsável por agravar certos quadros, uma vez que não é discutida, nem tampouco reelaborada.

Os pontos aqui levantados são frequentemente observados no cotidiano da hemodiálise, no entanto, sabe-se que há muito mais por trás de cada paciente. Assim, cabe ao psicólogo saber direcionar seu olhar para cada indivíduo ali inserido a fim de capturar a subjetividade e singularidade de cada um.

Cada paciente apresenta uma forma diferente de se adaptar às transformações impostas pelo tratamento, o que repercute diretamente, por exemplo, no seu humor ocasionando situações de desconforto nas suas relações pessoais que ou não compreendem seu estado, ou por diversos motivos, não são capazes de serem empáticos ao paciente. Insere-se aí a necessidade de haver um profissional capaz de oferecer suporte a ele e à família. Em determinados momentos, segundo Nascimento (2013), alguns pacientes se mostram seguros, desejando enfrentar qualquer obstáculo, em outros desejam desistir e preferem isolar-se. O psicólogo é o profissional que deve saber acolher essas oscilações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se mostrou essencialmente motivador, não só no que diz respeito à oportunidade de trabalhar de forma mais aprofundada com mais um campo da Psicologia, mas também como forma de compreender com um olhar mais humano a singularidade que habita cada indivíduo. É a complexidade do campo que faz dele tão especial.

Aprender a capacitar-nos enquanto profissionais e junto a isso desenvolvermos nossas habilidades mais humanas e empáticas ao tocarmos o universo de outro indivíduo é um dos grandes desafios da prática psicológica, ainda mais num ambiente que trabalha com diferentes saberes, diferentes formas de funcionamento e diferentes formas de cuidado.

A Hemodiálise é um espaço onde se encontra sujeitos que, além de terem que conviver com um tratamento tão invasivo, sofrem por se sentirem limitados e muitas vezes culpados por estarem ali. A questão do deslocamento, tempo a ser dedicado para o transporte de uma cidade a outra, impossibilidade de conseguir um trabalho formal, mudança de papéis sócio-familiares, dificuldade de se conseguir “auxílio doença”, dificuldade em desenvolver relações sociais, sintomas físicos, são só alguns dos pontos trazidos pelos pacientes que ilustram o quão

amplo é esse campo e o quão complexa, particular e diversa é a origem do sofrimento deles.

O Projeto de Extensão se mostrou especialmente valioso ao mostrar quanto trabalho há que ser feito dentro de um setor de Hemodiálise num hospital. Junto a isso, mostrou a indispensável necessidade de profissionais que olhem para cada paciente enxergando-os de fato, importando-se com a dor e o sofrimento de cada um. O retorno que é dado pelos pacientes só mostra o quanto é essencial o acompanhamento psicológico dentro do setor, uma vez que cada sujeito ali inserido traz consigo uma infinidade de questões únicas e que devem ser ouvidas, reelaboradas, resignificadas, num processo contínuo entre psicólogo e paciente para que o último se torne cada vez mais dono de si e da sua história, ainda sendo dependente de outro, das máquinas.

O projeto foi desenvolvido desde 2015. Configurou-se como um valioso campo de formação para nós acadêmicos de psicologia. Ao entrarmos em contato com tal ambiente, aprendemos não só sobre teorias e técnicas, mas para, além disto, encaramos a dura realidade cotidiana que o serviço de saúde pública brasileira enfrenta rotineiramente.

REFERÊNCIAS

Anvisa. **Legislações - Portaria 82**. In: <http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/82_00.htm>. Acessado em 27 set. 2017

CASTRO, E. K.; BORNHOLDT, E. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e

possibilidade de inserção profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.24, n.3, Brasília, 2004.

FOSSI, L. B.; GUARESCHI, N. M. de F. A psicologia hospitalar e as equipes multidisciplinares. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 29-43, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 17 ago. 2017.

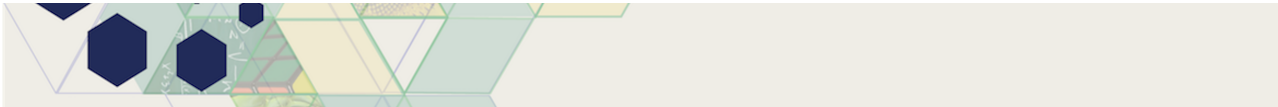
FREITAS, W, P, P.; COSMO, M. **Atuação do Psicólogo em Hemodiálise**. SPPH, Rio de Janeiro, vol. 13 n.1, 2010.

GORAYEB, R. A prática da psicologia hospitalar. MARINHO, M. L.; CABALLO, V. E (orgs.). **Psicologia clínica e da saúde**. Editora UEL, APICSA, 2001.

NASCIMENTO, F. A. F. do. Uma contribuição às reflexões sobre os aspectos emocionais e o papel do psicólogo na Hemodiálise. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 70-87, jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582013000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 18 ago. 2017

RESPONSABILIDADE AUTORMAL

“O(s) autor (es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



A TRADIÇÃO REVISITADA: UMA LEITURA DE *SEXAMERON*, DE LUIZA LOBO

CRUZ, Thaynara Karolina Vaz, thkarolina@gmail.com

CARDOSO, João Batista, jbccard@gmail.com

Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão/ Unidade Acadêmica Especial de Letas e Linguística – UAELL

Resumo: A intertextualidade traz em si a noção de que um texto abarca diversos outros textos em si, pois tudo que é escrito ou dito carrega outras vozes presentes na sociedade e na história. Partindo deste pressuposto, este trabalho tem por objetivo analisar uma obra do século XIV, *Decameron* de Boccaccio, e uma obra do século XX, *Sexameron* de Luiza Lobo, pelo viés da intertextualidade. Para isso, utilizamos os conceitos de (BAKHTIN, 1981) sobre carnavalização da linguagem; (KRISTEVA, 1969) que traz o termo “intertextualidade” pela primeira vez. Utilizamos (CALVINO, 1993) sobre a importância de se ler os clássicos da literatura, e assim poder entender esse retorno à tradição em que no romance escolhido para análise, a estratégia da autora em remontar a obra de Boccaccio é carregada de crítica em relação à sociedade, tanto do passado, quanto do presente, demonstrando que não houve muitas mudanças.

Palavras-chave: Intertextualidade. *Sexameron*. *Decameron*. Tradição literária.

1. INTRODUÇÃO

A literatura sempre esteve presente no decorrer da história do homem e da sociedade, dessa forma, ela é tão antiga quanto a própria história, e portanto, possui uma extensa produção. Assim, forma-se um cânone, obras que se destacam em sua qualidade e são escolhidas como fundamentais para a história literária.

Dessa forma, forma-se uma tradição literária, e a cada novo período, os novos escritores levam essa bagagem consigo. Assim, alguns escritores retornam à tradição, como homenagem, como crítica, como negação, como aceitação, enfim, mesmo obras já bastante distantes temporalmente, autores contemporâneos à revisitam, por meio da intertextualidade.

A intertextualidade é a forma mais utilizada na literatura para se fazer referência e revisitar obras já consagradas. Essa referência pode ser tanto temática quanto formal, como acontece na paródia, um tipo de intertextualidade que é mais conhecida pela ironia e humor, a forma do texto fonte é reproduzida.

No caso do romance a ser analisado, a estrutura de *Decameron* é resgatada em *Sexameron*, com a narrativa em moldura, as personagens e as histórias a serem narradas, de forma a recuperar o aspecto formal, além do temático, da obra do cânone ocidental.

A partir do conceito de intertextualidade, esse trabalho tem por objetivo estudar o romance de Luiza Lobo intitulado *Sexameron* (1997), que faz referência já no título, com a consagrada obra de Giovanni Boccaccio *Decameron* (1349-1351). Para isso, utilizaremos Julia Kristeva (2009) e Gérard Genette (2010) sobre a intertextualidade, e Italo Calvino (1993) a respeito da importância de ler os clássicos da literatura e suas implicações.

2. METODOLOGIA

O método será um estudo comparado entre as obras *Sexameron*, de Luiza Lobo, com *Decameron*, de Boccaccio, de forma a identificar de que forma a autora revisita a tradição literária canonizada e que efeitos de sentido esse diálogo e releitura suscitam. Outros romances e obras literárias também poderão ser usadas para exemplificar essa volta à tradição literária, também tendo como objetivo identificar os efeitos de sentido que essa revisão traz.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A intertextualidade surgiu como conceito e método com Julia Kristeva, em seu livro *Introdução à semiótica* (2009), baseando-se nas considerações e reflexões de Mikhail Bakhtin sobre a produção literária de Dostoiévski, em que se consiste no o autor chamou de “romance polifônico”, ou seja, a



multiplicidade de vozes presentes no texto. Assim, Julia Kristeva afirma que o texto é um “mosaico de citações”, daí o termo intertextualidade e sua importância na literatura.

Assim, outros autores e estudiosos de literatura se debruçaram sobre a intertextualidade e as múltiplas vozes presentes no texto. Gérard Genette (2010) elenca cinco classes textuais, ou como ele chamou: “transtextuais”, em que a intertextualidade está incluída. Valendo-se das reflexões de Julia Kristeva e, consequentemente, Mikhail Bakhtin, Genette define a intertextualidade de forma mais restritiva, que seria a simples presença de dois ou mais textos em um outro texto.

A partir do recurso da intertextualidade, Luiza Lobo em seu romance *Sexameron*, publicado em 1997, revisita a tradição literária já consagrada, com *Decameron* de Boccaccio, do final da Idade Média, fazendo uma releitura da obra canonizada, consistindo em uma crítica à época passada e à época presente. O retorno ao passado, especialmente um passado tão remoto quanto a Idade Média não é gratuito, pois ao reproduzi-lo e atualiza-lo demonstra que nada ou pouco mudou de lá para os tempos atuais, no âmbito dos preconceitos e concepções sobre a vida e os gêneros.

A condição da mulher é alvo de crítica pela autora, a começar pelo subtítulo do romance: *Sexameron: novelas sobre casamento*. A ironização sobre o casamento é uma alegoria à condição e o papel da mulher na atualidade, pois ainda nos tempos atuais, espera-se que a mulher desempenhe atividades voltadas para o lar, para o casamento e filhos. Sucesso profissional ou afetivo que não siga o padrão do casamento não são voltados para a mulheres, e é isso que Luiza Lobo traz a todo momento e seu romance.

Buscar na tradição uma obra consagrada e escrita por um homem também não é gratuito no romance de Luiza Lobo, pois não cabia à mulher escrever, por essa razão, a tradição literária foi escrita por homens e ao revisita-la e atualizá-la, Luiza Lobo poderia estar re-escrevendo a tradição que silenciou as mulheres por tanto tempo. Como no caso do poema “Com licença poética” de Adélia Prado, que faz referência ao canônico “Poema de sete faces” de Carlos Drummond Andrade, em que a autora retrata o lugar da mulher na sociedade, o que se espera dela e das diferenças de papéis em relação aos homens, representados pelo Drummond.

Dessa forma, agora que as mulheres estão tendo mais voz, elas têm o direito de “falar” por todos os anos que não puderam, e assim essa volta à tradição literária seria uma

forma de exercer esse direito conquistados com lutas pelos direitos iguais.

O romance *Sexameron* remonta a estrutura de *Decameron*, em seu nível formal e narrativo, e também temático, mas de forma atualizada para o século XX. Dessa forma, a crítica da autora, principalmente em relação ao papel da mulher na sociedade, se faz de forma dialogada com a literatura canonizada que foi escrita quase em sua totalidade por homens. *Sexameron* dialoga principalmente e mais imediatamente com *Decameron* mas em sua totalidade há a presença de diversos outros textos e obras da tradição literária ocidental, trazendo assim, ainda mais vozes para sua totalidade.

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível perceber que a literatura contemporânea anda estabelecendo um diálogo com a tradição literária. Ao longo dos anos, os “novos” sempre tentavam negar e se diferenciar dos “velhos”, a exemplo o Romantismo com o Classicismo.

Na literatura contemporânea, há o problema de se lidar com uma tradição vasta, canônica em que o autor contemporâneo decide se vai se relacionar com todo o passado literário, ou se vai tentar “esquecê-lo” ao fazer sua produção literária. No caso de Luiza Lobo, a autora utiliza-se do recurso da intertextualidade para dialogar com a tradição, com a intenção de revisita-la para atualizá-la, assim, fazendo uma leitura “moderna” de um livro canônico do final da Idade Média.

5. REFERÊNCIAS

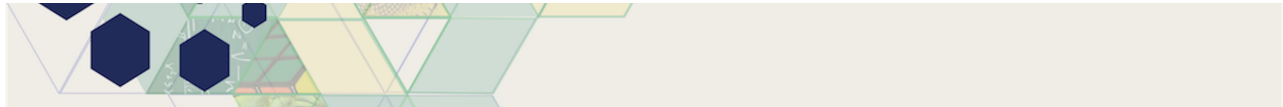
BAKHTIN, Mikhail. **O problema da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Editora Viva Voz, 2010.

HUTCHEON, Linda. **Poéticas do pós-modernismo**; história, teoria, ficção. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.



KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**.
São Paulo: Perspectiva: Ateliê, 2009.

LOBO, Luíza. **Sexameron**: novelas sobre
casamentos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará,
1997.

NITRINI, Sandra. **Literatura comparada**:
História, teoria e crítica. 3.ed. São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ADOLESCENCIA: DA PASSAGEM AO ATO À CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Rocha, Janaína Rodrigues, janarodriguespsi@gmail.com¹
Santos, Pallôma Danielly Quirino dos, santospalloma.q@gmail.com²

^{1,2} Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Resumo: O presente trabalho busca apresentar reflexões acerca da experiência clínica obtida no projeto de extensão de uma oficina de escrita com adolescentes. O projeto tem como fundamento a abordagem de questões que causam conflitos e angústias nos adolescentes, visto que, os aspectos da infância estão ficando para trás e os dilemas da vida adulta estão se aproximando de suas vivências. Assim, o objetivo do trabalho, é entender, através do relato oral e da escrita dos participantes, como a vida dos mesmos vai se construindo e quais fatores perpassam suas existências, considerando as inquietudes desse período. O método da escrita possibilitou a exteriorização subjetiva desses sujeitos/participantes, sendo uma ferramenta que viabilizou a manifestação das angústias dos mesmos. Da mesma maneira, o trabalho considera a importância da intervenção do psicólogo diante das demandas clínicas do adolescente, a fim de se criarem espaços de fala e de uma escuta terapêutica.

Palavras-chave: Adolescente. Automutilação. Oficina de escrita. Angústia

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 2016, em entrevista ao programa Fantástico, o psiquiatra André de Matos Sales, relata que a automutilação mostra-se como um problema de saúde pública, sendo, portanto, necessário discorrer mais sobre tal prática. Segundo o programa, 20% dos jovens brasileiros se mutilam; um problema que já os afeta mais do que as drogas, sendo o bullying um dos principais causadores. Outra questão que desencadeia essa prática é a dificuldade do adolescente de expressar sua subjetividade.

Ulbric e colaboradores (2017), afirmam que muitos adolescentes, de um modo geral, já passaram pelo processo de idealizar o suicídio, como também, praticar a automutilação, em decorrência de situações que trazem sofrimento, raiva e solidão, bem como, a dificuldade de lidar com as frustrações ao longo da vida, a carência dos pais e a influência dos amigos ao uso de álcool e drogas.

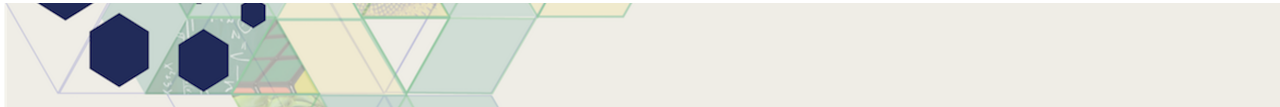
Nesse sentido, o projeto realizado através do Programa de Bolsas de extensão e Cultura da UFG/RC, permitiu criar um espaço de fala para adolescentes, no qual, ao se organizarem em grupos, os mesmos se sentiam acolhidos para trazer a tona seus medos e angústias, os quais, frequentemente, são ignorados pelos adultos. Deste modo, o objetivo do projeto consistiu-se em uma tentativa de compreender, através da escrita e da fala dos jovens, os fatores causadores de conflitos internos que os levam à prática da automutilação, considerando-se

como tais situações são interpretadas, vivenciadas e exteriorizadas pelos adolescentes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A adolescência faz parte de um ciclo importante da vida, situada entre a infância e vida adulta, sendo justamente essa posição um dos fatores desencadeantes dos conflitos e das revoltas inerentes a essa etapa. Herzog e Salztrager (2006) explanam que, ao se sair da infância, os laços libidinais do adolescente com as figuras parentais são cortados, causando, conseqüentemente, o sentimento de revolta, não só em relação à família, mas também às instituições que o cercam, como a escola e a religião. A principal tarefa psíquica da adolescência é construir uma nova identidade (Macedo, Azevedo & Castan, 2004). Para assumir sua identidade e ter condições de se posicionar subjetivamente, torna-se necessário fazer um luto dos pais idealizados na infância. É no meio desse emaranhado de sensações que o adolescente tenta se reestruturar, identificando a si mesmo e compreendendo o que pode ou não ser feito nessa condição.

Venturi et al. (2006) expõe que é na puberdade que vem à tona os conflitos e situações da infância que estavam encobertos. Além disso, a construção de uma nova identidade é um processo derivado de perdas significativas, como, por exemplo, o corpo e a condição ocupada na infância. Sendo assim, o adolescente se depara com a angústia de não se reconhecer em seu próprio corpo, uma vez que, as



mudanças que lhe ocorre causam um sentimento de não ser completamente criança, mas também não ser adulto.

Ao se deparar com tais conflitos, é comum que adolescentes recorram a práticas que minimizem o sofrimento, como, por exemplo, a automutilação. Esta se define como “todo ato que envolve a intenção de um indivíduo modificar ou destruir, por vontade própria, uma parte do tecido do corpo, sem ter a intenção de cometer o suicídio através deste ato.” (VILHENA, 2016, p.695).

Segundo Ribeiro (2010), o corpo é o lugar onde as fantasias do inconsciente são depositadas. Sendo assim, as marcas impressas nele são consideradas uma forma de linguagem, efetuadas, na maioria das vezes, em razão do desejo do adolescente de ser notado pelo Outro. A autora cita Lacan para reiterar que esse Outro está presente “no circuito pulsional da criança, enfatizando sua participação na marcação do corpo pela linguagem advinda desse “lugar”, onde o “ser falante” é um corpo vivo atravessado por ela.” (p. 61)

Vilhena (2016), ao discorrer sobre os cortes em adolescentes, considera que esse ato proporciona uma “diminuição da tensão interna, uma vez que exterioriza e autentica uma dor interior, antes não simbolizável.” Assim, as marcas dos cortes indagam sobre o que não se pode ser dito em palavras, tornando-se mais entendível por meio desse ato. A automutilação do corpo está na maioria das vezes “relacionada com a dificuldade em lidar com a separação do Outro e com as convocações da sexualidade na adolescência.” (VILHENA, 2016, p.694) Tal situação é causada pelo fato de, neste período, o retorno da sexualidade gerar conflitos e embaraço na subjetividade do adolescente, visto que “ao ser convocado a se posicionar enquanto homem ou mulher, alguns adolescentes, frente à dificuldade de simbolizar, marcam o corpo.” (p.694).

Para a autora, fica visível a falha no recurso à simbolização. Consequentemente, “o ataque ao corpo, conduz a pensar uma falência nas primeiras relações, provocando alterações de seu equilíbrio econômico e de sua organização tópica, sentimento de não habitar sua vida”. Sendo assim o adolescente fará de seu corpo “o cenário da cólera que o mesmo carrega em relação a estes primeiros objetos.” (VILHENA, 2016, p.694)

3. METODOLOGIA

O projeto descrito nesse trabalho realizou-se por meio de uma oficina de escrita, na qual, adolescentes de 13 a 16 anos, utilizaram o método da escrita para descrever acontecimentos e situações que provocavam angústias e conflitos nos mesmos. O grupo se reunia uma vez por semana, durante uma hora, na sala de grupos do Centro de Estudos

Aplicados em Psicologia (CEAPSI), na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades com o grupo de adolescentes permitiram observar o surgimento de diversas temáticas, as quais traziam aflições aos mesmos, sendo as mais pertinentes: relação com a família, muitas vezes conflituosa, com os amigos, com a escola, a sexualidade e as incertezas do futuro. Diante da exposição desses assuntos, o ato de se cortar apresentou-se como algo significativo, sendo necessário um destaque maior para essa prática.

Duas adolescentes (uma de 16 anos, nomeada de K e outra de 15 anos com o nome de E), relataram que já se automutilaram. Segundo elas, através do cortar o corpo, as angústias que as perturbavam podiam ser extravasadas; uma vez que elas não encontravam outra maneira de enfrentar as situações. As adolescentes ressaltaram que não sentiam dor enquanto se cortavam; E comentou que não parava de se mutilar, enquanto não visse o sangue escorrer. Na maioria das vezes, os cortes eram nas pernas, barriga e braços.

A adolescente K trouxe em seu relato que não abrigava a intenção de se matar, quando se cortava. Por outro lado, E mencionou já ter pensado no assunto algumas vezes em que se cortou. Para ela, o ato de se cortar alivia a dor interior, uma vez que a mesma passa a ser física, sendo esta menos dolorosa do que as dores emocionais. Ambas consideravam que o motivo de se cortarem era devido à difícil relação que possuíam com as mães, visto que, não havia diálogos, somente discussões de maneira agressiva.

No decorrer dos encontros, através das escritas e falas das adolescentes, foi perceptível que conseguiram encontrar ali um novo modo de se expressar, sem que fosse preciso se cortarem. O grupo se tornou um espaço que possibilitava às adolescentes falar e escrever tudo aquilo que as teria angustiado durante a semana e, até mesmo, como dito anteriormente, assuntos ligados à família.

Também a experiência com o grupo mostrou como é difícil os adolescentes ter suas questões levadas a sério, principalmente pelas pessoas que exercem um papel importante na vida dos mesmos, como a família. Em muitos casos, a aflição dos jovens é considerada apenas como uma fase, se resumindo numa revolta sem sentido, levando os mesmos a recorrerem a prática de cortes no corpo, a fim de ter a atenção das pessoas para seus problemas. Além disso, o vazio que os mesmos sentem, ocorre por não encontrarem sentido, ou um significado para suas experiências, produzindo assim sentimentos de angústias, ansiedades e o medo do que não é conhecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a necessidade de mais estudos sobre o assunto, a fim de se criarem maneiras de prevenção e cuidado. Através dos relatos das adolescentes do grupo, foi possível vislumbrar a automutilação como consequência de uma dificuldade em expressarem-se e de se ter a atenção das outras pessoas para o que os mesmos querem demonstrar. Assim, essa prática permite representar aquilo que não consegue ser suportado.

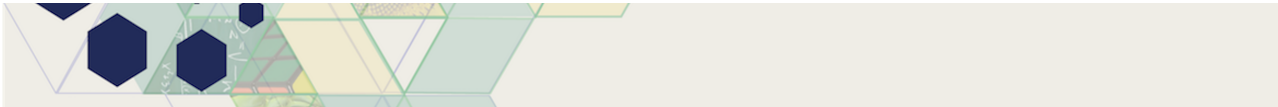
Com isso, o grupo de escrita se mostra muito importante para os adolescentes, visto que eles estão atravessando uma fase difícil no ciclo da vida, onde suas emoções e sentimentos entram em conflito diante de toda a mudança enfrentada. Escrevendo o adolescente tem oportunidade de se expressar, de colocar para fora o que o angustia, além disso, no grupo ao final cada um poderia falar sobre o que escreveu, compartilhar e debater com as estagiárias e com os outros membros as situações que cercam seu cotidiano. Sendo assim, o processo terapêutico traz ao adolescente que se automutila benefícios, tendo-se em vista que será esse o espaço que o mesmo terá para falar de seus conflitos, contando, ainda, com o auxílio de profissionais para elaborarem e darem significado aos seus conteúdos.

6. REFERÊNCIAS

- HERZOG, R.; SALZTRAGER, R. O sentido da revolta adolescente na contemporaneidade. In: CARDOSO, C. R. (Org.). **Adolescentes**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2006. p. 77-88.
- MACEDO, M. M. K; AZEVEDO, B. H; CASTAN, J. U. Adolescência e psicanálise. In: MACEDO, M. M. K. (Org.). **Adolescência e psicanálise: Interseções possíveis**. Porto Alegre: PUC-RS, 2004. p. 13-64.
- RIBEIRO, M. M. C. As marcas corporais: o corpo como depositário das fantasias inconscientes. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 61-66, set. 2010.
- ULBRIC, G. D. S; OSELAME, G. B; OLIVEIRA, E. M; NEVES E. B. Motivadores da ideação suicida e a autoagressão em adolescentes. **Adolescência e saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 40-46, Abr/Jun. 2017. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=648>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- VENTURI, C. B; PINHEIRO, T; BARBOSA, M. T. Vergonha e Adolescência. In: CARDOSO, C. R. (Org.). **Adolescentes**. 1. ed. São Paulo: Escuta, 2006. p. 109-122.
- VILHENA, J. O corpo como tela, a lâmina como pincel. A escuta do corpo na clínica psicanalítica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 691-706, dez. 2016.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



AGRESSIVIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR

OLIVEIRA, Alana, alana-olive@hotmail.com¹

BARBOZA, João Marcos Silva²

DOMINGUES, Elzilaine Mendes³

Universidade Federal De Goiás/ Regional Catalão / Ibiotec - Unidade Acadêmica Especial de Psicologia

Resumo: O presente trabalho é embasado na experiência vivida por acadêmicos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão no Centro de Educação Infantil Cei Meimei, através do Projeto de Extensão Observação e Intervenção na Primeira Infância. Um dos objetivos, além da observação da agressividade entre as crianças, foi discutir este tema com as cuidadoras por meio de minicursos dados por nós alunos, com o intuito de promover entre estas profissionais maiores conhecimentos sobre agressividade e suas possíveis causas. Tal intervenção vem como uma forma de elucidar questões sobre a temática de agressividade que geravam angústias e sentimento de impotência nas profissionais da instituição durante seu período de trabalho. Como base teórica, utilizamos a abordagem psicanalítica e a teoria da aprendizagem de Bandura para compreender tal comportamento nas crianças, e com isso termos condições de trabalhar na instituição com o propósito de outros olhares para diminuir os estereótipos sobre agressividade encontrados no ambiente infantil. Utilizamos como metodologia relatos de experiências pessoais e também, das próprias profissionais da creche para propormos intervenções e soluções para tal. Para tanto, a proposta do minicurso visou promover novas reflexões acerca da agressividade, sobretudo no esclarecimento à qual a temática trata-se de algo inerente ao ser humano para seu desenvolvimento saudável e minimizar o teor negativo como algo totalmente destrutivo e prejudicial. Através disso, buscamos por meio de rodas de conversas, estabelecer novos pontos de vista acerca desta dimensão da primeira infância e o que representa e expressa os comportamentos agressivos das crianças.

Palavras chaves: agressividade, cuidadora, intervenções, primeira infância

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde a experiência de alguns alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão-GO desenvolvido num Centro Educacional de Ensino Infantil Cei Meimei da cidade de Catalão-GO. Esta foi desenvolvida através de visitas semanais por meio do projeto de extensão *Observação e Intervenção na Primeira Infância* que ocorreram durante o período letivo dos anos de 2015 a 2017. As supervisões foram realizadas quinzenalmente após as visitas na instituição e nos promovíamos embasamentos teóricos, discussões de casos e esclarecimento de dúvidas pontuais acerca de questões que se apresentavam em algum momento das observações.

Durante o tempo em que realizamos o projeto nos deparamos com intensa demanda relacionada ao tema de agressividade infantil, tanto das próprias crianças entre si, quanto das mesmas com as cuidadoras, além de outros temas relevantes.

A priori, o nosso intuito como estudantes de psicologia não era o de levar conteúdos pragmáticos e enrijecidos para orientar as

cuidadoras, ao contrário, a nossa intenção era promover uma discussão aberta sobre o assunto, ter uma escuta flutuante – esta busca compreender pontos relevantes, porém não evidenciados e percebidos pelo próprio locutor – e posteriormente realizar um direcionamento para refletir sobre as queixas apontadas.

A partir disso, surgiu a ideia de realizarmos intervenções como método para lidar com os casos recorrentes no contexto, presenciávamos também constante despreparo e insegurança das profissionais frente às situações mais complexas.

Consoante, o objetivo deste trabalho é apresentar uma das intervenções realizadas ao longo do projeto de extensão, com o qual foi promovido após um tempo de observações durante a rotina da instituição.

Como recurso para o trabalho dentro da instituição promovemos um minicurso para tratar sobre o tema de agressividade entre os infantes que era tomado como situação-problema. Dessa forma, fez-se junção de saberes teóricos dos alunos acerca da temática, com a prática promovidas pelas cuidadoras, e com isso possibilitou novas reflexões e metodologias para tratar das demandas sobre a agressividade infantil no ambiente escolar.



2. METODOLOGIA

Como forma de intervenção, procuramos desenvolver minicursos para as profissionais que trabalhavam com as crianças da instituição, com o propósito de discutirmos os temas e situações que geravam questionamentos e dificuldades no ambiente de trabalho, situações essas que observamos durante o período de visitação a creche. Especificamente, os nossos dois minicursos trabalharam com as próprias cuidadoras através de recursos dinâmicos como vivências, rodas de conversa, música, coffeebreak e mediações grupais teóricas.

Os dois minicursos foram ministrados um em cada semana para dois grupos diferentes, os iniciamos com uma música reflexiva e uma dinâmica “quebra-gelo”, para as apresentações serem feitas. Posteriormente, expusemos o tema “o estereótipo da agressividade infantil” e abrimos para discussões acerca das vivências das cuidadoras, suscitando reflexões a partir de perguntas, falas e opiniões levantadas.

Com isso, a proposta foi de pensar e desenvolver estratégias para lidar com as situações espontâneas que surgiam dentro do cotidiano do trabalho, e dessa forma elaborar meios de compreender a agressividade e orientar a uma postura reflexiva e ponderada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização dos minicursos, observamos o despreparo das cuidadoras, o que causa efeitos em seus modos de lidar com o tema, e diante disso, tinham como consequências os sentimentos de incapacidade e impotência dentro da sua profissão. Como forma de amenizar tais afetos culpabilizavam terceiros. Neste caso, o ambiente familiar das crianças, sendo este, o principal precursor dos comportamentos agressivos. Para elas era como se os pais não conseguissem colocar limites e regras para promover a educação dos filhos, além de servirem de modelo para estes comportamentos.

Tal justificativa segundo as cuidadoras, ocorriam por meio de ausência de uma base familiar sólida. Além disso, segundo as cuidadoras a maioria das crianças possuíam famílias problemáticas sem princípios e referenciais básicos que poderiam ser seguidos e/ou imitados.

Para as cuidadoras, as atitudes agressivas vivenciadas no contexto escolar, eram meramente uma reprodução de condutas que as crianças se deparavam em casa, como brigas, situações violentas, negligências, gritarias e etc. Frente a estas questões, é difícil que apenas a escola seja responsável pelo processo

educacional. Para elas, muitos pais não teriam competência para ensinar ou educar, cobrando apenas da escola realizar tal condição, e nesse meio as atitudes agressivas continuavam a persistir.

Compreendemos, pois, que o ser humano, nasce com a agressividade necessária à sua sobrevivência, que aparece quando precisa defender seu território, lutar pela alimentação, etc. “Assim como também nasce com a amorosidade necessária a sua sobrevivência, que aparece quando precisa conquistar uma parceira, defender sua prole, etc. Tanto a agressividade quanto a amorosidade podem ser acentuadas em função de distúrbios da própria pessoa, ou do meio ambiente, manifestando-se de forma destrutiva” (BISKER & RAMOS, 2006, p. 20).

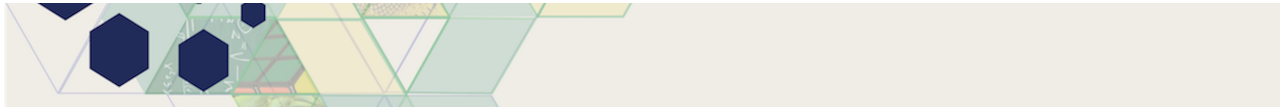
A forma como as cuidadoras lidavam com o termo agressividade, era apenas como comportamento estereotipado com denotações de cunho violento. Remetiam ausência de limites diante de atitudes inadequadas tidas pelas crianças.

Em pontos concordamos com algumas afirmações levantadas pelas educadoras, pois “A agressividade é um comportamento rejeitado pela sociedade e, portanto, pela escola. É um mecanismo de defesa do EU, caracterizada por reações que podem ser representadas através de comportamentos destrutivos.” (GLAGLIOTTO, et al, 2012, p. 151).

Dessa forma, compreende-se que “agressividade inata é um fator que denota ameaça à vida em sociedade” (FREUD, 1930, p.72), entretanto Freud em seus escritos posteriores reconfigura a análise das pulsões agressivas de modo a questionar os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que lhe opõe torná-la inócua ou, talvez livrar-se dela e também sobre o que acontece ao homem para tornar inofensivo seu desejo de agressão” (GLAGLIOTTO, et al, 2012, p. 147)

De modo empírico ser agressivo é visto como fator de comportamento e personalidade desviante, necessitando conter tais ações e/ou promover formas de “adestrar” sujeitos para ter chances a uma aceitação social. Por isso, uma criança ser caracterizada enquanto agressiva torna-se sinônimo de má educação e demais rótulos que corroboram para sua classificação enquanto sujeito violento e de difícil incorporação de regras, limites e educação, diminuindo, pois, as chances de apostas que tal criança terá um desenvolvimento “saudável” se comparada as demais que não apresentam tais comportamentos.

“No ser humano a agressividade é desencadeada, também de maneira positiva e necessária ao seu desenvolvimento, pois é ela quem nos dá o impulso para a busca da realização



de desejos, porém pode se constituir em um traço negativo violento e à destruição” (GLAGLIOTTO, et al 2012, p. 145). Já para Ferreira (2008), “a agressividade pode ser sublimada, recalcada, não precisa ser atuada, pois o ser humano conta com o recurso da palavra e da mediação simbólica”, ou seja, há outras possibilidades brandas de dar evasão aos impulsos agressivos negativos.

As estratégias de soluções encontradas pelas cuidadoras para minimizar tais situações eram tomadas através de punições, algumas falas educativas, comunicação de tais comportamentos com os pais a fim de que os mesmos tomassem providências cabíveis.

Alguns métodos utilizados para sublimar e dar evasão de modo sadio é por meio de alguns recursos pedagógicos como brincar. Nestas brincadeiras, discutimos sobre a necessidade de gasto de energia através de esportes, massinhas de modelar para que a criança amasse, despedace e demais ações de “destruição”, mas de forma sadia. Conta-se também com atividades de expressões de sentimentos e a linguagem verbal para dar significado/sentido ao que a criança está sentindo ou vivenciando, e dessa forma compreender-se.

Ressaltamos para as cuidadoras a importância de emprestar a linguagem delas para as crianças, visto que estas ainda não possuem um repertório amplo para descrever suas emoções e situações. Fazendo isso, há uma possibilidade de entendimento das cuidadoras quanto ao que o infante esteja exercendo. Isso ajuda no processo de nomeação e compreensão das crianças no que se trata de agressividade negativa quanto ao seu comportamento.

Diante da classificação apenas como negativa da agressividade trazida pelas profissionais, achamos conveniente apontar as diferenças entre agressividade e agressão. Para Glagliotto, et al (2012) agressividade atua enquanto pulsão de vida classificado por Freud (1930) enquanto instância de autopreservação presentes em ações simples e corriqueiras como se alimentar, sanar sede, sexo, fuga de dor e desprazer.

A violência caracteriza-se enquanto ação direcionada e especificamente para fins destrutivos, visto como processo de anulação e destruição de objetos ou pessoas. Pode-se caracterizar tanto verbalmente quanto fisicamente. Pietro, Jaeguer (2008) também classificam enquanto “comportamento intencional, uma escolha, enquanto agressividade constitutiva necessária e criativa” (apud GLAGLIOTTO, et al, 2012, p.149).

Frisamos também a importância de compreender os contextos sociais nos quais as crianças estão inseridas, pois, segundo Bandura

(1973), a agressão é resultante do processo de aprendizagem social, dada através da observação de modelos -família, social geral, imagens e palavras – quanto maior o status e o poder do modelo, maior a possibilidade de ser imitado. (Apud, FERREIRA & WIEZZEL, 2008, p.3)

Dentro desta perspectiva discutimos sobre pontos em que achamos pertinente compreender quanto a alguns contextos que devem levados em conta. Bandura (1973) aponta e classifica agressividade por meio de *condições instintivas*, esta a agressão é resultante de instinto agressivo e inato; *drive agressivo*, como resultante da frustração a algo como, objeto que se torna fora do alcance, ciúmes, sentimento de injustiça; e por *aprendizagem*, sendo esta resultante de aprendizagem social, através de observação de pessoas próximas como família, social próximo, imagens, palavras e etc. (Apud Ferreira & Wiezzel, 2008)

Dessa forma, salientamos a reflexão que as cuidadoras também representam enquanto modelos de autoridade e poder os quais as crianças absorverão e espelharão como forma de composição das suas subjetividades. Portanto, é essencial que as cuidadoras tenham posturas firmes nas inscrições de regras e limites, promovendo dessa forma a inserção das crianças na cultura.

E por fim, o minicurso também serviu como um ambiente acolhedor para que as profissionais também tivessem espaço para discutir sobre suas vivências, agressividades e modos de pensar e alcançar formas para também expressarem de forma branda suas próprias agressividades negativas quando presentes.

Muitas trouxeram questões que as incomodavam, e, frente a isso, acabavam por represar agressões e por não dar evasão a tais situações interferindo nelas mesmas através de somatizações, crises de choros e estresse. O espaço também serviu para promover escutas e através disso, conseguirmos junto a elas promover reelaborações e ressignificações frente as demandas apresentadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período desses dois anos de projeto, podemos perceber que a instituição sofre muitas carências com estrutura, espaços, investimento nos profissionais, recursos didáticos e lúdicos, os quais, dificultam favorecer melhor condição de aprendizagem para comodidades de trabalho para os profissionais do ambiente escolar.

Notamos que as lotações das salas de aula promovem uma facilidade para o esgotamento mental e físico das professoras, além da constante escassez de reconhecimento do



trabalho, esforços e da dedicação que as mesmas buscam desenvolver. Com isso, é notório a temática de agressividade também estender nas próprias cuidadoras em suas particularidades.

Ressaltamos o trabalho do profissional de Psicologia como um mediador da relação escolar e familiar, promovendo diálogos e locuções para estabelecer formas adequadas e saudáveis nos processos de desenvolvimento e aprendizagem infantil, além de viabilizar a segurança do profissional educador frente ao seu contexto de trabalho.

A realização do minicurso foi uma oportunidade de desempenharmos ações para traçar soluções frente as questões que são presentes e por vezes, pouco trabalhadas devido à escassez de tempo, recurso e até mesmo de profissionais para desempenhar ações para propor melhores condições no local.

Promover tais atividades e espaços para estas discussões torna-se ganho para o aperfeiçoamento profissional das cuidadoras, além de terem a oportunidade de aprender mais sobre as questões da primeira infância e suas formas de compreender sobre desenvolvimento e crescimento infantil.

Além disso, abrir espaço para diálogos entre as questões teóricas acadêmicas e as práticas do contexto em questão acabam por somar resultados para se pensar aperfeiçoamento profissional tanto das cuidadoras as quais, em sua maioria são graduadas em pedagogia e a nossa enquanto estudantes de Psicologia.

Ao final, chegamos à conclusão da importância de desenvolver maiores observações quanto as crianças que são tidas como agressivas e compreender a realidade das mesmas, pois com isso, teremos possibilidade de acompanhamentos para solucionar o quanto antes questões que possam entrar o desenvolvimento infantil e possibilitar uma intervenção a tempo, antes que uma condição psicopatológica grave se forme, impedindo e dificultando a constituição subjetiva das crianças.

Segundo a Psicanálise, a constituição do sujeito depende do lugar que a criança vai ocupar no interior de uma estrutura que é pré-existente e determinante de uma posição. É no interior desse processo que ele terá acesso ao sentido, a um sistema de significações compartilhado com os seus semelhantes, que lhe permitirá encontrar uma identidade para si mesmo, uma significação para o seu corpo e para o mundo que o cerca, ao mesmo tempo singulares e avalizados pelo grupo ao qual pertence.

Para tanto, estudos e métodos para se pensar a temática do trabalho nos contextos infantis, é de extrema importância pois apesar de termos bagagens de conhecimentos, nas realidades cotidianas que nos levam a repensar formas para

lidar com as crianças que enfrentam problemas no seu desenvolvimento ou ainda riscos na sua organização subjetiva. Assim a nossa proposta consistiu em proporcionar recursos para que estas crianças tenham um desenvolvimento digno de investimentos ou recursos que ajudam a ter um desenvolvimento digno com condições básicas humanas.

5. REFERÊNCIAS

BISKER, Jayme; RAMOS, Maria Beatriz Breves. **No risco da violência: reflexões psicológicas sobre a agressividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

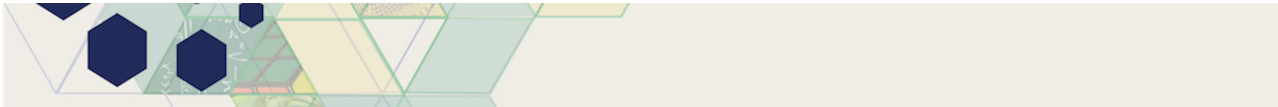
FERREIRA, L. D. WIEZZEL, A. C. S. **Agressividade Infantil: Entre os Fatores Emocionais e Ambientais**. ETIC – Encontro de Iniciação Científica, vol. 13, n. 4, 2008.

FREUD, S. (1930). **O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)**. In S. Freud, *Coleção obras completas Companhia das Letras*, trad. vol. 18. São Paulo, SP: Companhia das letras.

GAGLIOTTO, G. M., BERTÉ, R., VALE, G. V. **Agressividade da Criança no Espaço Escolar: Uma Abordagem Psicanalítica**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.144-160, jan. /jun.2012.

RESPONSABILIDADE AUTURAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



BRINQUEDOTECA HOSPITALAR COMO CAMPO DE EXTENSÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CORRÊA, Tiago Gonçalves, tiagocorrea1996@gmail.com¹;
PINHEIRO, Fernanda Duarte fernanda.duarte96@hotmail.com¹;
PIRES, Vanessa Arruda, vanessaarrudapires@gmail.com¹;
SIMÕES, Naiane Dias, naynds@hotmail.com²;
CAIXETA, Flávia de Castro, flaviac_caixeta@hotmail.com²;
SOUZA, Juliana Martins de jumartins2005@gmail.com¹.

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia.

² Graduas em Enfermagem.

Resumo: O ato de brincar não deve ser visto só como um meio que promove a distração da criança, mas também como um método terapêutico que permite a expressão de forma natural de seus sentimentos. O presente artigo tem o objetivo de relatar as atividades de um projeto de extensão intitulado Brinquedoteca Hospitalar que tem como propósitos a manutenção, organização e a promoção do brincar na brinquedoteca de uma instituição hospitalar filantrópica. O projeto conta com oficinas, jogos, brincadeiras de carrinhos, casinha, bonecas, além de momentos com músicas e filmes infantis. As recreações são realizadas no leito do paciente ou no espaço da brinquedoteca, respeitando a vontade de cada criança e suas limitações. Quanto às mudanças de comportamentos dos pacientes na brinquedoteca, foi possível contemplar a melhoria na aceitação do ambiente hospitalar, no vínculo e afetividade tanto da criança/adolescente como também da própria família. Pode-se perceber o quão necessário é a presença e funcionalidade de uma brinquedoteca hospitalar, proporcionando um atendimento mais humanizado à criança e a família.

Palavras-chave: brinquedoteca hospitalar; criança; pediatria.

1. INTRODUÇÃO

A infância é um período essencial para a vida humana, uma vez que é nesta fase que a criança se desenvolve, conhece, aprende e descobre o mundo a sua volta (GASPAR; CABRAL, 2009).

O brincar é uma atividade de grande importância, pois estimula o desenvolvimento sensorio-motor, a cognição e o vínculo social e, é através da brincadeira que a criança conhece e descobre o mundo à sua volta. (GASPAR; CABRAL, 2009).

A brincadeira exerce variadas funções no desenvolvimento infantil, contribuindo para a autoconsciência, criatividade, socialização, moralidade, desenvolvimento intelectual e sensorio-motor. E por meio delas, as crianças aprendem sobre o mundo e as formas de enfrentar diversos ambientes, objetos, tempo, espaço, estrutura e pessoas (FRANKLIN; PROWS, 2014).

Durante o processo de desdobramento da infância, a criança pode ser acometida por alguma patologia que pode gerar um internamento hospitalar, causando sentimentos de estresse e confusão, pois muitas vezes ela não compreende

e/ou vê essa situação como forma de punição (GASPAR; CABRAL, 2009).

O ato de brincar não deve ser visto só como um meio que promove a distração da criança, mas também como um método terapêutico que permite a expressão de forma natural de seus sentimentos, extravasando o modo como ela enxerga o próprio tratamento, amenizando assim os traumas da internação (PALM; BRANDOLT; GONÇALVES, 2012). Em 2005 foi instituída a Lei da Brinquedoteca, Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedoteca nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. O Art. 3º coloca que a brinquedoteca é um espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar, contribuindo para a construção e/ou fortalecimento das relações de vínculo e afeto entre as crianças e seu meio social (BRASIL, 2005).

A brinquedoteca permite que a criança estabeleça uma nova perspectiva do hospital. Através dela a criança é preparada para vivenciar situações as quais ela não estava familiarizada.



Possibilita por meio da brincadeira o progresso do desdobramento da infância e pode coadjuvar na sua recuperação (MORAES, 2013).

Desta forma, de acordo com Paula e Foltran (2015) podemos entender “o brincar como uma função básica da criança, que brincando ela explora, descobre, aprende e apreende o mundo a sua volta e que numa situação de internação hospitalar, toda a sua rotina é modificada, a brinquedoteca apresenta-se como uma alternativa rica para atender a essa demanda”.

Considerando a importância da brinquedoteca hospitalar, foi proposto um projeto de extensão intitulado Brinquedoteca Hospitalar com objetivo de manter, organizar e promover o brincar na brinquedoteca de uma instituição hospitalar filantrópica do município de Catalão – GO.

Com isto, acredita-se que o projeto colabore com a instituição para manutenção deste ambiente dentro da unidade de internação pediátrica e o brincar seja estabelecido como estratégia do cuidar humanizado à criança hospitalizada; direito este essencial ao desenvolvimento infantil garantido pelo estatuto da criança e adolescente em seu artigo 16 (BRASIL, 2013).

O objetivo deste trabalho é descrever como ocorreu o processo de constituição do projeto de extensão Brinquedoteca Hospitalar e a efetivação das atividades desenvolvidas até o momento, trazendo a experiência de acadêmicos da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC).

O projeto de Extensão Brinquedoteca Hospitalar, conta com a participação de alunos de alunos de diversos cursos, o que atribui o caráter de interdisciplinaridade a este. Foi idealizado por professores do curso de enfermagem da UFG/Regional Catalão, a partir da resolução que regulamenta e obriga as instituições hospitalares que dispõem de pediatria em regime de internação da obrigatoriedade de uma brinquedoteca.

2. METODOLOGIA

Durante as atividades práticas da disciplina “Processo de Cuidar em Saúde da Criança II” do curso de Enfermagem, realizadas em uma unidade de internação pediátrica desta instituição hospitalar, notou-se a necessidade de uma equipe de acompanhamento diário com o objetivo de proporcionar e estimular o brincar para as crianças internadas, surgindo assim o projeto de extensão.

Foram realizadas algumas discussões, levantamento bibliográfico e leituras pertinentes ao

tema de trabalho, além do planejamento das atividades junto com todos os envolvidos no projeto. Ocorreu também um treinamento dos acadêmicos, acerca da importância do brincar, condutas e cuidados com a higienização do ambiente e dos brinquedos, com ênfase nas técnicas adequadas de assepsia e desinfecção.

Anterior ao início das atividades no hospital, foi realizada uma campanha na Universidade a fim de arrecadar doações de brinquedos, visto que, os já existentes na ala pediátrica encontravam-se em pequena quantidade, alguns deteriorados e, que não contemplavam diversas faixas etárias de desenvolvimento da criança.

As atividades do projeto iniciaram em agosto de 2014 e atualmente participam do projeto dezessete acadêmicos do curso de Enfermagem e Psicologia da UFG/RC. A atuação da equipe de voluntários do projeto tem sido de grande importância na consolidação dos objetivos propostos, na inserção do brincar, na manutenção e funcionamento da brinquedoteca e sua divulgação.

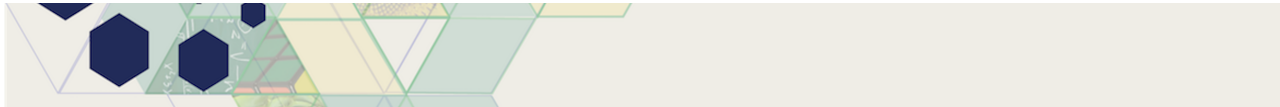
Para a realização das ações propostas foi reorganizado um espaço já existente na unidade de pediatria, para tornar-se a brinquedoteca, realizando adaptações para tornar o ambiente mais propício à interação entre as crianças, e ao brincar, como disposição de mesas e cadeias, decorações infantis.

O desenvolvimento das atividades ocorre diariamente no período matutino e vespertino, no horário de 9h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min, em que os voluntários são divididos em uma escala semanal, afim de não comprometer outras atividades acadêmicas.

A rotina baseia-se em verificar nos prontuários informações de saúde, idade, sexo, e outras informações que poderiam influenciar a brincadeira, é realizada a desinfecção dos mobiliários e brinquedos que estão expostos, organizado o espaço e oferecida atividades de recreação às crianças. Sempre é respeitado o interesse e motivação de cada uma às atividades, sendo selecionadas as mais brincadeiras e brinquedos adequados a faixa etária de desenvolvimento e disponibilidade na brinquedoteca.

Ao finalizar as atividades diárias, os brinquedos podem permanecer com a criança, caso deseje, possibilitando a brincadeira na ausência dos acadêmicos e por um tempo prolongado. Os brinquedos e ambientes da brinquedoteca são higienizados diariamente com água e sabão e álcool 70%, para evitar a proliferação de infecções.

Também foram desempenhadas ações como a animação da festa do dia da criança, evento aberto a demais crianças que não estivessem em



internação, e a semana do Natal, em que foram feitas decorações natalinas e, cantadas músicas para alegrar não só na ala pediátrica, como também enfermarias adultas.

O controle das atividades, o número de crianças, tipos de brincadeiras/recreações realizadas, higienização dos brinquedos, brinquedos deixados no leito com as crianças e, frequência dos voluntários são registrados diariamente pelos acadêmicos no livro ata, servindo como instrumento de comunicação entre os participantes deste projeto e, que foi usado para coleta de algumas informações que serão descritas adiante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão da Brinquedoteca Hospitalar, mesmo no pouco tempo de funcionamento, pode-se perceber que as crianças e os adolescentes hospitalizados apresentavam características bem variadas de comportamento. No período de outubro de 2014 a março de 2015, estiveram internadas 114 crianças, sendo que 95 foram atendidas pelo projeto, a maioria do sexo masculino, 62%.

As faixas etárias predominantes foram de lactentes (29 dias a 1 ano), infantes (1 a 3 anos) e pré-escolares (3 a 5 anos), com predominância do sexo masculino.

Quanto ao quadro de internação hospitalar, notou-se que sobressaíram problemas respiratórios (gripes, pneumonias, asma, bronquite), diarreia, pós cirúrgicos (apendicectomia, herniotomia, fraturas de membros), acidentes de trânsito, acidentes domésticos e patologias diversas.

Em estudo realizado por Moura e colaboradores (2010) as três principais causas de internação pediátrica sensíveis a atenção primária no Brasil, nas faixas etárias de menores de 1 ano, 1 a 4 anos e 5 a 9 anos, foram gastroenterites infecciosas e complicações, asma e pneumonias bacterianas. Dado próximo ao observado na internação pediátrica do referido projeto.

O projeto de extensão da brinquedoteca conta com oficinas (desenho, pintura, histórias), jogos (bola, boliche, dominó, quebra-cabeça, encaixar peças), brincadeiras de carrinhos, casinha, bonecas, além de momentos com músicas e filmes infantis. As recreações são realizadas no próprio leito do paciente ou no espaço da brinquedoteca, respeitando a vontade de cada criança e suas limitações.

Segundo Maia et al (2008) as atividades proporcionam momentos de lazer, tornando-se um auxílio na recuperação, ajudando a diminuir o trauma psicológico da internação, e também um

elemento de estimulação dos pais e familiares a compreenderem a importância do brinquedo e das brincadeiras no processo de internação, sendo fundamental para preservar um vínculo saudável e seguro (MAIA et al., 2008).

Para desenvolver atividades com as crianças, notou-se que há a necessidade da aceitação dos pais/acompanhantes. Em casos em que havia uma resistência dos pais, seja por falta de conhecimento a respeito da patologia ou por fatores culturais, as crianças também resistiam ao brinquedista, já quando ocorria uma maior interação entre o brinquedista e os pais, as crianças respondiam com uma melhor aceitação. A receptibilidade de alguns familiares foi notória, especialmente naqueles em que o período de internação da criança era mais prolongado.

A família atua como fonte de afeto e segurança, agindo como facilitadora e mediadora da adaptação da criança ao hospital. Para que isto ocorra de forma autônoma, faz-se necessário que a família esteja orientada a respeito do diagnóstico, tratamento e quadro clínico, auxiliando a equipe nas atividades propostas e a criança a exercer sua independência (GOMES; ERDMANN, 2005).

Alguns acompanhantes aguardavam com expectativa o início das atividades desenvolvidas na brinquedoteca, pois consideravam tratar-se de um período de descontração da criança, podendo também ser um momento de descanso para eles, uma vez que a internação é desgastante tanto física, quanto psicologicamente para ambos (SCHNEIDER; MEDEIROS, 2011).

No que tange às mudanças de comportamentos dos pacientes na brinquedoteca, é possível contemplar a melhoria na aceitação do ambiente hospitalar, no vínculo e afetividade tanto da criança/adolescente como também da própria família.

Outros estudos apresentam resultados semelhantes visto que, o impacto de uma brinquedoteca hospitalar repercute facilitando a comunicação entre profissionais da saúde, criança e seus familiares, pois propiciam tranquilidade, descontração, descanso e aumento da segurança (RIBEIRO; BORBA; REZENDE, 2009; NUNES et al., 2013).

A visão da equipe de saúde no início do projeto era manifestada através de uma resistência quanto as atividades desenvolvidas, consideravam que poderiam atrapalhar os procedimentos de rotina. Mas observou-se que a equipe passou a reconhecer a importância do trabalho realizado. Nunes e colaboradores (2013) realizaram um estudo em que o reconhecimento da equipe de enfermagem foi significativa quanto a importância da brinquedoteca hospitalar, pois a atividade lúdica abre caminhos para a humanização, acolhimento e

fortalecimento dos sujeitos envolvidos na internação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A brincadeira no contexto hospitalar tem grande relevância para a criança, visto que, nas faixas etárias de desenvolvimento mais trabalhadas neste projeto, as crianças não compreendem os fatores da doença e da internação, predominando os sentimentos de separação das fantasias e ambiente, dificuldades de sentir prazer e aprender. Diante disto, o brincar influencia também na redução do estresse, na melhoria das relações e na adequada adaptação à internação, preservando a autonomia da criança em fantasiar e aprender mesmo em processo de tratamento.

Assim, pode-se perceber o quão necessário é a presença e funcionalidade de uma brinquedoteca hospitalar, porém, ainda encontram-se algumas barreiras culturais, tanto da instituição, quanto do núcleo familiar.

Portanto, demonstrou-se os benefícios da prática do brincar institucionalizado, no intuito de minimizar os limites da disseminação do brinquedo terapêutico, afim de tornar esta prática difundida em todas as instituições hospitalares pediátricas, ambulatoriais, unidades de saúde da família, clínicas, proporcionando um atendimento mais humanizado à criança e a família.

6- REFERÊNCIAS

BORBA, R. I. H.; MAIA, E. B. S.; RIBEIRO, C. A. Brinquedo terapêutico; benefícios vivenciados por enfermeiras na prática assistencial a criança e família. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, p. 39-45, mar. 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.104 de 21 de março 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm>. Acesso em: 17 Mar. 2015.

_____. Ministério Público do Estado do Paraná. **Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente**. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado /Murillo José Digíacomo e Ildeara Amorim Digíacomo. Curitiba, 2013. 6ª Edição.

FRANKLIN, Q.; PROWS, C. **Influências genéticas e de desenvolvimento na promoção de saúde da criança**. In: HOCKENBERRY, M.;

WILSON, D. Wong, Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GASPAR, A. P.; CABRAL, S. M. S. C. **Importância da brinquedoteca em um ambiente hospitalar**. Disponível em: <http://fio.edu.br/cic/anais/2009_viii_cic/Artigos/07/07.21.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2015.

GOMES, G. C.; ERDMANN, A. L. O cuidado compartilhado entre família e a enfermagem à criança no hospital: uma perspectiva para a sua humanização. **Rev. Gaúcha Enferm**, Porto Seguro, v. 26, n. 1, p. 20-30, abr. 2005.

MOURA, B. L. A.; CUNHA, R. C.; AQUINO, R.; MEDINA, M. G.; MOTA, E. L. A.;

MACINKO, J. et al. Principais causas de internação por condições sensíveis à atenção primária no Brasil: uma análise por faixa etária e região. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant**, Recife, v. 10, n. 1, p. 83-91, nov. 2010.

NUNES, C. J. R. R.; REBELO, H. D.; FALCÃO, D. P.; PICANÇO, M. R. A. A importância da brinquedoteca hospitalar e da Terapia Ocupacional sob a óptica da equipe de enfermagem de um hospital público do Distrito Federal. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 505-510, 2013.

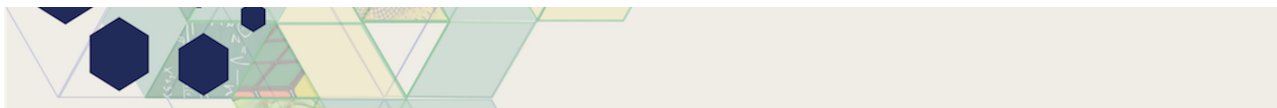
PALMA, M. G.; BRANDOLT, C. R.; GONÇALVES, C. S. **O retrato sobre uma brinquedoteca hospitalar utilizando diário de campo de acadêmicos de Psicologia**. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7156.pdf>>. Acesso em: 16 Mar. 2015.

PAULA, E. M. A. T.; FOLTRAN, E. P. **Projeto Brilhar: Brinquedoteca, literatura e arte no ambiente hospitalar**. Disponível em: <http://www.tibagi.uepg.br/pex/conexasp/trabalhos/7465/artigo_brinquedoteca_5conex.pdf>. Acesso em: 16 Mar. 2015.

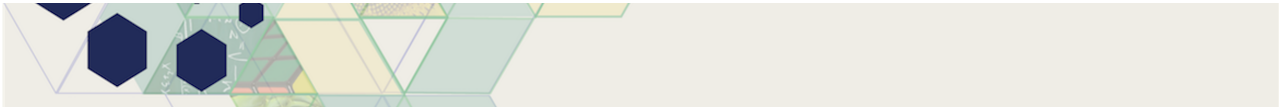
RIBEIRO, C. A.; BORBA, R. I. H.; REZENDE, M. A. **O brinquedo na assistência à saúde da criança**. In: FUJIMONI, E.; OHARA, C. U. S. Enfermagem e saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole; 2009. Cap. 13, p. 287-327.

SCHNEIDER, C. M.; MEDEIROS, L. G. Criança hospitalizada e o impacto emocional gerado nos pais. **Unesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 140-154, jul./dez. 2011.

RESPONSABILIDADE AUTURAL



“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



CÁLCULO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): RESULTADOS DO ANO DE 2016

BORGES, Michelle da Silva, michellesborges01@gmail.com¹
DA SILVA, Brenner Camargo²
DE OLIVEIRA, Tamara Lopes³
ARAUJO, Sandra Vieira⁴
BORGES, Virginia Ananias⁵
PINTO, Felipe Dantas⁶
NETO, André Barra⁷
DE SOUZA, Carla Mendonça⁸

^{1,2,3,4,5,6,7,8} Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Gestão e Negócios

Resumo: O objetivo desta pesquisa é acompanhar a evolução mensal dos treze itens que compõe a cesta básica de Alimentos (Ração Essencial Mínima) no município de Catalão (GO). Especificamente, por meio desta evolução busca-se: i) mensurar o gasto (custo) mensal que um trabalhador teria para adquirir esta cesta; ii) as horas de trabalho necessárias ao trabalhador que ganha salário mínimo, para consumir estes produtos; iii) comparação mensal e anual dos preços dos 13 itens da Cesta. A metodologia deste projeto se baseia no cálculo da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Primeiramente são selecionados os equipamentos comerciais, seguiu-se como critério para a seleção dos estabelecimentos o fluxo de vendas. No caso do município de Catalão (GO), como são poucos os equipamentos comerciais, o DIEESE recomenda que os preços sejam cotados toda semana, para melhor acompanhamento da evolução dos preços. Após a coleta dos preços, são calculados os preços médios (média aritmética) dos produtos por tipo de equipamento comercial, via excel. Depois do cálculo pronto são elaborados Boletins mensais, os quais são divulgados amplamente às instituições interessadas e à população, por meio dos meios de comunicação (Assessoria de Comunicação Social-Regional Catalão (ASCOM-RC), redes sociais, e-mail). Conclui-se que a Cesta Básica de Alimentos em Catalão (GO) ficou 13,67% mais cara em dezembro de 2016, comparado ao mesmo período do ano de 2015. Em dezembro de 2016, o tempo médio necessário para o trabalhador catalano adquirir os produtos da cesta básica foi de aproximadamente 89 horas e 26 minutos.

Palavras-chave: Cesta Básica. Alimentos. Custos. Catalão (GO). Poder de compra.

1. INTRODUÇÃO

A inflação é um indicador macroeconômico que está frequentemente no cenário econômico brasileiro. Na década de 1980, foi conhecida como o dragão da economia. Por que esse indicador é tão temido pelos agentes econômicos? A inflação pode ser entendida como o aumento generalizado e persistente do nível de preços. Uma de seus principais efeitos é a deterioração do poder de compra da moeda. Assim, ao longo da história da economia brasileira, a população adquiriu o hábito de acompanhar a evolução deste indicador.

Tendo como referência a discussão supracitada, o objetivo desta pesquisa é acompanhar a evolução mensal dos treze itens que compõe a cesta básica de Alimentos (Ração Essencial Mínima) no município de Catalão (GO). Especificamente, por meio desta evolução busca-se: i) mensurar o gasto (custo) mensal que um trabalhador teria para adquirir esta

cesta; ii) as horas de trabalho necessárias ao trabalhador que ganha salário mínimo, para consumir estes produtos; iii) comparação mensal e anual dos preços dos 13 itens da Cesta.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Índices de Preço no Brasil

Na Teoria Econômica os especialistas definem a inflação como o aumento generalizado e persistente dos níveis de preços. Mas como mensurar esta elevação dos preços? Blanchard (2011, p.25) pontua que “os macroeconomistas geralmente examinam duas medidas do nível de preços, ou seja, dois índices de preços: o deflator do PIB e o índice de preços ao consumidor”. Portanto, para se analisar o aumento ou não do nível geral dos preços é necessário acompanhar a evolução dos índices de preços.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BC) (2016), “índices de preços são números que agregam e representam os preços de determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos dessa cesta”. Apesar de existirem diversos índices de preços, por exemplo, preços ao produtor, índices de custos de produção, entre outros, os mais empregados e divulgados são os índices de preços ao consumidor.

Quadro 1. Alguns exemplos de Índices de Preços- Brasil

Instituto	Índices de Preço	Índice de preço ao consumidor?
IBGE	IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)	Sim
	INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)	Sim
Ibre-FGV	IPC-3i (Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade)	Sim
Fipe	Fipe-Zap	Sim
Dieese	Cesta Básica Nacional	Sim

Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil, (2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável pela elaboração e divulgação do IPCA e INPC. A Fundação Getúlio Vargas é responsável pelo cômputo de diversos índices, dos quais destaca-se o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i). Mas o que esses índices têm em comum e quais as suas diferenças? Todo índice de preço, sendo ele direcionados ao consumidor ou produtor, expressa a evolução de um conjunto de bens e serviços que compõe uma cesta. Entretanto, cada índice possui uma metodologia.

Assim, eles podem diferir quanto: objetivos; região de coleta; fontes e forma de coleta; periodicidade de coleta, faixa de renda, entre outros.

Tabela 1. Características de IPCA e INPC

Instituto	Índice	Faixa de renda (em salários mínimos)	Área de abrangência	Coleta
	IPCA	1 a 40	10 regiões Metropolitanas + Brasília, Goiânia e Campo Grande	Dia 1 ao dia 30 do mês de referência
IBGE	INPC	1 a 5	10 regiões Metropolitanas + Brasília, Goiânia e Campo Grande	Dia 1 ao dia 30 do mês de referência

Fonte: Fonte: Adaptado do Banco Central do Brasil, (2016).

Mas qual a relevância destes índices para a economia brasileira? São os índices de preços que balizam as tomadas de decisão dos agentes econômicos. De acordo com o Banco Central do Brasil (2016), o IPCA é índice mais importante do ponto de vista da política monetária, pois é referência para o Conselho Monetário Nacional para o Sistema de Metas de Inflação. Ou seja, quando se menciona sobre a taxa de inflação no Brasil, se está mencionando sobre a variação deste índice de preço. Outro índice amplamente divulgado é o INPC, utilizado, sobretudo, para o acordo de dissídios salariais.

2.2 Cesta Básica Nacional- DIEESE

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza a pesquisa da Cesta Básica de Alimentos para as 27 capitais brasileiras. A pesquisa consiste no levantamento e acompanhamento dos preços de 13 itens, em diversos equipamentos comerciais, sendo eles: supermercado; feira-livre; açougue; padaria.

Tabela 2. Provisões mínimas estipulas pelo Decreto Lei nº399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Calé em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Bama/Oleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Obs.: Região 1 - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.

Região 2 - Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Região 3 - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

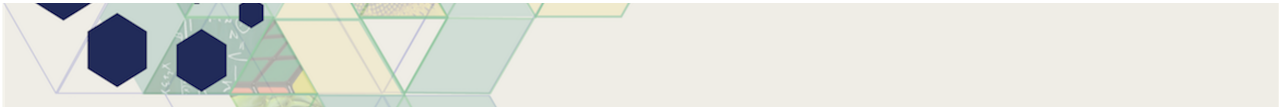
Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Levando em consideração a especificidade de cada região, o DIEESE, por meio do Decreto Lei nº399, estipulou os produtos e as respectivas quantidades da Cesta Básica.

Para a definição de locais de coleta e os tipos de produtos foi utilizada a Pesquisa de Orçamento Familiar de 2008/2009.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho se baseia inteiramente no cálculo da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entretanto, foram realizadas algumas modificações para atender a realidade socioeconômica e cultural do município de Catalão (GO). Portanto, a farinha utilizada será a farinha de trigo e não a farinha de mandioca ou milho, como indicado pelo DIEESE para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e será



substituída a Manteiga pela Margarina. Ressaltando que as quantidades serão, irrevogavelmente, mantidas.

É importante ressaltar que a seleção dos produtos e suas respectivas quantidades foram definidas a partir do Decreto Lei 399/38. De acordo com este Decreto, os tipos de alimentos e suas quantidades foram estipulados por meio da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).

De acordo com a Pesquisa Orçamentária Familiar 2008/2009, foram codificados 172 tipos de locais de coleta, os quais podem ser aglutinados em 4 grandes grupos (DIEESE, 2016, p.3): Supermercados: supermercados, hipermercados, mercearias, armazéns, empórios, etc. Feiras: feiras-livres, mercado municipal, hortifrúti, sacolões, quitanda, frutaria, fruteiro, verdureira, feira de frutas, etc. Açougues: açougue e casa de carne, etc. Padarias: padaria, confeitaria, casa de pães, casa de doce, panificadora, posto de pão, depósito de pão, etc.

Para o município de Catalão (GO) são selecionados os supermercados, feiras, açougues e padarias mais representativos, os quais apresentam um maior fluxo de vendas. É importante destacar que todos os estabelecimentos comerciais são visitados previamente, aproveitando a oportunidade o professor responsável pela pesquisa conversará com os proprietários ou gerentes, e pedirá autorização para fazer a pesquisa de preço, a qual será realizada por alunos da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão (GO) (UFG-RC).

No caso do município de Catalão (GO), como são poucos os equipamentos comerciais, o DIEESE recomenda que os preços sejam cotados toda semana, para melhor acompanhamento da evolução dos preços.

Deve-se ressaltar que o procedimento de coleta é essencial para o bom resultado da pesquisa, assim deve-se cotar os preços todas as semanas, evitando promoções em determinados dias das semanas. Para Catalão (GO), onde são selecionados menos de 30 estabelecimentos, por tipo de equipamento de comércio.

É importante destacar que os preços são coletados na quarta-feira (supermercados, padarias e açougues) e no domingo (feira livre). Após a coleta dos preços, são calculados os preços médios (média aritmética) dos produtos por tipo de equipamento comercial, via excel. O preço médio de cada produto, multiplicado pelas respectivas quantidades definidas no Decreto Lei 399/38, indicará o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja a soma é o custo mensal da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2016, p.11).

Para completar a análise, é calculada a quantidade de horas necessárias para que o trabalhador catalano adquira a cesta básica.

Depois do cálculo pronto são elaborados Boletins mensais, os quais são divulgados amplamente às instituições interessadas e à população, por meio dos meios de comunicação (Assessoria de Comunicação Social-Regional Catalão (ASCOM-RC); redes sociais, e-mail).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre novembro e dezembro de 2016, o custo total da cesta de alimentos no município de Catalão (GO) apresentou queda de **(-0,39%)**. Entretanto, quando se analisa produto a produto, constata-se variações de preços diferentes. Carne (0,82%), farinha de trigo (0,37%), tomate (6,27%), pão francês (1,26%), café em pó (0,80%), banana (13,34%), açúcar (0,08%), óleo (11,51%) e margarina (2,53%) apresentaram uma ligeira alta. Já os produtos; leite (-4,35%), feijão (-21,19%), arroz (-1,21%), batata (-14,85%) registraram queda. Na Tabela 3 pode-se verificar a variação mensal de cada item da cesta básica.

Em dezembro, o preço do feijão carioca caiu, seguindo a tendência do mês anterior, apresentando uma queda (-21,19%). No entanto, no acumulado, a elevação é expressiva, apresentando uma variação de aproximadamente 47,36%. Segundo o DIEESE, “O clima instável ao longo do ano, devido a chuvas intensas ou calor excessivo, fez com que houvesse redução da produtividade do grão. Além disso, a importação do grão carioca não foi suficiente para abastecer a demanda. Com isso, os preços dos dois grãos se elevaram”. (DIEESE, p.4, 2016)

No mês de dezembro, o preço do café apresentou certa estabilidade. Entretanto, no acumulado o grão apresentou uma variação positiva de 16,57%. O preço do arroz também apresentou queda. No mês de dezembro, esse produto registrou uma variação negativa de 1,21%. No acumulado, o arroz verificou-se uma variação expressiva de aproximadamente 14,24%.

O preço do açúcar, no mês de dezembro de 2016, no município de Catalão (GO), apresentou variação significativa. No entanto, no acumulado, o aumento foi de aproximadamente 28,26%. Conforme o Dieese, “demanda externa aquecida impulsionou a exportação em quase todos os meses do ano e elevou o preço interno”. (DIEESE, p.4, 2016).

Tabela 3. Participação relativa do item, variação mensal (%) e Tempo de trabalho referente à cesta básica para o município de Catalão (GO) – dezembro de 2016

ALIMENTOS	Média do mês	Participação relativa do item	Variação mensal (entre novembro e dezembro de 2016)	Variação anual (entre dezembro de 2015 e dezembro de 2016)	Tempo de trabalho
Carne (6Kg)	104,40	29,06%	0,82%	8,85%	26h6min
Leite (7,5L)	20,74	5,77%	-4,35%	1,41%	5h11min
Feijão (4,5Kg)	20,20	8,13%	-21,19%	47,36%	7h20min
Aroz (3Kg)	8,86	2,47%	-1,21%	14,24%	2h13min
Farinha de Trigo (1,5Kg)*	4,64	1,29%	0,37%	5,87%	1h10min
Batata (6Kg)	16,08	4,48%	-14,85%	-23,70%	3h38min
Tomate (9Kg)	31,46	8,76%	6,27%	-12,31%	7h52min
Feijão Francês (6Kg)	61,80	17,21%	1,26%	12,89%	15h27min
Café em Pó (0,6Kg)	10,04	2,79%	0,80%	16,57%	2h30min
Banana 90Und.	52,92	14,73%	13,34%	68,31%	13h14min
Açúcar (3Kg)	8,52	2,37%	0,08%	28,26%	2h13min
Óleo (750ml)	3,08	0,86%	11,51%	13,90%	0h46min
Margarina (0,750Kg)*	7,48	2,08%	2,53%	13,32%	1h52min
Tempo médio da cesta	359,22	100,00%	-0,39%	13,67%	89h26min

Fonte: dados da pesquisa, 2016.

O preço da carne, em dezembro, apresentou uma variação positiva de 0,82%. No acumulado, essa variação chegou em 8,85%. O preço do tomate apresentou variação positiva (6,27%), no mês de dezembro. Todavia, no acumulado, essa variação foi negativa (-12,31%). De acordo com o Dieese, “o preço do produto oscilou bastante ao longo de 2016, principalmente pela instabilidade do clima. A diminuição acumulada no preço do fruto em quase todas as localidades, se deu pelo calor, que ajudou a maturá-lo e fez com que houvesse maior oferta no varejo. (DIEESE, p.4-5, 2016).

O preço da batata também apresentou queda, registrando um declínio de 14,85%. No acumulado, a queda foi de aproximadamente 24%. Conforme o Dieese, “mesmo com meses de alta no valor da batata, por falta de oferta, houve normalização e o preço do produto, em média, diminuiu muito. Nos últimos meses, a safra das águas apresentou boa produtividade e o preço caiu no varejo”. (DIEESE, p.5, 2016).

Seguindo a tendência do mês anterior, o leite apresentou uma variação negativa de 4,35%, no mês de dezembro. No acumulado, essa variação foi de 1,41%.

É importante salientar que diversos produtos que compõem a cesta básica de alimentos (*in natura*) são sensíveis às oscilações climáticas, desse modo, diversos preços são afetados diretamente.

Em dezembro de 2016, o tempo médio necessário¹ para o trabalhador catalano adquirir os produtos da cesta básica foi de aproximadamente 89 horas e 26 minutos. Já no mês de novembro, esse valor de foi de 90 horas e 10 minutos. Isso implica dizer que o poder de compra do trabalhador catalano aumentou.

Em dezembro de 2016, no município de Catalão (GO), a relação custo da cesta básica/salário líquido mínimo (após o desconto previdenciário) foi de 44,37%. Ou seja, 44,37% do salário mínimo²

líquido foi comprometido com o custo da cesta básica. Em novembro de 2016, a parcela necessária para adquirir a cesta básica de alimentos foi de 44,54% do salário mínimo líquido.

O comparativo DIEESE tem como objetivo comparar os resultados dos cálculos da cesta básica de Catalão (GO) com os resultados que o DIEESE calcula para outros municípios brasileiros. No município de Goiânia, no mês de dezembro de 2016, o custo da cesta básica calculado pelo DIEESE foi de R\$ 386,84, registrando uma queda em relação ao mês anterior (-0,19 %). Comparando o valor da cesta básica de Goiânia (R\$ 386,84) com o município de Catalão (GO) (R\$ 359,22), o custo da cesta básica em Goiânia se mostra superior em R\$ 27,62.

Em dezembro de 2016, “o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi apurado em Porto Alegre (R\$ 459,02), seguido de Florianópolis (R\$ 453,80), Rio de Janeiro (443,75) e São Paulo (R\$ 438,89). Os menores valores médios foram observados em Recife (R\$ 347,96), Aracaju (R\$ 349,68) e Natal (R\$ 351,96)”. (DIEESE, p.1, 2016)

O preço médio mensal da cesta básica apresentado refere-se ao consumo de um trabalhador em idade adulta. Já o gasto alimentar de uma família pode ser obtido considerando que a mesma é composta por quatro pessoas sendo dois adultos e duas crianças, as quais corresponderiam o consumo de um adulto. Portanto, o cálculo do custo familiar de alimentação é realizado considerando três indivíduos em idade adulta. Assim, o dispêndio de uma família, em Catalão (GO), com a cesta básica de alimentos seria de **R\$ 1.077,66** durante o mês de dezembro de 2016.

Em dezembro de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro “pessoas deveria equivaler a **R\$ 3.856,23**, ou **4,38** vezes o mínimo de R\$ 880,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a **R\$ 3.940,41**, ou **4,48** vezes o piso vigente”. (DIEESE, p.1, 2016).

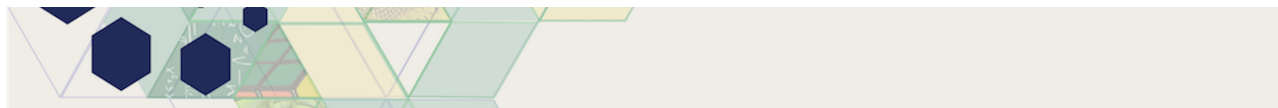
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que esta pesquisa está cada vez mais ganhando evidência, tanto no meio acadêmico como nos meios de comunicação local, em virtude, sobretudo, da crise econômica e política que assola o país. O brasileiro tem acompanhando, de forma mais intensa, a evolução dos preços dos produtos, principalmente dos alimentos.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza a pesquisa da Cesta Básica de Alimentos para as 27 capitais brasileiras. Porém, os demais municípios não são contemplados nesta pesquisa. Assim, abre-se a possibilidade para o cálculo do custo mensal da cesta básica no município de Catalão (GO).

¹ Tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica. A jornada de trabalho adotada na Constituição de 1988 é de 220Hs/mês.

² Em 1° de janeiro de 2016, o valor do salário mínimo foi reajustado em 11,68% passando a valer R\$ 880,00.



A principal motivação deste trabalho é permitir que a comunidade catalana tenha conhecimento e informação sobre a evolução dos preços de uma cesta composta por 13 itens. A partir desta pesquisa consegue-se atingir à comunidade, e, portanto, estreitar a relação entre Sociedade e Universidade; e possibilita o envolvimento dos alunos de graduação na construção do conhecimento. É importante ressaltar que a essência da pesquisa não é somente apresentar o valor (custo) da cesta básica, mas, sobretudo, acompanhar a evolução do poder de compra do trabalhador catalano.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Índices de Preços no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 abril, 2016.

BLANCHARD, Oliver. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos: janeiro de 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 14 março, 2016.

_____. **Valor da cesta básica aumenta em todas as capitais em 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 08 janeiro, 2017.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

CICLO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM ENGENHARIA

Assunção, Gustavo Ribeiro, gustavora_engcivil@outlook.com

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Engenharia

Resumo: O presente texto traz como assunto principal a atuação do projeto Ciclo de Cursos de Capacitação em Engenharia, como ferramenta de extensão universitária, durante toda a sua duração, como se procedeu após a aprovação da ação, o público alvo atingindo uma diversidade de pessoas, os mecanismos utilizados para a divulgação e a execução dos cursos oferecidos e o resultado final obtido com a aplicação dos mesmos. Esta ação visou capacitar a comunidade em cursos nas áreas de Engenharia. Estes conhecimentos poderão ser utilizados nas mais diferentes áreas do conhecimento, como na gestão de projetos, gestão da manutenção, gestão industrial, entre outras.

Palavras-chave: Engenharia. Capacitação. Cursos.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma ferramenta extremamente importante, a qual funciona como uma ponte entre os conhecimentos gerados na Universidade e a sociedade. Sabe-se que são poucos os que tem acesso direto a esses conhecimentos, tendo a extensão uma grande função social evidenciando o caráter público da Universidade. A Universidade tem como suas principais funções sociais, as de formular políticas públicas e contribuir na solução de diversos problemas sociais da população (MENDONÇA e SILVA, 2002).

A Universidade deve fazer parte da formação do cidadão seja aquele que frequenta a mesma, ou aquele que vive nos seus arredores, para isso a extensão universitária é aplicada conseguindo ser o meio articulado entre o produto gerado pela Universidade seja ele pesquisa ou ensino e a sociedade, levando à possíveis aplicações e soluções (SOUSA, 2000).

A Engenharia é um dos principais impulsionadores do desenvolvimento econômico das nações. A capacidade de criar e produzir bens de grande valor agregado influencia e muito na balança comercial do mundo globalizado. Os profissionais de Engenharia têm como principal característica a inovação. Com a crescente evolução das tecnologias e a extinção de outras já existentes, a formação dos engenheiros deve visar o essencial e a adaptação à novos conhecimentos (FILHO, 2012).

Partindo desde pressuposto, o Ciclo de Cursos de Capacitação em Engenharia surgiu com o intuito de ser uma ferramenta de extensão universitária que visa capacitar a comunidade em assuntos técnicos em Engenharia, promover a educação continuada dos profissionais da região e possibilitar um contato da comunidade com os assuntos relativos à Engenharia.

O público alvo desse projeto é bem diversificado contemplando profissionais das empresas da região,

membros da comunidade em geral, alunos e ex-alunos da UFG, do SENAI e de outras instituições da região.

E a importância do projeto está no fato de que as ferramentas de engenharia são amplamente utilizáveis nas mais diferentes áreas do conhecimento. E como o projeto visa oferecer cursos para a aplicação dessas ferramentas, ele possibilita para os alunos que tenham realizado os cursos ofertados, o aumento da competitividade das empresas da região.

2. METODOLOGIA

Para dar seguimento ao projeto, após ter sido aprovado, foi necessário realizar a abertura de uma conta em conjunto com a FUNAPE para armazenar o fundo arrecado pelos cursos oferecidos durante toda a extensão do projeto. Com a abertura da conta, foi possível ao coordenador da ação o acesso à página da FUNAPE através de um login próprio para a geração de boletos para recebimento dos valores previstos para cada curso dado. A conta foi aberta seguindo os trâmites legais.

Para cada curso ofertado foram realizados vários procedimentos, procedimentos esses que possibilitam a execução dos mesmos. As inscrições dos alunos foram realizadas por meio de uma plataforma online utilizando o Google docs.

A divulgação dos cursos foi realizada primeiramente por meio da rede social Facebook, através da criação de uma página que foi feita especialmente para o projeto, posteriormente também foram elaborados folders específicos para cada curso “Fig. 1” e “Fig. 2”, com o objetivo de realizar uma divulgação visual na Universidade e em empresas.

Figura 1. Folder – Gestão de Projetos – Tópicos Básicos



Fonte: Próprio autor, (2017)

Figura 2. Folder – Introdução ao Latex



Fonte: Próprio autor, (2017)

Cada folder como pode ser observado contempla as principais informações relacionadas ao curso como o número de vagas, a carga horária, o valor do curso, as datas de realização, o horário que o curso será

dado, a programação, a localização de onde pode se obter informações e os telefones de contato.

Para a realização dos cursos foi necessário também se fazer a reserva de uma sala no prédio das engenharias que comportasse a quantidade de vagas oferecidas e que tivesse computadores suficientes para os mesmos, sendo 20 as vagas. Seguida a reserva da sala, para cada curso foi realizada a instalações nos computadores dos respectivos programas necessários para a execução dos cursos.

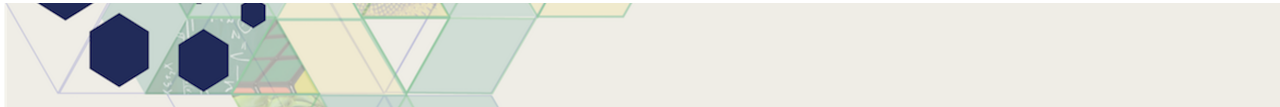
No decorrer do projeto foram ofertados dois cursos, sendo eles: Gestão de Projetos – Tópicos Básicos e Introdução ao Latex, com uma visão futura de poder se ofertar novamente os dois cursos e para um caso específico com a já existência de duas turmas poderia ser ofertado o curso Gestão de Projetos – Tópicos Avançados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação dos cursos e o fechamento do projeto foi possível notar que o objetivo proposto foi alcançado. No início houve uma procura meio tímida de interessados nos cursos, mas depois com a intensificação da divulgação e a proposta que cada curso tinha, o número de inscritos quase atingiu a quantidade máxima de vagas.

O curso de Gestão de Projetos – Tópicos Básicos foi ministrado pelo Prof. Dr. Marco Paulo Guimarães e proporcionou aos alunos toda uma noção de gerenciamento de projetos, das normas vigentes nessa área, de PMBOK (Project Management Body of Knowledge), de PMI (Project Management Institute), de programas computacionais para controle de projetos, de atribuições e configurações das tarefas de um projeto e de diagrama de rede PERT/COM. Este curso conseguiu atingir todas as expectativas dos inscritos, sendo solicitado até uma turma do mesmo curso só que trabalhando com tópicos avançados.

Já o curso de Introdução ao Latex foi ministrado pela aluna de mestrado de engenharia de produção Karla Melissa e proporcionou aos alunos o conhecimento do programa Latex, como também sua execução para trabalhar com a estruturação de um texto, figuras, tabelas e ambientes matemáticos, referências, apresentação de slides e por fim com todos esses conhecimentos foi possível aplicar as práticas em artigos de revistas, TCC, dissertações e teses. Esse curso em si foi bastante interessante pois a aplicação dos seus ensinamentos facilita bastante a vida de quem mexe com a parte de pesquisa, trabalhos acadêmicos e para aqueles que estão finalizando a graduação e precisam defender o TCC. Este curso também teve aceitação total dos inscritos, mas em meio a realização do mesmo, pode-se notar que talvez seria necessário estipular um pré-requisito na área de programação, pois a programação é a base do curso, não que seja um empecilho para se cursar o curso,



mas talvez em casos de turmas lotadas poderia prejudicar o andamento do curso.

Foi obtido um retorno bem positivo da parte dos alunos que cursaram os cursos oferecidos. Notou-se a presença de uma nova demanda para novos cursos, havendo também o pedido de mais turmas e também de cursos avançados relacionados a aqueles cursos mais de introdução a determinado assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpru-se o que foi planejado para o projeto dentro das possibilidades e disponibilidades durante a execução do mesmo. Houve êxito em tudo que foi proposto e nenhum curso que foi ofertado deixou a desejar no âmbito de conhecimento e ensino.

Ao final destas atividades, observou-se que ações como essa são bem aceitas tão no interior da Universidade quanto externamente. E que executadas de forma correta e com responsabilidade pode atingir os mais diferenciados públicos fornecendo qualidade.

Espera-se promover mais projetos que tenham esses objetivos de fornecer cursos relacionados a Engenharia, pois isso acarreta em mais inovação e competitividade no mercado. Um curso para determinada vaga pode ser visto como um diferencial. Vale ainda ressaltar que apesar de ser cobrada uma taxa que na sua maioria é abaixo do valor da concorrência, os fundos arrecadados retornar em forma de benefícios para a Unidade Acadêmica Especial de Engenharia, sempre em busca de se desenvolver para melhor transmitir os conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Marco Paulo Guimarães que foi o coordenador da ação, ao Prof. Dr. Antonio Nilson Zamunér Filho que fazia parte da equipe executora, ao Iago Ferreira técnico do prédio das engenharias e a Unidade Acadêmica Especial de Engenharia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, pelo apoio para a realização do projeto e tudo o que acompanhou o andamento do mesmo.

REFERÊNCIAS

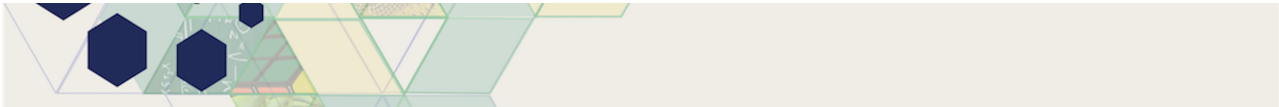
MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras.** São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000. 138 p.

SILVA FILHO, R. L. L. **“Para que devem ser formados os novos engenheiros? ”.** São Paulo, 2012. 19 p. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-para-que-devem-ser-formados-os-novos-engenheiros,838027>>.

RESPONSABILIDADE AUTORMAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



CORPO E LUDICIDADE: VIVÊNCIAS CORPORAIS PARA IDOSOS EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

Santos, Lidiene Policena, lidienedosantos@hotmail.com¹

Santos, Cristiane da Silva¹

Pereira, Mayara sabline Santos Pereira, mayarasabline@outlook.com¹

Rodrigues, Caroline Silva, Caroline_srodrigues@hotmail.com¹

Santos, Thaís de Sousa¹

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: Os idosos que vivem em Instituições de Longa Permanência (ILP) têm um estilo de vida mais sedentário do que os que vivem em seus lares, visto que não podem frequentar academias, fazer caminhadas nos locais disponíveis na cidade, participar dos eventos organizados, dentre outros. Nesse sentido o presente projeto de extensão visa proporcionar vivências corporais aos idosos que residem na Fundação Espírita Antero da Costa Carvalho na cidade de Catalão-GO. Atualmente, essa Fundação abriga 31 idosos de ambos os sexos com diferentes faixas etárias. O projeto é desenvolvido às terças-feiras das 13h30min às 15h00min. As vivências corporais são realizadas por meio de músicas; contos; jogos e brincadeiras; danças; atividades de coordenação motora e raciocínio (pinturas, desenhos, colagens, quebra-cabeça, blocos de montagem, dentre outras) que resgatam a história de vida dos idosos e potencializam esses corpos por meio da expressão, da alegria, do lúdico, do sorriso. A prática de atividade física na ILP é um momento marcado pela brincadeira, integração e satisfação social, instantes alegres e de convivência com outras pessoas, como as alunas do curso de Educação Física, que representa um momento em que o idoso se sentirá visitado, estimulando assim no aluno a consciência crítica-sócio-cultural no que se refere ao idoso na sociedade. As vivências corporais realizadas nos mostram a vivacidade e as potencialidades que fluem nesses corpos-idosos que são imobilizados e desacreditados por falta de políticas públicas que garantam e efetivem os direitos dessas pessoas que ainda são vistas como pessoas de assistência, de cuidados.

Palavras-chave: Corpo e Ludicidade. Instituição de Longa Permanência. Idosos.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, em termos demográficos, há um crescimento elevado da população idosa em relação aos demais grupos etários (GUIMARÃES et al, 2016). O sonho de uma vida longa deixou de ser apenas um desejo e se tornou uma realidade em âmbito mundial de forma que “[...] em todo o mundo, nunca tantos viveram tanto tempo” (COTES, 2006, p. 52 apud SANTOS, 2008, p. 1). Em todos os países vem ocorrendo um processo de envelhecimento populacional. É nessa perspectiva que Chaimowics (2009) salienta que nos próximos quarenta anos a proporção de idosos no Brasil irá triplicar e afirma que no ranking dos países com maiores populações de idosos do mundo o Brasil saltará da 16ª posição para a sétima em 2025, sendo que até o ano de 2020 a proporção de idosos passará de 5% para 10%, a expectativa de vida chegará a setenta anos para homens e 76 para mulheres e, até 2050, 38 milhões de brasileiros terão mais de 65 anos, o que corresponderá a 18% da população (GOMES; SANTOS, 2014).

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e as causas para o aumento do número de idosos estão relacionadas às menores taxas de natalidade e mortalidade, à descoberta de cura para várias doenças, às vacinas, à urbanização das cidades, ao saneamento básico e à mudança de comportamento em relação à saúde e principalmente ao estilo de vida (alimentação e atividade física) (CARVALHO; BARBOSA, 2003).

As alterações relacionadas ao envelhecimento são devidas primariamente ao estilo de vida, então a manutenção de uma atividade física regular torna-se fator primordial, ao longo do processo de envelhecimento, uma vez que, a realização de exercícios físicos, esportes e atividades como a dança, ioga, alongamento, ginástica geral, musculação, natação, jogos recreativos e brincadeiras lúdicas possibilitam ao idoso expressar os sentimentos, conhecer a movimentação e os limites do próprio corpo, melhorar a autonomia funcional e a autoestima, ocupar o tempo em prol de si mesmo, possibilitando que se distraia das incertezas, angústias e dos medos. Portanto,



possibilitam não somente a prática corporal em si, mas também o processo de intervenção na saúde, propiciando aos idosos momentos de lazer, diversão e recordação dos momentos marcantes que ao longo da vida foram sendo esquecidos pela ausência de estímulos e falta de interesses, chegando a promover resultados superiores à utilização de medicamentos em muitas situações médicas comuns como a pressão alta (GOMES; SANTOS, 2014).

Além disso, deve-se considerar que as mudanças na capacidade física de idosos decorrentes de uma vida ativa, por meio da prática regular de atividades físicas, favorecem que os mesmos consigam realizar, com maior facilidade, as atividades da vida diária - AVDs como, por exemplo, caminhar, subir escadas e carregar sacolas (GOMES; SANTOS, 2014).

Assim, se partirmos do entendimento de que o processo de envelhecimento está associado à redução da capacidade aeróbia máxima, da força muscular, das respostas motoras mais eficientes e da capacidade funcional que leva a incapacidade para a realização das atividades da vida diária como carregar peso, caminhar alguns metros, etc, podemos avaliar que os idosos são o grupo que mais se beneficiam com a prática da atividade física regular, favorecendo os aspectos físicos e motores como maior equilíbrio pessoal, estimula os reflexos, proporciona agilidade, contribui para a melhora da flexibilidade, permite ainda o estabelecimento de relações interpessoais; a melhora no estado de ânimo; o aumento da autoestima; melhora da imagem corporal; contribui para romper situações de solidão e reduzir os níveis de depressão, bem como possibilita ao indivíduo compartilhar objetivos de vida, opiniões, momentos de alegria com outras pessoas haja vista que o círculo de amizades e relações do idoso também é ampliado (SANTOS, 2008).

A manutenção de uma vida ativa ao longo do processo de envelhecimento humano está relacionada com uma melhor qualidade de vida a qual é influenciada pelo estilo de vida de cada pessoa e um estilo de vida saudável inclui a realização de atividades físicas regulares (GOMES; SANTOS, 2014).

Entretanto, os dados apontam que a inatividade física é mais presente nos idosos do que em qualquer outra faixa etária e, como sabemos, tal fato pode colaborar para uma perda de independência em idade mais avançada. Entendemos ainda que os idosos que residem em Instituições de Longa Permanência (ILP) têm um estilo de vida mais sedentário do que os que vivem em seus lares, visto que não podem frequentar academias, fazer caminhadas nos locais disponíveis na cidade, participar dos eventos organizados.

Se considerarmos a realidade brasileira veremos que as ILPs ora não desenvolvem um programa de atividade física para esses sujeitos, ora, em sua maioria, oferecem um precário

atendimento aos idosos no que se refere ao desenvolvimento de programas de atividades ocupacionais, educacionais, bem como de atividades físicas e de lazer. Assim, os idosos que residem nessas instituições ficam na maioria de seu tempo livre, sem uma prática de lazer ou esporte, o que nos permite afirmar, conforme Souza (1999, p.23), que “os idosos ficam a maior parte do dia em ociosidade sentados ou deitados, permanecendo introspectivos por longas horas de silêncio. Parece-se que os idosos não possuem outra alternativa senão aguardar a morte”.

Anacleto (2004 apud MOURÃO; SILVA, 2010, p. 331), “ao realizar uma pesquisa sobre instituições de longa permanência para idosos, observou que alguns fatores físicos, psicológicos e sociais criavam vazios, espaços que ficavam entre a perda dos amigos e familiares e o ajustamento ao novo ambiente asilar. Entre esses fatores, a perda da identidade, a diminuição de atividades laborativas, problemas de saúde e o sedentarismo contribuíam para a instalação de um baixo grau de autoestima entre idosos asilados”.

Ser geronte em uma Instituição de Longa Permanência é “ainda mais delicado em virtude da maior tendência em viver de forma menos ativa (Vieira, Aprile & Paulino, 2014). Langoni, Borsatto, Valmorbida e Resende (2013) alertam sobre o sedentarismo dos idosos institucionalizados, levando-os a apresentar um condicionamento físico reduzido e possibilidade de aumento de doenças em virtude da falta de atividades físicas. Tal fato pode ser minimizado por meio da prática de exercício físico, tendo como foco a promoção de saúde para essa população (Teixeira *et al.*, 2011)”. (GUIMARÃES *et al.*, 2016, p. 445)

Nessa perspectiva, a realidade das ILPs em nosso País está mais para o assistencialismo do que para garantir, efetivamente, os direitos do cidadão idoso no que se refere, por exemplo, a integração com a comunidade, bem como o acesso aos serviços públicos de qualidade e a atividade físicas e de lazer.

O direito a atividade física do idoso é garantido no terceiro artigo do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 01/12/ 2003). Esse artigo expressa que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Nesse sentido o presente projeto de extensão visa proporcionar vivências corporais, bem como palestras visando a melhora da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos idosos que residem na Fundação Espírita Antero da Costa Carvalho na cidade de Catalão-GO. Mais especificamente pretende-se: a) Resgatar a partir da música e de contos a história de vida dos idosos; b)



Prescrever, aplicar e orientar um programa de vivências corporais (alongamento, jogos, brincadeiras, ginástica adaptada, dança e atividades de coordenação motora) conforme as necessidades e interesses dos idosos; c) Promover eventos e palestras sobre temas relacionados à atividade física e terceira idade; d) Promover eventos e atividades que envolvam a participação dos familiares e amigos dos idosos. e) Estimular nos alunos a consciência crítica-sócio-cultural no que se refere ao idoso na sociedade; f) Estimular nos alunos a produção de conhecimentos e a participação dos mesmos em eventos científicos e comunitários sobre o tema da terceira idade e atividade física.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada está voltada ao trabalho social de caráter exploratório realizado com os idosos da Fundação Espírita Antero da Costa Carvalho da cidade de Catalão-GO. Atualmente, essa Fundação abriga 31 idosos de ambos os sexos, sendo que a maioria deles apresenta mobilidade reduzida e/ou utiliza cadeira de rodas.

Para elaborar e orientar o programa de vivências corporais, inicialmente foi realizado uma análise de conjuntura da Instituição e o levantamento dos seguintes dados dos idosos: sexo, faixa etária, utilização de medicamentos, patologias, pressão arterial (PA), frequência cardíaca (FC), dentre outros com vistas a identificar suas necessidades.

Os alunos assim como os professores responsáveis a partir das vivências corporais realizadas elaboram e entregam relatórios das atividades desenvolvidas. Para tanto são realizadas quinzenalmente reuniões de planejamento e avaliação do projeto.

O acompanhamento e a avaliação do projeto, no tocante aos idosos, são realizados por meio da frequência, fichas de avaliação física e da participação destes nas atividades desenvolvidas (jogos, ginástica, brincadeiras, danças, caminhada, etc). Também são elaborados relatórios de acompanhamento e avaliação dos idosos, por parte da equipe executora do projeto, com vistas a produzir material para futuras análises e elaboração de novas atividades. As avaliações físicas dos idosos são realizadas no início do projeto para identificar suas necessidades e no final do projeto com o objetivo de acompanhar a evolução dos mesmos com o programa desenvolvido.

As atividades de vivências corporais são realizadas as terças-feiras das 13h30min às 15h00min. Escolhemos esse horário, pois assim podemos participar com eles no momento do lanche, bem como auxiliar as cuidadoras da instituição.

As vivências corporais são realizadas por meio de músicas; contos; jogos e brincadeiras; danças; atividades de coordenação motora e raciocínio

(pinturas, desenhos, colagens, quebra-cabeça, blocos de montagem, jogos motores, dentre outras). Procuramos também adequar essas vivências as diversas datas comemorativas: Festa Junina, Dias dos Namorados, Páscoa, Natal dentre outras.

No início da realização do projeto em 2013 poucos participavam das atividades propostas, a partir de 2014 essa participação aumentou, considerando que passamos a estimulá-los e buscá-los no quartos em que se encontram quando chegamos à instituição. Todas as terças eles nos recebem no portão da instituição com beijos e sorrisos, falando que sentiram a nossa falta. Atualmente a atividade que eles mais gostam é de colorir e percebemos por meio das atividades manuais uma melhora bastante significativa na coordenação motora fina, bem como na interação social do grupo.

Essas vivências resgatam a história de vida dos idosos, colocando-os em contato com a lembrança, com a memória, com os afetos, bem como proporciona viver novamente esses momentos esquecidos por falta de estímulo, potencializando esses corpos por meio da expressão, da ludicidade, da criatividade, da interação social entre eles e os participantes do projeto marcadas por momentos de alegria e de sorrisos nos rostos.

Ao dançar os idosos se constituem como produtores de cultura, pois ao realizar essa atividade expressam ritmos, marcações de uma dança realizada em tempos antes do ingresso a ILP. Expande-se a vida, traz à tona as potencialidades, os desejos desses corpos que ficam imobilizados na maior parte no tempo nessas instituições. Corpo, que respira, pulsa e se movimenta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos que os objetivos propostos estão sendo alcançados com o desenvolvimento do projeto, tendo em vista que a cada dia mais idosos estão aderindo às vivências corporais realizadas.

A prática de vivências corporais no asilo é um momento marcado pela brincadeira, movimento, memória, interação e satisfação social, instantes alegres e de convivência com outras pessoas abrigadas e com os alunos e professores do curso de Educação Física; representa um momento em que o idoso se sente visitado, visto que muitos são abandonados por familiares e amigos, estimulando assim nos alunos a consciência crítica-sócio-cultural no que se refere ao idoso na sociedade.

As atividades lúdicas “vêm contribuir de forma fundamental para a melhoria da autoestima. De acordo com o estudo de Jesus e Jorge (1999), podem proporcionar vários benefícios, como trabalhar as emoções, desenvolver a afetividade, estimular a convivência, diminuir o nível de ansiedade e de angústia, além de exercitar as funções psíquicas e cognitivas”. (GUIMARÃES et al, 2016, p. 445)

As vivências corporais realizadas nos mostram a vivacidade e as potencialidades que fluem nesses corpos-idosos que são imobilizados e desacreditados por falta de políticas públicas que garantam e efetivem os direitos dessas pessoas que ainda são vistas como pessoas de assistência, de cuidados.

Uma característica marcante dos esforços direcionados ao idoso institucionalizado “é a priorização de suas enfermidades ou limitações. Raramente são consideradas suas capacidades, habilidades, potencialidades ou mesmo interesses, vontades e experiência de vida. Em especial, desconsiderados são seus interesses em descanso, divertimento, prazer e desenvolvimento de habilidades que promovam forças e virtudes. Não é levado em conta que, mesmo diante de limitações, dificuldades ou enfermidades, as pessoas possam experimentar entretenimento, descanso e desenvolvimento”. (MOURA; SOUZA, 2013, p. 3)

O “corpo, afastado daquilo que pode, perde sua capacidade revolucionária e se torna doente, perde sua capacidade de criar o real para aceitar a vida medíocre que lhe dão” (TRINDADE, 2013, p. 2). Experimentar é a condição essencial para a produção das intensidades e potencialidades dos corpos até então imobilizados pela rotina em cuidado e alimentação. O corpo antes anestesiado pela rotina pode perceber que está vivo, acordado, que pode sentir, experimentar, produzir, afetar e ser afetado (TRINDADE, 2013).

É preciso crer que os corpos-idosos conseguem participar dessas atividades e responder afirmativamente ao que elas desencadeiam neles.

4. CONSIDERAÇÕES

A relevância deste projeto está em identificar as necessidades dos idosos com vistas a fornecer informações para serem utilizados pelos acadêmicos do Curso de Educação Física a fim de elaborar programas de vivências corporais que venham proporcionar benefícios físicos, sociais e psicológicos.

Entendemos que o projeto de extensão poderá contribuir sobremaneira, como elemento impulsionador para a formação inicial do aluno na área da pesquisa, ensino e extensão estimulando-os para a continuidade de seus estudos em nível de mestrado e doutorado.

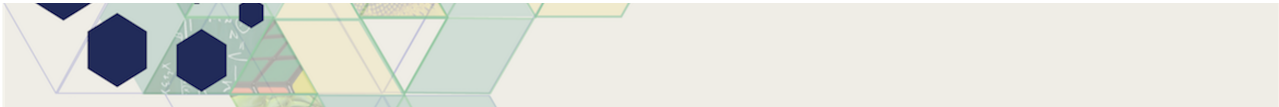
Além disso, permite o aluno aplicar os conhecimentos adquiridos no curso de Educação Física de forma interdisciplinar, tendo em vista que as atividades a serem desenvolvidas necessitam dos conhecimentos das disciplinas de treinamento esportivo, Educação Física Especial, Jogos e brincadeiras, dentre outras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.** Estatuto do idoso. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CARVALHO, R. B. da; BARBOSA, R. M. dos S. P.. O envelhecimento e a atividade Física. In: DUARTE, Edison; LIMA, S. M. T.. **Atividade Física para pessoas com necessidades especiais:** experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. p. 47-62.
- CHAIMOWICS, F. **Saúde do idoso.** 2. ed., Belo Horizonte: NESCON UFMG, 2009. 167 p.
- GUIMARAES, A. C. et al. Atividades grupais com idosos institucionalizados: exercícios físicos funcionais e lúdicos em ação transdisciplinar, **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v.1, n. p. 443-452. Jul-Dez, 2016.
- GOMES, A. R.; SANTOS, C. S. **Aspectos motivacionais que levam os idosos a participarem das atividades físicas no núcleo de convivência da terceira idade “João Fayad” da cidade de Catalão-go.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física), Curso de Educação Física da Regional Catalão/UFG, Catalão –GO. 2014.
- MOURA, G. A. de.; SOUZA, I. k. de. Lazer e idoso institucionalizado: tendências, problemas e perspectivas. **Licere**, Belo Horizonte , v. 16 , n. 2 , jun /2013.
- MOURÃO, C. A.; SILVA, N. M. Influência de um programa de atividades físicas recreativas na autoestima de idosos institucionalizados. **RBCEH**, Passo Fundo, v. 7, n. 3, p. 324-334, set./dez. 2010.
- SANTOS, C. da. S. **Atividade física-recreativa para idosos de instituições asilares.** 2008. Cadastro SIEC da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás.
- SOUZA, M. C. F.. **Políticas públicas de lazer para a terceira idade:** realidade ou utopia? 1999. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Federal de Goiás. Campus Catalão, Catalão, 1999.
- TRINDADE, R. **Deleuze:** corpo sem órgãos. 2013. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/04/14/deleuze-corpo-sem-orgaos/>>. Acesso em: 12 maio. 2016.

RESPONSABILIDADE AUTURAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



CORPO EM MOVIMENTO: VIVÊNCIAS CORPORAIS NO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO SANTA CLARA/ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI – CATALÃO

Silva, Gabriela Cristina Ferreira, gabri_cristina_07@hotmail.com¹

Ferreira, Douglas de Jesus¹

Fidelis, Gelson Gomes¹

Santos, Alessandra Castilho¹

Santos, Cristiane da Silva¹

Silva, Tathiane Afonso da

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: *As pessoas com deficiência proclamam o seu direito de acesso às vivências corporais. O Estatuto da pessoa com deficiência (Lei 13146/2015) garante o acesso e a permanência, em igualdade de condições, às essas práticas, entretanto estudos apontam que a atividade física para essa população é algo raro, tendo em vista as barreiras arquitetônicas, a falta de transportes adaptados e de profissionais qualificados. O presente projeto de extensão visa oportunizar e desenvolver vivências corporais aos alunos com síndromes e deficiência matriculados no Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi / Catalão por meio da realização de oficinas que abordem os temas da cultura corporal. A metodologia utilizada está voltada ao trabalho social de caráter exploratório realizado com aproximadamente 182 alunos. As vivências corporais são desenvolvidas por meio de oficinas temáticas (Lutas; Danças e Ritmos) realizadas uma vez por semana, com duração de 1 hora cada. Entendemos que os resultados esperados, com a realização do projeto, foram alcançados, como oportunizar aos alunos as vivências de diversas práticas corporais. Para garantir a participação desses alunos nas atividades desenvolvidas, as metodologias de ensino foram adequadas conforme as necessidades específicas deles, potencializando esses corpos por meio da expressão, da ludicidade, da criatividade, da interação social entre eles e os participantes do projeto marcadas por momentos de alegria e de sorrisos nos rostos.*

Palavras-chave: *Oficinas Temáticas. Práticas Corporais. Pessoa com Deficiência.*

1. INTRODUÇÃO

Os corpos deficientes até então considerados incapazes, inválidos, aleijados, imperfeitos dispensados das aulas de Educação Física despertam/potencializam novas possibilidades estéticas, de movimento, de criação, etc quando colocados em ação, em movimento (TEIXEIRA, 2010).

Nesta perspectiva, o interesse em proporcionar oficinas que abordam os temas da cultura corporal surgiu das nossas reflexões e inquietações enquanto professoras da Disciplina Estágio Curricular Supervisionado II do Curso de Educação Física do Instituto de Biotecnologia da Regional Catalão/UFG que tem como um dos campos de estágio o Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi – Catalão. Durante as observações e intervenções pedagógicas dos alunos nesse campo de estágio a única vivência corporal que é oportunizada para os alunos com deficiência e síndrome no período matutino nas aulas de Educação Física são as

atividades aquáticas, que ainda não envolve a participação de todos os alunos.

No que se refere às garantias legais para as pessoas com deficiência, especialmente na última década,

diversos instrumentos legais, foram implementados pelo governo federal a fim de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, motoras, sensoriais ou cognitivas, tenham acesso irrestrito à educação, ao esporte e ao lazer em qualquer estabelecimento público (GORGATTI; COSTA, 2005, p. 13).

O Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão inciso XV garante o acesso da pessoa com deficiência, em



igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer (BRASIL, 2015). Conforme aponta Ferreira (2011, p. 1)

A obtenção da igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência passa, necessariamente, pela tomada de consciência de seus direitos sociais e também corporais, assim como das contribuições que a sociedade tende a oferecer.

Segundo essa autora, os estudos têm mostrado que as pessoas com deficiência proclamam uma urgência de experimentar vivências corporais e de sobreviver socialmente.

Entretanto, o que percebemos ainda é o isolamento destas pessoas. A atividade física regular para essa população é algo raro. Para que eles possam vivenciar corporalmente e sobreviver socialmente é necessário que haja espaços físicos sem barreiras arquitetônicas, transportes adaptados, profissionais qualificados, conhecimentos das técnicas de orientação e mobilidade dos cegos, da língua dos surdos e, principalmente, respeito à alteridade presente entre as pessoas (DIEHEL, 2006), bem como, a participação dos alunos com deficiência nas atividades inclusivas nas escolas.

Segundo Ferreira (2011, p. 1) na área da Educação Física, entre outros avanços, “um importante passo para a efetivação dessas conquistas tem ocorrido nas escolas através do desenvolvimento de atividades físicas”.

A Educação Física é muito importante para o processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência, entretanto, as metodologias de ensino devem estar adequadas às características de cada aluno, respeitando suas diferenças individuais. É uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada de cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Tratar do universo da cultura corporal corresponde ao conjunto de práticas corporais construídas e sistematizadas ao longo do tempo, que envolvem o modo de vida e seus significados de grupos culturais.

Desse modo, a Educação Física para a pessoa com deficiência, além proporcionar o contato com o universo da cultura corporal e dos benefícios trazidos pela prática regular de atividade física, oportuniza essa pessoa testar seus limites, experimentar seu corpo, evitar o sedentarismo, prevenir as enfermidades secundárias à sua deficiência, estimular a autonomia e a independência e interagir e socializar com outras pessoas, contribuindo para a melhora da autoestima (STEINHILBER, 2013).

Nesse sentido, propomos o presente projeto de extensão que visa oportunizar e desenvolver vivências corporais aos alunos com síndromes e deficiência matriculados no Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi / Catalão por meio da realização de oficinas que abordem os temas da cultura corporal (Lutas; Dança e Ritmos). Mais especificamente buscamos:

- Adequar metodologias de ensino dos conteúdos da Educação Física para os alunos com deficiência;
- Desenvolver os temas da cultura corporal;
- Incentivar a socialização por meio das atividades lúdicas;
- Proporcionar a alegria, o lúdico, a imaginação e o prazer na realização das atividades;
- Contribuir para a melhoria da autoestima dos alunos.

2. METODOLOGIA

O presente projeto de extensão vem sendo desenvolvido, desde 2015, por meio de oficinas temáticas (Lutas; Dança e Ritmos) realizadas uma vez por semana, com duração de 1 hora cada.

A metodologia utilizada está voltada ao trabalho social de caráter exploratório.

O público atendido são os alunos com deficiência (intelectual, autista, visual, auditiva e múltiplas) e síndromes matriculados no Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi / Catalão, totalizando aproximadamente 182.

A metodologia de ensino utilizada é a abordagem pedagógica da Educação Física na perspectiva crítico-superadora. Nessa perspectiva a aula é entendida como

um espaço intencionalmente organizado para possibilitar a direção da apreensão pelo aluno, do conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas sociais. A aula, nesse sentido, aproxima o aluno da percepção da totalidade das suas atividades, uma vez que lhe permite articular uma ação (o que faz), com o pensamento sobre ela (o que pensa) e com o sentido que dela tem (o que sente). (COLETIVO DE



AUTORES, 1992, p. 87).

Inicialmente foi realizada uma análise de conjuntura da instituição. Logo após os alunos do Curso de Educação Física participantes do projeto juntamente com o coordenador do projeto confeccionaram uma ficha de avaliação com vistas a identificar as necessidades dos alunos para adequar a metodologia de trabalho nas oficinas. Esses alunos assim como os professores responsáveis pelo projeto elaboram relatórios a partir das atividades desenvolvidas. Para tanto são realizadas quinzenalmente reuniões de planejamento e avaliação do projeto e os relatórios/planejamentos deverão ser entregues no final de cada reunião, juntamente, com a apresentação das listas de frequência. No final do projeto são realizadas novamente as avaliações físicas dos alunos com o objetivo de acompanhar a evolução dos mesmos com as oficinas desenvolvidas. Também serão promovidos palestras e eventos que envolvam os alunos e professores da Instituição, professores e discentes do curso de Educação Física e familiares.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que o projeto completou um ano de desenvolvimento, entendemos que os resultados esperados foram alcançados, como oportunizar aos alunos do Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi – Catalão, as vivências de diversas práticas corporais.

Para garantir a participação dos alunos nas atividades desenvolvidas, as metodologias de ensino foram adequadas conforme as necessidades específicas deles, potencializando esses corpos por meio da expressão, da ludicidade, da criatividade, da interação social entre eles e os participantes do projeto marcadas por momentos de alegria e de sorrisos nos rostos.

Por meio das oficinas realizadas esses corpos, que passam muito tempo imobilizados na instituição, pulsa, respira, experimenta, expande-se a vida, traz à tona as potencialidades, os desejos e a melhora da autoestima.

Enfim, as vivências corporais realizadas nos mostram a vivacidade e as potencialidades que fluem nesses corpos e efetivam os direitos desses alunos que ainda são vistos como pessoas de assistência e de cuidados.

4. CONSIDERAÇÕES

O Centro de Atendimento Educacional Especializado Santa Clara/Associação Pestalozzi – Catalão sempre foi parceiro com o Curso de Educação Física ao oportunizar estágios para os acadêmicos em formação inicial, o compromisso social da Universidade Federal de Goiás – Regional

Catalão se efetiva com a comunidade ao propormos projetos como este.

Entendemos também que o desenvolvimento das oficinas que abordam os temas da cultura corporal será mais uma oportunidade de estágio para o aluno bolsista e/ou voluntário, para que o mesmo tome contato com práticas pedagógicas desafiadoras, o que ampliará sua formação científico-cultural e ética, afinal, estimulará sua consciência crítica-sócio-cultural no que se refere à pessoa com deficiência na sociedade.

O projeto poderá contribuir, ainda, como elemento impulsionador para a formação inicial do aluno bolsista e/ou voluntário na área da pesquisa, ensino e extensão estimulando-o para a continuidade de seus estudos em nível de mestrado e doutorado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 24 fev 2016.

DIEHL, R. M. Deficiência física. In: _____. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo: Phorte, 2006. p. 91-104.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 1992.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. p. 147-247.

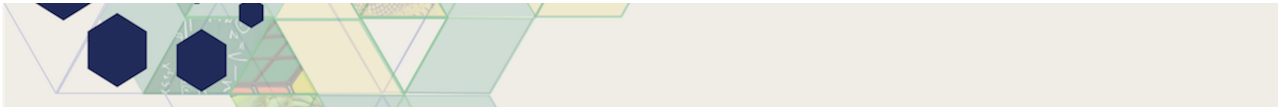
FERREIRA, E. L. (Org.) **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência**. Mogi das Cruzes: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, 2011.

STEINHILBER, J. **Educação Física como um meio para a inclusão social e qualidade de vida**. 2013. Disponível em: <diversa.org.br/artigos/educacao-fisica-como-um-meio-para-a-inclusao-social-e-qualidade-de-vida/>. Acesso em: 19 set. 2017.

TEIXEIRA, A. C. B. Deficiência em cena: o corpo deficiente entre criações e subversões, *O Mosaico – Rev. Pesquisa em Artes/FAP*, Curitiba, n.3, p.1-9, jan./junho. 2010.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”



DESCOBRINDO O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NATALIA SAFATLE SOARES

SANTOS, Cristiane da Silva, crisfrutal@hotmail.com¹

PEREIRA, Raissa Cristina²

FERNANDES, Gustavo Monteiro³

¹²³ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O presente trabalho refere-se a intervenção pedagógica desenvolvidas durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, realizado no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Natalia Safatle Soares, no ano de 2017. As intervenções estão sendo realizadas com a turma Maternal II A, com o objetivo de proporcionar experiências corporais por meio dos jogos e brincadeiras, tendo como eixo central o estímulo da imaginação, a criatividade, a expressão, a comunicação e a cooperação. A metodologia utilizada para a organização da prática docente tem como eixo a abordagem histórico-cultural de Vygotsky, na qual a mediação tem um papel fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva os alunos estão sendo avaliados mediante a participação, cooperação, interação e envolvimento nas atividades propostas. Percebemos que nossas intervenções estão sendo relevantes para esta instituição escolar, pois estamos levando experiências corporais para os alunos, sendo o Estágio o único momento que a Educação Infantil entra em contato com a disciplina de Educação Física através de professores da área.

Palavras-chave: Jogos e Brincadeiras. Educação Infantil. Estágio.

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II, de caráter obrigatório, ofertada no sétimo e oitavo períodos do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG-RC) tem como objetivo geral promover a relação entre a experiência da prática pedagógica e a perspectiva da pesquisa nos ambientes institucionais da Educação Infantil e da Educação Especial, especificamente no que se refere à Educação do Corpo. Destaca-se o papel da Educação Física como área de conhecimentos capaz de intervenção sistemática e ampliadora do acervo cultural do público-alvo do Estágio II, além de ter os temas da infância, da inclusão, da diversidade cultural e da Educação Especial como questões problematizadoras gerais (UFG, 2017, p.2).

E como objetivos específicos visa oportunizar aos acadêmicos em formação inicial vivenciar a prática pedagógica na disciplina curricular de Educação Física, na Educação Infantil e Educação Especial, problematizando a prática docente e estimulando a sistematização das experiências de ensino com os conteúdos temáticos da cultura corporal. Portanto, a referida disciplina se configura como um momento importante do processo de formação inicial do futuro professor de Educação Física, pois por meio dela visa-se prepará-los para o efetivo exercício da profissão docente (UFG, 2017).

A disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II iniciou-se com momentos de reflexão, leitura de textos, e mostra de vídeos em sala de aula, visando a apropriação de conhecimentos acerca do papel do professor, como também compreender um pouco mais sobre aspectos da Educação Infantil e Educação Especial, as quais serão nosso campo de atuação.

Através desse primeiro momento da disciplina percebemos que o Estágio Curricular é o momento de descobrir, testar, de ir além de um planejamento “perfeito, lindo, maravilhoso”, de se aventurar, buscar autonomia e autenticidade, e aprender o poder do diálogo, é ter medos e permear os caminhos que podem ser traçados, é perceber que nem tudo é fracasso e muito menos perfeição, mas sim que há os obstáculos a serem percorridos, que estudar e pesquisar é fundamental para superá-los (OSTETTO, 2008).

O Estágio proporciona o tempo necessário para refletir, mudar as ações, traçar novas metas, perceber as polaridades da vida (nem só erros e nem só acertos), e saber que ter dúvidas faz parte da formação docente, e que são esses questionamentos que vão construir o conhecimento, pois assumir que somos seres inacabados e em constante evolução é também reconhecer a possibilidade de crescer e se tornar professores com uma ação docente consciente (OSTETTO, 2008).

Nesse sentido, o presente trabalho visa relatar a experiência da prática docente que está sendo



realizada com a turma maternal II A do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Natalia Safatle Soares que tem como objetivo proporcionar experiências corporais por meio dos jogos e brincadeiras, tendo como eixo central o estímulo da imaginação, criatividade, expressão, comunicação e cooperação.

A intervenção ocorre as segundas-feiras das 7:50 as 9:00, tendo ao final de cada aula um ponto de encontro para reflexão sobre as atividades realizadas, havendo assim um compartilhamento de experiências, além de instigar o exercício de registrar a vivência, fazendo com que reflitamos sobre nossa prática, obtendo análises mais profundas, permitindo a compreensão, recriação e transformação de nós mesmos e da ação pedagógica.

2. METODOLOGIA

Os conteúdos jogos e brincadeiras estão sendo desenvolvidos com dinâmicas que motivem a participação dos alunos em cada aula, despertando sempre a curiosidade e apropriação de novos conhecimentos. Além, de estimulá-los a relatar suas experiências, compartilhando saberes, o qual contribuirá com o acervo cultural de toda a turma. Metodologicamente estamos realizando rodas de conversa, resgate de materiais que remetam ao conteúdo que será abordado na aula, dentre outros.

Para o desenvolvimento das aulas estamos utilizando histórias infantis, bambolês, brinquedos de pelúcia, corda, desenhos, músicas, e etc.

Os conteúdos são abordados e fundamentados na abordagem histórico-social de Vygotsky, que apresenta quatro conceitos importantes: Interação; Mediação; Internalização; Zona de Desenvolvimento Proximal.

A Interação constitui o elemento essencial para o desenvolvimento humano, onde através das interações sociais, o indivíduo transforma o mundo (social e físico) e, dialeticamente, é transformado por esse mundo. Dessa forma o Homem não é apenas “produto do meio”, sendo o mundo também produzido pelo Homem (SANTOS, 2007).

A Mediação é um conceito fundamental na teoria de Vygotsky, pois o Homem não se relaciona diretamente com o mundo, sua relação é mediada pelo conhecimento construído pelas gerações precedentes, pelos instrumentos físicos ou simbólicos (signo, linguagem) que se interpõem entre o Homem e os objetos e fenômenos. Na instituição educativa, os professores, demais profissionais e crianças são agentes mediadores (SANTOS, 2007).

Para que promova a interação, precisa-se ter uma mediação de algo ou alguém com um maior conhecimento. Por exemplo, o professor media o aluno com o conhecimento, se não houver o

mediador será praticamente impossível ter aprendido. Ressaltando que a pessoa em um momento pode ser o mediador, pois conhece do assunto, e em outras ocasiões ser mediado, justamente por não conhecer do assunto (SANTOS, 2007).

E somente se media o que está internalizado no mediador, por exemplo, se o professor é conservador, ele irá mediar de forma conservadora. Somente existe mediação quando um possui experiência e maior conhecimento que o outro. Para Vygotsky toda escola tem a função de fazer com que o aluno internalize o conhecimento historicamente construído, então a relação professor-aluno é essencial, pois o professor faz o papel de mediador (SANTOS, 2007).

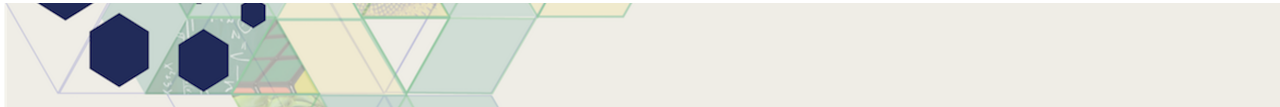
Já o processo de interiorização ou internalização consiste numa série de transformações: uma operação que inicialmente representa uma atividade externa se reconstrói e começa a suceder internamente. Um processo interpessoal (entre sujeitos, social) se transforma em outro intrapessoal (individual) (SANTOS, 2007).

A aprendizagem é diferente para cada um, pois cada um internaliza o conhecimento de uma forma. Para Vygotsky primeiro aprende coletivamente (interação e mediação) para depois se tornar pessoal, subjetivo (internalização) (SANTOS, 2007).

Na abordagem de Vygotsky outro conceito fundamental é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que é a distância entre o nível real de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro mais capaz (SANTOS, 2007).

A zona de desenvolvimento potencial é aquilo que somente se faz com uma ajuda, com uma mediação (por exemplo, quando está tirando carteira, a pessoa tem o potencial para dirigir sozinha, mas ainda não consegue, precisa do instrutor), então potencial é o que se sabe fazer, mas precisa de ajuda. E a zona de desenvolvimento real é quando se tem autonomia, sabe fazer sozinho, já internalizou o conhecimento. E a zona de desenvolvimento proximal é o espaço, o intervalo de tempo da zona potencial para a real. Na ZDP é onde o professor atua, é o espaço de mediação, onde passa de uma fase para a outra (SANTOS, 2007).

Portanto, adotamos a abordagem histórico-social de Vygotsky como base para a nossa intervenção, pois suas teorias contribuem significativamente para a prática pedagógica na Educação Infantil. Mostrando que o professor exerce uma função essencial, porque, apesar de não ser o único agente de formação e informação, é um “parceiro privilegiado”, sendo o elemento mediador das



interações entre as crianças e delas com os objetos de conhecimento. Cabe, portanto, ao professor, promover estratégias de interações entre as crianças. Da mesma forma, também é da responsabilidade dele conhecer bem suas crianças (observando-as, ouvindo-as e registrando esses dados) para que possa intervir, de forma mais eficiente, nas ZDP, partindo daquilo que as crianças já conquistaram (desenvolvimento real) desafiando-as para novas conquistas (desenvolvimento potencial) (REGO, 1999).

Nesta perspectiva, os alunos estão sendo avaliados mediante a participação, cooperação, interação e envolvimento nas atividades propostas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As intervenções no CMEI ainda estão em fase de desenvolvimento, neste contexto o trabalho não se encontra finalizado, porém já é possível apresentar alguns resultados.

3.1. Reconhecimento de Campo

No mês de junho de 2017 realizamos uma visita à escola campo de estágio com a finalidade de obter informações que nos possibilitassem conhecê-la e caracterizá-la. Para tanto, foram realizadas ações como entrevista com a diretora da instituição; observação acerca dos espaços arquitetônicos; diálogo com a professora regente, bem como percepção de algumas características das crianças da turma a qual iremos intervir.

No CMEI as matrículas dos alunos são realizadas através de um sistema eletrônico direcionado/centrado na Secretária Municipal de Educação, priorizando os alunos do bairro. Os níveis de atendimentos são o Berçário I (3 meses a 1 ano); Berçário II (1 a 2 anos); Maternal I (2 a 3 anos); Maternal II (3 a 4 anos); Jardim I (4 anos) e Jardim II (5 anos). No presente momento encontram-se matriculados 202 alunos, sendo que nenhum destes possuem deficiência, estando a escola parcialmente estruturada nas condições arquitetônicas e didáticas pedagógicas para o trato dessas. A instituição conta com um corpo docente constituído por 19 professores (13 efetivos e 6 contratados), além de 13 monitoras, contratada via Instituto Euvaldo Lodi (IEL), 4 gestores, 6 funcionários e 1 guarda noturno.

O Projeto Político Pedagógico da instituição ainda está sendo elaborado, no entanto, a mesma segue o planejamento previsto nos livros didáticos do Sistema Positivo de Ensino o qual foi adotado pela Prefeitura Municipal de Catalão. De acordo com a diretora, a escola tem autonomia para elaboração do projeto desde que esteja de acordo com os eixos/propostas do Sistema Positivo de Ensino.

Segundo a diretora da instituição o planejamento escolar é realizado semanalmente na quinta-feira a partir da cartilha, sendo que a escola tem por objetivo propiciar tranquilidade para as famílias acolhendo as crianças visando o seu bem estar, além de incentivar e estimular as crianças na sua formação de cidadão, bem como o trabalho com a coordenação motora, e prepará-las para chegar sem dificuldades na fase de alfabetização.

A diretora relata que o CMEI busca desmitificar a creche como um espaço de apenas cuidados, mostrando que ela também é um local de formação. Assim a criança é entendida como um indivíduo que necessita de cuidados, respeito e carinho, mas a ação do corpo docente é também incentivá-las e estimulá-las com vistas a alcançar os objetivos pedagógicos, buscando proporcionar a capacidade de autonomia na sua vida, para que quando adultas sentirem seguras em suas ações. Ao que se refere à avaliação, as crianças são avaliadas continuamente no seu comportamento, atitudes, desenvolvimento/crescimento e traços que apresentam, também, por meio de relatórios, registros e diagnóstico que é realizado a cada bimestre.

O calendário escolar da instituição é anual e segue a o calendário da Prefeitura Municipal de Catalão e nele encontra-se definido, as horas atividades, as datas comemorativas, os sábados letivos e os momentos de atividades como, por exemplo, o desfile cívico.

A diretora aponta que o CMEI tem buscado subsídios e trabalhar com seriedade para ajudar nos problemas psicológicos e emocionais das crianças, os quais são advindos de traços de reflexos da desestruturação das famílias, pois a maioria dos problemas enfrentados pela escola está relacionado ao contexto familiar, para tanto a instituição tem contado com apoio pedagógico da Secretaria Municipal da Educação e esta constantemente revendo as suas práticas, além da participação dos professores em cursos que abordem essa área, assim a escola tem procurado dentro das possibilidades estratégias de enfrentar e superar os desafios encontrados por ela.

A diretora entende que a Educação Física (práticas corporais, experiência corporais, movimento corporal) é importantíssima para a educação infantil, uma vez que tem a mesma relevância que os outros conteúdos. Segundo ela por meio da Educação Física as crianças são estimuladas e podem se expressar, se expor, se identificar além de trabalhar a lateralidade, a expressão do corpo, limites, regras, ordem e valores no aluno, o que a torna essa disciplina fundamental na formação das crianças. Neste contexto a diretora aponta que deveria ser obrigatório um professor de Educação Física para trabalhar nesta fase da educação,



devendo este fato ser contemplado nos concursos públicos.

Após a entrevista fomos conhecer a estrutura arquitetônica da escola, vimos que a escola possui uma brinquedoteca com poucos materiais, também possui um pátio grande contendo uma arena-teatro, um espaço gramado e uma caixa de areia. Percebemos que a instituição possui apenas uma pequena quantidade de material para serem utilizados nas aulas de Educação Física.

Logo objetivando de modo mais específico conhecer o grupo de alunos com o qual trabalharíamos, fomos à sala do Maternal II “A”, no entanto os alunos estavam no horário de banho, sendo possível identificarmos que a nossa turma é constituída por 16 crianças de 3 a 4 anos de idade.

3.2. Conteúdo e Justificativa

As atividades estão sendo desenvolvidas por meio de contações de histórias que utilizam cenários como disparadores para as vivências corporais, explorações das possibilidades lúdicas, da imaginação e dos objetos.

A título de exemplificação uma das histórias utilizadas foi “A festa no céu” a qual conta que um sapinho queria ir a uma festa no céu, porém somente os animais que sabiam voar foram convidados. E o sapinho muito esperto entrou na sanfona do urubu escondido e conseguiu chegar à festa. Na volta o urubu percebeu que o sapinho estava dentro de sua sanfona e o jogou lá do alto. O sapinho não morreu, mas ficou com cicatrizes nas costas, para lembrar de sua travessura.

Após a contação de história desenvolvemos práticas corporais do conteúdo Jogos e Brincadeiras as quais possuem relação direta com a história apresentada para a turma. Podemos exemplificar as seguintes atividades: pular igual sapinho, passar por obstáculos, encontrar o sapinho escondido e por fim receberam uma sanfona de papel para poderem brincar.

Entendemos que por meio de contação de histórias, brincadeiras cantadas, fantoches, jogos com regras, jogos cooperativos, entre outros, podemos apresentar uma cultura de brincar, pela qual as crianças aprendem elementos fundamentais de convivência, de capacidade de negociação, cooperação argumentação e elaborar situações da vida pessoal e social.

Winnicott (apud BROUGÈRE, 1998) afirma que o espaço lúdico propicia a pessoa entreter, criar e elaborar uma relação positiva e aberta com a cultura, e é brincando que a sua criatividade é aguçada, ativando um mecanismo psicológico ao qual garante ao indivíduo ter uma distância da realidade, podendo assim explorar sua imaginação e fantasias. Brougère e Wajskop (1997 apud

CORDAZZO; VIEIRA, 2007) consideram o brinquedo como objeto cultural que tem significados e representações que podem ser diferentes de acordo com o contexto, cultura, espaço e época que se inserem.

No jogo e na brincadeira a criança explora as possibilidades lúdicas, sua imaginação e a linguagem a qual desempenha um papel fundamental nas ações, pois a linguagem é o meio que se permite dar sentidos às atividades, e o jogo e a brincadeira se insere em um sistema de significações, e a partir de algo existente podemos atribuir diferentes significados a momentos e objetos, por exemplo, uma caixa se transformar em um carrinho. Então a expressão encontra-se em um sistema de significações, ou seja, numa cultura que lhe oferece sentido, e é essa cultura que preexiste a definição do jogo/brincadeira mesmo em suas formas solitárias. E, como qualquer cultura é produzida pelos indivíduos que dela participam, a cultura lúdica só é construída com a criança brincando (típico da criança que brinca).

Os jogos e as brincadeiras podem proporcionar as crianças uma liberdade para expressar sua criatividade e imaginação, com isso procurando suprir algumas necessidades e frustrações que a realidade impõe. Para Vygotsky (1991 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007) pelo faz-de-conta à criança testa e experimenta os distintos papéis existentes na sociedade, e busca satisfazer desejos que muitas vezes não podem ser satisfeitos naquele momento. Para ele também as regras e o faz-de-conta sempre estarão presentes em qualquer tipo de brincadeira para qualquer pessoa, e nesta mesma perspectiva Isidro e Almeida (2003 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007) afirmam que as crianças ligam seus conhecimentos da realidade social as regras de um jogo ou brincadeira.

Vygotsky (1991 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007), ressalta que por meio da brincadeira criam-se zonas de desenvolvimento proximal que propiciam saltos qualitativos na aprendizagem infantil. Leontiev (1994 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007), afirma que a criança na atividade lúdica descobre as relações existentes entre os seres humanos. Para Friedmann e Dohme (1996, 2002 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007), entre as diversas razões do brincar, encontra-se o prazer, a busca por exprimir agressividade, suportar angústias e frustrações, estabelecer contatos sociais, e construir experiências. Para Bjorklund e Pellegrini (2000 apud CORDAZZO; VIEIRA, 2007), a criança testa diferentes estratégias para a brincadeira e também as utilizam na vida adulta. Spodek e Saracho (1998 apud CORDAZZO, VIEIRA, 2007), apontam a questão do brincar no currículo escolar, como um estímulo ao desenvolvimento físico, social, comunicativo, criativo e cognitivo da criança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os momentos iniciais na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II e as intervenções já realizadas no CMEI podemos afirmar que estas experiências estão contribuindo de forma significativa em nossa formação docente, uma vez que estamos lidando com nossos limites e potencialidades, atuando diretamente com a nossa realidade de trabalho.

Percebemos que nossas intervenções estão sendo relevantes para esta instituição escolar, pois estamos levando experiências corporais para os alunos, sendo o Estágio o único momento que a Educação Infantil entra em contato com a disciplina de Educação Física através de professores da área.

REFERÊNCIAS

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. **Ver. Fac. Educ**, v.24 n.2 São Paulo July/Dec.1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000200007&script=sci_arttext&tlng=e!n>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CORDAZZO, S. T. D.; VIEIRA, M. L. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estud. pesquis. psicol.** v.7 n.1 Rio de Janeiro jun. 2007. Disponível

em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000100009&script=sci_arttext)

42812007000100009&script=sci_arttext>.

Acesso em: 12 jun. 2017.

OSTETTO, L. E. **O estágio curricular no processo de tornar-se professor**. Papirus Editora, 2008. P. 127-145.

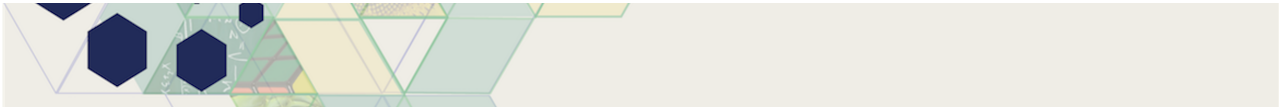
REGO, T.C. **Vygotsky – Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 183 p. cap.2.

SANTOS, B. S. dos. Vygotsky e a teoria histórico-cultural. In: LA ROSA, Jorge (org.). **Psicologia e educação: o significado do aprender**. 9. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 121-147.

UFG. **Plano de ensino da disciplina de estágio curricular supervisionado II**. 8 p., 2017. Disciplina de Estágio (Plano de ensino). Curso de Educação Física da Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



DETALHES DO PLANEJAMENTO DA 6ª FEIRA DE CIÊNCIAS DA UFG/RC: IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS ENVOLVIDOS

Lobato, Danilo Fernandes, danilo.fernandes65@gmail.com¹

Silva, Gabriel Miguel¹

Sartori, Ronaldo¹

Nunes, Simara Maria Tavares¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Educação

Resumo: o processo de planejamento, organização e realização de uma Feira de Ciências por futuros professores pode proporcionar a pesquisa, produção de material e socialização dos conhecimentos construídos, sendo de relevante significado para a formação docente, na medida em que permite a vivência de uma prática interdisciplinar, além de promover articulação teórico-prática dos conteúdos trabalhados. O objetivo deste trabalho é relatar o planejamento inicial da 6ª Feira de Ciências da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão (UFG/RC), buscando relatar a contribuição de tais ações para a formação do licenciando, futuro professor. Os licenciandos estiveram envolvido diretamente em todas as atividades e acompanharam os coordenadores da ação de extensão (6ª Feiras de Ciências da UFG/RC) desde o planejamento até a divulgação, sendo que ainda atuarão na organização do dia de apresentação dos trabalhos, que longe de se constituir em um evento de um dia, representa todo um processo, desde sua elaboração, até sua organização, desenvolvimento e avaliação. As atividades dos licenciandos, juntamente com os coordenadores da ação, são de extrema importância para a elaboração, desenvolvimento e avaliação das Feiras de Ciências da UFG/RC.

Palavras-chave: Feiras de Ciências. Divulgação científica. Interação Universidade - Escola. Formação inicial docente.

1. INTRODUÇÃO

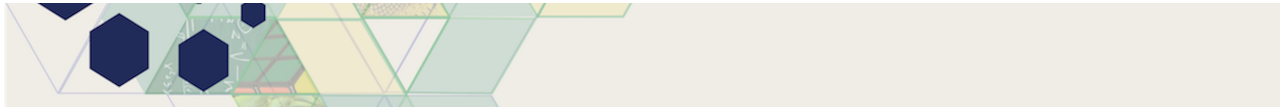
A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade (Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – PORPROEX, 2010). Assim, a participação dos discentes da Educação Superior em ações de extensão como as Feiras de Ciências da Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão (UFG/RC) representam um grande avanço em sua formação discente e docente, pois representam a oportunidade de vivenciarem uma experiência de ensino, pesquisa e extensão, de entrarem em contato com seu futuro ambiente de atuação profissional (as escolas), com seu futuro público alvo (alunos da educação básica), além de promover a troca de experiências e de saberes entre discentes da educação superior, discentes da educação básica e professores em exercício (da educação básica e do ensino superior), além de toda a comunidade escolar.

O projeto 6ª Feira de Ciências da UFG/RC tem como objetivo geral promover uma articulação mais

estreita entre os alunos e professores da educação básica com professores e alunos dos Cursos de Licenciatura da Regional Catalão (interação Universidade-Escola) por meio da construção de um saber contextualizado e significativo, propiciando uma oportunidade para se descobrir e incentivar novos talentos. Busca ainda apresentar um ambiente de aprendizado diferenciado da sala de aula da escola, onde os licenciandos, juntamente com os coordenadores do projeto, atuam como mediadores da aprendizagem. Isso pode propiciar aos licenciandos uma efetiva experiência na educação básica, seu futuro local de atuação profissional.

2. METODOLOGIA

O Projeto 6ª Feira de Ciências da UFG/RC é constituído de vários momentos. O planejamento do evento começou com a reunião de avaliação da edição anterior, 5ª Feira de Ciências da UFG/RC. Nesta ocasião, foram levantadas todas as dificuldades encontradas na organização do evento, os problemas vivenciados e identificados antes e durante o evento e, ao mesmo tempo, foram traçadas soluções para estes apontamentos, de forma que não mais se repitam. Em seguida, já em início de dezembro, foi realizada nova reunião para o



planejamento das atividades dirigidas e que serão desenvolvidas ao longo de todo o evento, como sugestão das datas de divulgação, inscrição e realização do evento, escolha da temática, escolha do homenageado e planejamento das ações iniciais.

A divulgação inicial foi realizada ainda em dezembro, em visitas às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, parceiras do evento desde seu início, onde na ocasião foram levadas as sugestões de datas e estas foram escolhidas em comum acordo com as áreas pedagógicas das Secretarias. Nesta ocasião, foi programada a divulgação entre os gestores das Instituições de Ensino públicas (federal, estadual e municipal) e particulares (diretores e coordenadores), que se realizou em início de janeiro, quando das reuniões iniciais destes com as gestões municipais e estaduais. Para isso, foi confeccionada a 1ª Circular do Evento, que continha as informações básicas como Temática do Evento, Eixos sugeridos, principais datas para participação no evento, normas para formação dos grupos participantes e orientações quanto a temática do evento.

A divulgação entre os professores ocorreu logo na semana de planejamento escolar (realizada em janeiro de 2017), utilizando também a primeira circular do evento. O segundo momento de divulgação se iniciou em fevereiro e consistiu nas visitas às escolas de ensino básico de forma a divulgar o evento e entre os alunos da Educação Básica. Este passo foi repetido inúmeras vezes.

Este ano, devido à greve dos docentes da rede estadual de ensino, o evento teve que ser adiado. Novamente a data foi negociada com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação logo após o término das paralisações e a divulgação foi retomada em agosto de 2017, já com os materiais de divulgação elaborados, como cartazes, folders, regulamentos e Fichas de Inscrição, que foram distribuídos em todas as escolas do município e enviadas via malote ou através de licenciandos para as escolas da Região.

O próximo passo foi a realização de uma oficina de elaboração de projetos voltada para os professores da Educação Básica. Esta ocorreu em dois dias consecutivos, alternando-se o período da manhã e da tarde, de forma que se pudesse atender aos professores que trabalham alternadamente nos turnos matutino e vespertino. A monitoria com os alunos da educação básica para a elaboração de seus projetos também foi realizada na UFG, em dois dias inteiros (manhã e tarde), onde os bolsistas dos projetos Pibid atuaram como mediadores do conhecimento, buscando incentivar os alunos a elaborarem trabalhos de autoria própria. Assim, percebe-se a colaboração do projeto no processo de formação docente do bolsista.

Ao final, pretende-se ainda proporcionar a avaliação/reflexão das atividades desenvolvidas de forma que possa reorientar suas práticas:

[...] o processo de análise crítica que o educador faz de suas ações e intenções, onde ele procura ampliar a sua consciência em relação aos problemas do seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as forma para a superação dos mesmos (FUSARI, 1990, p. 31).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há que se ressaltar o papel deste evento, 6ª Feira de Ciências da UFG/RC, na formação dos licenciandos envolvidos na organização e desenvolvimento do evento; durante este processo os licenciandos tem a oportunidade de monitorar/auxiliar os alunos da Educação Básica na elaboração e desenvolvimento de seus trabalhos, promovendo assim melhorias em sua formação docente. O evento promove a integração entre educação superior e educação básica, possibilitando a inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública e privada de educação básica, onde tem a oportunidade de auxiliar os alunos da Educação Básica de forma a mediar a construção do conhecimento científico. Ao participar desta ação de extensão, o discente da educação superior tem oportunidade de vivenciar as diretrizes da extensão universitária (FORPROEX, 2012), quais sejam:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: esta ação de extensão em específico (Feiras de Ciências da UFG/RC) visa reafirmar a extensão como um processo acadêmico, vinculado ao processo de formação de pessoas e geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação para a obtenção de competências necessárias a sua futura atuação profissional. Além disso, visa proporcionar uma formação cidadã, onde o licenciando se reconhecerá como agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso com a sociedade.
- Impacto e transformação: as Feiras de Ciências da UFG/RC tem promovido mudanças dentro das escolas, incentivando as Instituições de Educação Básica a promoverem suas próprias Feiras de Ciências em suas Unidades e a promoverem movimentações dentro do espaço escolar. Também tem propiciado uma grande relação Universidade-Escola, de forma que o ano todo a escola e a Universidade estejam em constante diálogo e discussões educacionais e sociais. Espera-se com isso a superação de desigualdades e da exclusão social ao se



propiciar a participação de todas as escolas de educação básica, da educação infantil ao Ensino Médio, de escolas da região central a escolas periféricas.

- Interação dialógica: durante todo o planejamento, organização e desenvolvimentos das Feiras de Ciências da UFG/RC, busca-se estabelecer uma relação entre a Universidade, as escolas de educação básica (da educação infantil a ensino médio), as secretarias municipais e estaduais de ensino, buscando-se um diálogo em via de mão dupla, de troca de saberes, de superação da hegemonia do conhecimento acadêmico, buscando-se a superação de desigualdades e de exclusão.
- Interdisciplinaridade: As Feiras de Ciências da UFG/RC são promovidas de forma interdisciplinar, conjugando-se todas as áreas de conhecimento e interligando as mesmas em torno de um assunto comum, promovendo a interação e inter-relação entre as organizações, profissionais e pessoas.

Ressalta-se o impacto deste projeto na formação discente dos licenciandos envolvidos através da participação deste na elaboração, organização, desenvolvimento e avaliação das Feiras de Ciências da UFG/RC. Todas as atividades trazem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se em aportes decisivos a formação discente, seja pelo contato direto com grandes questões contemporâneas que possibilitaram o enriquecimento da experiência em termos teóricos e metodológicos, seja pela possibilidade de se reafirmar os compromissos éticos e solidários da Universidade.

Assim, esta ação se configura em uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado aos envolvidos da comunidade acadêmica, que encontraram, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trazem um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo pode estabelecer a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade local, regional e brasileira, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Tem ainda como frutos a publicação de trabalhos em eventos científicos e revistas especializadas em extensão e conhecimento popular. Assim, este projeto busca cumprir com os objetivos da extensão definidos em sua definição: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação

transformadora entre a Universidade e a Sociedade.” (FORPROEX, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores (DCNFP) e as demais políticas educacionais relacionadas à Formação de Professores assinalam a necessidade de que haja uma maior interação entre Instituições de Ensino Superior e Escolas de Educação Básica. Através deste projeto, 6ª Feira de Ciências da UFG/R, os discentes da Educação Superior tem a oportunidade de entrar em contato com os professores em exercícios nas Escolas de Educação Básica e os discentes das mesmas através do desenvolvimento de metodologias de ensino diversificadas.

Portanto, a 6ª Feira de Ciências da UFG/RC visa criar um espaço institucional que favoreça a constituição, nos futuros professores, das competências docentes que serão requeridas em sala de aula em sua futura atuação profissional e fazer com que os alunos aprendam de acordo com os objetivos e diretrizes pedagógicas traçados para a educação básica.

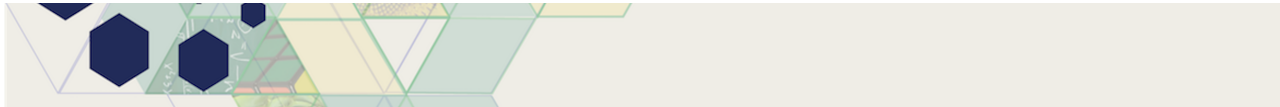
Esse espaço de difusão científica e cultural por excelência pode figurar, assim, como mais uma instância de formação do futuro docente e, simultaneamente, de adensamento e diversificação dos movimentos de acompanhamento, avaliação e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura da UFG/RC. Além disso, pode contribuir para socializar os atores internos e externos ao Campus. Por fim, mas não menos importante, a 6ª Feira de Ciências da UFG/RC pode se constituir em mais um espaço no qual a Universidade publicamente reitera à sociedade o compromisso que têm com a construção de uma escola pública de educação básica justa e democrática. Assim, esse evento pretende permitir uma integração entre professores universitários, professores do Ensino Básico, licenciandos e mestrandos, e a partir dessa troca de experiências, permitir que todos possam elaborar/reelaborar melhor suas práticas pedagógicas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Bolsas de Extensão e Cultura – PROBEC e ao Programa de Voluntários de Extensão e Cultura - PROVEC

REFERÊNCIAS

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível



em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> . Acesso em: 18 de Agosto de 2017.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. Regimento. (Aprovado em 26 de novembro de 2010). ‘Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/relex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf> Acesso em: 15 agosto de 2017.

FUSARI, J. C. **O planejamento do trabalho pedagógico**: algumas indagações e tentativas de respostas. S. Paulo: Idéias, n. 8, p. 44-58, 1990.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

DO SEIO FAMILIAR AO RECANTO INSTITUCIONAL – A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO DO BEBÊ

Romano, Lucas Silva, lucassilvaromano@gmail.com¹

Mendes, Elzilaine Domingues, prof.elzilaine@gmail.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Psicologia

² Instituto Federal Goiano/Campus Catalão

Resumo: A experiência obtida a cada dia, por meio de um projeto de prevenção de psicopatologias em bebês, conferiu uma perspectiva inquietante à estabilidade do conhecimento adquirido até então em relação à psicologia do desenvolvimento humano no início da vida. Foram observados, por mais de dois semestres, aproximadamente dezesseis bebês com idades que variavam de alguns meses a dois anos de vida. Um dos dados mais inquietantes observados foi justamente perceber como estes bebês, em virtude da quantidade de tempo que passavam na creche, permaneciam à mercê de uma espécie de limbo subjetivo, aparentemente à espera das educadoras ou alguém que pudesse deslocá-los daquela situação. Neste contexto, o objetivo geral foi observar o cotidiano destes bebês e como estes se relacionavam com as educadoras que exerciam na maior parte do tempo funções parentais, com os objetivos específicos de identificar fatores de risco para o desenvolvimento psíquico destas crianças e intervir de forma a promover a saúde das mesmas. Como instrumentos metodológicos para a coleta de dados, foram utilizados o método de observação Esther Bick e a metodologia IRDI. Foi possível perceber na prática o nível em que podem influenciar o desenvolvimento de um sujeito psíquico no bebê, os fatores de risco que atravessam suas experiências. Este estudo orientou as atividades práticas desenvolvidas na creche e permitiu que algumas intervenções para a prevenção de psicopatologias em bebês fossem operacionalizadas.

Palavras-chave: Prevenção de psicopatologias. Desenvolvimento. Sujeito psíquico. Funções parentais. Risco.

1. INTRODUÇÃO

Como pequenas pedras atiradas na água parada que produzem, a partir disso, anéis de movimento circular, a experiência obtida a cada dia, por meio do projeto de prevenção de psicopatologias em bebês, desenvolvido em uma creche da cidade de Catalão – GO, conferiu uma perspectiva inquietante à estabilidade do conhecimento adquirido até então em relação à psicologia do desenvolvimento humano, particularmente nos períodos iniciais da vida.

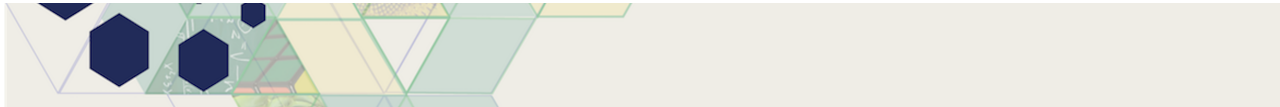
Isto porque, a literatura especializada descreve o ciclo da vida, apoiada em características intrínsecas a cada fase que são, de modo geral, consideradas naturais e esperadas. Porém, sabe-se que a consideração do que é “natural e esperado”, neste contexto, remete a um padrão do curso de desenvolvimento que pode ou não se configurar de uma determinada maneira, a propósito do desenvolvimento saudável e integral do ser humano. E, neste sentido, a possibilidade do “não acontecer” abre margem para o surgimento de patologias e psicopatologias.

No projeto em questão, foram observados, por mais de dois semestres, aproximadamente dezesseis bebês com idades que variavam de alguns meses a dois anos de vida. Estes bebês permaneciam por volta de dez horas em um berçário, assistidos por duas educadoras que revezavam horários. Um dos dados mais

inquietantes observados foi justamente perceber como estes bebês, em virtude da quantidade de tempo que passavam no local, permaneciam à mercê de uma espécie de limbo subjetivo, aparentemente à espera das educadoras ou alguém que pudesse deslocá-los daquela situação.

Ora, há de se destacar que neste período uma das principais características da vida do bebê são os cuidados relacionados à sua sobrevivência. Neste sentido, é possível supor que quem se responsabiliza por estes cuidados está fundamentalmente exercendo funções parentais, ou seja, oferecendo ao bebê os cuidados que tanto a mãe quanto o pai lançam mão pela sobrevivência de seu filho. Assim, com particularidades que definem cada uma, as funções parentais se mostram essenciais para a sobrevivência do bebê.

Bernadino (2006) afirma que uma das principais contribuições de Freud para o conhecimento sobre início da vida psíquica é a noção de que, o que faz a criança se tornar alguém é o fato de que ela deseja, e mais – deseja porque alguém a desejou e a antecipou como desejante, fazendo com que saísse do registro puramente biológico e entrasse em um campo de significações. Esta passagem de um campo para outro marcaria o encontro do bebê com um alicerce estrutural, transmissor do sistema simbólico, que se configura como a base do aparelho psíquico. Entretanto, a autora afirma ainda que este encontro só será possível se, o indivíduo associado intimamente ao



bebê, demonstrar um interesse especial por esta criança, implicando seu desejo não como uma “máquina de prestar cuidados”, mas de modo verdadeiramente investidor.

O psiquismo é a instância que confere significado subjetivo ao organismo e a todas as suas atividades, através de uma configuração particular em que cada indivíduo se desenvolve sob a base de aspectos que o singularizam. Nesta direção, é possível afirmar que, por sua precedência em relação às experiências de nossa dimensão existencial, a constituição do psiquismo é o elemento central e fundador da vida humana. Todavia, o ponto é: o desenvolvimento do psiquismo acontece nos períodos iniciais da vida humana por meio de um processo de imersão do bebê em um campo de simbolizações que se dá pelos cuidados e pelo desejo de seus responsáveis em direção a ele.

Dessa forma, considerando, por exemplo, fatores como idade e a quantidade de tempo que estas crianças passavam na creche, associados ao fato de que havia muitas crianças e poucas educadoras, o que se colocava constantemente era: Essas crianças passam a maior parte do início de suas vidas neste lugar, expostas a um ambiente que pode interferir em seu desenvolvimento psicológico. O que há para se fazer? Como promover saúde neste lugar?

Autores como Laznik (2004) e Bernadino (2008) vêm apresentando, diversos estudos atuais que demonstram a importância do investimento na execução das funções parentais para o desenvolvimento do psiquismo do recém-nascido, mostrando que os aspectos de maturação, crescimento e especialmente o desenvolvimento da criança dependem dos processos de formação da vida psíquica e são extremamente sensíveis a eles, como podemos perceber nos trechos a seguir:

Do ponto de vista psicanalítico, a plena manifestação de uma síndrome autística pode ser considerada como uma tradução clínica da não instauração de um certo número de estruturas psíquicas que, por sua ausência, só podem acarretar déficits de tipo cognitivo, entre outros. (...) A não instauração das estruturas psíquicas lesa rapidamente o órgão que as suporta. (LAZNIK, 2004, pág. 21).

O bebê possui reflexos que só funcionam quando encontram alguém para dar sentido – direção, significado, sensibilidade – a eles”. Portanto,

pode-se perceber aí a dimensão do lugar que ele vai dar a este que vai “humanizá-lo”: um Outro primordial que, com suas palavras, seu olhar e seus toques, marca-o com seu desejo, sua imagem. Só assim é que o “desenvolvimento” poderá se dar. (BERNADINO, 2006, pág. 31)

Nestes excertos, ambas as autoras defendem a ideia de que o corpo humano, por si só, não consegue centralizar a organização do desenvolvimento infantil em torno de uma demanda, isto é, a demanda deste sujeito que aos poucos passa a enxergar em si uma diferença [em relação às outras pessoas] e uma autonomia que orientarão sua subjetividade. E não o faz porque a materialidade do organismo é anterior à habitação psíquica no indivíduo, ou seja, esta habitação não se encontra a priori, mas passa a integrá-lo lentamente.

Como aponta Laznik (2004), a síndrome autística representa uma forma de consequência da não imersão do bebê no campo simbólico, e a literatura especializada sugere que é neste ponto que as funções parentais são convocadas a darem o suporte necessário, no qual suas atuações se mostram fundamentais. E é nesta direção que o projeto “Observação e Intervenção na Primeira Infância” buscou observar o cotidiano destes bebês e como estes se relacionavam com as educadoras, com os objetivos de identificar fatores de risco para o desenvolvimento psíquico destas crianças e intervir de forma a promover a saúde das mesmas.

2. METODOLOGIA

O projeto de pesquisa e extensão “Observação e Intervenção na Primeira Infância” teve início em 01 de Fevereiro de 2016 e término em Agosto de 2017. Seus principais objetivos se concentravam nas ideias de promoção do vínculo cuidador-bebê, do bem estar da dupla, detecção de problemas e riscos para o desenvolvimento infantil e prevenção de psicopatologias em bebês. Neste contexto, os primeiros três meses do projeto tiveram como principal característica o estudo teórico do desenvolvimento do aparelho psíquico, através do referencial psicanalítico.

Após esta etapa foi selecionada uma instituição infantil da cidade de Catalão onde aconteceria a parte prática do projeto, ou seja, a observação de bebês para a prevenção de psicopatologias, e a relação estabelecida entre estes e as educadoras que ficavam responsáveis por eles, bem como acompanhamento psicológico às mães



das crianças que frequentavam a instituição, caso surgisse a demanda. A instituição se localiza em um bairro de vulnerabilidade social da cidade, e conta com uma equipe profissional composta por pedagogos, educadoras infantis e cozinheiras.

Escolhida a creche, a próxima etapa foi a divisão dos pesquisadores para o campo. Inicialmente, o critério utilizado referia-se ao nível que o estudante ocupava em sua graduação. Isto porque, no decorrer das observações, poderia haver a necessidade de avaliação para o estabelecimento de um processo de psicodiagnóstico no bebê, que seria realizado no Centro de Estudos Aplicados em Psicologia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (CEAPSI).

Após a divisão e o contato com a instituição, propomos horários e datas para a atividade prática, em que para cada berçário da creche (havia cinco) estaria um estudante em horários e salas fixas. O período de observações durava um turno completo, isto é, ou uma manhã inteira ou uma tarde inteira.

Como instrumentos metodológicos para a coleta de dados, foram utilizados o método de observação Esther Bick e a metodologia IRD. O primeiro instrumento consiste em uma forma de assistir a relação mãe-bebê, fazer anotações a respeito e, num terceiro momento, organizar os dados coletados a partir do processo de observação e supervisão orientada. Este método foi empregado pelos pesquisadores nos respectivos berçários pelos quais ficaram responsáveis, por meio de observação participante do trabalho desempenhado pelas educadoras dos berçários em questão, em relação aos bebês.

Já a metodologia IRD consiste em uma tabela com trinta e três indicadores de risco para desenvolvimento infantil, que foi aplicada particularmente nas crianças cujo comportamento indicado pelas observações dos pesquisadores bem como pelos apontamentos das educadoras eram tidas como “problemáticas” ou muito travessas. Através desta metodologia foi possível identificar em seis crianças fatores que sugeriam a necessidade de intervenção para a prevenção de psicopatologias.

De acordo com os autores* da pesquisa IRDI, o trabalho materno se tece em torno de quatro eixos que tem como resultado a instalação de um sujeito psíquico, a partir do qual o desenvolvimento de uma criança se organiza. São eles: 1) Suposição do sujeito – caracterizada pela antecipação, realizada pela mãe ou cuidador, da presença de um sujeito psíquico no bebê, que ainda não se encontra

constituída; 2) Estabelecimento da demanda – caracterizada pelo reconhecimento, por parte da pessoa em função, de reações involuntárias que o bebê apresenta ao nascer, como um pedido que a criança apresenta; 3) Alternância presença e ausência – caracterizando as ações maternas que a tornam alternadamente presente e ausente, para despertar no recém-nascido a noção de separação entre ele e o seu cuidador; e 4) Função Paterna – caracterizada pela dimensão social e cultural de interferência na relação entre a mãe e o bebê.

Ambos os métodos foram aplicados pelos pesquisadores num período de sete meses, em que os dados colhidos foram analisados em supervisões, tendo como principais resultados os encaminhamentos de seis crianças para o processo de psicodiagnóstico clínico e os devidos desdobramentos em relação a este, tais como o encaminhamento para a psicoterapia individual ou em grupo, bem como as intervenções operacionalizadas pelos pesquisadores como atividades de encerramento do projeto em questão, a saber: oferecimento de mini cursos à equipe pedagógica da instituição e construção de oficinas lúdicas para as crianças.

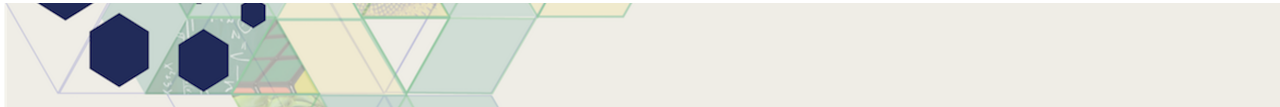
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o que chamava a atenção era o fato de que a literatura especializada afirma incisivamente a necessidade de um bom desempenho das funções parentais, para o êxito na inserção do bebê no campo simbólico, como condição essencial para o desenvolvimento de seu aparelho psíquico, o que, ao contrário, poderia desencadear sérias consequências associadas aos transtornos mentais infantis, como as síndromes autísticas e a psicose.

Neste contexto, observou-se em algumas crianças a dificuldade de estabelecer contato. Já outras se mostravam por demais carentes de atenção e pareciam se esforçar, a todo momento, para conquistar o interesse das educadoras. Alguns bebês permaneciam também, às vezes, por mais de cinco, dez minutos, com um olhar fixo no vazio, cujo foco principal parecia identificar unicamente a conformidade. Estes bebês pareciam, de modo fundamental, demandar assistência e atenção personalizadas. Mas, por que?

Considerando que estas crianças se encontravam inseridas em estruturas familiares configuradas cada uma à sua maneira, foi possível supor que o fato de elas aparentemente demandarem este tipo de cuidados, indicava a possibilidade de elas estarem sendo conduzidas pelos caminhos das simbolizações, desde o ambiente familiar. Sabe-se, pois, da necessidade de reconhecimento pelo Outro

* Em virtude da quantidade grande de autores, os mesmos não foram apresentados aqui. Entretanto todos eles aparecem devidamente referenciados na parte final do trabalho.



parental dos reflexos físicos que apresentam estas crianças no início de suas vidas, a propósito de seu desenvolvimento satisfatório. E é este dado que nos oferecia constantemente a possibilidade de intervenção.

Aqueles bebês tão novos e pequenos que permaneciam por um período tão longo longe dos seus responsáveis se encontravam submetidos aos cuidados das educadoras. Foi observado que naqueles momentos elas estavam exercendo as funções parentais, e os bebês, que tão logo pareciam se acostumar àquela dinâmica - e mais, demandarem os principais aspectos de assistência desta dinâmica, tais como a atenção e o interesse individualizados das educadoras - se conduziam através dos cuidados, dos convites que lhes eram feitos, tornando-se dependentes dessas pessoas. Nestes momentos era possível observar na prática os principais aspectos teóricos estudados, expondo-se em um contexto de imprevisibilidade real.

Não obstante, observou-se também que em virtude da quantidade de crianças por berçário em relação à quantidade de educadoras, não era possível que todos os bebês fossem atendidos nos momentos em que solicitavam. Todavia, até mesmo esta questão se apresentava como um aspecto da relação entre pais e filhos, na medida em que, como apontam Bernardino e Kupfer (2008) se conhece o papel fundamental de instalação do Nome – do – Pai para a criança como metáfora da lei e inserção na cultura. Neste sentido, é um aspecto de saúde demonstrar à criança, desde cedo, que a possibilidade de se ter o que se deseja no exato momento manifesto é quase sempre inviável, inserindo assim, o componente de lei e da cultura na vida do bebê.

Diante de tudo o que foi observado, as questões que se colocavam a todo momento, então, eram: Como, em geral, se dá a educação destes bebês? Como estas educadoras conseguem habilidosamente acalmar até o mais irritado dos bebês? Como elas conseguem resgatar os bebês que frequentemente se imergem na espera? Estas eram questões que, ainda na superfície, apontavam invariavelmente para outras mais profundas, a saber: Como o bebê humano se desenvolve rumo à sua constituição subjetiva? Como se forma seu psiquismo? Como é que [estes] bebês são inseridos na cultura, apresentados à lei e às formas de comunicação? Eles estavam durante todo o tempo sendo assistidos, atendidos ou não no momento em que demandavam, e este era um dado que parecia influenciar a reflexão acerca desta pergunta de modo constante, sugerindo a ideia de que as crianças são inicialmente socializadas pelos responsáveis, que se ocupam de sua sobrevivência.

Ora, a suposição inicial é de que esta socialização deve minimamente estar relacionada a todas estas questões. E, orientados pelo curso natural do desenvolvimento humano, é possível inferir que os bebês devem contar com pessoas - fundamentalmente os seus responsáveis - que providenciem esta “socialização”. Mas, o que de fato eles fazem? Qual o papel destas figuras na vida de um bebê? Na mesma direção, é possível ainda afirmar que os responsáveis por esta criança, tendo vínculos biológicos ou não, devem exercer o que se conhece por funções parentais, isto é, função de pai e de mãe.

Esta ideia era suportada pelos referenciais teóricos que estudávamos e que além de conduzir as discussões de supervisão, convocavam à pesquisa e à elaboração sempre que nos deparávamos com a imprevisibilidade dos contextos. Dessa forma, nos momentos em que a teoria parecia insuficiente para compreender o que era experienciado, a atividade de pesquisa se operacionalizava em busca de conhecimento. Finalmente, diante de todas estas questões, algumas intervenções foram operacionalizadas.

3.1. Intervenções

Em virtude da quantidade de crianças em relação à quantidade de educadoras por berçários, uma das primeiras questões identificadas se referia ao que poderia haver de consequências diante do tempo em que muitas crianças pareciam desassistidas, isto é, sem a atenção personalizada que se mostra tão importante nos anos iniciais da vida humana. Diante disso, buscamos em Winnicott (1975) ¹uma referência que se mostrou fundamental. O autor apresenta o que ele denomina de “objeto transicional”, isto é, qualquer objeto da realidade externa que possa substituir a presença materna, em suas representações de acolhimento e aconchego.

Como aponta Simões (2013), este objeto fará parte de uma organização pré-simbólica e tem como objetivo recriar a ilusão da presença materna se apoiando nas representações do inconsciente do bebê. Orientados por esta referência, buscamos doações de brinquedos para as crianças, com o objetivo de que fossem inseridos com a finalidade transicional. Nesta busca, arrecadamos uma quantidade significativa de brinquedos que foram inseridos no cotidiano dos bebês de forma particular. Foi explicado para as educadoras a finalidade daquele material, de modo que elas passassem a utilizá-los para tanto.

¹ Citado por SIMÕES (2013)



Neste mesmo contexto, ainda em relação à quantidade de crianças em relação à educadoras, notou-se que, em virtude do tempo e das demandas institucionais do cuidado com as crianças, a instituição em questão exercia essencialmente uma função de continência sobre as crianças. A equipe profissional parecia habilitada a lidar de forma a conter e adaptar as crianças, na medida em que muito do que elas aprendem em casa e fora da creche, entra em choque com as propostas institucionais de educação que nela se aplicam.

Neste sentido, um olhar mais aprofundado evidenciou que, de modo fundamental, a equipe profissional exercia com mais acuidade o que se chama em psicanálise de função paterna, ou seja, a imposição da lei como forma de inserção do sujeito na sociedade e na cultura. Observou-se que os cuidados com as crianças eram realizados de forma mecânica e rápida, isto é, com pouca interação entre o cuidador e a criança. Entendemos, porém, que isso, mais uma vez, pode ser explicado pela grande quantidade de crianças em cada berçário em relação às educadoras. Assim, percebeu-se que elas exerciam a função paterna com maior precisão, deixando a desejar em relação à função materna em suas características de sensibilidade, atenção e personalização, o que elevou a necessidade de uma intervenção que possibilitasse a conscientização por parte da equipe destes aspectos.

Por isso, foram organizados três mini cursos com a finalidade de discutir algumas questões consideradas necessárias para a execução do trabalho principalmente das educadoras, que se encontram em constante contato com as crianças.

Os mini cursos se dividiram em: 1) As funções parentais na constituição do psiquismo do bebê; 2) Agressividade Infantil; 3) A importância do brincar. Cada mini curso foi oferecido duas vezes em horários distintos, para que toda a equipe pedagógica pudesse participar, tomando em consideração o funcionamento da instituição. Os mini cursos contaram ainda com certificação e esclarecimento de dúvidas em relação à temas que surgiam diante do que era exposto como conteúdo.

Por fim, a proposta de oficinas lúdicas se consistiu em duas apresentações teatrais, em que os pesquisadores providenciaram dois horários distintos para que um grupo de artistas do município se apresentasse para as crianças. A apresentação foi pensada como uma proposta de atividade lúdica em que as crianças pudessem participar, interagirem umas com as outras e expressarem sua imaginação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

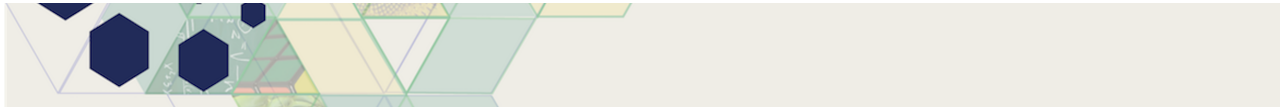
O estudo do desenvolvimento humano nos períodos iniciais da vida apresenta o papel decisivo dos Outros da mesma espécie na constituição do sujeito psíquico que se constrói no bebê, fundando a característica essencial de nossa existência enquanto seres pensantes no planeta. Este estudo orientou as atividades práticas desenvolvidas na creche e permitiu que algumas intervenções para a prevenção de psicopatologias em bebês fossem operacionalizadas.

De modo fundamental, foi possível perceber na prática o nível em que podem influenciar o desenvolvimento de um sujeito psíquico no bebê, os fatores de risco que atravessam suas experiências. Estes fatores se representam nas formas como os bebês se relacionam com as pessoas em seu meio familiar e conseqüentemente reproduzem este modo de se relacionar no ambiente da instituição infantil, onde mais pessoas atuam no registro da responsabilização destas crianças.

A partir do pressuposto da importância de pessoas que atuem no registro da responsabilização para, em primeiro lugar, a sobrevivência destes bebês e, em segundo lugar – e tão importante quanto – a constituição de um sujeito psíquico, foi oferecido um mini curso cujo principal objetivo era chamar a atenção da equipe pedagógica para um maior investimento na execução de suas funções, pois, o fato de que estas crianças passam a maior parte do início de suas vidas naquele ambiente institucional foi relacionado à questão de que é neste período em que seu aparelho psíquico começa a se desenvolver.

Portanto, às educadoras que, para os bebês recém-nascidos, por exemplo, eram convocadas a exercerem as funções parentais, foi enfatizado a importância de se fazerem afetivamente presentes e verdadeiras durante o momento em que se relacionavam com cada bebê, por menor que fosse o tempo para isso, visto que existem muitas crianças e poucas educadoras. Foi-lhes exposto a implicância de suas funções para o desenvolvimento psíquico e conseqüente prevenção de psicopatologias nestas crianças, não só com o objetivo de enfatizar suas responsabilidades, mas, fundamentalmente, de sensibilizá-las para o contato com aqueles seres humanos em constante desenvolvimento.

Entendendo a importância do papel de outros seres humanos no registro da responsabilização para o impulso de nosso desenvolvimento nos períodos iniciais da vida, finalizamos com a ideia de que o desenvolvimento natural dos aspectos físicos e orgânicos se canaliza em estreita relação com o conjunto de sentidos que a constituição subjetiva de cada um vai atribuindo às experiências que o atravessam.



REFERÊNCIAS

BERNADINO, Leda Maria Fischer – **A Abordagem Psicanalítica do desenvolvimento Infantil e suas Vicissitudes**. São Paulo. 2006.

BERNARDINO, Leda Maria Fischer; KUPFER, Maria Cristina Machado – **A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da “pesquisa de indicadores de risco para o desenvolvimento infantil”**. Mal – Estar e Subjetividade, Fortaleza, Vol. VIII, 2008.

FERREIRA, Inês Catão Henriques – **O Nascimento do Outro e suas Vicissitudes**. Universidade de Coimbra. 2005.

KUPFER, M.C. M, JERUSALINSKY, A., BERNADINO, L.F., WANDERLEY, D., ROCHA, P., MOLINA, S., SALES, L., STELLIN, R., PESARO, M.E. E LERNER, R – **Valor Preditivo de Indicadores Clínicos de Risco par o Desenvolvimento Infantil: Um estudo a partir da teoria psicanalítica**. Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online. São Paulo. V.6, n.1, pág. 48-68. Maio de 2009.

LAZNIK, Marie-Christine – **A Voz da Sereia**. Ágalma. 2004.

SIMÕES, Fátima Itsue Watanabe – **As funções parentais e os vínculos familiares na atualidade**. Omnia Saúde, Vol. 10, p. 10-25, 2013.

_____.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PESSOAS COM DIABETES MELLITUS INTERNADAS EM HOSPITAIS TERCIÁRIOS

RINCON, Renata Santana, renatasantanarincon@hotmail.com¹

ALVES, Jaíne Corinto, jaíne.corinto@hotmail.com¹

LIMA, Emanuella dos Santos¹

XAVIER, Marcela Felisberto¹

RIOS, Érika Costa¹

MARQUES, Leiliane de Sousa¹

SILVA, Graciele Cristina da Silva¹

PILGER, Calíope¹

ALVES, Michelly Melo¹

OLIVEIRA, Nunila Ferreira¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia – Curso de Enfermagem (UFG/RC-UAE de Biotecnologia)

Resumo: O Diabetes mellitus é um distúrbio patológico que apresenta alterações nos mecanismos de controle da glicemia. Atualmente é considerado um problema de saúde pública, de alta prevalência e incidência crescente, associado com complicações graves e incapacitantes. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de projeto de extensão que realiza educação em saúde junto a pessoas com diagnóstico de Diabetes mellitus, internadas em Hospitais terciários de Catalão – GO. As atividades descritas foram realizadas de fevereiro de 2016 a julho de 2017, em duas instituições hospitalares do município, sendo constituídas por: intervenções de educação em saúde (Coleta de dados sócio demográficos, avaliação do conhecimento acerca do Diabetes mellitus e seus cuidados e educação em saúde) e reuniões de supervisão da equipe. Foram realizadas 103 visitas aos hospitais e 41 intervenções. Participantes com idade média de 56 anos, 60,9% do sexo masculino, 46,3% residentes no próprio município de Catalão-GO. Foram verificadas assertivas em questões relacionadas a complicações do DM, valores de normalidade da glicemia e composição alimentar; e baixo nível do conhecimento das questões relacionadas a fisiopatologia, tomada de decisão frente às intercorrências e de caráter nutricional. A realização do projeto de extensão possibilitou reconstruir conceitos sobre hábitos de vida e empoderar as pessoas no seu tratamento, evidenciando a importância da Educação em Saúde para promoção do autocuidado.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Educação em Saúde; Perfil de Internação; Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

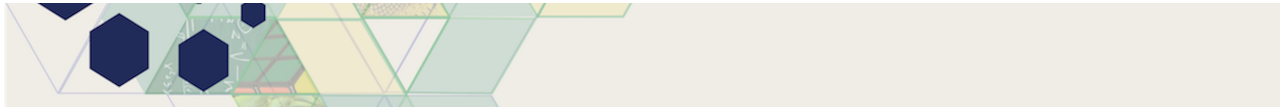
O Diabetes mellitus (DM) é distúrbio patológico, de origem metabólica e etiologia multifatorial que se manifesta por hiperglicemia, com disfunção na produção e/ou ação da insulina. Seu tratamento inclui medidas medicamentosas e não medicamentosas e objetiva diminuição da morbimortalidade relacionada com alterações no controle glicêmico. Destaca-se a importância das atividades de educação em saúde no acompanhamento, tendo em vista o impacto do autocuidado para resultados efetivos no tratamento (SBD, 2014).

A incidência de DM vem crescendo significativamente e abrangendo distintas fases da vida, desde a infância até a velhice, sendo que a informação é base para o direcionamento de práticas efetivas de cuidado (SBD, 2014). É comum verificar

situações de déficit no conhecimento e autocuidado mesmo entre pessoas que já apresentam complicações da doença. Diante disso, é importante que a Educação em Diabetes seja atividade realizada em todos os espaços de cuidado (OLIVEIRA; ZANETTI, 2010).

Para que a pessoa com DM domine e desenvolva habilidades que o direcionem para o autocuidado, a equipe multiprofissional deve avaliar seus conhecimentos e disponibilizar orientação e educação acerca dos cuidados a serem realizados, de acordo com suas demandas e condições clínicas (SBD, 2014).

A educação para o auto manejo DM é o processo de ensinar o usuário a administrar a sua doença (SBD, 2014). As metas consistem em melhorar o controle metabólico, prevenir as complicações agudas e crônicas, e melhorar a qualidade de vida com custos razoáveis. No entanto,



há déficit significativo de conhecimento e de habilidade em 50 a 80% dos indivíduos com diabetes mellitus (CLEMENT, 1995).

O uso de instrumentos ou questionários de avaliação constitui importante recurso em programas educativos na área da saúde, pois possibilitam mensurações dos efeitos do processo de ensino e aprendizagem e possíveis mudanças de atitudes sobre Diabetes Mellitus (DM). Possibilitam também conhecer as necessidades dos indivíduos e das condições para a implementação do processo educativo (TORRES, 2005).

Justifica-se a importância da realização de atividades de educativas no contexto do cuidado a pessoas com Diabetes mellitus, considerando que o conhecimento é fator primordial para a autonomia na realização do autocuidado.

2. OBJETIVO GERAL

Relatar a experiência da condução de projeto de extensão, realizado com objetivo de desenvolver atividades de educação em saúde para pessoas com Diabetes mellitus internadas em Hospitais terciários de Catalão – GO.

3. METODOLOGIA

Relato de experiência das atividades do Projeto de Extensão “**Educação em Saúde para pessoas com Diabetes mellitus tipo 2 internadas em hospitais terciários de Catalão – GO**”, vinculado ao Curso de Enfermagem da UAE de Biotecnologia - UFG/RC, desenvolvido no Edital PROBEC/PROVEC 2016/2017.

As atividades foram realizadas de fevereiro de 2016 a julho de 2017, em duas instituições hospitalares do município, desenvolvidas por equipe de professores e estudantes do Curso de Enfermagem, com objetivo de realizar Educação em Saúde junto às pessoas com diagnóstico de DM em internação hospitalar.

Para o início das atividades, a equipe passou por capacitação sobre a temática, abordando: fisiopatologia do DM, complicações agudas e crônicas, tratamento medicamentoso e não medicamentoso e educação em saúde no contexto do cuidado.

Durante as intervenções nos hospitais foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) Coleta de dados sociodemográficos
- 2) Avaliação do conhecimento acerca do DM e seus cuidados, por meio da aplicação do Diabetes Knowledge Questionnaire (DKN-A) validado para a população brasileira (TORRES, 2005) e identificação de déficit de informação sobre a doença e cuidados;

- 3) Educação em saúde, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de folders educativos, de acordo com a necessidade avaliada pela aplicação do DKN-A.

- 4) Registro da atividade.

Simultaneamente à realização das atividades nos hospitais eram realizadas reuniões semanais de equipe para avaliação das atividades, discussão de casos clínicos e estudo sobre a temática do projeto.

Os participantes do projeto foram abordados durante a internação hospitalar e autorizaram a realização da atividade. A realização do projeto foi autorizada pelas direções das instituições hospitalares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto conta com equipe de 06 estudantes e 05 professoras do Curso de Enfermagem. São realizadas atividades semanais de supervisão, além das intervenções nos hospitais. As primeiras atividades foram realizadas em duplas e passaram a execução individual, após a equipe adquirir maior segurança para o desempenho da intervenção.

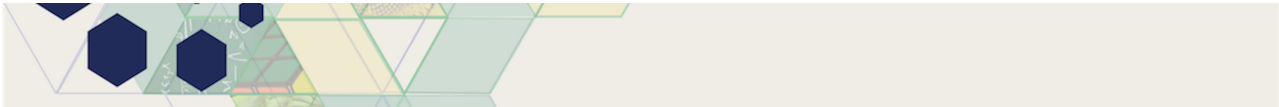
No período de realização do projeto, foram feitas 103 visitas aos hospitais, de acordo com a escala semanal de cada estudante. Destas, ocorreram 38 (37%) visitas em que não foram realizadas intervenções com pacientes, por não haverem pessoas internadas com diagnóstico de DM2; 13 (13%) visitas em que alguma impossibilidade do paciente internado (pós-cirúrgico imediato, em procedimento, dificuldade para responder devido à alteração nas condições neuro-psíquicas, dentre outros) inviabilizou a intervenção; 11(11%) perdas de fichas; e 41(39%) intervenções realizadas que serão descritas a seguir.

Foram realizadas 41 intervenções com participantes de idade entre 12 e 87 anos - média de 56 anos, sendo 60,9% do sexo masculino, 46,3% residentes no próprio município de Catalão-GO.

Quanto às respostas ao questionário e direcionamento das atividades de Educação em Saúde, foi verificado com assertivas em questões relacionadas a complicações do DM, valores de normalidade da glicemia e composição alimentar [Questões: 1(78,04%); 2(75,6%); 3(73,1%); 4(78,4%); 7(68,2%); 11(82,9)].

Foi observado baixo nível do conhecimento das questões relacionadas a fisiopatologia, tomada de decisão frente às intercorrências e de caráter nutricional, principalmente sobre as substituições alimentares, sendo evidente a baixa adesão à alimentação saudável [Questões: 6(34,1%); 9(14,6%); 12(7,3%); 15(26,8%)].

Oliveira e Zanetti (2010) identificaram um resultado insatisfatório para o conhecimento em relação ao autocuidado da doença que foi realizado



por meio do DKN-A na qual grande parte dos participantes 51/79 (64,6%) tiveram escores inferiores ou igual a oito e 28/79 (35,4%), obtiveram resultados maiores que oito. Propondo implantação do Programa de Educação em Diabetes oferecido no Protocolo de Atendimento em Diabetes e Hipertensão.

Segundo Figueira *et al.*; (2017) em estudo realizado com pessoas com DM tipo 2, utilizando o DKN-A como referência de obtenção dos dados e o instrumento de Mapas de Conversação em Diabetes para realizar atividades educativas, os resultados foram positivos em relação a intervenção educativa com os pacientes, mostrando uma progressão no conhecimento acerca da patologia, na adesão ao tratamento e melhora no controle glicêmico.

Imazu *et al.*; (2015) apresentaram que ações educativas realizadas por profissionais da saúde juntamente com o paciente, a família e a comunidade são essenciais para monitorar essa doença crônica, visto que as complicações relativas as patologias são resultantes do conhecimento sobre o DM, observando que este, contribui com a realização do autocuidado e aplicação de estilo de vida mais saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cuidados aos portadores de condições crônicas como o DM envolvem treinamento para o autocuidado, sendo a informação a base condicionante (mas não determinante) para a mudança de comportamentos. Nesse aspecto, a realização do projeto de extensão possibilitou reconstruir conceitos sobre hábitos de vida e empoderar as pessoas no seu tratamento, evidenciando a importância da Educação em Saúde para promoção do autocuidado.

O contato direto com essa população e a oportunidade de dialogar sobre os seus conhecimentos e os cuidados realizados indicam a importância de se oferecer orientações e apoio para tomadas de decisão em necessidades específicas de cuidado, voltando-se para situações como a fisiopatologia da doença e manejo clínico em casos de intercorrências.

Delineamos limitações na realização desse projeto: a realização das atividades por equipe composta por profissionais da Enfermagem. Certamente a interação multidisciplinar traria maior contribuição para o cuidado dessas pessoas.

AGRADECIMENTOS

Às direções dos Hospitais Santa Casa de Catalão e Hospital Nars Faiad por autorizarem a realização da

atividade de Educação em saúde junto aos seus pacientes e às equipes por colaborarem com a realização das atividades.

Aos clientes que aceitaram participar das atividades de Educação em Saúde.

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás, pela concessão da Bolsa de extensão.

REFERÊNCIAS

CLEMENT, S. Diabetes self-management education. **Diabetes Care**. v. 18, n.8, p. 1204-1214, 1995.

FIGUEIRA, A. L. G; VILLAS BOAS, L. C. G; COELHO, A. C. M. FREITAS, M. C. F; PACE, A. E. Intervenções Educativas para o conhecimento da doença, adesão ao tratamento e controle do diabetes mellitus. **Revista Latino-Americano de Enfermagem**. v. 25, 2017. <Acesso em 12/08/2017, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692017000100327&script=sci_arttext&lng=pt>

IMAZU, M. F. M; FARIA, B. N; ARRUDA, G. O; SALES, C. A; MARCON, S. S. Efetividade das intervenções individual e em grupo junto a pessoa com diabetes tipo 2. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. v. 23, n. 2, p. 200-207. 2015. <Acesso em 12/08/2017, disponível em: www.scielo.br/pdf/rlae/v23n2/pt_0104-1169-rlae-23-02-00200.pdf>

OLIVEIRA, K; ZANETTI, M. L. Conhecimento e atitude de usuários com diabetes mellitus em um serviço de atenção básica à saúde. **Revista Esc de Enferm USP**. v. 45, n. 4, p. 862-8. São Paulo, 2010. <Acesso em: 13/08/2017, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342011000400010>

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETE. Tratamento e acompanhamento do diabetes mellitus: diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2014.

TORRES, H. C. Validação dos questionários de conhecimento (dkn-a) e atitude (att-19) de diabetes mellitus. **Revista de Saúde Pública**, n. 39, p. 906-11, 2005.

RESPONSABILIDADE AUTURAL

“O autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PESSOAS COM DIABETES MELLITUS TIPO 2: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

XAVIER, Marcela Felisberto, marcela-xavier@hotmail.com¹
RIOS, Érika Costa, erikadacostarios@gmail.com¹
RINCON, Renata Santana, renatasantanarincon@hotmail.com¹
ALVES, Jaíne Corinto, jaine.corinto@hotmail.com¹
FERNANDES, Carla Natalina da Silva, carla_natalina@yahoo.com.br¹
SILVA, Graciele Cristina da Silva, gcsilvanut@gmail.com¹
PILGER, Calíope, caliopepilger@hotmail.com¹
ALVES, Michelly Melo, michellymelo@hotmail.com¹
OLIVEIRA, Nunila Ferreira, nunilaferreira@gmail.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia – Curso de Enfermagem (UFG/RC-UAE de Biotecnologia)

Resumo: O Diabetes mellitus (DM) é uma doença metabólica, de caráter crônico e potencialmente grave devido às suas complicações precoces e incapacitantes. A articulação ensino-serviço durante a formação profissional em saúde possibilita o preparo dos profissionais de forma contextualizada com as necessidades dos serviços e com vistas a qualificar o cuidado. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de estudantes quanto à participação em projeto de extensão que realiza educação em saúde junto a pessoas com diagnóstico de Diabetes mellitus, internadas em Hospitais terciários de Catalão – GO. As atividades foram realizadas de fevereiro de 2016 a julho de 2017, em duas instituições hospitalares do município, sendo constituídas por intervenções de educação em saúde e reuniões de supervisão em equipe. Foram realizadas 103 visitas aos hospitais e 41 intervenções. A equipe é composta por 06 estudantes e 05 professoras do Curso de Enfermagem. A experiência traz possibilidade de contato direto e cuidado de pessoas com condições crônicas, especialmente o DM durante a formação profissional, para contribuir na capacitação e preparo para lidar com essa clientela que possui demandas específicas de cuidado.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus; Educação em Saúde; Perfil de Internação; Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

O Diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica complexa, cujos portadores demandam acompanhamento e cuidados (profissionais, individuais e familiares) contínuos, com o intuito de prevenir complicações e obter o controle glicêmico (SBD, 2014).

O cuidado conforme as especificidades das condições crônicas requer que sejam articulados objetivos de longo prazo com acompanhamento multiprofissional longitudinal, com vistas ao controle dos parâmetros metabólicos e prevenção de complicações (BRASIL, 2013).

O Sistema de Saúde está em processo de transição, pelo reconhecimento da necessidade de modificar as práticas de cuidado, com vistas a atender às especificidades das condições crônicas, tendo em vista que são historicamente direcionados para as condições agudas (MENDES, 2012).

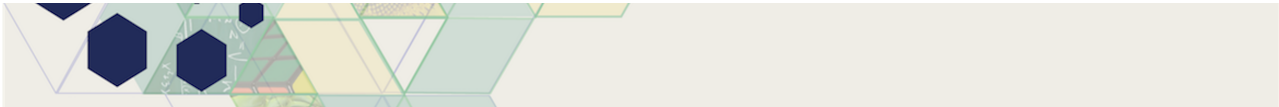
Destaca-se a importância de que a formação profissional na área da saúde oportunize conhecimento e experiência prática de abordagem

das pessoas com condições crônicas como o DM, considerando a alta prevalência dessa doença e demandas específicas de cuidado. No universo de formação acadêmica, a extensão universitária tem objetivo de desenvolver atividades de impacto social com articulação teórico-prática.

Considerando a formação do profissional Enfermeiro, durante o Curso de Graduação em Enfermagem, há que se desenvolver competências e habilidades clínicas, gerenciais e educativas, voltadas para a atenção à Saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento, educação permanente (BRASIL, 2001).

Nesse contexto, destaca-se a importância de atividades na área da saúde voltadas para o cuidado das pessoas com condições crônicas, desenvolvendo ações de promoção da saúde, prevenção do desenvolvimento da(s) doença(s) ou de suas complicações.

O projeto de extensão abordado no presente trabalho agrega o cuidado às pessoas com condições crônicas à oportunidade de capacitação profissional



aos futuros profissionais Enfermeiros, com empoderamento para desenvolver ações de cuidado por meio da Educação em Saúde.

2. OBJETIVO

Descrever a experiência de estudantes do Curso de Enfermagem acerca da vivência em projeto de extensão direcionado para educação em saúde a pessoas com DM.

3. METODOLOGIA

O Projeto de Extensão “**Educação em Saúde para pessoas com Diabetes mellitus tipo 2 internadas em hospitais terciários de Catalão – GO**”, vinculado ao Curso de Enfermagem da UAE de Biotecnologia - UFG/RC, desenvolvido no Edital PROBEC/PROVEC 2016/2017, contou com a participação de 01 bolsista PROBEC, 05 voluntários PROVEC (tivemos uma desistência) e um estudante voluntário, no período de fevereiro de 2016 a julho de 2017.

Para o início das atividades, a equipe passou por capacitação relacionada com a temática e com os objetivos do projeto.

As atividades de Educação em Saúde foram desenvolvidas em duas instituições hospitalares do município de Catalão-GO e as supervisões na universidade.

As intervenções nos hospitais eram operacionalizadas da seguinte forma: 1) Coleta de dados sociodemográficos; 2) Avaliação do conhecimento acerca do DM e seus cuidados, por meio da aplicação do Diabetes Knowledge Questionnaire (DKN-A) validado para a população brasileira (TORRES et al., 2005) e identificação de déficit de informação sobre a doença e cuidados; 3) Educação em saúde, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de folders educativos, de acordo com a necessidade avaliada pela aplicação do DKN-A; 4) Registro da atividade.

Simultaneamente à realização das atividades nos hospitais eram realizadas reuniões semanais de equipe para avaliação das atividades, discussão de casos clínicos e estudo sobre a temática do projeto.

O projeto conta com equipe de 06 estudantes e 05 professoras do Curso de Enfermagem. São realizadas atividades semanais de supervisão, além das intervenções nos hospitais. As primeiras atividades foram realizadas em duplas e passaram a execução individual, após a equipe adquirir maior segurança para o desempenho da intervenção.

Os participantes do projeto foram abordados durante a internação hospitalar e autorizaram a atividade. A realização do projeto foi autorizada também pelas direções das instituições hospitalares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação no projeto agrega oportunidade de contato direto dos estudantes com as pessoas com DM, muitas delas já com complicações, porém com conhecimento pontual e superficial acerca da patologia e cuidado.

Os estudantes referem no projeto a oportunidade de articulação teórico-prática, avaliando necessidades de cuidado além das recomendações instituídas, evidenciando a importância da escuta atenciosa e das orientações pormenorizadas. Desta forma, se faz importante apresentar estratégias de comunicação para compreender o outro e uma delas é a escuta terapêutica, que permite a identificação de aspectos verbais e não-verbais, e torna a assistência mais integral e humanizada (SOUZA et al., 2003; MESQUITA; CARVALHO, 2014).

É estabelecido que o ensino pautado na realidade proporciona a formação de parâmetros éticos para relações diárias, e oportuniza o conhecimento da realidade da população, contribuindo diretamente para uma aprendizagem significativa (SALES et al., 2015).

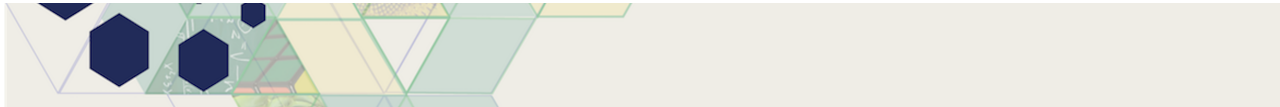
Nessa perspectiva destacamos a importância da integração ensino-serviços, como beneficiária para os estudantes e instituição/cliente. Fica evidente a necessidade de continuidade do projeto, posto que ele consolida o fortalecimento da rede de saúde, e da formação de futuros profissionais.

No contexto do projeto, os estudantes percebem também que faltam ações por parte da equipe de saúde para a abordagem educativa, indicando necessidade de maior atenção enquanto futuros profissionais para a educação em saúde. Os estudantes constituem referências para os profissionais das instituições onde o projeto é realizado, pela atuação junto às pessoas com Diabetes.

Cabe destacar a importância da atividade realizada pelos estudantes do projeto como forma de cooperação com a Instituição hospitalar e concomitantemente com o cliente; de modo que viabiliza a educação em saúde por meio de orientações e esclarecimentos, promovendo e estimulando respectivamente o cuidado e o autocuidado.

A intervenção trabalhada no usuário deve possibilitar a autonomia, sem desfazer do cuidado que deve ser vigente em qualquer ação da saúde, logo o diálogo oportuniza a resolução das necessidades (SANTOS et al., 2016).

Para Pedro et al. (2016) quando o cliente apresenta limitado conhecimento sobre a sua patologia, ele consequentemente pode exprimir objeções em entender e submeter-se ao tratamento. Por esse fundamento faz-se indispensável o



exercício da comunicação entre equipe/estudantes e pacientes.

A enfermagem tem como sua finalidade de ciência e prática o cuidado (CARVALHO et al., 2016); dessa forma o projeto se sustenta em bases de condutas humanistas, trabalhadas como estratégia de cuidado para avaliação, prevenção de complicações e promoção da saúde do cliente.

Durante as atividades realizadas pode-se observar que muitas das vezes uma breve conversa seria o suficiente para pré-avaliar o nível de conhecimento do cliente, bem como realizar intervenções de cuidado por meio de folders educativos e orientações, transformando o ambiente hospitalar em um espaço de aprendizado.

No que tange às limitações da atividade em área hospitalar destacamos: a inviabilidade do acompanhamento continuado, e a carência de tempo (em algumas ocasiões) para o desenvolvimento de ações e estratégias para pessoas com Diabetes, visto que o projeto prioriza os cuidados na dinâmica hospitalar.

A graduação em enfermagem vivencia desafios a seguir nas conformidades das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso referido (SORIANO et al., 2015), que busca uma formação generalista, integrada com perfil humanizado, crítico e reflexivo (BRASIL, 2001). Dessa forma, as instituições reconhecem o que é proposto, mas caminham conforme as possibilidades buscando incorporar os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no desenvolvimento das matrizes curriculares (SORIANO et al., 2015).

A graduação em Enfermagem oferece um suporte teórico necessário para o desenvolvimento de um pensamento crítico, fornecendo capacidade de observar, avaliar e sistematizar uma ação de forma adequada. Contudo, uma das maiores fragilidades na formação profissional é a falta de habilidades interpessoais, acarretando problemas no exercício da profissão (BARLEM et al., 2012), nessa perspectiva, ressalta-se como um desafio as diversidades dos cenários de práticas e ênfase no SUS, sendo de suma importância o conhecimento da realidade local, a interação com a equipe e a participação na atenção ao cliente (CORBELLINI et al., 2010).

Podemos ressaltar que a pesquisa e extensão são aliadas na formação do enfermeiro, promovendo o crescimento profissional e pessoal. Sendo que, através da leitura, da participação em projetos de extensão e pesquisa e de vivências extracurriculares que os acadêmicos têm oportunidade de suprir as lacunas da graduação, destacando-se a vivência de conflitos, as relações interpessoais com os clientes, no desenvolvimento de competências que não são trabalhadas e/ou as são de forma superficial durante o cumprimento formal das disciplinas da grade curricular (BARLEM et al., 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo indicou a importância da participação em atividades de extensão universitária, durante a formação profissional para o fortalecimento do vínculo com a prática assistencial e educativa.

O contato direto e cuidado de pessoas com condições crônicas, especialmente o DM durante a formação profissional, contribui para a capacitação e preparo para lidar com essa clientela que possui demandas específicas de acompanhamento e cuidados.

As atividades de educação em saúde precisam ser mais estimuladas em âmbito hospitalar e priorizadas como parte do cuidado.

AGRADECIMENTOS

Às direções dos Hospitais Santa Casa de Catalão e Hospital Nasr Faiad por autorizarem a realização da atividade de Educação em saúde junto aos seus pacientes e às equipes por colaborarem com a realização das atividades.

Aos clientes que aceitaram participar das atividades de Educação em Saúde.

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás, pela concessão da Bolsa de extensão.

REFERÊNCIAS

BARLEM, J. G. T et al. Fragilidades, fortalezas e desafios na formação do enfermeiro. **Esc Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr-jun., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/Compeex/v16n2a20.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Superior. **Parecer nº 3, de 7 de novembro de 2001 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 28 p.



CARVALHO, N. M et al. O ensino da humanização no curso de bacharel em enfermagem numa universidade pública. **Rev Enferm.** Recife, 2016. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9991/pdf_1848>. Acesso em: 17 Ago. 2017.

CORBELLINI, V. L et al. Nexos e desafios na formação profissional do enfermeiro. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 63, n. 4, p. 555-60, jul-ago., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/09.pdf>>. Acesso em: 16 Ago. 2017.

MENDES, E.V. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. 512 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

MESQUITA, A. C.; CARVALHO, E. C. A Escuta Terapêutica como estratégia de intervenção em saúde: uma revisão integrativa. **Rev Esc Enferm.** São Paulo, v. 48, n. 6, p. 1127-36, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48n6/pt_0080-6234-reeusp-48-06-1127.pdf>. Acesso em: 19 Ago. 2017.

PEDRO, D. R. C. et al. Conhecimento do paciente sobre assistência hospitalar recebida durante sua internação. **Rev Min Enferm.** 2016. Disponível em: <www.reme.org.br/exportar-pdf/1114/e978_en.pdf>. Acesso em: 18 Ago. 2017.

SALES, P. R. S et al. Integração academia-serviço na formação de enfermeiros em um hospital de ensino. **Trab Educ Saúde.** Rio de Janeiro, v. 13 n. 3, p. 675-693, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v13n3/1981-7746-tes-13-03-0675.pdf>>. Acesso em: 17 Ago. 2017.

SANTOS, F. P. A. et al. Práticas de cuidado da enfermeira na Estratégia Saúde da Família. **Rev Bras Enferm.** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1124.pdf>>. Acesso em: 17 Ago. 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETE. **Tratamento e acompanhamento do diabetes mellitus: diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes.** Rio de Janeiro: Diagraphic, 2014.

SORIANO, E. C. L et al. Cursos de enfermagem do estado de são paulo frente às diretrizes curriculares. **Rev Min Enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 965-972, out-dez., 2015.

SOUZA, R. C et al. Escuta terapêutica: instrumento essencial do cuidado em enfermagem. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v.11, p. 92-7, 2003. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a15.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2017.

TORRES, H. C et al. Validação dos questionários de conhecimento (dkn-a) e atitude (att-19) de diabetes mellitus. **Revista de Saúde Pública**, n. 39, p. 906-11, 2005.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”

ESPAÇO DE DIÁLOGO COM PROFESSORES DE GEOGRAFIA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CATALÃO (GO)

BERTOLINO ARRUDA, Bruna Felícia, bruna_felicia@hotmail.com¹
PERACINI BENTO, Izabella, izabellaperacini@yahoo.com.br²

¹ Aluna da Graduação em Geografia/Licenciatura (UFG/RC). Participante do Grupo de Pesquisa GEEUAÇÃO - Geografia, Ensino, Espaço Urbano e Ação. Bolsista PROBEC

² Professora da Graduação e Pós-Graduação em Geografia/Licenciatura (UFG/RC). Participante do Grupo de Pesquisa GEEUAÇÃO - Geografia, Ensino, Espaço Urbano e Ação. Orientadora PROBEC.

Resumo: O trabalho em questão é resultado de um projeto que busca estabelecer uma interface entre escolas da Rede Pública de Catalão (que sejam campo de estágio supervisionado do Curso de Geografia) e a Universidade Federal de Goiás – UFG/RC, com ênfase na Formação de Professores de Geografia. Essa Ação de Extensão pretende conhecer os desafios do cotidiano escolar da Educação de base, a fim de promover estratégias de ensino e Aprendizagem eficazes para uma formação consciente, ativa e cidadã, a partir de Espaços de Diálogo com Professores de Geografia da Rede Pública de Ensino de Catalão (GO).

Palavras-Chave: Ação de Extensão; Espaço de Diálogos; Escolas Públicas, Universidade Federal de Goiás, Formação de Professores.

1. INTRODUÇÃO

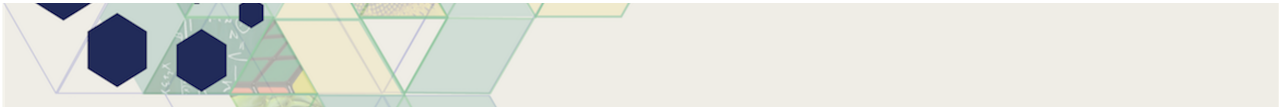
A ação de extensão proposta para este projeto, aqui apresentado, se justifica por sua importância para a Educação Pública, para a formação inicial e continuada de professores e para o ensino de Geografia. Trata-se de uma iniciativa que visa aproximar as escolas públicas e a Universidade em prol de um trabalho comum, educação pública de qualidade, com ênfase no ensino de Geografia. A interface que buscamos proporcionar trará benefícios para as duas dimensões de ensino envolvidas, através dos Espaços de Diálogos, em que serão levantados possíveis desafios que possam dificultar o processo de ensino e aprendizagem em Geografia, e que garantirá a inserção dos envolvidos no projeto na comunidade escolar e vice versa. São muitos os desafios que perpassam a ação docente na atualidade, e a discussão e proposição de superação desses desafios pode ser uma importante tentativa de proporcionar e fortalecer o processo educacional.

Buscou-se estabelecer uma interface entre as Escolas da Rede Pública de Ensino de Catalão e a Universidade Federal de Goiás – UFG/RC, com ênfase na formação inicial e continuada de professores de Geografia; conhecer os desafios do cotidiano escolar da educação de base; promover estratégias de ensino e aprendizagem eficazes para uma formação consciente, ativa e cidadã; proporcionar uma formação mais consistente aos futuros

professores de Geografia e aos professores atuantes da Rede Pública, assim como, ações de intervenção nas escolas, no sentido de sanar as demandas apresentadas pelos professores. Para atingir esses objetivos foi realizado, no dia 12 de maio de 2017, o I Encontro do Espaço de Diálogo com Professores de Geografia da Rede Pública de Ensino de Catalão (GO), com as temáticas: Cartografia Escolar e Formação de Professores e as atuais políticas públicas para a educação do Estado de Goiás.

2. METODOLOGIA

A realização do projeto se deu a partir de levantamento de problemas didático-pedagógicos apontados por professores e alunos; por pesquisa metodológica; inserção cotidiana na comunidade escolar; proposição de estratégias de ensino e aprendizagem em Geografia. As etapas da pesquisa se deram a partir da seleção de três escolas parceiras do Estágio Supervisionado em Geografia II e III para aplicação da proposta de extensão, foram identificados os desafios do cotidiano escolar das escolas parceiras no desenvolvimento do Estágio Supervisionado, foram selecionados os temas/conteúdos de maior dificuldade para ensinar e aprender Geografia na percepção dos professores das escolas parceiras de Estágio, para que então fosse promovido o primeiro Espaço de Diálogo temático para a formação inicial e continuada de professores de Geografia. De acordo com o exposto, o tema



selecionado por professores da Educação Básica como emergente para uma primeira discussão foi a Cartografia Escolar.

3. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Os resultados desta Ação de Extensão e, por consequência, deste projeto aqui apresentado é o de estabelecer uma interface entre as escolas da Rede Pública de Ensino de Catalão e a Universidade Federal de Goiás – UFG/RC, com ênfase na formação de professores de Geografia, mediante a organização de Espaço de Diálogos, conhecendo assim os desafios do cotidiano escolar da Educação de Base e promovendo uma inserção real da Universidade na comunidade escolar e vice versa, a partir da promoção de estratégias de ensino e aprendizagem eficazes para uma formação consciente, ativa e cidadã.

Busca-se proporcionar uma formação mais consistente aos futuros professores de Geografia e ações de intervenção nas escolas, no sentido de sanar as demandas apresentadas pelos professores, a partir das discussões realizadas nos Espaços de Diálogos, com reflexão e ação para aplicação na comunidade escolar.

A ação que propomos traz benefícios para as duas dimensões de ensino envolvidas, através dos Espaços de Diálogos, os quais são organizados a partir das temáticas e conteúdos detectados pelo plano de trabalho do bolsista, esses encontros envolvem a comunidade escolar e a Universidade. São muitos os desafios que perpassam a ação docente na atualidade, e a discussão e proposição de superação desses desafios pode ser uma importante tentativa de proporcionar e fortalecer o processo educacional, para isso o plano de trabalho proposto foi um instrumento para a efetivação da ação de extensão.

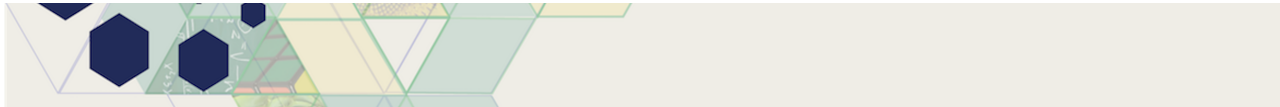
O I Encontro do Espaço de Diálogo com Professores de Geografia da Rede Pública de Ensino de Catalão (GO) teve como temáticas: a Cartografia Escolar e a Formação de Professores e as atuais políticas públicas para a educação do Estado de Goiás. Convidamos para dialogar conosco o Núcleo de Ensino e Pesquisas em Educação Geográfica – NEPEG – uma associação com caráter científico-cultural sem fins lucrativos,

constituída para promover pesquisas, estudos, publicações e eventos em Educação Geográfica, constituído por professores de várias regiões do Brasil. Criado em 2004, é fruto dos anseios de um grupo de professores que trabalham com as disciplinas de Didática, Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. Esses professores têm em comum a preocupação com o ensino de Geografia, desde o nível básico até o superior, expressa por meio de suas pesquisas sobre a temática. O NEPEG tem registro no Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Os principais objetivos do NEPEG consistem em: promover estudos, pesquisas, publicações e eventos em Educação Geográfica.

No dia 12 de maio de 2017 às 14h foi realizado um Espaço de Diálogos entre Professores da Rede Pública de Ensino de Catalão com membros do NEPEG, sob a coordenação do Professor Doutor Denis Richter (IESA/UFG) em que foi discutido e explorado o tema Cartografia Escolar. No mesmo dia, às 19h foi realizado um segundo Espaço de diálogo, com o mesmo público, praticamente, sobre Formação de Professores e as atuais políticas públicas para a educação do Estado de Goiás, em que os mediadores foram os Professores: Lana de Souza Cavalcanti (IESA/UFG), Rafael Straforini (Unicamp/SP) e Alexsander Batista e Silva (UEG/Goiás).

Considera-se que o primeiro Espaço de Diálogos realizado cumpriu com seus objetivos iniciais, abordamos um tema importante e que foi escolhido pelos professores nos desafios de seu cotidiano, a atividade aproximou a Universidade da Escola Básica e cumpriu o papel de formação inicial e continuada para professores de Geografia.

Nesse cenário, surgem novos caminhos na investigação sobre o ensino de geografia, e as orientações para o trabalho docente com essa matéria escolar vão se reconstruindo. Nas duas últimas décadas do século XX, ocorrem variados “eventos” que contribuem para mais uma reformulação da geografia escolar, bem como da geografia acadêmica. A estruturação da geografia escolar é realizada e praticada em última instância pelo professor dessa matéria, em seu exercício profissional cotidiano. Para isso, ele tem múltiplas referências, mas as mais



diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto a Geografia acadêmica como a didática da Geografia, e, de outro, a própria Geografia escolar já constituída.

Essa linha de reflexão procura destacar as diferenças entre a estrutura das disciplinas escolares e a estrutura dos ramos científicos de referência, entendendo que entre elas não há uma relação de hierarquia, uma transposição direta ou mecanismos de simplificação. O que há são mediações didáticas, nas quais o conteúdo é reconstruído, alguns temas são escolhidos, enfatizados, e outros são desconsiderados. Há, assim, outras referências na composição da geografia escolar, para além da ciência, como, por exemplo, as concepções pessoais dos professores resultantes de sua experiência com a Geografia e com a prática escolar. Outras referências são as próprias práticas escolares, ou seja, o modo como se organiza a escola, a forma como o professor organiza as atividades de planejamento, a forma como ele lida com a geografia e com os conhecimentos geográficos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia escolar não se ensina, mas se constrói, se realiza. Ela tem um movimento próprio, relativamente independente, realizado pelos professores e demais sujeitos da prática escolar que tomam decisões sobre o que é ensinado efetivamente. Nesse sentido, a escola é e pode ser um importante espaço para promover a discussão e avaliação desse conhecimento. Para isso, uma dicotomia deve ser superada, a da teoria/prática. É preciso ultrapassar a crença de que as teorias determinam a realidade prática, é preciso pensar na teoria e na prática como duas dimensões da realidade, não necessariamente realizadas em lugares e por pessoas diferentes, mas como dimensões indissociáveis. O ensino/aprendizagem é um processo, implica movimento, atividade, dinamismo. A aprendizagem não será produzida pela simples acumulação passiva, mas mediante a atividade exercida sobre os conteúdos, articulando-se uns com os outros. Essa reflexão se estende no que envolve a formação do saber docente do professor de Geografia, no sentido de que devemos considerar a formação inicial na

universidade e a formação continuada na escola.

A proposta é redefinir a relação ensino/aprendizagem ao se traçar o caminho da formação de conceitos, da descoberta, a partir da realidade vivida pelo aluno. No processo de ensino e aprendizagem, cada tema geográfico é construído em sua própria dimensão de significados, o aluno mobiliza sua visão de mundo, seu conhecimento e, por fim, ele atinge sua própria cidadania. A realidade do aluno precisa ser conhecida, para que o professor tenha condições de promover o conhecimento geográfico, que não se configura apenas como acadêmico. O conhecimento é construído na vivência, nos problemas, nas dificuldades, nas facilidades expressas na paisagem e na vida dos estudantes, associados ao conhecimento à disposição dos professores, produzidos pela Universidade, pela imprensa, pelo cinema ou pelos autores de livros didáticos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**/Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 156pgs.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.

CALVALCANTI, L.S.; **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 11º ed. Campinas SP: Papirus, 1998.

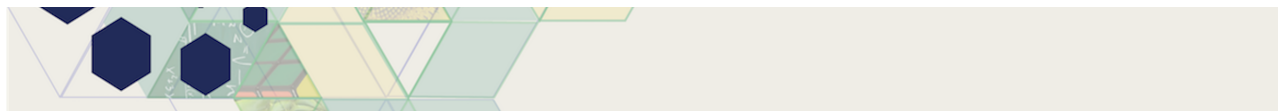
CARVALHO, Irene M. **O processo didático**. 3º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

CASTANHO, L.M; Eugênia, Maria. **Técnica de ensino: Por que não?** 21ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1991, p. 37-49. 93-105.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entenda os Parâmetros Curriculares Nacionais**. Cotidiano, 16-10-1997. p. 3-3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª edição. São Paulo: Paz e terra, 1996.

HAMILTON, David. **Sobre as origens dos termos classe e curriculum**. Teoria e educação, Porto Alegre, n.6, p. 33-52, 1992.



LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth; **Teorias de currículos**. São Paulo SP: Cortez, 2011.

MACEDO, E. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 285-296, 2006.

MATOS, Luiz A. **Sumario de didática geral**. 12^a ed. Rio de Janeiro; Aurora, 1976.

NÈRICI, Imideo G. **Metodologia de ensino**: Uma introdução. 2^a ed. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Alaide L. Aula magistral-aula expositiva. **Tecnologia Educacional** 73, novembro/ Dezembro, Rio de Janeiro, 1986, p.46-48.

PINNAR, William F. **Understanding curriculum**. New York: Peter Lang, 1996.

ROGERS, Carl; **Liberdade para aprender**. Belo Horizonte MG: Inter livros, 1971.

TANNER, Daniel; TANNER, Laurel. **Curriculum development**. New York: Macmillan, 1975, p. 45.

TYLER, Ralph. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1977.

EXPERIÊNCIAS ADVINDAS DA LAPIC- LIGA ACADÊMICA DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

ARAÚJO, B. V. biavieira.enfermagem@gmail.com¹

SANTIAGO, J. B.²

PILGER, C.³

^{1,2,3} Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão/ Unidade Acadêmica de Biotecnologia

Resumo: *Esse trabalho tem com intuito apresentar as experiências advindas da LAPIC- Liga Acadêmica de Práticas Integrativas e Complementares desenvolvida no curso de enfermagem da Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão- GO. Trata-se de um relato de experiência das atividades desenvolvidas na LAPIC, do curso de enfermagem da UFG- Regional Catalão, com participação de professores, acadêmicos dos cursos de enfermagem, educação física, psicologia, ciências sociais, educação no campo, profissionais de saúde e comunidade externa. A partir da implementação da LAPIC nota-se grande interesse por meio dos acadêmicos para desenvolverem projetos, pesquisas e técnicas voltadas para essa área. Fornecendo ainda possibilidades para que em seu futuro âmbito profissional possam prestar um cuidado diferenciado e integralizado, favorecendo um bem-estar mútuo para comunidade.*

Palavras-chave: *Enfermagem; estudantes; saúde; práticas.*

1. INTRODUÇÃO

As práticas integrativas e complementares (PIC) auxiliam no processo de recuperação da saúde de forma integral. Estas consideram a saúde do indivíduo como um conjunto que engloba mente/ corpo/ espírito, propiciando ações humanizadas voltadas para a prevenção e promoção da saúde de forma efetiva e confiável (SILVA, 2014).

Essas práticas vêm sendo difundidas e estimuladas cada vez mais Sistema Único de Saúde (SUS), através da Política Nacional de práticas integrativas e complementares (PNPIC) legalizada pelas portarias nº 971 de 03/05/06 e nº 1.600 de 17/07/06, reformuladas no ano de 2014 (BRASIL, 2014). Recentemente, foram inseridas novas PIC para o SUS e para a política (BRASIL, 2017).

Inicialmente as práticas presentes da PNPIC eram fitoterapia, homeopatia, acupuntura, medicina antroposófica e termalismo/ crenoterapia. Atualmente foram englobadas as seguintes arteterapia, medicina ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexologia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga (BRASIL, 2017).

Devido as falhas da assistência à saúde em âmbito mundial, as PIC vem sendo cada vez mais estimuladas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que incentiva a adesão, legalização e valorização das mesmas. Visto que o governo se

esforça principalmente em manter recursos voltados para a doença, se esquecendo do indivíduo como um todo, com suas diversas dimensões, física, emocional, social, espiritual e energética. Diante disso, os profissionais buscam se especializar para propiciar uma melhoria na atenção da saúde das pessoas (BRASIL, 2016).

Diante desta necessidade, faz-se necessário o surgimento de novas tecnologias de cuidado que possam auxiliar no processo saúde-doença da população, buscando práticas mais humanizadas e compreensão mais integrada por parte dos profissionais, e as PIC possuem como base filosófica e teórica a oferta destes cuidados.

E uma das formas de capacitar os profissionais sobre estas práticas é oferta-las e divulga-las na academia, já que esse ramo tem-se difundido mundialmente. Vale ressaltar, que muitos profissionais ainda têm receio em relação a essa temática, no entanto, a partir da ampliação de conhecimentos e respaldos por meio de artigos científicos, nota-se um aumento da procura, principalmente no âmbito acadêmico (HEBERLÊ, 2013).

Percebe-se a ausência desse conhecimento nas universidades, principalmente quando se trata de cursos voltados para a saúde tais como enfermagem, psicologia, medicina e fisioterapia.

Portanto esse trabalho tem com intuito apresentar as experiências advindas da LAPIC- Liga Acadêmica de Práticas Integrativas e

Complementares desenvolvida no curso de enfermagem da Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão- GO.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência das atividades desenvolvidas na LAPIC, do curso de enfermagem da UFG – Regional Catalão, com participação de professores, acadêmicos dos cursos de enfermagem, educação física, educação do campo, psicologia, ciências sociais, profissionais de saúde e comunidade externa.

A LAPIC iniciou suas atividades no ano de 2014, e é desenvolvida por meio de encontros quinzenais, com os participantes e membros da diretoria (professores, estudantes, colaboradores externos) para avaliar a ação e atividades propostas. Os encontros possuem duração de 3 horas, na qual ocorrem discussões sobre as PIC, sua finalidade, objetivos e quais benefícios para a saúde física, mental, social e espiritual do ser humano, além de discussões com profissionais da área, desenvolvimento de pesquisas, eventos e outras atividades.

A estrutura dos encontros se baseia nas seguintes atividades, de acordo com a figura 01, apresentada abaixo:

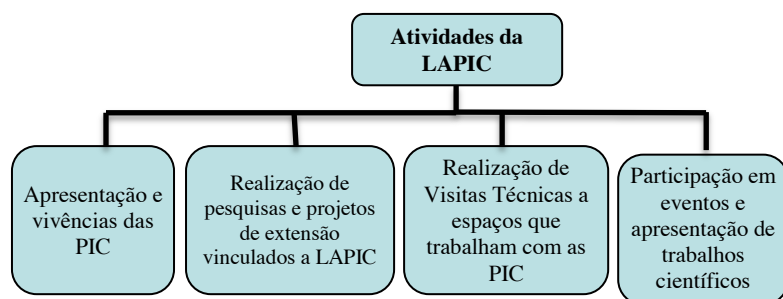


Figura 01 - Fluxograma com as atividades desenvolvidas na LAPIC, 2017

Com o desenvolvimento da LAPIC pretende-se sensibilizar o meio acadêmico e a comunidade para a utilização destas práticas para o cuidado e autocuidado em saúde, além de fazer com que todos adquiram conhecimento destas tecnologias para a assistência em todos os níveis de saúde, como estratégia para buscar o equilíbrio e bem-estar do ser humano como um todo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LAPIC é composta por aproximadamente 25 participantes entre eles alunos do curso de enfermagem, educação física, psicologia, ciência sócias, educação do campo, enfermeiros e pessoas

da comunidade externa que demonstram interesse por essa temática.

Diversas atividades vêm sendo desenvolvidas na liga, sendo estas apresentações teóricas e vivências práticas tais como acupuntura, reiki, aromaterapia, auriculoterapia, musicoterapia, florais, iridologia, dança circular, automassagem- Do In, crenoterapia e termalismo, meditação, calatonia, yoga, moxabustão entre outras.

Por meio da escuta acolhedora, vínculo terapêutico, aproximação do indivíduo com meio ambiente e sociedade, e também a conexão do seu corpo físico com seu eu interior, as práticas visam estimular ações de promoção e prevenção da saúde por meio de dispositivos naturais (BRASIL, 2006).

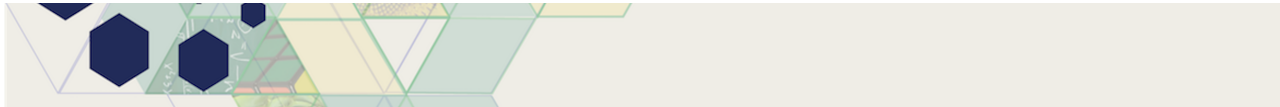
Houve cursos e capacitações disponibilizados pela liga para seus participantes como: Massagem Shantala e três Cursos de Formação em Reiki, nível 1 e 2 (Figura 02). O Reiki é uma prática criada pela medicina oriental por volta do século XIX, na qual utiliza a imposição das mãos para equilibrar os chakras presentes no nosso corpo (OLIVEIRA, 2013).

A palavra Reiki significa “Energia da força vital do universo” aqueles que recebem essa técnica, acreditam que há uma troca de energias que é transmitida através dos canais abertos nas mãos dos reikianos para o seu próprio corpo (OLIVEIRA, 2013).



Figura 02 – Curso de Formação de Reiki nível I.

Esta técnica visa impulsionar o organismo ao equilíbrio por meio da ativação do sistema imunológico que irá favorecer o reestabelecimento conforme as necessidades de cada um. A energia vital auxilia também no psicológico e emocional auxiliando a busca por melhores hábitos de vida que



muitas vezes são influenciados por ações prejudiciais à saúde como o uso de drogas ilícitas, má alimentação, pensamentos negativos (SALLES et al, 2014).

Foram também vivenciados momentos especiais como visitas técnicas para o Hospital de Medicina Alternativa (HMA) de Goiânia em Goiânia- GO e ao Centro de Referência em Práticas Integrativas de Saúde (CERPIS) em Planaltina-DF. Por meio dessas visitas os integrantes puderam conhecer locais que dispõem as PICS através do SUS de maneira gratuita e humanizada.

Realizaram-se pesquisas científicas a partir das habilidades terapêuticas, conhecimentos e apreciação de cada participante da liga que visam analisar os benefícios e efeitos de determinadas PICS na atenção primária das pessoas com ou sem doenças crônicas, além de pesquisas voltadas para a espiritualidade e religiosidade das pessoas, e ainda se tem aquelas que estão em andamento.

Os projetos aprovados pelo Comitê de Ética englobam, eficácia do Reiki e auriculoterapia no nível de ansiedade de acadêmicos de enfermagem; efeito do Reiki na qualidade de vida de acadêmicos, funcionários de uma Universidade Federal; avaliação da espiritualidade de acadêmicos; o conhecimento das enfermeiras das Unidades Básicas de Saúde sobre as PICS, entre outras.

Recentemente houve uma maior procura das PIC devido a melhoria do vínculo entre profissional e usuário, que buscam técnicas terapêuticas de menor custo e rápidas que possuem benefícios equivalentes ao método convencional. A partir disso, a pesquisa é indispensável para comprovar sua eficácia (THIAGO; TESSER, 2011).

Os participantes da LAPIC são estimulados a participar de eventos científicos para a apresentação de trabalhos científicos, com propósito de transmitir vivências em oficinas que abordem as PICS, além de partilhar experiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da implementação da LAPIC nota-se grande interesse por meio dos acadêmicos para desenvolverem projetos, pesquisas e técnicas voltadas para essa área. Fornecendo ainda possibilidades para que em seu futuro âmbito profissional possam prestar um cuidado diferenciado e integralizado, favorecendo um bem-estar mútuo para comunidade.

A LAPIC foi fundada com a perspectiva de compartilhar o conhecimento acerca dessas práticas no meio acadêmico, além de proporcionar um ambiente acolhedor, seguro, que forneça o autocuidado, troca de experiências os auxiliando a

buscar e vivenciar o equilíbrio emocional, físico, energético e espiritual.

Outro ponto a ser avaliado nesse contexto da expansão das práticas alternativas e complementares dentro do âmbito acadêmico, é que se tratando de aspectos éticos, os mesmos participam das técnicas através de livre consentimento, ou seja, tem-se respeito pelos acadêmicos quanto a sua vontade e forma de espiritualidade.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria n. 971, de 3 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS). 2º versão. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 849, de 27 de março de 2017.** Departamento da Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Introdução a formação em Auriculoterapia: I Módulo.** Departamento da Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

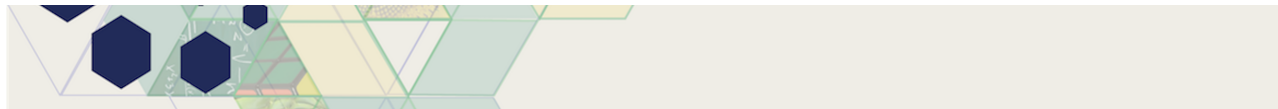
HEBERLÊ, M. O. Um estudo da concepção dos profissionais de saúde sobre as práticas integrativas e complementares em saúde. [Tese]. Universidade Federal de Santa Maria- RS, p. 102. 2013.

OLIVEIRA, R. M. J. Efeitos da Prática do Reiki Sobre Aspectos Psicofisiológicos e de Qualidade de Vida de Idosos com Sintomas de Estresse: Estudo Placebo e Randomizado. [Tese]. Universidade Federal de São Paulo- Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 2013.

OMS. **Organização Mundial de Saúde.** Estratégia sobre Medicina Tradicional 2002-2005. Genebra: OMS; 2006.

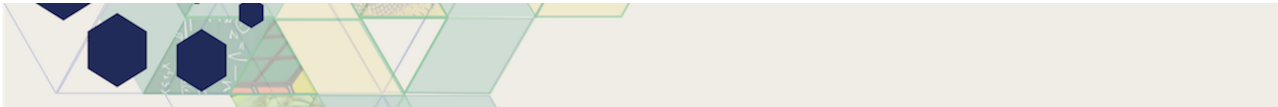
SALLES, A.; SALLES L.F.; SILVA, M.J.P.; VANNUCI, L. Efeito do Reiki na Hipertensão Arterial. **Acta Paul Enferm;** 27(5):479-8. São Paulo, 2014.

SECRETARIA DE SAÚDE DE GOIÁS. Hospital de Medicina Alternativa (HMA). 2013. Disponível em: <http://www.hma.goias.gov.br/index.php?idEditoria=4129>.



SILVA, M. J. P. **Práticas Alternativas e Complementares e Enfermagem. Grupo de Práticas Alternativas ou Complementares em saúde.** 2014. Disponível em: http://www.ee.usp.br/pesquisa/grupo/praticas_alternativas/index.htm. Acesso em: 21/02/14.

THIAGO, S.de C.S.; TESSER, C.D. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. **Rev. Saúde Pública** [online]. 45 (2): 249-257, 2011.



INTERVENÇÕES NO VÍNCULO CUIDADOR-BEBÊ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.*

CORRÊA, Tiago Gonçalves, tiagocorrea1996@gmail.com¹

PIRES, Vanessa Arruda¹

ROMANO, Lucas Silva¹

LUCIO, Alana de Oliveira ¹

BARBOZA, João Marcos Silva¹

MENDES, Ezilaine Domingues¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

* (Resumo revisado por: Elzilaine Domingues Mendes (Título da Ação: Projeto de Extensão: Observação e Intervenção na Primeira Infância. Código da Ação: IBIOTEC-CA-45)

Resumo: Frente aos novos arranjos parentais e as imposições capitalistas, as creches passam a ser instituições presentes cada vez mais precocemente no cotidiano das famílias e dos bebês na contemporaneidade, assim, faz-se necessário atentar-se ao vínculo que é estabelecido entre cuidador-bebê e como este pode interferir e modificar o desenvolvimento psíquico. A presente discussão pauta-se na experiência proporcionada pelo projeto de extensão: “Observação e Intervenção na Primeira Infância”, realizado em uma creche municipal e tem como objetivo elucidar questões relativas ao cotidiano da instituição, bem como questões relacionadas à prática das cuidadoras e discussões teóricas que nos auxiliaram a compreender a importância do vínculo-cuidador-bebê e como esse é relevante na instauração do sujeito psíquico. A discussão em questão tem caráter metodológico qualitativo, de cunho bibliográfico. Buscamos nos principais bancos de dados, artigos que nos dessem base para compreender o brincar sob a óptica psicanalítica em uma instituição de ensino. As observações eram realizadas semanalmente durante quatro horas. Cada extensionista em dias alternados, acompanhava uma turma, assim, foi possível observar como o brincar é tratado na creche. Este ocorre diariamente, em horários pré-determinados e consistia em: a cuidadora pegava a caixa de brinquedos da turma e despejava no centro da sala. Atentamos para a necessidade de propiciar mais espaços de brincadeiras e brinquedos para as crianças, tanto para o cotidiano destas na instituição, tanto para a continuação do projeto. Propomos um mini curso de formação continuada para as cuidadoras com o intuito de promover um espaço de discussão sobre temáticas que observamos durante o período de desenvolvimento do projeto. Nossos esforços na realização do projeto foram válidos no sentido que, atuamos de forma efetiva na configuração do vínculo estabelecido entre as cuidadoras e os bebês. Percebemos que muitas foram as mudanças na convivência estabelecida entre a dupla. O brincar foi concebido de uma forma que não era visto antes. Passou a ocorrer de maneira dirigida durante as atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Constituição Subjetiva. Metodologia IRDI. Infância. Psicanálise. Creche.

1. INTRODUÇÃO

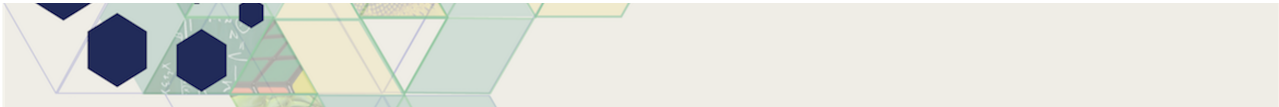
Frente aos novos arranjos parentais e as imposições capitalistas, as creches passam a ser instituições presentes cada vez mais precocemente no cotidiano das famílias e dos bebês na contemporaneidade, assim, faz-se necessário atentar-se ao vínculo que é estabelecido entre cuidador-bebê e como este pode interferir e modificar o desenvolvimento psíquico.

O projeto de extensão “Observação e Intervenção na Primeira Infância”, do qual esses escritos são frutos, teve como objetivo abordar, problematizar e intervir na relação estabelecida no vínculo entre cuidador-bebê, buscando a promoção da saúde mental deste sujeito em constituição.

Entendemos que o desenvolvimento e a constituição do sujeito psíquico na primeira infância

ocorre do nascimento até por volta dos seis anos de idade, desta forma, o cuidador é um agente que auxilia na elaboração psíquica do bebê, atua de forma concreta na estruturação das funções mentais (BERNARDINO e VAZ, 2015). Compreende-se que é importante estar atento ao trabalho que é realizado pelos profissionais que atuam em centros de educação infantil, pois estes estão atuando também na elaboração deste sujeito.

O projeto de extensão visava a intervenção na qualidade da relação cuidador-bebê e a detecção de alterações no desenvolvimento psíquico. Tomando como base Kupfer et al (2009), salientamos que a instauração do sujeito psíquico ocorre através dos agentes parentais sendo estruturado através de quatro eixos, sendo estes: *Suposição do sujeito* (SS), *Estabelecimento de demanda* (ED), *Alternância Presença/ausência* (PA)



e *Função paterna* (FP). Assim, é fundamental que o cuidador contemple tais eixos na relação que desenvolve com o bebê.

A *suposição do sujeito* diz respeito a compreender o bebê como um sujeito já constituído, ou seja, que deseja, mesmo este estando ainda em construção. É essencial estabelecer planos para este ser, através da antecipação. O *estabelecimento da demanda* compreende as manifestações involuntárias do bebê, tais como choro e balbucios, assim, é importante que o cuidador possa reconhecê-la como um pedido que lhe é dirigido, ou seja, atribuir uma demanda à uma reação instintiva. (KUPFER et al, 2009).

O eixo *presença/ausência* contempla a noção de responder a criança alternando momentos entre esses dois polos, presença e ausência, é digno de nota que tal alternância deve ocorrer sobretudo no campo simbólico, para que assim se produza no bebê reações frente a tais momentos, evidenciando que a mãe também diz respeito a um terceiro, este remete-se a *função Paterna*, que por sua vez aparece como a lei e a norma, ou seja, a cultura, evidenciando, simbolicamente para a mãe que o bebê não é seu objeto de amor total, mas que esta deve responder também a outros campos, instaurando assim o princípio da falta no psiquismo do infante. (KUPFER et al, 2009).

A presente discussão tem como objetivo elucidar questões relativas ao cotidiano da instituição, bem como questões relacionadas à prática das cuidadoras e discussões teóricas que nos auxiliaram a compreender a importância do vínculo-cuidador bebê e como esse é relevante na instauração do sujeito psíquico.

Pautados no estatuto da metodologia IRDI (Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil) e do estatuto da Avaliação Psicanalítica aos 3 (AP3) e com base nas observações realizadas em uma creche do Sudeste Goiano, este artigo versará acerca da importância do brincar no processo de livre associação e fantasia da criança, sendo ainda um auxiliador crucial na via de simbolização de suas dificuldades e conflitos. (KUPFER et al, 2009).

Compreendendo o brincar como uma via de elaboração que evidencia quando algo não vai bem no desenvolvimento do infante, deve-se atentar a forma como a criança experimenta e demonstra o brincar. Assim, buscaremos apresentar como é necessário que o vínculo entre o cuidador bebê seja efetivo, de tal forma que este possa perceber expressões peculiares que a criança apresenta no brincar.

O brincar seria um trabalho psíquico onde o conteúdo essencial é a realização imaginária de um desejo, tarefa levada muito a sério pela criança e de fundamental importância para seu desenvolvimento. (PAOLO e BARROS, 2010. p. 178)

2- Metodologia

A metodologia utilizada no projeto de extensão consistiu na metodologia IRDI, no processo metodológico proposto por Esther Bick e na AP3.

A metodologia IRDI foi desenvolvida a pedido do Ministério da Saúde e consistiu-se como um instrumento desenvolvido para ser usado por profissionais da saúde em consultas de rotina, em bebês de 06 até 18 meses. É composto por 31 indicadores que devem ser observados na relação do bebê com a mãe, no caso do projeto, do bebê com a cuidadora, assim a ausência do indicador indica risco para o desenvolvimento psíquico. (KUPFER et al, 2009)

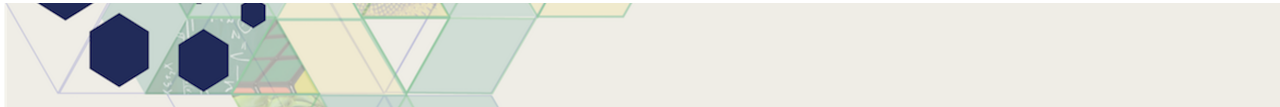
A metodologia de Esther Bick é desenvolvida em três fases: Observação da relação cuidador-bebê, anotações e supervisões. As observações são realizadas na creche semanalmente, priorizando-se observar como é constituída a relação entre o cuidador e o bebê, atentando-se para o estabelecimento do vínculo. (OLIVEIRA-MENEGOTTO et al., 2006). Na instituição onde o projeto foi desenvolvido, dispõe de três berçários, onde cada um comporta aproximadamente quinze bebês e conta com a presença de duas cuidadoras.

As anotações são realizadas após as visitas, nestas são anotadas as impressões do aluno sobre os acontecimentos decorrentes da observação, esses registros são discutidos na supervisão, que acontece quinzenalmente com todos os participantes do projeto. São comentadas, relacionadas e analisadas as observações de cada extensionista, há também o esclarecimento de dúvidas e discussões teóricas. (OLIVEIRA-MENEGOTTO et al., 2006)

A AP3 consiste em um agrupamento de 43 questões desenvolvidas pelos mesmos autores da metodologia IRDI, é aplicado assim como a metodologia IRDI, mas em crianças a partir de 3 anos. Após a aplicação o psicanalista deve redigir um parecer qualitativo ressaltando sintomas clínicos, se presente. (KUPFER et al, 2009)

3- Resultados e Discussões

O projeto de Extensão foi desenvolvido durante dois anos e no decorrer deste tempo, foi possível apreender diversas temáticas que poderiam ser discutidas e desenvolvidas com as crianças e professores. Neste sentido, o brincar nos despertou interesse, visto que, dentro das limitações do local, não era tido como atividade principal da criança,



este era pensado em segundo plano, apenas como uma forma de ocupar o tempo vago.

As observações eram realizadas semanalmente durante quatro horas. Cada extensionista, em dias alternados, acompanhava uma turma. Assim, foi possível observar como o brincar é tratado na creche. Este ocorre diariamente, em horários pré-determinados e consistia em: a cuidadora pegava a caixa de brinquedos da turma e despejava no centro da sala.

Os brinquedos em questão eram de modo geral baseados em embalagens descartáveis já utilizadas e carrinhos e bonecas quebrados ou faltando pedaços. Não estamos desconsiderando aqui o estatuto da fantasia atribuído a tais objetos, estamos apenas evidenciando a falta de recursos e cuidados com este momento tão importante para os bebês.

Existiam também alguns brinquedos que estavam em bom estado de conservação e por estarem estes em menor número, causavam conflitos entre as crianças que os disputavam e, em virtude de tais conflitos, muitas vezes a brincadeira era suspensa.

É importante levantar a ressalva que, não estamos aqui objetivando desconstruir ou denegrir a imagem da instituição ou dos seus respectivos funcionários, mais sim, apresentar proposições científicas, com indícios da teoria psicanalítica, acerca do brincar e sua importância na constituição subjetiva e até mesmo consideramos o brincar como um dos elementos cruciais na boa qualidade do vínculo estabelecido entre cuidador-bebê.

Em se tratando de um trabalho realizado com crianças, torna-se imprescindível considerar as dimensões do brincar e das fantasias subjacentes a esse processo. Parte-se do pressuposto de que o brincar é uma via de elaboração e, também, um indicativo de que algo *não vai bem* no desenvolvimento infantil [...]. (PAOLO e BARROS, 2010. p. 182)

A brincadeira é importante para a criança, como já mencionamos, para a elaboração de conteúdos da realidade e conteúdos psíquicos. A diferença primordial entre o adulto e a criança subjaz que no infante o imaginário ocupa uma posição fundamental, ou seja, é a construção do lugar de antecipar, de ensaiar o que acontecerá. (JERUSALINSKY, 2011)

Pensando a concepção psicanalítica na infância, é digno de nota que o brincar ocupa uma posição tão importante quanto o discurso, pois o brincar expressa a representação fundamental das significações que as crianças vão construindo ao longo de suas vivências particulares e coletivas, ou seja, é a forma como elas apreendem e relatam o mundo a sua volta. (PAOLO e BARROS, 2010)

O brincar é essencial na constituição subjetiva, desta forma, um fator de intervenção no vínculo cuidador-bebê em tal instituição, foi através do brincar. Tal campo deixou a desejar e nos preocupou, visto que, as alterações foram nítidas nos protocolos metodológicos aplicados, o que ascendeu alertas para risco no desenvolvimento psíquico de tais sujeitos.

Diante desta realidade, em supervisão os extensionistas e a coordenadora do projeto atentaram para a necessidade de se propiciar mais espaços de brincadeiras e brinquedos para as crianças, tanto para o cotidiano destas na instituição, tanto para a continuação do projeto. Desta forma, foram realizadas campanhas de arrecadação de brinquedos no Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás, os brinquedos foram selecionados e distribuídos na instituição a fim de que as crianças fossem contempladas pensando as especificidades de cada faixa etária.

Com os brinquedos em sala de aula, iniciamos as intervenções no vínculo estabelecido. Ressaltávamos e evidenciávamos diariamente para as cuidadoras a importância das atividades lúdicas no espaço da creche e buscávamos auxiliá-las em como utilizar os brinquedos de maneira que esses produzissem significações para as crianças.

Após distribuídos os brinquedos, começamos a perceber que a relação com o objeto transicional discutida por Winnicott (1971-1975) foi evidente nos berçários. Os objetos escolhidos pelas crianças passaram a representar não mais um estado de fusão e dependência das cuidadoras, mas elucidava um estado onde a relação com ela era algo externo e separado, ou seja, o bebê não precisava mais do apoio substancial da cuidadora, mas se apoiava no brinquedo que lhe remetia indícios de tal presença nos momentos em que era necessário ficar sozinho.

[...] o que importa é que ele (objeto transicional) é uma possessão que permita o bebê passar do controle onipotente (mágico) sobre os objetos que cria e que os satisfazem para o controle pela manipulação. Os objetos ou fenômenos transicionais caracterizam esse estado intermediário entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade, ou seja, eles descrevem a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade. (VORCARO e LUCERO, 2015. p. 24 [grifo nosso])

Outra alternativa encontrada para suprir a falta de espaços e momentos lúdicos, foi a promoção de oficinas de contação de histórias e teatro com as crianças. Esses momentos possibilitaram uma grande interação entre elas, além de liberdade para imaginarem, visto que elas puderam participar não



apenas como ouvintes, mas como criadores das histórias que iriam sendo contadas. Por se tratar de uma atividade diferente da rotina, causou grande entusiasmo e diversão tanto no corpo discente, quanto no corpo docente.

Percebemos que, as crianças maiores já possuíam uma diferenciação com relação ao outro, visto que [...] para que uma criança construa uma história no brincar, ela já deve ter demarcado a diferenciação em relação ao Outro 'pois a possibilidade de acesso ao simbólico e, com ele, ao campo das representações, se fundam nesta diferenciação.' (PAOLO e BARROS, 2010. p. 185-186)

Por conseguinte, após dois anos de contato com a instituição, cuidadoras e de intervenções no brincar, propomos por fim, um mini curso de formação continuada para as cuidadoras com o intuito de promover um espaço de discussão sobre temáticas que observamos durante o período de desenvolvimento do projeto.

Os mini cursos foram realizados no espaço físico da instituição em dias alternados, visando assim não gerar conflitos na rotina das cuidadoras, estes foram divididos em dois grupos, os grupos participaram da formação em dias e horários alternados, pré estabelecidos pela instituição.

Consideramos relevante a formação continuada, visto que

É condição importante para releitura das experiências e das aprendizagens. Uma integração ao cotidiano dos professores e das escolas, considerando a escola como local de ação, o currículo como espaço de intervenção e o ensino como tarefa essencial. É um *continuum*. (COUTO, 2005, p. 14)

Os mini cursos tiveram duração de cerca de três horas. Um mini curso específico teve como temática: *A Importância Do Brincar*. O mini curso em questão teve como foco discutir aspectos que perpassam o brincar para além de uma atividade de distração das crianças. Buscamos por meio dos relatos que foram sendo apresentados durante a formação, ir apresentando uma visão teórica do brincar, pautando sempre em conceitos significativos na área, buscando evidenciar sempre a necessidade de haver um espaço para o brincar e, sucessivamente para as criações que possa manifestar.

A experiência proporcionada por este espaço foi enriquecedora tanto para nós acadêmicos, quanto para as cuidadoras, visto as devolutivas positivas que elas nos apresentaram. Os aspectos abordados tinham como objetivo ressaltar o caráter significativo que a brincadeira tem no contexto

infantil, tanto articulada com a alfabetização, como acesso a conhecimentos construídos ou como forma de se relacionar com outros ao seu redor.

4- Considerações Finais

Durante o desenvolvimento do projeto vários fatores de grande relevância foram abordados, desde a aplicação das metodologias, encaminhamentos para psicodiagnóstico de crianças com riscos no desenvolvimento infantil, campanhas para arrecadação e promoção de espaços e objetos lúdicos e por fim os mini cursos de formação continuada para as cuidadoras.

Nossos esforços na realização do projeto foram válidos no sentido que, atuamos de forma efetiva na configuração do vínculo estabelecido entre as cuidadoras e os bebês. Percebemos que muitas foram as mudanças na convivência estabelecida entre a dupla. O brincar foi concebido de uma forma que não era visto antes. Passou a ocorrer de maneira dirigida durante as atividades desenvolvidas.

Reafirmamos aqui a importância de projetos com tal finalidade, mas sobretudo, reiteramos que o nosso objetivo não é realizar uma clínica efetiva com as crianças, mas sim, aplicar instrumentos que nos apresentem indícios de que algo não vai bem no desenvolvimento psíquico destas, afim de que intervenções precoces na rotina e no ambiente possam ser feitas, com a finalidade de propiciar um desenvolvimento segundo critérios saudáveis.

5- Referências

BERNARDINO, L. M. F. A questão da psicose na infância, seu diagnóstico e tratamento frente ao seu "desaparecimento" da nosografia atual. In: **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, p. 205-218. 2011.

BERNARDINO, L. M. F.; VAZ, B. G. Avaliação de crianças pequenas em processo de educação inclusiva através do protocolo AP3. In: **Educação**. Porto Alegre, impresso, v. 38, n. 2, p. 193-202. 2015.

BRIDON, D. Educador de creche e constituição subjetiva de bebês: uma articulação. In: **9º Colóquio Internacional do LEPSI / 4º RUEPSY | Retratos do mal-estar contemporâneo na educação**, 2013, São Paulo. Anais do 9º Colóquio Internacional do LEPSI / 4º RUEPSY | Retratos do mal-estar contemporâneo na educação, v. 1. p. 1-10. 2013.

COUTO, Maria Elizabete Souza. A Aprendizagem da Docência de Professores em Curso de Formação Continuada na Modalidade a Distância. In: Anais do

VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores- UNESP, 2005, p. 14-24. Disponível em:

<file:///C:/Users/vanes/Downloads/9eixo%20(1).pdf> . Acesso em: 08 ago. 2017

JERUSALINSKY, A. Gotinhas e comprimidos para crianças sem história. In: **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, p. 231- 244. 2011.

KUPFER, M. C. M. Educação terapêutica para crianças com TGD: uma alternativa à medicalização da educação. In: **O livro negro da psicopatologia contemporânea**. São Paulo: Via Lettera, p. 141-150. 2011.

KUPFER, M. C. M. et al. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. In: **Lat. Am. Journal of Fund Psychopath.** Online, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.

MARIOTTO, R. M. M. **Cuidar, educar e prevenir:** as funções da creche na subjetivação de bebês. São Paulo: Escuta, 2009.

MARIOTTO, R. M. M., BERNARDINO & L. M. F. Detecção de riscos psíquicos em bebês de berçários de centros municipais de educação infantil de Curitiba. In: **Anais do IX congresso nacional de educação – EDUCERE**. Curitiba: Champagnat, 2009.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; MENEZES, C. C. CARON; N. A. e LOPES, R. C. S. O método Bick de observação de bebês como método de pesquisa. In: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro. Vol.18, N. 2, p. 77-96. 2006.

PAOLO, Angela Flexa Di e BARROS, Carolina Valério. Considerações acerca do brincar e do estatuto da fantasia a partir de proposições teóricas que baseiam a pesquisa IRDI. In: **Estilos da Clínica**, Vol. 15, nº 1, p.178-193, 2010.

SILVA, M. R. C.; Neto, Z. G. S. **Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo:** o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento. Disponível em: <http://docplayer.com.br/11691512-Perspectiva-psicanalitica-do-vinculo-afetivo-o-cuidador-na-relacao-com-a-crianca-em-situacao-de-acolhimento-1.html> Acesso em: 04 de outubro de 2016.

VORCARO, A.; LUCERO, A. O objeto transicional de Winnicott na formação do conceito de objeto a em Lacan. In: **Nat. hum.**, São Paulo , v. 17, n. 1, p. 15-32, 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302015000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 ago. 2017

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



JOGOS MATEMÁTICOS: DESENVOLVENDO CONCENTRAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE OPERAÇÕES BÁSICAS

Azevedo, Thaigor Moreira de, thaigor2000@gmail.com

Santos Júnior, Porfírio Azevedo dos, porfrio0806@gmail.com

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Matemática e Tecnologia

Resumo: Este trabalho relata sobre o desenvolvimento e resultados do projeto Torneio de Jogos Matemáticos – TJM e como este projeto propõe contribuição para o ensino. O projeto teve como objetivo proporcionar atividades em busca de melhorias no ensino da matemática básica e desenvolver o raciocínio e a criatividade, através dos jogos matemáticos, proporcionando aos graduandos que participam do mesmo uma experiência prática de ensino através da inserção de jogos no ensino. O trabalho consiste em selecionar os jogos fazendo a verificação dos mesmos com relação ao nível que deve ser aplicado, tipos de atividades que podem ser abordadas (voltadas para o ensino de matemática) e a complexidade do jogo, assim como, se o jogo é tendencioso ou não. Além disso, foram confeccionados os jogos e, em um terceiro momento, realizamos oficinas em 9 escolas de Catalão/GO. O projeto será finalizado com um torneio que acontecerá em outubro e novembro de 2017, este será um torneio interescolar entre as escolas participantes do projeto.

Palavras-chave: Jogos matemáticos, lúdico.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos da matemática nos ensinos fundamentais mostram várias dificuldades em relação aos métodos de aprendizagem. Outro fato que dificulta a aprendizagem é a falta de interesse dos alunos na área da matemática. Uma forma que podemos utilizar para amenizar estas dificuldades é o desenvolvimento de atividades por meios “lúdicos¹” na educação, buscando motivar e despertar o interesse dos alunos. E, uma forma descontraída, divertida e desafiadora é fazer isto por meio de jogos que possam potencializar habilidades importantes para no aprendizado de matemática.

Neste projeto os jogos tiveram como intuito estimular os alunos a pensarem numa melhor resposta para certa situação, ou seja, coloca os alunos em situações onde aprendam alguns conceitos de matemática de maneira espontânea.

Diante destes apontamentos o projeto buscou desenvolver os seguintes objetivos:

- Proporcionar melhorias no ensino da matemática básica e desenvolver o raciocínio e a criatividade;

- Utilizar meios lúdicos que auxilie na aprendizagem;
- Desenvolver criatividade, o raciocínio e a concentração com jogos como metodologia de ensino;
- Construir jogos com materiais de baixo custo;
- Fazer com que as crianças se divirtam com conceitos da matemática presente nos jogos;
- Proporcionar aos graduandos uma experiência da prática do magistério de forma descontraída.

As atividades foram realizadas em 3 etapas: sendo a pesquisa e seleção; a confecção dos jogos; e as oficinas. Após realizado essas três etapas teríamos a finalização do projeto com o torneio; porém devido a alguns problemas internos (greves e ocupações) não foi possível realizarmos o torneio, sendo previsto sua realização nos meses de Outubro e Novembro de 2017.

2. METODOLOGIA

O projeto na busca de proporcionar melhoria do ensino da matemática na educação básica, promoveu uma ação social, no qual consiste em levar as crianças das escolas uma experiência com o aprendizado através jogos, tirando-os da rua nos períodos das oficinas e também nos momentos de treinamento realizado nas escolas participantes.

As atividades tiveram como público alvo, discentes de escolas públicas e particulares do 4º ao 9º ano do ensino fundamental. E teve como principal ação ensinar por meio das situações vivenciadas nos jogos

¹ Lúdico; **Lúdico** é um adjetivo masculino com origem no latim *ludos* que remete para **jogos** e **divertimento**. Os conteúdos lúdicos são muito importantes na **aprendizagem**. Isto porque é muito importante inculcar nas crianças a noção que aprender pode ser divertido. As iniciativas lúdicas nas escolas potencializam a criatividade, e contribuem para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

2.1. PESQUISA E SELEÇÃO

Nesta etapa, pesquisamos e estudamos alguns artigos e livros sobre a inserção de jogos no ensino, como por exemplo, “Jogos Matemáticos, Jogos Abstratos, Gradiva, Outubro, 2004”. Também analisamos tipos de atividades que poderiam ser abordadas e a complexidade do jogo, assim como, se o jogo é tendencioso ou não. A segunda parte foi a seleção, onde todos os envolvidos no projeto fizeram a seleção dos jogos a serem utilizados, entre os jogos utilizados nos projetos anteriores e jogos pesquisados ou que fazem parte do acervo do Laboratório Matemateca.

Como por exemplo, todo ano são escolhidos jogos do tipo “mankala”, que são jogos africanos que utilizam métodos de contagem como parte da regra destes jogos, ou seja, cada jogada exige fazer operações básicas e de contagem na estratégia. Neste projeto um dos jogos escolhido foi o Kalah, que é um jogo de tabuleiro composto por 12 casas e 2 depósitos.

Figura 1 – Kalah



Fonte: Thaigor M. de Azevedo (2017)

Os jogadores sentam-se de frente um para o outro, cada um tem uma fileira de 6 casas, ficando ao lado da direita seus respectivos depósitos que no jogo se denomina Kalah. O jogo inicia com 3 sementes em cada casa, o objetivo do jogo é colher o maior número de sementes.

Nesta etapa, os participantes do projetos, os quais foram os monitores do mesmo, jogaram várias partidas entre eles com os jogos escolhidos inicialmente para verificarem se os jogos eram tendenciosos ou dependiam puramente de sorte. A partir deste momento que o jogo era selecionado ou não para compor o conjunto de jogos do projeto.

Em cada oficina é ensinado as regras do jogo e neste momento acontecem situações de jogadas que exige do jogador desenvolver as habilidades envolvendo as operações básicas e de contagem com as sementes e o número de casas. Portanto, exploramos este momento fazendo os participantes voltarem jogadas e a pensar jogadas que desenvolvam capturas e se defendam da captura pelo adversário. Nos demais jogos o procedimento utilizado é o mesmo, sempre utilizando das situações

que aparecem nos jogos para explorar a concentração, raciocínio e habilidades matemáticas. Neste projeto os jogos selecionados foram:

- Koumma, Liga 4 e Avanço, nível I (4º e 5º ano);
- Kalah, Semáforo e Fanorana, nível II (6º e 7º ano);
- Freehand, Polaris e Ming-Mang, nível III (8º e 9º ano).

2.2. CONFECÇÃO

Depois de feito todas as pesquisas e os estudos dos jogos escolhidos, partimos para a próxima etapa; a confecção dos jogos. A confecção de alguns jogos foi feita utilizando materiais recicláveis e de baixo custo. Além disso, organizamos um manual com as regras dos jogos selecionados e vários quites que deixamos em cada escola durante a realização da oficina. O caso mais interessando da etapa de confecção foi o jogo Polaris, no qual através de sua construção foi possível estudar e aprender alguns conteúdos de geometria de forma mais construtiva. Por exemplo, traçar retas paralelas com régua e compasso.

2.3. OFICINAS

Esta etapa do projeto iniciou com um oficina na universidade, com professores e dois ou três discentes das escolas participantes para apresentar o projeto e os jogos utilizados. Durante esta oficina foram marcadas as oficinas nas escolas, onde em cada oficina trabalhamos com aproximadamente 40 discentes.

Após realização desta oficina, iniciamos as oficinas nas escolas com a ajuda de 8 discentes do Curso de Matemática como voluntários do projeto. Cada monitor trabalhava com mais ou menos 4 alunos nas oficinas. Buscando trabalhar as regras dos jogos de acordo com cada nível. E, a medida que surgiam as situações nos jogos que permitiam explorar habilidades de raciocínio, concentração, operações básicas matemáticas e de contagem, cada monitor repetia estas situações com intuito de reforçar as estratégias nas jogadas em futuros jogos. Quando o aluno da escola fazia uma jogada sem atenção o monitor era orientado em pedir o aluno voltasse a jogada e pensasse se aquela jogada era a melhor escolha. Pedia para relembrar as regras do jogo e analisar uma melhor estratégia para a jogada. Nesse momento permitia ao aluno desenvolver as habilidades que eram o propósito do projeto. Encerrado este momento de ensinar as regras dos jogos e trabalhar as habilidades, conversávamos com os professores dos alunos participantes do projeto e era entregue um manual dos jogos, assim como um quite dos jogos confeccionados, para que a escola pudesse dar continuidade no treinamento e

desenvolvimento das habilidades. Este procedimento também tinha o intuito da escola praticar com as crianças os jogos, para que mais na frente pudesse escolher os melhores de todos os níveis para participar do torneio interescolar.

Realizadas as oficinas com todas as escolas participantes, entra em ação a última etapa, a organização do torneio. Neste caso, o torneio não ocorreu devido a greve e as ocupações que ocorreram no ano de 2016, pois atrasaram o cronograma das atividades. Porém o torneio interescolar, acontecerá em outubro e novembro de 2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto Torneio de Jogos Matemáticos conseguiu proporcionar aos participantes momentos de reflexão em busca das melhores estratégias, com isso fez com que a maioria dos alunos raciocinasse em relação à próxima jogada, analisasse as opções da jogada seguinte do adversário, exigindo do jogador concentração, realização das operações básicas e contagem, em praticamente todos os momentos que estivesse jogando. Além disso, proporcionou varias experiências aos graduandos, em diferentes escolas e públicos, com a utilização de atividades lúdicas em busca do melhor aprendizado.

Muitas das vezes, os alunos demonstravam dificuldade ao tentar desenvolver uma estratégia, e de se concentrarem, porém ao tentar explicar de uma forma mais simples podemos notar uma melhoria na percepção em relação ao jogo. Resumindo, esses jogos trouxeram o interesse das crianças para o universo da matemática, mostramos a elas que pode ser divertido aprender a matemática.

Uma experiência interessante, é que em algumas escolas nos deparamos com diferentes tipos de crianças, umas mais extrovertidas outras mais introvertidas. Portanto, o projeto proporcionou uma vivência prática de como lidar com esses problemas de tentar ensinar as crianças com personalidades distintas. Como fomos em várias escolas, cada uma tem uma regra, todas tem métodos deferentes com seus alunos, umas mais precárias que outras, ou seja, aprendemos que temos que nos adaptar de acordo com cada escola e cada público.

Buscando uma maneira de avaliar o projeto e melhorar cada vez mais o projeto, aplicamos um pequeno questionário para alguns alunos e professores da escola que participaram do projeto, para ser analisado e buscar desenvolver algo que também colabore com os ações das escolas participantes. Uma vez que o projeto já está em sua nona edição e conta com algumas escolas parceiras desde a primeira edição.

Neste sentido, percebemos a importância de desenvolver projetos simples como este, mas que possibilita aprendizado a todos os participantes.

A tabela a seguir mostra as escolas que nos receberam de braços abertos para participarem desse projeto.

Tabela 1 - escolas que participaram do projeto

ESCOLAS PARTICIPANTES DO PROJETO	
Colégio Estadual Dona Iaya	Escola Estadual Rita Paranhos Bretas
Colégio Estadual Maria das Dores Campos	Escola Municipal Nilda Margon Vaz
Colégio Estadual Doutor David Pesticano	CAIC São Francisco de Assis
Instituto de Educação Matilde Margon Vaz	Escola de 1º Grau Pollyanna
Escola Estadual Professora Zuzu	Colégio Estadual Anice Cecílio Pedreiro

Fonte: Thaigor Moreira de Azevedo (2017)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto atingiu o objetivo de proporcionar aos alunos das escolas atividades descontraídas que buscaram desenvolver as habilidades propostas e aos monitores vivência na prática de ensino através de atividades lúdicas. Esperamos que com atitudes como estas possamos motivar professores e alunos a desenvolverem projetos nesta linha com o intuito de tornar a matemática mais atraente e divertida. Além de servir de exemplo também para outras áreas do conhecimento, trazendo assim outras formas interessantes de se ensinar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS pela bolsa de extensão e cultura (PROBEC) e também ao coordenador do projeto Torneio de jogos matemáticos pela experiência que me proporcionou.

REFERÊNCIAS

NETO, J.P., SILVA, J.N., Jogos Matemáticos, Jogos Abstratos, Gradiva, Outubro, 2004.

NETO, J. P., SILVA, J. N., Jogos Histórias de Família, Gradiva, Janeiro, 2006.

RESPONSABILIDADE AUTURAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

JUVENTUDE RURAL E ESCOLARIZAÇÃO: INTERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE

Paes Ramos, Liliane, lilianepaes.go@hotmail.com¹

Alves, Maria Zenaide¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Educação

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões vivenciadas no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo (NEPCAMPO), a partir de ações de extensão que o grupo vem realizando desde a sua criação em 2014. Uma dessas ações é o Ciclo de debates, atividade de extensão que busca discutir questões relativas à educação e emancipação dos jovens do campo. A atividade é desenvolvida na forma de palestras seguidas de discussões. A proposta foi levar o debate a alunos do ensino médio, com o intuito de promover o diálogo da universidade com esses jovens, em especial jovens moradores de municípios rurais. Esta ação tem se mostrado uma forma rica de promover interações dos jovens estudantes de Catalão e região com a Universidade e de provocar encontros e discussões entre esses atores. Buscamos construir uma proposta dialógica, possibilitando aos estudantes conhecerem a Universidade e trazerem suas indagações e perspectivas em relação a essa Instituição. Todavia, promover extensão nesses moldes tem se mostrado bastante desafiante uma vez que os municípios são distantes da Universidade, precisando a equipe se deslocar com recursos próprios, usando seus próprios meios de transporte.

Palavras-Chave: Juventude Rural – Educação Do Campo – Interação com a Universidade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões fomentadas no âmbito do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento do Campo (Nepcampo), a partir de ações de extensão que o grupo vem desenvolvendo desde a sua criação em 2014. Este projeto encontra-se em andamento e as reflexões aqui trazidas referem-se às ações desenvolvidas no período de agosto de 2016 a julho de 2017. Trata-se do Ciclo de debates, atividade de extensão que busca o diálogo com a comunidade por meio de discussões e reflexões sobre questões relativas a educação de um modo geral, e da educação do campo de modo mais específico, bem como aos sujeitos do processo educativo e à formação de professores e a relação da Universidade com os municípios e comunidades rurais do seu entorno. Estas atividades foram desenvolvidas na forma de palestras seguidas de discussões. Nesta edição, que teve início no segundo semestre de 2016, a proposta foi levar o debate a alunos do ensino médio, com o intuito de promover o diálogo da universidade com os jovens do ensino médio, em especial jovens moradores de municípios rurais. Promover extensão nesses moldes é bastante desafiante uma vez que os municípios são distantes da universidade, precisando deslocar até os mesmos. A universidade não oferece transporte. São usados os próprios veículos dos professores e o custeio da viagem é por conta própria. Neste sentido, considero que a universidade deveria dar mais apoio a esses projetos de extensões e fomentar iniciativas que busquem estar mais próxima das comunidades, vivenciando seu cotidiano e

mostrando para os jovens e adultos que sonham e almejam acesso ao ensino superior quais são as possibilidades de aproximação da Universidade na vida deles.

A diversidade juvenil nos tempos de hoje é muito ampla mesmo nos pequenos municípios. Os jovens de hoje buscam sua identidade seja na escola ou em grupos de amigos, são questionadores, e estão dispostos a perseguir seus sonhos, porém, muitas vezes não sabem por onde começar, sobretudo no que diz respeito à continuidade dos estudos após o término do ensino médio.

A temática do campo e da juventude rural é algo novo no meio acadêmico e vem despertando novos olhares, novas descobertas e interações. É importante compreendermos os sujeitos a partir do território em que vivem, como lembram Alves e Oliveira (2015). Algumas das maiores virtudes e expressões do compromisso social da universidade são identificadas por meio de suas ações de pesquisa, ensino e extensão, consideradas atividades básicas do ensino superior. A prática de tais funções é promovida como dado de excelência na graduação, essencialmente voltado à formação de um profissional cidadão relacionado com a apropriação e produção do conhecimento científico e comprometido ainda com a realidade social (MENEZES NETO, 1983).

Nesta atividade de extensão, as ações acontecem tanto dentro da universidade como fora, seja em escolas de ensino médio, seja nas comunidades rurais. O método utilizado foi no formato de roda de conversa, em que um professor/pesquisador explana um tema e abre-se as discussões aos participantes. As reflexões apresentadas nesta comunicação referem-se



a temáticas específicas, discutidas em escolas estaduais com alunos do 3º ano do ensino médio de Catalão e região.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram realizados 7 encontros com os seguintes temas: PEC 241/55 e os impactos para a juventude: Reforma do Ensino Médio MP 746, realizada no Colégio Est. Prof. Augusto Ceva em Ipameri-GO no dia 10/11/16. Participaram das atividades como convidados o Professor da UFG/RC Fábio Souza, os graduandos do curso de Biologia Murilo Pires de Sá e Tatiane Dias da Silva UFG/RC. Os participantes foram os alunos do 3º ano do ensino médio e seus professores. Nas discussões os jovens participaram das discussões e deram suas opiniões sobre o que pensam da PEC. Para eles é um projeto de emenda constitucional e com isso os políticos querem colocar uma nova lei sem consultar o povo; consideram que o governo tem dinheiro, mas não usa com o que a população precisa. Alguns jovens se mostraram bem informados sobre o assunto, demonstrando que sabem perfeitamente onde vai parar o dinheiro público e que conhecem seus direitos. Apesar disso dizem que não fizeram ou participaram de nenhum ato para reivindicar esses direitos. Sabem da influência da mídia que quer doutrinar o povo, manipular, são críticos à manipulação da mídia, que está a favor do governo, e sabem a realidade do cenário atual da política nacional e acreditam que isso pode impactar suas vidas no sistema de ensino. Sobre a Reforma do ensino Médio MP 746, comentaram ser contra a escola de tempo integral, pois nenhuma escola oferece condições na estrutura e no ensino para que esse modelo de educação funcione, e a maioria dos jovens que ali estudam precisam trabalhar para ajudar no orçamento familiar, ficando inviável para eles estudarem em tempo integral.

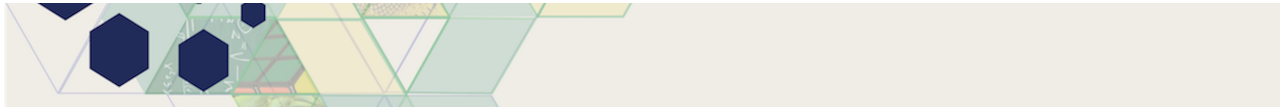
Outro encontro foi realizado com a Exibição do Vídeo “A Fervura do tacho vem de baixo: Saberes e Vivências na Escolarização do Campo” 14/02/17. Iniciou-se com a fala dos professores UFG/RC Ismar da Silva Costa e Claudio Lopes Maia que juntamente com outros colegas da Regional Catalão em parceria com o Pronera criaram o vídeo exibido. Na fala o professor Ismar esclarece o que é o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), Política Pública na Educação de Assentados (as) da Reforma Agrária e qual a importância deste programa para a educação da população rural, sobretudo aqueles não tiveram acesso a escolarização na idade regular. Esclarece que esse programa foi uma conquista dos movimentos sociais com suas lutas por direitos a educação, não foi criada pelo Governo, foi uma conquista. É um projeto que envolve várias cidades do Estado de Goiás, é

multidisciplinar envolvendo várias áreas, e vários professores da UFG/RC de diferentes cursos, formando uma grande equipe aqui em Catalão em parceria também com MST, FETAER, FRENTE LIVRE e outros.

O vídeo foi produzido em 2016 os professores percorreram 1800 km, com muitas dificuldades financeiras para o projeto, de carro andaram pelos assentamentos no norte de Goiás. Colheram relatos de moradores de Baliza-GO, no assentamento Oziel Pereira, frequentadores da escola rural de São José, de ensino fundamental para adultos. Nova Crixás-GO, no assentamento Florestan Fernandes, em Faina-GO; Assentamento Santo Antônio das areias. Doverlândia-Go assentamento Recanto Sonhado (macaúba); Novo Planalto – GO, Araguapaz – GO assentamento Santa Dica II.

Outro tema tratado foi o “Impacto no manuseio de agrotóxicos na saúde da população camponesa”. Esta atividade aconteceu em três locais diferentes: colégio Estadual Major Emídio de Campo Alegre de Goiás, no dia 27 de março de 2017. Aqui a atividade foi realizada com os alunos do 3º ano do ensino médio. O convidado para ministrar a atividade foi Paulo Junior Paz de Lima, Psicólogo, Doutor em Saúde Coletiva - FCM/UNICAMP, Mestre em Saúde Pública - FSP/USP, Membro da ABRAPPS - Associação Brasileira de Pesquisadoras (es) pela Justiça. Iniciou-se com uma conversa com os estudantes, foram feitas perguntas relacionadas à vida escolar e pessoal dos jovens, e quais são seus projetos para o futuro, esse primeiro momento foi para conhecimento da turma, em seguida o convidado orientou com sua palestra sobre o tema mencionado. Assunto muito conhecido pelos jovens da região, pois em volta da cidade tem grandes plantações de lavouras. No período noturno a palestra foi no auditório da UFG/RC sobre o mesmo tema para os estudantes do campus e professores; no dia 28 de março de 2017 foi feita uma visita na zona rural região da sucupira, município de Catalão-GO com participação além dos proprietários da fazenda algumas convidadas que fazem parte do movimento social MCP (Movimento Camponês Popular). Foi uma roda de conversa sobre agrotóxicos e a saúde da população camponesa. Esse movimento MCP teve início há 12 anos, na região da macaúba onde se expandiram para as demais comunidades rurais da região de Catalão, eles decidiram plantar e cultivar o milho crioulo, além de alimentos orgânicos sem nenhum tipo de agrotóxico. Essa iniciativa teve início quando eles perceberam a necessidade de ter um milho saudável para o alimento dos animais e para o consumo de suas famílias.

A última atividade realizada teve como tema “Juventude e Projetos de Vida”. O encontro foi no Colégio Estadual Dona Iayá em Catalão Goiás, dividido em dois momentos com alunos do 3ºano do



ensino médio, no dia 25 de maio. Iniciamos as duas oficinas com perguntas pessoais, para saber um pouco de suas vidas e suas expectativas com o fim do ensino médio. Para eles juventude é o momento presente, o que estão vivendo, seus projetos futuros são variados, pretendem se formar, citando diversos cursos, alguns tem projetos que não inclui a universidade. O tema foi muito discutido, os alunos se envolveram e se sentiram avontade para as discussões. Contaram sobre suas rotina na escola e no meio familiar, quais eram suas expectativas para o futuro, e quais obstáculos acreditavam que iriam enfrentar depois de concluir a escolarização básica. A maior preocupação deles é a concorrência no mercado de trabalho e a falta de oportunidades para jovens sem experiência. Falaram também sobre sexualidade e consideram que hoje os jovens estão mais abertos, não buscam opiniões dos pais, escolhem o que querem, acham que cada um tem que respeitar a opção sexual do outro. falaram muito das pressões que sentem nessa etapa da vida, pressão dos pais, da escola e da sociedade.

Devido à greve no ano de 2016 nas escolas estaduais e posteriormente na UFG/RC foram cancelados outros encontros que pretendíamos fazer.

Esta ação tem se mostrado uma forma rica de promover a interações dos jovens estudantes de Catalão e região com a Universidade e de provocar encontros e discussões entre esses atores. Buscamos construir uma proposta dialógica, possibilitando aos estudantes conhecerem a Universidade e trazerem suas indagações e perspectivas em relação a essa instituição.

3. CONCLUSÕES

Vejo como é importante ações como esta, que levam atividades até as comunidades dos sujeitos, cumprindo de fato o papel de uma ação de extensão. O ciclo de debates demonstrou ser uma forma rica de interação entre os jovens estudantes das comunidades de Catalão e região os moradores dessas mesmas regiões e a universidade. É uma maneira simples e muito interativa de comunicação da Universidade com a população. Levar o conhecimento e também absorver o mesmo. A interação da universidade, de seus licenciandos com a comunidade rural e seus pequenos municípios, deve se fazer uma constante rotina, levando em consideração seus conhecimentos e territórios, buscando aproximar Universidade e comunidade. É importante romper com o paradigma que a Universidade tem que ser apenas nos grandes centros e que a zona rural é feita de pessoas que não tem conhecimentos importantes e consideráveis para a vida acadêmica. Muitas vezes essas pessoas não têm oportunidades e nem tomam conhecimento de como funciona a universidade e como fazer para ingressar na instituição.

O ciclo de Debates trouxe uma vasta experiência para o meu futuro como docente, um aprendizado para que o aluno que se forme professor na área da Educação do Campo ministre suas aulas de maneira consciente, contextualizada e de acordo com as necessidades de seus alunos, respeitando suas origens, seu território, cultura e seus conhecimentos.

Para que atividades como esta sejam feitas constantemente e de maneiras mais adequadas precisaria de mais investimentos, muitas vezes são usados recursos próprios para que aconteçam essas atividades, e outras vezes é preciso desistir ou remanejar algumas atividades pretendidas pelo Ciclo de Debates justamente por falta de recursos financeiros.

O papel da Universidade de fazer extensão, ou seja, de levar conhecimento e se aproximar da comunidade é deixada de lado muitas vezes, não sendo uma prioridade, por isso são poucos esses projetos de extensão. Deveria ser levado em conta a riqueza desses encontros, os conhecimentos adquiridos e passados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Meus agradecimentos ao Programa de Bolsa de Extensão e Cultura (PROBEC) pelo auxílio concedido durante 12 meses para que eu pudesse participar desta ação de extensão.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Zenaide. Ser alguém na vida: condição juvenil e projetos de vida de moradores de um município rural da região de Governador Valadares-MG. 2013.213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- ALVES, Maria Zenaide. OLIVEIRA, Igor. JUVENTUDE E TERRITÓRIOS: o campo e a cidade. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. In.: CORREA, Lúcia Maria; ALVES, Maria Zenaide; MAIA, Carla Linhares (Orgs). Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- MENEZES NETO, P. E. Universidade: ação e reflexão. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária, 1983. p. 233.

6. RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores Liliane Paes Ramos, Maria Zenaide Alves são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

LEITURA E TRANSDICIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LER, BRINCAR E TRANSFORMAR

Oliveira, Michael Jordan de, michaelletto@hotmail.com¹
Miranda, Rickson Bernardo Martins, ricksonbernardo@gmail.com²
Araújo, Micaela Brandão Póvoa de, micabrandao23@gmail.com³
Carrijo, Fabiana Rodrigues, facarrijo@gmail.com⁴

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

² Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

³ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

⁴ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia e professora orientadora/coautora do presente trabalho.

Resumo: O ato de ler tem papel essencial na formação dos cidadãos, no entanto a prática da leitura tem sido comumente associada à ideia de fracasso que de êxito nas escolas e isso ocorre pelos mais diversos aspectos – sejam eles educacionais, sociais, culturais ou econômicos. Nessa perspectiva, como promover o hábito e recobrar o prazer pela leitura? O presente trabalho tem como objetivo resgatar algumas experimentações do Projeto Voluntário de Extensão e Cultura (PROVEC), ofertado pela Unidade Acadêmica Especial de Educação, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Partindo de tais demandas, planejamos e desenvolvemos quatro oficinas de leitura no 2º Ano do Ensino Fundamental, de uma escola da rede municipal de Catalão (sudeste do Estado de Goiás), que visaram promover a leitura com práticas transversais: o ensino das artes, da música e educação ambiental. Não intencionamos aqui descrever modelos prontos a serem seguidos, mas sim realizar um relato de experiência que estimule especialmente os educadores a repensarem suas práxis, tendo em vista o papel fundamental da leitura na alfabetização e seu poder de transformação social, educativa e libertária. Por meio das oficinas percebemos que o ato de ler, a interação e as brincadeiras possibilitaram espaços de troca entre as crianças e os professores, de saberes e afetos, onde puderam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor das diferenças, estimulando-os à imaginação e à busca de soluções mais adequadas para as situações com as quais se deparam diariamente.

Palavras-chave: Leitura. Transdisciplinaridade. Anos Iniciais. Psicologia. Educação.

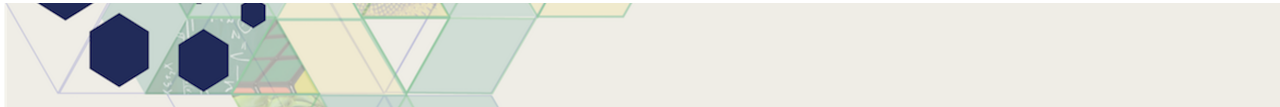
1. INTRODUÇÃO

Olham os poetas as crianças das vielas
Mas não pedem canções mas não pedem baladas
O que elas pedem é que gritemos por elas
As crianças sem livros sem ternura sem janelas
As crianças dos versos que são como pedradas.
(MURALHA, 1983)

Neste trabalhoharemos algumas experiências desenvolvidas no Programa de Voluntário de Extensão e Cultura (PROVEC) da Unidade Acadêmica Especial de Educação – Regional Catalão. Tais programas têm a finalidade de apoiar o desenvolvimento de ações de extensão e cultura das Unidades e Órgãos da UFG. As atividades que resultaram na comunicação deste artigo foram realizadas durante o primeiro semestre do ano de 2017, com uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Catalão/GO.

Sabemos que a leitura é imprescindível ao processo de educação e deve ser considerada como uma das bases da alfabetização. O desafio de desenvolver o hábito de ler, desde os anos iniciais escolares, tem sido um dos principais estudos e eixos de debate entre os educadores, também por sua relevância na formação social e crítica dos indivíduos para o exercício da cidadania. Pensar o lugar que atualmente a leitura vem ocupando nos processos educativos implica reconhecer as diversas funções que essa atividade pode desempenhar no desenvolvimento do sujeito que lê, assim como, se torna necessária a reflexão sobre as práticas de docência, os desafios do ambiente escolar, entre outras demandas.

Pensando a partir disso, o projeto intitulado “Coça, Coça, Pula, Pula: Olha a pulga: **práticas educativas nos anos iniciais – cotejando os temas transversais e a interdisciplinaridade**” teve como objetivo propiciar discussões sobre o desenvolvimento do hábito da leitura em interação com o ensino/aprendizagem na escola parceira,



incorporando os temas Pluralidade Cultural e Educação Ambiental no planejamento das oficinas realizadas. As atividades foram realizadas por uma equipe composta por seis pessoas: a coordenadora do projeto (docente do Curso de Educação na UFG/RC), a supervisora do projeto (professora da escola parceira), um psicólogo formado pela UFG, dois estudantes de Psicologia e uma estudante de letras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

[...] A criança tem direito / Até de ser diferente. E tem que ser bem aceita / Seja sadia ou doente. Tem direito a atenção / Direito de não ter medos / Direito a livros e pão / Direito de ter brinquedos. Mas criança também tem / O direito de sorrir. Correr na beira do mar, / Ter lápis de colorir... / Ver uma estrela cadente, / Filme que tenha robô, / Ganhar um lindo presente / Ouvir histórias do avô... (ROCHA, 2002)

O ato de ler, embora fundamental na escola, nem sempre se constitui enquanto atividade prazerosa e priorizada. Nos anos iniciais, o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças ocorrem simultaneamente, sendo a escola um dos principais espaços onde estabelecerão novos saberes a partir de experiências, sentimentos, comunicação e interação entre diversas áreas de educação. Para que possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhes são oferecidas nessas instituições. Entretanto, percebe-se que grande parte da população não desenvolveu habilidades necessárias para uma leitura crítica e reflexiva, não havendo o interesse e o gosto pela leitura. Lê-se pouco, lê-se mal e até mesmo não se lê. Nas escolas ou universidades, inúmeras são as queixas sobre o fracasso da formação de leitores, em diferentes níveis de graduação, e sabemos que tal problemática passa por diversos aspectos econômicos, sociais e políticos. Barros aponta que,

O interesse pela formação de indivíduos reflexivos e autônomos não é o objetivo da educação atual. A criança sem vez e lugar na sociedade, na qual suas particularidades e anseios não são respeitados, é vista como um objeto a ser moldado e não como um cidadão. A infância, nesse sentido, vai desaparecendo, transformando-se em um período preparatório para o mundo do trabalho e do consumo. Isso pode talvez explicar em parte o fracasso do ensino escolar, uma vez que a prática pedagógica se restringe às “atividades sistematizadas e dirigidas”, sem intencionalidade emancipatória (BARROS, 2009, p.129).

Sendo o desenvolvimento infanto-juvenil um processo histórico-cultural, a criança que está no início do seu período escolar precisa de recursos como a leitura de textos literários aliada às atividades complementares e artísticas que saiam da rotina e que busquem fazer com que essa aquisição de conhecimento e aprendizagem se tornem mais prazerosas e efetivas. Para isso, tornam-se necessários novos posicionamentos em relação às práticas de ensino da leitura, levando em consideração que letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno. Em consonância a esta visão, Sabino afirma:

Dado que a leitura constitui uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de capacidades cognitivas em todos os níveis educacionais e, nesse aspecto, contribui fortemente para o sucesso escolar, os professores devem motivar os seus alunos para a leitura, apelando à sua imaginação através do conto e estimulando-lhes a curiosidade através da colocação de questões problemáticas relativas a assuntos que lhes despertem interesse (SABINO, 2008, p.04).

A literatura pode introduzir a criança na fantasia e na imaginação, possibilitando a construção de significados válidos para a vida, constituindo sujeitos conscientes e autônomos em seu aprendizado, produzindo subjetividades e oferecendo ao leitor recursos para descrever o mundo e nele se expressar. Desde muito cedo, então, a literatura torna-se uma ponte entre histórias e imaginação, uma vez que “é ouvindo histórias que se pode sentir... e enxergar com os olhos do imaginário... abrir as portas à compreensão do mundo” (ABRAMOVICH, 1995, p.17).

Para que as crianças descubram o prazer no mundo da leitura, é necessário que esta lhe seja apresentada de maneira interessante e instigante, contemplando singularidades e a multiplicidade de olhares, em uma abordagem transdisciplinar da leitura, engajada na constituição do novo e ressignificações de conteúdos a partir da confluência de saberes diversos. Além de aprender a ler e a escrever, a criança deve ser levada ao domínio das práticas sociais de leitura e de escrita, conforme cita Solé:

Formar leitores autônomos também significa formar leitores capazes de aprender a partir de textos. Para isso, quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo... transferir o



que foi aprendido para outros contextos diferentes [...] (SOLÉ, 1998, p. 72).

Como aponta também Pereira, o contato com a literatura por meio de rodas de leituras deve ser ofertado às crianças por ser algo convidativo e prazeroso, que estimula a criatividade. Portanto a literatura infantil tem o papel de

[...] conduzir as crianças não só à aprendizagem contribuindo para uma escrita sistematizada (como é o caso das fábulas), mas, também oportunizar o desenvolvimento da reflexão e criticidade no aluno, além de permitir que se realize a leitura com fruição, isto é que se sinta prazer ao estar lendo (PEREIRA, 2007, p.05).

A educação infantil deve promover experiências significativas de aprendizagem por meio da leitura, uma vez que “ensinar a ler é ensinar a ser com todas as dimensões/implicações filosóficas, políticas, psicológicas, sociais que o termo adquira” (CARRIJO, 2012, p.135).

Para isso, não só a leitura tem papel fundamental, como deve ser utilizada em interface com outras atividades lúdicas e artísticas, encontrando no ato de brincar, um incentivo a mais que recobre o prazer de ler e que permita espaços de diálogo entre o texto lido e o cotidiano das crianças, fortalecendo a imaginação, a fantasia, a compreensão do texto, a expressão de si e do mundo - atividades essenciais para o desenvolvimento infantil. No entanto, Barros aponta que as políticas educacionais da atualidade, impulsionadas pelo sistema dominante e produtivista vigente,

[...] tem-se pautado por preparar a criança para o mercado consumidor. Dessa maneira, o comprometimento com a formação social e integral do indivíduo está sendo cada vez mais relegado em segundo plano, o que afeta o curso do seu desenvolvimento (BARROS, 2009, p.34).

O brincar vem perdendo espaço para atividades exclusivamente relacionadas ao processo de alfabetização, embora tenhamos tido alguns avanços referentes a educação fundamental e noções sobre o desenvolvimento infantil. Ainda hoje se fortalecem práticas de cunho alienante, forjadas aos moldes do capital, em que é reforçada a concepção do brincar como uma premiação ou como um instrumento de instrução para a alfabetização, o que o descaracteriza como potencializador das capacidades humanas. Os objetivos educacionais, que deveriam pautar-se na transformação social, de forma ampla e emancipatória, como afirma Barros, almejando

“formar indivíduos cada vez mais submissos e dependentes do sistema, resistentes às mudanças sociais que não estejam ligadas aos interesses econômicos” (BARROS, 2009, p.46). Frente à essa realidade das práticas educativas,

Mesmo com tantos estudos sobre a questão do brincar e das brincadeiras como instrumento fundamental para o desenvolvimento infantil, essa atividade ainda é vista, em muitas instituições, especificamente as escolares, como desgaste de energia ou uma simples atividade que faz parte do período da infância, sem valor tão relevante quanto as práticas pedagógicas atuais, impulsionadas pelos modismos educacionais, engendrados no capitalismo circundante (BARROS, 2009, p.101).

Portanto, tornam-se fundamentais modos de atuação criativos e plurais que consigam fomentar importantes reflexões acerca do papel de cada educador na construção de saberes sobre e por meio da leitura, de modo a inseri-la nos ambientes escolares, assentando, sobretudo, na convergência de olhares, no diálogo entre diferentes componentes curriculares e na consecução do novo. Não basta aprender a ler e escrever, é necessário mais que isso para ir além da alfabetização funcional. Reduzir atividades potencializadoras, não somente as brincadeiras, mas também atividades artísticas como a música, a dança, o teatro, a pintura, é ignorar experiências essenciais que devem servir de referência para a prática educativa e que podem recobrir o prazer da leitura. Carrijo defende a necessidade de práticas transversais com outras áreas do conhecimento,

Para nos valermos de outras frentes de leitura, de outros olhares possíveis para enxergarmos as próprias limitações de um dado e restrito campo de olhar. Se, de fato, queremos (re)instaurar o novo, olhar para a diversidade, observar, intervir e, ainda, bosquejar os saberes locais, não podemos nos fechar em um único campo de conhecimento, sob pena de fecharmos os olhos para aquilo que de fato nos constitui (CARRIJO, 2012, p.149).

É preciso lutar em defesa das crianças, é neste sentido que este trabalho foi realizado. Lutar pelos seus direitos de brincar, de correr, de experimentar e de ler. É na escola, espaço de múltiplas dimensões, que tudo isso pode e deve ser realizado, tendo em vista que a aprendizagem não é construída somente com papel e caneta, mas com as diversas experiências vivenciadas pelas crianças.

3. METODOLOGIA

Em uma conversa inicial realizada com a equipe da escola parceira, antes do início das atividades escolares, a mesma demonstrou interesse na realização do trabalho da equipe executora do projeto “Coça, Coça, Pula, Pula: Olha a pulga: práticas educativas nos anos iniciais – cotejando os temas transversais e a interdisciplinaridade”, no sentido de desenvolver um trabalho voltado ao incentivo à leitura por meio de oficinas, cujo objetivo seria proporcionar às crianças o contato com livros e histórias, com temáticas interdisciplinares, criando assim um espaço lúdico e estimulante para a leitura.

As práticas do projeto foram realizadas na turma do 2º ano do Ensino Fundamental, durante o primeiro semestre de 2017. O trabalho desenvolvido na escola foi concebido a partir da realização de oficinas pedagógicas, referentes ao incentivo do hábito da leitura, concomitantemente ao cotejo dos temas transversais em um processo de interdisciplinaridade, por meio das oficinas de artes, cultura, literatura, música, psicologia, educação ambiental e diversidade cultural.

O projeto contou com a realização de reuniões semanais para o estudo de textos teóricos que se relacionam com as temáticas do nosso trabalho, com o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na semana em questão, onde traçávamos os objetivos, o percurso metodológico *cartográfico*¹ das oficinas e a elaboração do material a ser utilizado, intencionando mediar o saber científico com os afetos e produção de subjetividade nas práticas em sala de aula.

Realizamos uma visita à escola parceira para nos apresentarmos, conhecermos a realidade escolar, mantermos informada a equipe gestora das propostas de atividades e fazer trocas de experiências e saberes com os diversos profissionais em campo, a fim de estabelecer o diálogo, o vínculo e a parceria para ambas (as partes) estarem em sintonia durante todo o projeto.

Após o planejamento inicial, foram realizadas um total de quatro oficinas. Uma em cada mês, com durações médias de duas horas. A turma elegida tinha em média 25 alunos (com idades entre 7 e 8 anos). A proposta inicial era fazermos mais oficinas. No entanto, devido à diversos imprevistos como a greve estudantil e troca de gestão política da cidade

devidos às eleições, fomos levados a reduzir a quantidade de práticas em campo.

Todas as atividades tiveram um texto base e a partir deste texto, abordamos interpretação textual, prática de leitura oral, ampliação de vocabulário/de léxico, produção lúdica de materiais a serem utilizados nas oficinas. As leituras dos livros e contos eram realizadas pela equipe e pelas crianças que já tinham domínio da leitura. Ao final de cada dia de atividade a equipe realizava um *feedback* com as crianças para saber como as oficinas estavam sendo percebidas e, atentos aos temas, sugestões e demandas que surgiam, elaborávamos os próximos encontros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades foram iniciadas no final do mês de março, de 2017. Assim que tivemos contato com a professora responsável pela sala, descobrimos que alguns dos alunos não estavam completamente alfabetizados. Este foi um dos desafios que se apresentou para o desenvolvimento das oficinas, que haviam sido previamente discutidas e preparadas, necessitando ser readaptadas para a realidade da sala na medida em que tínhamos contato com os alunos.

Entendíamos que as oficinas deveriam basear-se no incentivo à leitura, em uma linguagem acessível e prazerosa, para que pudéssemos também ajudar a professora nesse processo de alfabetização, que nos relatou também que muitos alunos não detinham o domínio da leitura e a coordenação motora fina para manuseio do lápis.

O primeiro encontro foi realizado com o intuito de conhecer as crianças, estabelecer vínculos e criar um espaço de interação para que elas nos conhecessem melhor e, também, umas às outras. Para isso, utilizamos a técnica de confecção de crachás, em formatos de animais, para elas selecionassem um que representasse sua forma de apresentação. As crianças tiveram um tempo de 20 minutos para colorir e enfeitar seu crachá de forma livre.

Após a confecção foi solicitado que cada criança se apresentasse e falasse um pouco sobre ela e do motivo que escolheu determinado animal. Nesse momento foi possível interagir e conversar sobre a diversidade da fauna, o meio ambiente, a alimentação e hábitos de cada animal. Saber de suas vidas, seus gostos e hábitos, entre outras tantas características.

Na segunda parte da oficina foi realizado o momento de manuseio e uso de massinha de modelar, confeccionadas pelos próprios estudantes. Para isso, foram criados grupos de 4 a 5 alunos, ficando um participante do projeto como orientador de cada grupo, onde pudemos ter contato e dialogar

¹ Perspectiva utilizada por Deleuze e Guattari, conforme Kastrup (2009), orientada pelo princípio do rizoma, com múltiplas entradas. Essa metodologia leva os pesquisadores ao envolvimento com o campo investigado e nesse confronto emerge a produção dos dados da pesquisa e do conhecimento. Não se trata de estabelecer regras e objetivos prévios por meio de um de caminho linear para atingir um fim, mas traçar linhas diversas, mapear territórios e promover desterritorializações e agenciar rotas de fuga.



sobre o processo de realização da tarefa, trabalhar as relações interpessoais e produções em grupo.

Com isso as crianças praticaram noções de matemática, separando as medidas de cada ingrediente para a receita da massinha, além de realizarem uma atividade que estimulava suas capacidades motoras, podendo ainda aprender como trabalhar em grupo e como cada uma poderia auxiliar para conseguir o resultado final. Alguns grupos tiveram dificuldades em executar a tarefa por questões de divisão de tarefas e dificuldade de concentração.

Utilizamos a massa de modelar como recurso para dar voz, expressão e estabelecer relações a partir dos sentidos e dos relatos de cada um. Nessa oficina, trabalhamos as relações interpessoais, habilidades motoras e o manejo das próprias emoções. Depois de pronta, cada aluno deveria trabalhar com a massa e construir algo que remetesse aos seus desejos, suas lembranças ou o que mais tivessem vontade de expressar. Por meio de tais atividades artísticas, que valorizam o potencial criativo, buscamos estimular o imaginativo e expressivo dos participantes.

Após essa oficina realizada na sala de aula, tivemos uma conversa com a diretora e coordenadora pedagógica que se dispuseram ceder uma sala de informática inativa para serem realizadas as oficinas e onde poderíamos construir uma biblioteca ou espaço para leituras futuramente, uma vez que não havia local destinado à tais atividades. A sala tinha um espaço amplo e livre de mesinhas e cadeiras, o que possibilitaria uma liberdade maior de acordo com a demanda de cada oficina.

Para a segunda oficina foi escolhido o livro "Palavras são pássaros", de Ângela Leite de Souza, para que norteasse a atividade do dia. Como atividade prática de fixação da leitura e discussão do texto foram confeccionados *origamis* do tipo "*tsurus*" a serem colocados em uma árvore feita com galhos secos naturais e flores de ipê, preparadas pelas crianças com papel crepom. Este *origami* específico foi escolhido por concretizar os conteúdos que estavam sendo discutidos no texto desta oficina. E com a construção da árvore, conversamos sobre o cerrado, sobre a reciclagem, as queimadas e a devastação da flora nativa da cidade e do país.

Para a terceira oficina, foi selecionado o texto de Ana Maria Machado "O pavão do abre e fecha", que trata de temas relacionados à diversidade. Como na oficina anterior, a leitura do texto foi realizada com todos os alunos sentados no chão em círculo. Depois de ouvirem a história, as crianças falaram sobre seu entendimento do texto. Alguns conseguiram abstrair a metáfora existente na correlação da história dos animais e construir discursos próprios, relacionando a temática com suas próprias vidas e, por fim,

fizeram algumas reflexões. *A posteriori* surgiram conversas ligadas à diversidade dos colegas ali presentes, à pluralidade e à importância de compreender e respeitar as qualidades de cada pessoa.

Na segunda parte desta oficina realizamos a confecção de pavões para fixação da história, trabalhando a imaginação e coordenação motora, fazendo leques coloridos com dobraduras simples, que simulavam a cauda do pavão. Esta atividade foi conduzida em pequenos grupos para ensinar o modelo e, após esse momento, os alunos ficaram à vontade para desenhar, colorir e enfeitar, de forma criativa e livre.

Na quarta oficina foi feita a leitura e interpretação de um pequeno conto de Machado de Assis intitulado "O novelo e a agulha", visando estimular a capacidade de atenção, de interação para leitura coletiva, raciocínio lógico e senso crítico. Inicialmente, realizou-se a leitura do livro para as crianças e depois foram mostradas as ilustrações para que elas se apropriassem do conteúdo com a imagem. Após a leitura foi feita a interpretação do conto por meio de uma roda de conversa, onde foram discutidas as principais ideias do texto, abrindo espaço para as próprias crianças exporem o tema do conto.

Ao decorrer das quatro oficinas realizadas, percebemos que há um espaço fértil a ser explorado na prática de leitura para crianças desta idade, mas que ainda é pouco estimulado. Apesar de um estranhamento inicial por parte dos alunos, que não tinham tanto contato com livros e com a literatura, observamos que o interesse dos alunos surge conforme a apresentação de conteúdos que se relacionem às realidades vividas por eles. Algo que ficou evidente em todas as oficinas, como na terceira em que os alunos relacionaram o texto "O pavão do abre e fecha", com questões vividas em casa e situações experimentadas na escola. Nesse sentido, sentimentos que antes não haviam sido nomeados pela simples falta de oportunidade, ali (durante as oficinas de leitura), eles conseguiram brincar, expressar, aprender e transformar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do planejamento e execução do trabalho em campo percebemos algumas dificuldades que permearam a realidade da prática de ensino na Escola Municipal elegida, e que acreditamos estarem presentes em outros ambientes escolares. Antes do contato inicial com o contexto escolar, planejamos atividades que precisaram ser repensadas conforme a realidade concreta e as necessidades dos alunos matriculados no segundo ano desta escola. Tais dificuldades, entretanto, não impossibilitaram a realização de um trabalho que

propiciasse um espaço lúdico de leitura para as crianças, visando a apresentação de novos conhecimentos de forma prazerosa, estimulando a imaginação, a criatividade e a capacidade interpretativa destes alunos. A partir desta experiência, fomos percebendo a necessidade de aprender a lidar com a complexidade do cotidiano escolar, que exige constantes reformulações, a fim de abarcar as necessidades individuais e envolver as crianças no processo de educação.

Avaliamos positivamente o projeto desenvolvido, ressaltando sua importância para a nossa formação pessoal e profissional, uma vez que possibilitou o encontro com estudantes da escola pública municipal de Catalão-Goiás, nos colocando diante da realidade do ensino da região e nos inserindo em um ambiente com diversas necessidades e possibilidades de intervenção.

Percebemos que a prática da docência em leitura e temas transversais pretende, mais que a alfabetização, o letramento literário, visando estimular e contribuir com a formação docente inicial do aluno, uma vez que haverá uma singular troca de saberes/experiências entre a Universidade e a Comunidade Escolar.

Desenvolver o hábito de leitura, o amor aos livros, não é uma tarefa simples e tem se revelado desafiador em nossa sociedade constituído em sua maioria por não-leitores. É uma luta para toda a vida, e há de se constituir em uma atividade ininterrupta, que deve ser impulsionada pela escola, professores, a família e por outras instituições de promoção e incentivo à leitura e à cultura.

A sensibilização para o ato de ler deve ser incluída nas práticas educacionais e as propostas devem estar vinculadas às características socioculturais da comunidade na qual a instituição de educação infantil está inserida, em que o ato de ler tenha uma função real.

Observamos que é necessário pensar propostas democráticas, pluralistas e transformadoras que contemplem a interação, as rodas de conversa e brincadeiras que garantam a troca entre as crianças, em ambientes acolhedores e livres para comunicação.

Despertar nas crianças o gosto pela leitura e pela arte é também criar linhas de possibilidades infinitas de se aprender brincando. A literatura deve ser vista como um suporte para o trabalho educativo que proporciona o descortinar de si e do mundo. Assim, o ato de ler deve ser assumido enquanto ato de resistência tendo em seu cerne o poder que renova, transmuta e vivifica e não como condição modelar, meramente pedagógica, disciplinadora e moralizante.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fani. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1995.
- ASSIS, Machado de. O novelo e a agulha. In: **Para Gostar de Ler** - Volume 9 - Contos, Editora Ática - São Paulo, 1984, pág. 59.
- BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. Cadê o brincar? Da educação infantil para o ensino fundamental. São Paulo, 2009, 215p.
- CARRIJO, Fabiana Rodrigues. “Coça... Coça... Pula... Pula... Olha a purga!: práticas de ensino de língua materna nos anos iniciais – esboçando em olhar transdisciplinar para as relações entre sujeito, língua e identidade, na perspectiva da L.A”. In: **Poiesis Pedagógica**, v.10, n.2, ago/dez. 2012; p.130-154.
- KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p.07-51, 2009.
- MACHADO, Ana Maria Machado. **O pavão do abre-e-fecha**. Disponível em: http://www.atelierversatraversa.com.br/arteterapia/er_historiapavao.
- MURALHA, Sidônio. Os olhos das crianças. 2ª edição, editor Helen Butler Muralha, Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1983.
- PEREIRA, Maria Suely. A importância da literatura infantil nas séries iniciais. In: **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun 2007.
- ROCHA, Ruth. Os direitos das crianças segundo Ruth Rocha. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.
- SABINO, Maria Manuela do Carmo de. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 45/5 – 25 de março de 2008.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SOUZA, Ângela Leite de. **Palavras são pássaros**. Mundo Mirim. 2012. 1º ed.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



MINERAÇÃO E SOCIEDADE: MITOS E VERDADES

ZAMUNÉR FILHO, Antonio Nilson, antoniozamuner@ufg.br¹

CAMPOS, Larissa de Cássia¹

OLIVEIRA, Talita Ribeiro de¹

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Engenharia

Resumo: A mineração é uma atividade essencial para o atual grau de desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, interfere em todas as esferas dentro da mesma, desde a industrial, produtiva e econômica até a socio-ambiental. Entretanto, ainda é uma das atividades mais permeadas de preconceitos e visões negativas, mesmo sendo de tamanha importância e possuindo tantas ações compensatórias. Nesse sentido, cabe aos profissionais da área, empresas e instituições de ensino, como a Universidade, o papel de fazer o intercâmbio de conhecimentos com a comunidade, principalmente em locais influenciados pela mineração, como o município de Catalão-GO. Assim, esse projeto de extensão visou ampliar essa troca de saberes na base da educação, escolas públicas com alunos do ensino fundamental. Materiais associados a aula expositiva e atividades práticas, abordados com uma visão didática e lúdica de conhecimentos técnicos foram as principais estratégias para atrair a atenção dos alunos e estabelecer a interlocução. A atividade mineradora é vista, ainda, como grande causadora de danos ambientais por parte da sociedade. Contudo, a motivação e empenho dos alunos do ensino fundamental permitiu uma quebra de paradigmas, alcançando assim os objetivos do projeto.

Palavras-chave: Mineração. Comunidade. Extensão.

1. INTRODUÇÃO

A vida humana na Terra seria muito diferente sem a disponibilidade de minerais. O mundo como conhecemos seria restrito, no que tange a habitação, geração e transmissão de energia, aquecimento, água potável, estradas, carros, ferrovias, aviões, fertilizantes, computadores e diversos medicamentos.

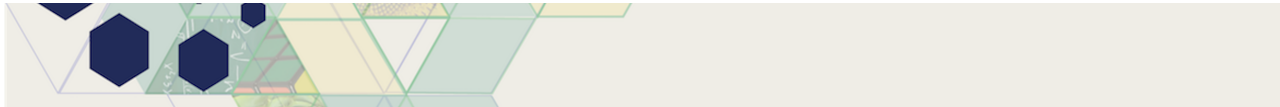
A mineração é uma atividade que inclui inúmeros processos e técnicas cujo objetivo é a extração de minerais existentes na natureza. Esses minerais são essenciais na indústria e na fabricação de diversos objetos utilizados na sociedade, como por exemplo, o carvão, o petróleo, o ouro, a prata, a platina e o nióbio. Economicamente, a participação desse setor é de grande relevância, pois contribui tanto com o crescimento do país quanto das regiões onde ocorrem, ao incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) e a Renda Nacional. Trazem benefícios diretos e indiretos que incluem geração de empregos, tanto nos municípios produtores, quanto nas regiões das indústrias de base, atenuação de disparidades na distribuição de renda, geração de serviços e melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), influenciando diretamente na comunidade onde atua (FERNANDES, ALAMINO e ARAUJO, 2014).

O Brasil é detentor de território com extensão continental e de notável diversidade geológica propícia à existência de jazidas de vários minerais, algumas de classe mundial. Conquistou posição de destaque no cenário global, tanto em reservas quanto

em produção mineral, esta tendo atingido no ano de 2014 o valor de US\$ 40 bilhões, representando cerca de 5% do PIB industrial do país. No Comércio Exterior, a indústria extrativa mineral contribuiu com mais de US\$ 34 bilhões em exportações de minérios, sendo somente o minério de ferro responsável por US\$ 25,8 bilhões. Por outro lado, significativos investimentos precederam tal produção de bens minerais, os quais, para dar continuidade à exploração e ao aproveitamento de novos depósitos minerais, são estimados em US\$ 53,6 bilhões no período 2014/2018 (IBRAM, 2015).

Os principais depósitos minerais no Brasil estão distribuídos nos seguintes estados: RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, GO, MT, MS, RO, AM, PA, AL, SE e BA, os quais exploram: cobre, ouro, alumínio, estanho, ferro-manganês, grafita, caulim, níquel, carvão, nióbio e agregados da construção civil (areia, brita, etc.). Além destes, o país explora/prodiz minerais agroindustriais, como o enxofre e o fósforo, fundamentais para a agricultura brasileira conseguir atingir os recordes contínuos de produtividade (IBRAM, 2015). No caso dos municípios goianos de Catalão e Ovidor - relacionados a este estudo - reservas de nióbio e fosfato fornecem matéria-prima para produção da liga ferro-nióbio e de fertilizantes, com os maiores teores de fosfato do mercado nacional.

Mesmo com a grande relevância do setor industrial no âmbito nacional, a mineração foi um dos setores que mais evoluiu em relação à



sustentabilidade. Ainda, o Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), nos seus Princípios para o Desenvolvimento Sustentável (ICMM, 2002) estabeleceu diversos compromissos das empresas membros relacionados à fase de planejamento dos empreendimentos. Dentre os quais, o Princípio 09 rege sobre a contribuição social, econômica e institucional das comunidades que abrigam essas empresas.

Apesar disso, a atividade da mineração no país ainda é permeada por preconceitos e incompreensão histórica por parte da população, que, geralmente, vê a atividade somente como um processo exploratório devastador do meio ambiente e biodiversidade, desconhecendo suas ações ambientais e sociais compensatórias, obrigatórias e fundamentais para impulsionar uma sociedade sustentavelmente desenvolvida.

Neste sentido, a troca de saberes que se faça entre a comunidade e os profissionais da área é indispensável para o desenvolvimento social sustentável da atividade como um todo. Por desenvolvimento sustentável entende-se o conceito elaborado e publicado na década de 1980 pelo Relatório “Nosso futuro comum” (United Nations, 1987), o qual expressa a capacidade das gerações atuais de suprir suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas.

Tendo em vista a responsabilidade das instituições de ensino em promover o intercâmbio de conhecimentos entre as diversas esferas educacionais e sociais, esse projeto visou desenvolver ações junto à comunidade escolar possibilitando a construção de conhecimentos de forma consciente, responsável e crítica, organizando e desenvolvendo ações de ensino em séries do Ensino Fundamental II em escola pública do município de Catalão, onde se possibilitou conhecer as principais atividades do setor mineral e as práticas legais para a recuperação das áreas exploradas.

2. METODOLOGIA

O enfoque didático foi para séries de 6º e 7º anos e a ação em questão ocorreu no Colégio Estadual Rita Paranhos Bretas. O projeto contou com a participação de, aproximadamente, 50 estudantes do ensino fundamental. Para melhor entendimento, a metodologia utilizada será descrita de acordo com as atividades realizadas anterior à ação e durante a mesma.

2.1. Anterior à ação

Em primeiro lugar foi feita uma revisão bibliográfica para que as alunas orientadas tomassem conhecimento do tema e verificassem se o mesmo já

havia sido abordado com esse propósito. Na sequência, foi elaborado um material didático (cartilha e apresentação) com conteúdo técnico a ser contemplado no projeto e apresentado, de forma prática, aos estudantes da rede estadual.

Uma cartilha didática e lúdica foi produzida de modo a apresentar os principais conceitos do setor mineral: que é minério; as etapas da mineração e sua inter-relação com a sociedade; consumismo; meio ambiente; recuperação de áreas degradadas; e, principalmente, sustentabilidade. Foram distribuídos exemplares da cartilha para todos os alunos da rede pública.

Ainda, foi desenvolvida e realizada uma aula expositiva dialogada, com *slides* elaborados no software Microsoft Power Point®, apresentada pelas alunas orientadas, no dia da ação, abordando os assuntos contidos na cartilha. O objetivo foi obter uma apresentação lúdica, que conseguisse transmitir o conhecimento específico da área em linguagem visual simples e ao mesmo tempo em que mesclava elementos da cultura moderna para focar a atenção e facilitar o entendimento. Sempre procurando envolver exemplos locais e interessantes, do ponto de vista dos alunos.

De modo a fixar os conhecimentos transmitidos, foi realizada uma atividade prática, bem como a mostra de alguns minerais, permitindo que os alunos pudessem visualizar parte da teoria na prática e ter um momento para troca de conhecimentos entre os envolvidos. De acordo com Marcelo Gleiser, físico brasileiro conhecido por popularizar conceitos científicos para crianças, “a ciência se torna fascinante quando você não fica só na teoria” além disso, deve-se incentivar a curiosidade através da experiência e apresentação dos fatos do cotidiano nesse tipo de público (GIRARDI, 2005).

2.2. Durante à ação

A ação foi realizada no dia 30/11/2016, no Colégio Estadual Rita Paranhos Bretas, após agendamento prévio com a coordenação do colégio.

Após a aula expositiva, os alunos da rede municipal iniciaram a seção de perguntas. A apresentação durou cerca de 20 minutos.

Em seguida, teve início a atividade prática que consistiu em mostrar para os alunos a formação de uma rocha sedimentar, em pequena escala e de modo dinâmico. Os materiais utilizados foram: garrafa de plástico 500ml; água; areia, solo, pedregulhos e ossos de frango.

O procedimento adotado foi: a turma foi dividida em 10 grupos de cinco alunos; cada grupo recebeu uma garrafa e os integrantes puderam colocar os materiais secos no interior da mesma; foi adicionado água até cobrir os materiais; por fim, deixou-se a



garrafa em repouso e foi observado o processo de sedimentação.

Depois de montadas as garrafas, estas ficaram na escola até o dia seguinte para que os alunos pudessem observar o processo concluído.

Após a prática, as alunas orientadas transitaram em todos os grupos com as amostras de minerais para que todos da comunidade pudessem ter contato com as mesmas, fazer perguntas, interagir e realizar a troca de saberes direta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a apresentação não foram realizados questionários, nem entrevistas, apenas observações do comportamento dos alunos e professores do colégio. Os alunos se mostraram interessados e participaram das atividades, principalmente a prática que representou a formação simplificada de uma rocha sedimentar.

A utilização dos métodos didáticos, como *slides* para a apresentação, vídeos sobre detonação de rochas, formação das rochas sedimentares e as amostras minerais foram notáveis para despertar o interesse dos alunos e, assim, conseguir alcançar o objetivo que é informar a sociedade sobre os mitos e as verdades do setor mineral.

Estas atividades também permitiram aos alunos sair um pouco da rotina escolar. Este cenário, em momentos oportunos, favorece o aprendizado.

Constatou-se a precariedade da infra-estrutura escolar: a sala que foi utilizada para a apresentação era pequena, quente, sem ventilação, possuindo um ar condicionado, o qual não foi suficiente para garantir o conforto térmico. Ainda, alguns alunos não tiveram um comportamento satisfatório durante a apresentação.

Mesmo diante das dificuldades foi observado o empenho e força de vontade das professoras do colégio estadual, as quais participaram e reconheceram a importância da atividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos cumprindo com o papel de profissionais da área de mineração, atividade sempre vinculada a projetos sociais e ambientais, informando sobre a importância da mineração, uma atividade essencial. Ainda, cumprimos com o papel de educadores, trocando saberes e interagindo com a comunidade.

Desmistificando, assim, os preconceitos da população que enxerga somente como um processo exploratório e devastador, desconhecendo as ações ambientais e sociais compensatórias, que são desenvolvidas na busca da sustentabilidade.

Ao final das atividades, observou-se que os alunos da rede estadual compreendam as principais

atividades do setor de mineração, sua relevância social e econômica, bem como seus impactos e responsabilidades ambientais norteadas pelo anseio de um desenvolvimento sustentável.

Espera-se que estes sejam sensibilizados em relação à necessidade de buscar, promover e cobrar ações mais sustentáveis em sua comunidade local e também em esfera global, a partir de atitudes individuais e coletivas. Anseia-se, também, que todos os agentes envolvidos (alunos e professores) sejam futuros multiplicadores dos conhecimentos desenvolvidos durante todo o projeto, de modo a contribuir para uma sociedade mais consciente frente ao uso dos recursos naturais, consumo e sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Prof^a. Ma. Karlla Vieira do Carmo e às alunas Jessyca e Geovana, todas da Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, pelo apoio e contato com o Colégio Estadual Rita Paranhos Bretas, o qual também agradecemos em nome de sua diretora Maria Aparecida de Freitas.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. C. J.; ARAUJO, E. **Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos.** – Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

GIRARDI, G. **Fala, mestre!** Nova Escola, São Paulo, ano 20, n. 181, p. 22-24, abr. 2005.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações sobre a Economia Mineral Brasileira 2015.** Brasília, setembro 2015. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ICMM – International Council on Mining and Metals. 2002. **Mining minerals and sustainable development. Avoiding new poverty: Mining-Induced displacement and resettlement.** n.58, abr. 2002. 29p.

UNITED NATIONS. 1987. **Our common future. Report the World Commission on Environment and Development.** 247p.

RESPONSABILIDADE AUTURAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



O BRINCAR COMO DIREITO DA CRIANÇA

Freitas, Thais dos Passos, thais-freitas02@hotmail.com¹

Silva, Yasmim Franco¹

Rodrigues, Santos, Sarah Thayne R. S. dos¹

Leão, Susana Fernandes¹

Ferreira, Natália Carneiro¹

Araújo, Micaela Brandão Póvoa de¹

Diniz, Leidiane Francisco¹

Silva, Cildiléia dos Santos da¹

Souza, Juliana Martins de¹

Rodvalho, Aparecida Divina²

¹Universidade Federal de Goiás/ Regional de Catalão/ Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

²Universidade Federal de Goiás/ Regional de Catalão/ Instituto da Educação

Resumo: *O brincar é a principal atividade na infância, por meio da qual a criança irá apreender o mundo que a cerca. A internação hospitalar, nessa fase, afasta a criança de sua rotina, causando sofrimento dificultando a condução do tratamento. É no brinquedo que a criança poderá se expressar e externalizar as emoções vivenciadas, facilitando o processo de internação. Buscando garantir o brincar em uma instituição de internação infantil, foi proposto desde agosto de 2014 o projeto de extensão Brinquedoteca Hospitalar como direito a criança. Alunos da UFG desenvolvem atividades diárias na brinquedoteca que permitem o estabelecimento de vínculo das crianças com a equipe de enfermagem bem como de seus familiares, diminuindo a rejeição ao tratamento e ainda contribuindo para o desenvolvimento infantil por meio de um espaço lúdico que visa atender as crianças em suas dimensões físicas e sócio afetivas.*

Palavras-chave: *Infância, brincar, direito, brinquedoteca.*

1.INTRODUÇÃO

A infância é a fase do desenvolvimento humano através da qual a criança irá se inserir no mundo que a cerca. O brincar, nesse sentido, constitui a principal atividade infantil por meio da qual a criança poderá apreender o contexto, as normas e as regras sociais de acordo com as potencialidades físicas, cognitivas e emocionais do seu desenvolvimento (ARCE; BALDAN; 2013).

Todavia, ao passar por um processo de internação, a criança vê-se afastada da sua rotina, das pessoas queridas, da sua casa e da escola, o que causa angústia, sofrimento e medos, dificultando o tratamento que já é doloroso, desagradável e invasivo (GASPAR; CABRAL, 2009)

De acordo com Gaspar e Cabral (2009), o brincar é uma das atividades mais importantes na infância pois garante o bem-estar biopsicossocial das crianças. Ao brincar, além de assimilar o mundo a sua volta, a criança pode externalizar no brinquedo, ou na brincadeira, seus sentimentos e emoções vivenciados no ambiente hospitalar, propiciando o melhor manejo do tratamento de sua doença.

Em termos legais, o reconhecimento do brincar se mostra tanto no artigo 227 na Constituição Federal (1988), quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), artigos 4º e 16, os quais garantem o brincar enquanto direito da criança. Outros direitos e princípios do ECA guardam direta relação com o brincar, como por exemplo, o direito ao lazer (art. 4º), direito à liberdade e à participação



(art. 16), peculiar condição de pessoa em desenvolvimento (art. 71) (MARTINS, 2015).

É válido ressaltar ainda que o brincar surgiu como assunto sério no Brasil, no ano de 1974, quando pesquisadores estudaram a importância da recuperação e preservação da saúde mental de crianças internadas (COSTA; RIBEIRO, 2014). Ainda de acordo com estas autoras, o objetivo da brinquedoteca seria, a partir disso, criar um espaço para as crianças expressarem suas fantasias, ansiedades e inseguranças.

Com base nesse entendimento é que o projeto de extensão Brinquedoteca Hospitalar como direito da criança foi criado, em conformidade também com a Lei Federal nº 11.104, de 21 de março de 2005, que preconiza a existência de brinquedotecas em qualquer unidade de saúde pediátrica com regime de internação. (BRASIL, 2005)

Considera-se como Brinquedoteca Hospitalar, nesse sentido, o espaço provido de brinquedos e jogos educativos, destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar, no qual as atividades lúdicas e seus recursos sejam realizadas de acordo com a especificidade do ambiente hospitalar e as condições físicas e sócio afetivas das crianças atendidas. (BRASIL, 2005)

Deste modo, este trabalho tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas por acadêmicos da Regional Catalão no Projeto de Extensão Brinquedoteca Hospitalar como direito criança em uma instituição hospitalar do município, evidenciando as contribuições deste projeto para a formação dos alunos envolvidos tanto para com a comunidade externa.

2. METODOLOGIA

O projeto teve início em agosto do ano de 2014 e conta com a colaboração de alunos da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (UFG/RC). Atualmente, colaboram para a manutenção das atividades aproximadamente dezesseis alunos dos cursos de Pedagogia, Enfermagem e Psicologia, dispostos entre voluntários e bolsistas (PROVEC/PROBEC); três professoras da Universidade, cada qual dos respectivos cursos; e uma enfermeira.

As atividades ocorrem de segunda a sábado, nos períodos matutino e vespertino, nos horários entre 09:00hs às 12:00hs e de 14:00hs às 17:00hs, em uma instituição de saúde da cidade de Catalão, Goiás. Ao inserir no projeto, os alunos são orientados sobre os cuidados de higienização das mãos, dos brinquedos utilizados e do espaço da brinquedoteca em geral,

além da vestimenta correta para o ambiente hospitalar e de outras normas da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

A rotina constitui-se na organização da brinquedoteca, higienização das mesas e cadeiras, para posteriormente convidar a criança para brincar. As brincadeiras podem ser realizadas na sala de TV ou no próprio leito da criança, de acordo com a vontade e necessidade da mesma.

Ao final de cada período, os alunos devem higienizar e desinfetar os brinquedos utilizados bem como os mobiliários também utilizados com água, sabão e álcool (70%). Além disso, devem anotar no livro ATA os nomes das crianças atendidas, suas respectivas idades, doenças acometidas e quais as atividades desenvolvidas, facilitando a comunicação entre os alunos e possibilitando o registro de informações para futuros estudos e investigações.

Além das atividades realizadas dentro do hospital, os alunos também participam mensalmente de um grupo de estudos multidisciplinar acerca de temas referentes ao brincar, a infância, ao ambiente hospitalar e a outros assuntos que surgem durante a prática dos extensionistas em campo.

Nas datas comemorativas, tais como a Semana da Criança, Páscoa e Natal, os alunos voltam-se para a preparação de brincadeiras e atividades envolvendo todas as crianças do hospital, tais como piquenique, contação de histórias, teatros, gincana e sessão de cinema, além da distribuição de brinquedos adquiridos através de doações externas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre o mês de julho de 2016 até julho de 2017 estima-se que aproximadamente 778 crianças estiveram internadas no hospital e foram atendidas pelo projeto, sendo a maior parte das internações realizadas pelo SUS e convênios. Apenas 15 internações foram particulares¹. Entre os motivos das internações destacaram-se afecções respiratórias como pneumonia, asma e bronquiolite, fraturas nos membros superiores devido acidentados, infecções intestinais e apendicectomia, com a prevalência de crianças nas faixas etárias lactente (0 a 1), infante (1 a 3) e pré-escolar (3 a 5).

As atividades realizadas compreenderam a faixa etária e o desenvolvimento de cada criança, utilizando-se de brinquedos como carrinhos, bonecas (os), bolas, chocalhos, jogos de dominó, dama, quebra-cabeças diversos, jogos de memória, jogo de equilíbrio, lápis de cor, gibis e livros com histórias infantis.

No que diz respeito a participação das crianças nas atividades, pode-se afirmar que fora proveitosa,

Os números foram fornecidos pela equipe da instituição hospitalar na qual o Projeto é realizado.

permitindo o estabelecimento de vínculo entre as crianças e a equipe de enfermagem, diminuindo a rejeição frente ao tratamento medicamentoso e aos procedimentos que devem ser realizados. Tornou-se possível assim, a promoção de um espaço capaz de oferecer prosseguimento ao desenvolvimento infantil, mesmo em um ambiente caracterizado como invasivo e hostil. (MOTTA, 2004)

Observou-se que a implementação da brinquedoteca no hospital foi ganhando prestígio e aderência por parte dos outros profissionais com o passar do tempo, de modo que a equipe participasse ativamente das atividades, o que enriqueceu o trabalho realizado. A visibilidade na comunidade também é notória, na medida em que se percebe o hospital como referência no tratamento das crianças. Pais, familiares, amigos e as próprias crianças afirmam que ao escolher o hospital para a internação, optam por aquele no qual as crianças podem estar envolvidas nas atividades da brinquedoteca.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar no ambiente hospitalar adquire funções recreativa, catártica, socializadora e terapêutica, logo, humanizadoras. Por meio da instalação da brinquedoteca no hospital os pequenos pacientes podem entender melhor o que acontece com eles, diminuindo seus medos e resistências ante do tratamento (FAVERO, 2007).

No que tange a família e a equipe de enfermagem, as atividades realizadas possibilitam uma ressignificação acerca do estar em um ambiente hostil e permite o estabelecimento de vínculo afetivo propiciando vantagens para a recuperação das crianças.

Para a formação dos acadêmicos envolvidos, pode-se afirmar que as ações desenvolvidas possibilitam a relação teoria e prática, corroborando para uma formação contundente e significativa.

Por fim, considera-se, assim como Palma, Brandolt e Gonçalves (2012) que o projeto consegue atender as demandas da comunidade externa, constituindo-se enquanto recurso humanizador no atendimento à infância, propiciando relações agradáveis que afetam diretamente na condução do tratamento hospitalar das crianças, por meio da ludicidade e interação, garantindo, portanto, o brincar como direito da criança.

5. REFERÊNCIAS

ARCE, A. **Interações e Brincadeiras na educação infantil**. São Paulo. Alínea. 2013. 42-110

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: **Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em agosto de 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.104 de 21 de março 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11104.htm>. Acesso em julho de 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em agosto de 2017.

COSTA, S. BORBA, C. SANNA, R. **Brinquedoteca Hospitalar no Brasil: Reconstruindo a história de sua criação e implantação**. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/vol5num2artigo14.pdf>> Acesso em junho de 2017.

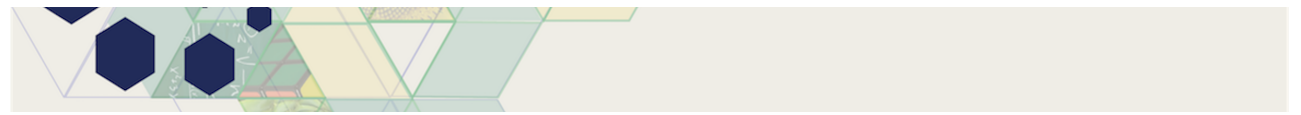
FAVERO, L. DYNIEWICZ, A.M. SPILLER. **A Promoção no Contexto da Hospitalização Infantil como Ação de enfermagem: Relato de Experiência**. Cogitare Enferm, 2007. p.519-523

GASPAR, A. P.; CABRAL, S. M. S. C. **Importância da brinquedoteca em um ambiente hospitalar**. Disponível em: <http://fio.edu.br/cic/anais/2009_viii_cic/Artigos/07/07.21.pdf>. Acesso em julho de 2017.

MARTINS, M. F. **Direito de brincar**. 2015. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/eca-e-o-direito-de-brincar-por-marilena-flores-martins-do-ipa-brasil/>> Acesso em julho de 2017.

MOTTA, A. B. **Brincar no hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil**. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722004000100004>>

NUNES, C. J. R. R.; REBELO, H. D.; FALCÃO, D. P.; PICANÇO, M. R. A. A importância da



brinquedoteca hospitalar e da Terapia Ocupacional sob a óptica da equipe de enfermagem de um hospital público do Distrito Federal. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 505-510, 2013.

PALMA, M. G.; BRANDOLT, C. R.; GONÇALVES, C. S. **O retrato sobre uma brinquedoteca hospitalar utilizando diário de campo de acadêmicos de Psicologia**. Disponível em:

<<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7156.pdf>>. Acesso em julho de 2017.



O BRINCAR: ELABORAR E AMENIZAR A DOR DE ESTAR DOENTE E HOSPITALIZADA: Um relato de experiência em uma brinquedoteca hospitalar

Diniz, Leidiane Francisco, leidiane_fdiniz@hotmail.com¹

Freitas, Thais dos Passos¹

¹Universidade Federal de Goiás/ Regional de Catalão

Resumo: *O trabalho tem como objetivo discutir a importância da brinquedoteca no ambiente hospitalar mediante a experiência no projeto de extensão titulado “A brinquedoteca com direito da criança”, em um hospital público em Catalão-GO. Ser criança significa brincar, inventar brincadeiras e construir histórias. Brincando e narrando histórias/histórias que a criança elabora seu medo, sua fantasia, sua ansiedade, ressignifica uma experiência desprazerosa, expressa suas emoções, constrói amigos, desvela o mundo que a cerca. Assim, o brincar é fundamental para o desenvolvimento geral do pequeno sujeito em constituição. Mas, quando a criança ingressa no hospital, geralmente, ela é vista apenas como um ser doente, um pedaço de corpo. Pois, as preocupações e os cuidados com ela, se centralizam no órgão que não está funcionando bem, na infecção, enfim nos aspectos orgânicos. Por outro lado, a sua singularidade e o significante criança; que é representando pelas brincadeiras, é deixado de lado. Neste contexto, a inserção da brinquedoteca é necessária e relevante no hospital. Porque, ela devolve a criança a sua condição de criança mediante o brincar. Além disto, as brincadeiras têm um sentido terapêutico, possibilitando que a criança elabore suas angústias, seus medos, suas fantasias com relação a doença e a hospitalização.*

Palavras-chave: *Brincar, hospital, brinquedoteca.*

1. INTRODUÇÃO

A criança ao ingressar no hospital, é comum deparar com um ambiente estranho, feio e assustador. A começar pela sua “arquitetura” hospitalar, esta é composta por suas paredes brancas, desprovidas de quaisquer imagens coloridas e de caixas/móveis compostas por brinquedos, jogos, folhas, enfim, de objetos lúdicos.

Tendo em seu entorno pessoas vestidas de branco com semblantes às vezes pouco acolhedor e portando instrumentos invasivos e assustadores. Além disto, a entrada da criança no hospital, significa afastamento da sua casa, da escola, de seus pares, de seus objetos preferidos e da sua rotina. Estes aspectos citados, referentes ao hospital, podem evocar mais mal-estar (ansiedade, medo e dentro outros sentimentos de desprazer) para a criança que já está fragilizada

fisicamente e emocionalmente pela descoberta de sua doença (BATISTA, 2003).

Como vimos, o hospital é visto como um lugar estranho, desconhecido e que causa pavor. Mas, segundo Freud (1919, p.239) em seu texto “O estranho”, ressalta que “estranho é assustador precisamente porque não é conhecido e familiar. Naturalmente, contudo, nem tudo o que é novo e não familiar é assustador, a relação não pode ser invertida”. Ou seja, o estranho pode se transformar em familiar, acolhedor e interessante.

A partir desta definição postulada por Freud acerca da palavra estranho. Poderemos pensar o ambiente hospitalar para além do estranho, do assustador, isto é, familiar, cativante e interessante, também. Para isso, a inserção da brinquedoteca hospitalar tem um papel crucial neste ambiente. A brinquedoteca é compreendida como sendo um ambiente lúdico, ou seja, composto por jogos e brincadeiras que tem a finalidade de amenizar o trauma, a ansiedade e o desconforto diante do processo de



hospitalização. Deste modo, possibilitando que o ambiente hospitalar se torna um lugar mais tranquilo, interessante e até mesmo prazeroso. Assim, garantindo um cuidado mais humanizado.

De acordo com Batista (2003), a brinquedoteca mediante o uso de brinquedos, jogos e brincadeiras, tem um valor terapêutico. Pois, através dos jogos simbólicos e brincadeiras a criança expressa seus sentimentos, pensamentos, fantasias, medo sobre a internação, bem como elabora seu sofrimento.

Neste sentido, Freud (1920) em seu texto “Além do princípio do prazer”, aponta que o brincar possibilita que a criança elabore impressões desagradáveis. A criança repete brincando as situações experimentadas como desagradáveis, isso proporciona uma diminuição do sentimento de desprazer.

Portanto, este trabalho tem como objetivo discutir a importância da brinquedoteca no ambiente hospitalar mediante a experiência vivenciada no projeto de extensão “Brinquedoteca hospitalar com direito da criança”, em um hospital público situado no município de Catalão. Abordaremos, as atividades desenvolvidas pelos estudantes na brinquedoteca, também.

2. METODOLOGIA

A experiência adquirida a respeito do brincar no contexto hospitalar é fruto da participação no Projeto Brinquedoteca Hospitalar como direito da criança, iniciado no mês de agosto do ano de 2014. O projeto é composto por alunos dos cursos de Psicologia, Enfermagem e Pedagogia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (UFG/RC) e acontece de segunda à sábado, incluindo férias e feriados.

Vale salientar, que os estudantes atendem as crianças e adolescentes na pediatria, sendo pacientes internados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na unidade de atendimento particular e de convênios.

O iniciar das atividades começa da seguinte maneira: O estudante vai até o leito da criança/adolescente e busca conhecer um pouco da história do paciente, de que ele gosta de brincar. E, a partir da escolha da criança/adolescente, que as atividades lúdicas são desenvolvidas. Bem como, a proposta do brincar é baseada nas características de desenvolvimento de cada paciente. O brincar

acontece no leito do paciente ou no espaço brinquedoteca, uma vez que consideramos o desejo do sujeito e suas limitações.

Após finalizado o atendimento com o paciente, os brinquedos são higienizados e é realizado o registro dos atendimentos realizados na ATA, ou seja, o nome dos pacientes atendidos, suas patologias e das brincadeiras e brinquedos.

Vale ressaltar também que, em datas comemorativas, como por exemplo, dia das crianças, são realizadas atividades distintas como: contação de histórias, teatro, filme com pipoca, gincanas, oficina de desenho, piqueniques e entre outras atividades.

Por fim, além das atividades lúdicas realizadas no decorrer da semana, alunos e professores dos cursos envolvidos no projeto de extensão reúnem-se quinzenalmente, para discutirem assuntos relacionados à infância e ao brincar bem como outras questões que perpassam o dia-a-dia na unidade hospitalar e demandam maior aprofundamento teórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

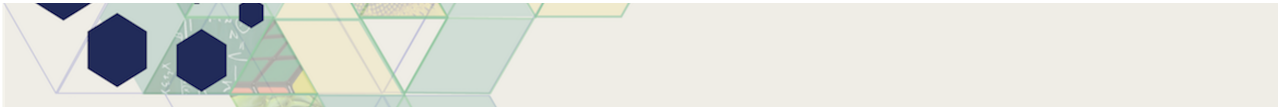
As atividades realizadas pelo projeto na pediatria compreendem contação de histórias, fantoches, oficinas de desenho, teatro, piquenique, boliche, filmes e músicas infantis, jogos de memória, quebra cabeças além de outros jogos que trabalham a motricidade, raciocínio e simbolização, por exemplo.

Entre o mês de julho de 2016 até julho de 2017 estima-se que, aproximadamente, 778¹ crianças estiveram internadas na instituição hospitalar e tiveram a oportunidade de participar das atividades desenvolvidas pelos alunos da Regional Catalão.

Cada brincadeira desenvolvida tem como objetivo propiciar a crianças meios de elaboração das suas angústias e medos advindos da internação, de acordo com as potencialidades de cada um. Observa-se, assim, que as brincadeiras desenvolvidas com as crianças interferem diretamente no modo como estas se relacionam com a equipe hospitalar, com seus acompanhantes bem como no tratamento medicamentoso durante o processo de seu adoecimento.

Ser criança, como já mencionado anteriormente, significa brincar. Logo, a brinquedoteca hospitalar, além de garantir o brincar como direito da criança, permite a esta

¹ Dado fornecido pela instituição hospitalar.



simbolizar suas experiências traumáticas e dolorosas bem como elaborar e expressar seus sentimentos como raiva, medo e ansiedade, diminuindo a resistência frente ao tratamento e incentivando o desenvolvimento psico-emocional, intelectual e social da criança, o qual não é e não deve ser interrompido durante a internação.

Distantes do ambiente escolar e familiar, e obrigadas a estarem em um ambiente técnico, carregado de normas e desconhecidos, é por meio das atividades realizadas na brinquedoteca que as crianças podem representar papéis, reproduzindo as situações que lhes são desagradáveis, podendo, assim, diminuir, expressar e controlar as suas emoções.

Como afirma Bertoldo e Ruschel (2017) o modo como a criança brinca revela o mundo interior da mesma, proporcionando o aprender fazendo. O brincar de médico, por exemplo, implica apropriar-se de algumas características do ato da realidade.

É a partir do ato de brincar, portanto, que a criança atua no mundo e ressignifica suas questões. A inserção de jogos, brincadeiras no hospital possibilita que a criança saia de uma posição passiva que, geralmente, fica submetida no hospital para uma posição ativa.

Freud (1920), sustenta esta colocação ao ressaltar que, a brincadeira proporciona que a criança saia da posição passiva frente ao seu mal-estar para a ativa. Pois, o brincar requer que a criança inventa histórias, manuseia objetos, confecciona produções gráficas, tinge/pinta desenhos, etc (grifo meu).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brincar é o trabalho próprio da criança, é a maneira com que esta descobre o mundo, algo sobre si mesmo, elabora suas histórias, medos, angústias. Neste sentido, a manutenção das atividades na brinquedoteca em uma instituição hospitalar corrobora para a criação de um espaço prazeroso e terapêutico que permite a criança expor suas potencialidades e dificuldades.

Nesta direção, Eliza (1993) expõe que a brincadeira tem um sentido simbólico e terapêutico. Pois, nas brincadeiras a criança expressa seus sentimentos, pensamentos, desejos, conflitos, angústias, medos, fantasias, dificuldades, sua relação dinâmica e aspectos contidos no ambiente familiar.

O ato de brincar, auxilia as crianças internadas no estabelecimento de vínculo com a equipe médica, viabilizando a aderência da criança ao tratamento. O ambiente carregado de brinquedos, cores, formas e texturas tem como

consideração o desenvolvimento e as capacidades infantis, logo, como um ser ativo, criador e em potencial, contrapondo a figura do doente, ser apático e passivo, de uma instituição hospitalar.

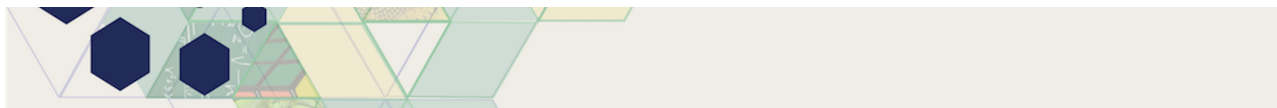
Posto isso, Freud (1920) salienta que o brincar possibilita que a criança transpõe da posição passiva para ativa. Assim, esta justifica a importância do brincar no universo hospitalar. Porque, a criança ao entrar no hospital ausente de brinquedos, esta fica em seu leito, geralmente, de modo passivo, isto é, sem nada para fazer. Esta posição produz mais sofrimento para a mesma. Além disto, a falta de brinquedos e brincadeiras, é como apontar que a criança ao entrar no hospital é apenas a doença, o doente e não a criança. Pois, ser criança significa pode brincar, inventar histórias e entre atos que remete ser criança.

Neste contexto, Chiattonne (2009, p.56) reforça a relevância do brincar no hospital:

O brinquedo age por si dentro da situação, preparando o caminho para internação [...], na medida em que a criança será incentivada a se expressar livremente.

Manipulando brinquedos, criando situações parecidas com que têm vivenciado, as crianças têm conseguido, com facilidade, aliviar o sofrimento causado pela hospitalização. Mesmo que o paciente não consiga exprimir nenhum conteúdo mais expressivo durante o jogo, o fato de poder brincar, mexer com brinquedos, sair do leito, sentir-se apoiado, já traz um enorme alívio, dando condições à criança de agir por si na situação.

Em síntese, percebemos que a brinquedoteca hospitalar possibilita a criança através do brincar a elaboração de seus afetos, angústias, anseios, fantasias sobre seu adoecimento e a hospitalização. Deste modo, o brincar apresenta um sentido terapêutico,



possibilitando amenização e a elaboração do sofrimento de estar doente e hospitalizada.

5. REFERÊNCIAS

BATISTA, Cleide Vitor Mussini. **Brincriança: a criança enferma e o jogo simbólico**. Estudo de caso. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BERTOLDO, J. RUSCHEL, M. **Jogo, brinquedo e brincadeira: Uma revisão conceitual**. Disponível em: <<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/37/Etapa%203/e3t1.pdf>> Acesso em agosto de 2017.

CHIATTONE, Heloisa Benevides de Carvalho. A criança e a hospitalização. In: **A psicologia no hospital**. 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ELIZA, Santa Roza. **Quando brincar e dizer: A experiência psicanalítica na infância**. Rio de Janeiro: Dumara, 1993.

FREUD, Sigmund. (1920) Além do princípio do prazer. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas**. Volume XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: **Edição Standard das Obras Psicológicas Completas**. Volume XVII. Rio de Janeiro: 1919.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O (s) autor (es) é (são) o (s) único (s) responsável (eis) pelo conteúdo deste trabalho”.

ORIENTAÇÃO AO CAMPESINATO QUANTO AS NOÇÕES BÁSICAS DO CONTROLE SANITÁRIO DE PANIFICADOS

Neves, Pedro Arantes, pedroneves8@hotmail.com¹

Barros, Jupyracyara J. C., jupyracyara.c.barros@gmail.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial Instituto de Biotecnologia

Resumo: Essa proposta foi desenvolvida em caráter multidisciplinar, integrando ensino, pesquisa e extensão para a melhoria da qualidade da educação do aluno bolsista da UFG-RC, a partir da realidade concreta e da troca de saberes acadêmicos e populares, como àqueles vivenciados pelos camponeses de Catalão - GO. Este estudo teve como objetivo, oferecer aos integrantes do movimento camponês o conhecimento científico acerca do controle sanitário da matéria-prima e produto pronto para consumo a partir da elaboração de um “Guia de práticas laboratoriais microbiológicas” específicos para panificados. Para a organização desse guia, leitura sobre a tecnologia de panificados, bem como pesquisas sobre as análises microbiológicas empregadas para avaliar a estabilidade microbiológica do produto pronto para consumo foram realizadas em fontes especializadas. O Guia elaborado será aplicado no curso de capacitação que será ofertado ao público do movimento camponês de modo a prepará-los para reconhecer, *in loco*, a condição higiênica do produto fabricado.

Palavras-chave: Bioindicadores de contaminação. Higiene sanitária. Shelf life.

1. INTRODUÇÃO

Os nutrientes presentes na matriz do alimento são essenciais para assegurar o correto metabolismo humano. Por este motivo o monitoramento da contaminação microbiana da matéria-prima empregada para a manufatura de qualquer alimento, bem como o produto pronto para consumo deve ser prática rotineira em indústrias produtoras de alimentos.

As estratégias, comumente empregadas à segurança alimentar prima pelo controle rigoroso de práticas sanitárias que devem ser adotadas em toda linha de processamento do gênero alimentício (CONSEA, 2007; BASTOS, 2008), como os panificados.

Na tecnologia de panificados, como àquela existente na Associação dos Camponeses de Catalão – GO, a estrutura física (RIEDEL, 2005; ZADONADI et al, 2007; GONZALEZ et al, 2009), o recurso material (ALVES; UENO, 2010) e humano (VASCONCELOS, 2008; SANTANA, 2006), quando bem gerenciados, tendem a minimizar a contaminação dos produtos prontos ao consumo.

Em Catalão – GO o movimento camponês tem investido na tecnologia de panificados à geração de renda, buscando inseri-lo em diferentes pontos de comercialização, como as escolas públicas da cidade.

Dentre os panificados produzidos pelo movimento camponês, que podem ser oferecidos aos

discentes, destacam-se os biscoitos e pães de queijo, bolos e biscoito de goma.

No ano de 2014, o país completou uma década do Programa de Segurança Alimentar fundamentado no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA advindos da Agricultura Familiar. Cabe destacar que, essa proposta tem destaque nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil.

De fato, a agricultura familiar e PAA tende a refletir na segurança alimentar, de forma sustentável, da família e da sociedade, assegurando também a preservação da reprodução socioeconômica e cultural das famílias rurais. Todavia, em Catalão – GO o grupo de camponeses encontram-se em desvantagem ao mercado competitivo já existente, seja na produção e/ou na comercialização de seus produtos. Os camponeses não dependem apenas da terra para geração de renda, e tampouco de equipamentos sofisticados. Esses requerem, com urgência, a apropriação de saberes de como empregar tais tecnologias e adequação das mesmas para obtenção de alimento seguro sob o ponto de vista sanitário.

Face ao exposto, este estudo teve como objetivo, elaborar um guia de orientação para análises laboratoriais *in loco* após a realização de análise microbiológica de panificados *in natura* e assados.

2. MATERIAL E MÉTODOS



Essa atividade extensionista se fundamentou em dois momentos principais, os quais estão descritos a seguir.

2.1 INVESTIGAÇÃO DA QUALIDADE SANITÁRIA DOS PANIFICADOS

Foram analisados cinco tipos de alimentos, dentre eles assados e congelados. Os alimentos *in natura* estão os biscoitos de queijo (amostra A) e pão de queijo (amostra B). Os alimentos assados foram biscoito de goma (Amostra C), biscoito de queijo (Amostra D) e pão de queijo (Amostra E).

Em 90 mL de água peptonada 0,1% foram pesadas 10 gramas da amostra, constituindo-se a diluição 10^{-1} . A partir dessa foi realizada diluição seriada até 10^{-2} . Essas foram utilizadas para a enumeração de coliformes termotolerantes (SILVA et al., 2007).

Na etapa presuntiva para coliformes, foram pipetadas 10 mL da diluição 10^{-1} em Caldo Lauril Triptose Dupla Concentração (CLD) e 1 mL dessa mesma diluição em 10 mL em Caldo Lauril Triptose Simples Concentração (CLS), seguida de 1 mL da diluição em 10^{-2} mL em CLS. Os tubos de CLD e CLS apresentavam tubos de Dhuran, empregados na análise para identificação dos tubos positivos (presença de bolhas) e tubos negativos (ausência de bolhas). Os tubos de CLD e CLS foram incubados a 37°C durante 48 horas e os tubos positivos repicados em Caldo EC, caracterizando a etapa confirmativa. Esses foram incubados a 44,5°C por 48 horas. Após a observação da formação de gás, anotaram-se os resultados confirmando assim, a presença de coliformes termotolerantes. Os resultados foram expressos em NMP por grama da amostra (NMP.g⁻¹).

2.2 ELABORAÇÃO DO GUIA DE PROTOCOLOS DE ANÁLISES PARA CONTROLE DA QUALIDADE DE ALIMENTOS

Para esse estudo, foram realizadas pesquisas empregando bases de dados digitais para compreensão dos conteúdos teóricos dos valores nutricionais, estabilidade microbiológica e aspectos físico-químicos dos alimentos, de modo geral, e específico para panificados (PIRAGINE, 2005; XAVIER, 2007; ALVES; UENO, 2010; WELKER et al., 2010).

As informações propostas por SILVA et al (2007) foram utilizadas para organizar o conteúdo teórico dos protocolos de análises para controle da qualidade de alimentos.

A estrutura do Guia obedeceu as seguintes sessões: Orientações para coleta e armazenamento

dos panificados para análise; Principais contaminantes microbianos dos Panificados; Noções Básicas para contagem de micro-organismos dos panificados; Legislação x Panificados; Preparo e controle do material de laboratório para análises microbiológicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 BIOINDICADORES DE CONTAMINAÇÃO

Desde 2009 a tecnologia de panificados vem crescendo bastante, seja em produção de grande escala ou em caráter artesanal. Nesse último caso, a produção isenta de controle sanitário pode comprometer a saúde do consumidor.

Nessa atividade extensionista, os resultados obtidos para coliformes termotolerantes para as amostras *in natura* foram iguais a 3NMP.g⁻¹ (Amostra A: biscoito de queijo *in natura*; Amostra B: pão de queijo *in natura*), 7,07x10¹ NMP.g⁻¹ (Amostra C: biscoito de goma assado), 3 NMP.g⁻¹ (Amostra D: biscoito de queijo assado) e 6,1x10² NMP.g⁻¹ (Amostra E: pão de queijo assado).

As amostras pós-processamento térmico elevado apresentaram escores acima daqueles produtos *in natura*. Possivelmente, esses resultados estejam associados a contaminação cruzada, tais como mãos do manipulador, acondicionamento.

3.2 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE CONTROLE DE QUALIDADE PARA PANIFICADOS

O fato descrito acima, tem impulsionado os profissionais que produzem pequenos lotes de panificados a buscarem aperfeiçoamento constante. Contudo, deparam-se com obstáculos como: cursos de aperfeiçoamento com alto valor, material didático com informações científicas importantes porém de difícil compreensão.

Em qualquer área do conhecimento, a leitura complementar em “guias de orientação” de caráter científico ou técnico, buscam facilitar a compreensão do leitor acerca da temática abordada.

O conteúdo apresentado no “Guia de orientação” proposto pela equipe extensionista foi organizado de forma clara e objetiva, sem apresentar elementos científicos essenciais para apropriação de saberes pelo integrante do movimento camponês.

Há relatos de inúmeros profissionais da Educação, que defendem a necessidade em aperfeiçoar as práticas educativas, enfatizando o emprego de material de fácil aquisição e custo

reduzido para dinamizar as abordagens nessa área do conhecimento.

Diversos estudiosos afirmam que os manuais escolares e/ou livros didáticos, geralmente atendem às necessidades básicas dos profissionais da educação, no entanto encontram-se descontextualizados, bastante fragmentados e fora da realidade do público alvo. No que concerne ao público alvo, observa-se que alguns possuem o conhecimento prático diante das vivências rotineiras, portanto, a acessibilidade da informação apresentada no “Guia” permitirá que esses possam aprimorar conhecimento prático ao perfil científico da tecnologia de panificados.

4. CONCLUSÕES

De fato, a higiene alimentar é determinante para a qualidade dos alimentos, como os panificados produzidos pelos integrantes do movimento camponês. O guia elaborado propiciará a integração desse público alvo aos conhecimentos acerca do segurança nutricional e alimentar a partir da compreensão e execução de práticas laboratoriais comumente empregadas na avaliação do *shelf life* dos panificados *in natura* ou prontos para consumo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Apoio a Extensão (2015-2017) coordenado pelo Prof. Dr. Maico Roris (UFG, Goiânia) pela parceria nesta proposta.

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás pela Bolsa PROBEC. 2016/2017.

Ao Laboratório de Bioquímica e Microbiologia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (LABIM-UFG/RC) por servir de espaço para as análises microbiológicas que foram utilizadas como registro no Guia.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; UENO, M. Restaurantes self-service: segurança e qualidade sanitária dos alimentos servidos. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 23, n. 4, ago. 2010.

BRANDÃO, T. T. C., BRANDÃO, R. F. **Alimentação Alternativa**. Brasília: INAN/Ministério da Saúde. 1996. 95p.

PIRAGINE, K. O. **Aspectos higiênicos e sanitários do preparo da merenda escolar na rede estadual de ensino de Curitiba**. 107 f. 2005. (Dissertação-Mestrado em Tecnologia de Alimentos).

RIEDEL, G. **Controle Sanitário dos Alimentos**. 3ª ed. São Paulo: Atheneu. 455p. 2005.

SILVA, N. et al. **Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos**. São Paulo: Varela: 3 ed., 2007. 544p.

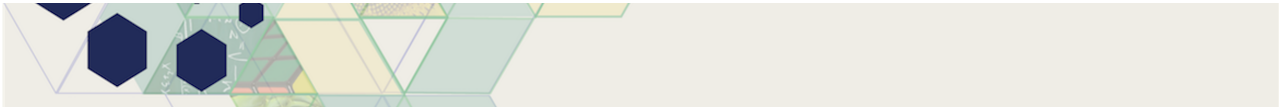
WELKER, D. A. C et al. Análise microbiológica dos alimentos envolvidos em surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) ocorridos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 8, n. 1, p. 44-48, 2010.

XAVIER C. A. C. et al. Prevalência de *Staphylococcus aureus* em manipuladores de alimentos das creches municipais da cidade do Natal/RN. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 39, n. 3, p. 165-168, 2007.

ZANDONADI, R. P. et al. Atitudes de risco do consumidor em restaurantes de auto-serviço. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 19-26, 2007.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”



OS ASPECTOS CULTURAIS NA TOPONÍMIA: O MITO E A RELIGIÃO NAS DESIGNAÇÕES EM COMUNIDADES RURAIS NA REGIÃO DE PIRACANJUBA.

Guimarães, Lidiane Silva Araújo, lidianearaujo2005@hotmail.com¹

Siqueira, Kênia Mara de Freitas

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística

Resumo: O signo toponímico diferencia-se dos demais signos linguísticos pela motivação que o permeia, em contraponto ao caráter imotivado da maioria dos signos linguísticos convencionais. Neste sentido, os estudos toponímicos visam verificar como os topônimos podem guardar ou resguardar características da cultura, da história, da geografia do povo que vive ou viveu em determinado lugar como testemunho do ato da nomeação, para o qual concorreram inúmeros fatores que resultaram na escolha de um nome para um dado lugar. Posto isso, este estudo, embora esteja em fase inicial, assume o objetivo de contribuir para o conhecimento acerca da história da comunidade piracanjubense, bem como para os estudos do léxico, identificando os elementos de índole religiosa presentes na toponímia das comunidades rurais da região que possam ser considerados fatores que impulsionaram a escolha de nomes religiosos para os lugares em questão. A despeito da grande visibilidade da influência da fé católica, cabe esclarecer que, além de uma observação preliminar de sua presença na toponímia rural piracanjubense, há evidências mais tênues a serem verificadas e explicitadas haja vista o sincretismo de inúmeros cultos realizados durante as festas e os eventos tradicionais na região. A metodologia de pesquisa consiste no levantamento bibliográfico e da revisão dos textos referentes à temática, direciona-se por numa linha de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, com consulta a documentos públicos de cartório. O presente trabalho espera contribuir para os estudos linguísticos de uma maneira geral, especialmente os estudos do léxico, dos topônimos, no sentido de possibilitar outras abordagens do fenômeno da nomeação.

Palavras-chave: Toponímia. Religião. Piracanjuba.

INTRODUÇÃO

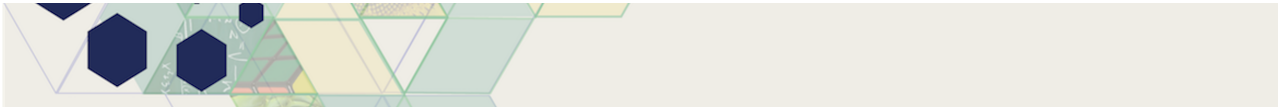
As relações entre língua e cultura são de elos intrínsecos. As tradições culturais encontram-se ancoradas em fatores diversos da língua, são expressas por meio dela. Ainda que o ato de nomear (objetos, pessoas ou lugares) seja da ordem natural das atividades humanas, pois é inerente ao homem, atende também não apenas à necessidade de identificação e reconhecimento dos seres do mundo, mas, principalmente, à simbolização, o que ocorre em decorrência do vínculo língua e cultura entre a pessoa e a realidade que a circunda.

A atividade de nomeação abarca, segundo Siqueira (2015), entre outros aspectos, a formação histórica, cultural, física e geográfica do povo. Um signo linguístico usado para designar e obviamente, identificar um espaço está em exercício de função toponímica. Em outras palavras, um signo comum, segundo Siqueira (2014), reveste-se de função toponímica, (ou função referencial significativa) para designar um lugar. Esse processo de conversão (previsto nos mecanismos linguísticos de formação de palavras) é permeado por

motivações de diferentes matizes, todos (os matizes) intrinsecamente ligados aos padrões culturais do nomeador, que pode ser individual ou coletivo.

A motivação recebe influências diversas e pode estar relacionada a intrincados padrões culturais, históricos bem como às representações da realidade feitas pelo indivíduo. A percepção que o falante tem do espaço a ser nomeado é, de acordo com Siqueira (2014), alinhada ao recorte da realidade feito pela cultura da qual faz parte. Obviamente, recorte este representado e apresentado pela língua. “O que julgamos ser a realidade não passa de um produto da nossa percepção cultural.” (BLIKSTEIN, 2003, p.168). Devido a esses e outros tantos fatores é que se pode dizer, preliminarmente, que a motivação que subjaz ao topônimo, abarca fatores tanto linguísticos como extralinguísticos o que torna o campo de estudos um amálgama cultural com elementos históricos, étnicos, sociais, artísticos, folclóricos entre outros.

A proposta deste estudo, como recorte da pesquisa em desenvolvimento, se dá em torno dos designativos de lugares da área rural de



Piracanjuba no que concerne aos elementos representativos das primeiras experiências do nomeador com os lugares piracanjubenses. Para Siqueira (2014), os vínculos que os nomes de lugares estabelecem com o próprio espaço geográfico e cultural é de caráter indissolúvel. Assim, a atividade de nomeação assume função preponderante no que se refere à apropriação tanto do território como de todos os itens culturais a ele ligados.

1. LINGUAGEM E FATORES SOCIAIS

A língua entendida como fator social é determinante na formação de cada indivíduo, da sua relação com o espaço físico em que se encontra e da sua relação com a sociedade. É por meio da linguagem pode-se expressar e representar o recorte cultural feito pelo povo em relação ao mundo e à construção de identidades. O entendimento acerca da realidade é formado pela linguagem que por sua vez recebe influências relevantes dos fatores socioculturais e históricos.

Segundo Sapir (1974), a língua é capaz de refletir os aspectos culturais que foram recortados antes pela comunidade. Certas propriedades da língua ultrapassam a capacidade de reproduzir conceitos culturais, são responsáveis por efetivar a visão de mundo, é por meio da linguagem que se podem criar diferentes concepções de uma mesma realidade.

Os acontecimentos históricos determinam fatores culturais, incluindo as crenças religiosas. A linguagem é ferramenta no processo de disseminação dos conceitos e nas mudanças que ocorrem no decorrer do tempo. Por estar na fronteira da língua, segundo Sapir (1974), o léxico reflete a ampla complexidade da cultura, constitui o assunto da língua, destina-se, em qualquer época, a funcionar como um conjunto inacabado dessa cultura.

Assim, por meio das experiências mentais, a linguagem se corporifica como uma simbólica capaz de interpretar e representar as realidades, isto é, a linguagem forma quem somos, nosso pensamento, nossa relação como o sagrado, com os semelhantes, com o tempo e com o espaço.

2. ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA

A atividade de nomeação atende à necessidade humana de identificação, mas, além disso, nomear favorece o estabelecimento de uma relação de posse entre indivíduo e objeto. Partindo da suposição que sugere a personalidade

e até mesmo a intimidade, quando este objeto trata-se de pessoas ou lugares a implementação dos estudos se dá por meio da disciplina onomástica.

Para Dick (1990, p.16), a “função significativa dos mesmos é que se diferencia quando a toponímia os transforma em seu objeto de estudo”.

Segundo Tavares e Isquerdo (2006, p.274) “a Toponímia, ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de lugares, mantém interfaces com outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia, dentre outras.”

Além de refletir os vários aspectos sócio-culturais do povo, os signos toponímicos são representações da memória coletiva, mesmo que o significado por ele representado mude ou se perca com o passar do tempo, ele está investido de significações que foram em algum momento intencionadas pelo povo que ora habitava o território. Sobre isso, Siqueira (2011, p.4) considera que:

A ação de designar localidades está ligada a aspectos importantes dos valores sociais, políticos, culturais da memória coletiva e estabelece um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado. Desse modo, os topônimos podem representar valores, podem revelar traços culturais da memória e da identidade de um povo mediante as particularidades cristalizadas no termo toponímico.

Dick (1990, p.34) assevera que a função onomástica “integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada.”

A disciplina onomástica apresenta, portanto o caráter motivacional na designação dos signos. Motivação esta que envolve fatores extralinguísticos em sua concepção, visto que são consideradas percepções individuais do denominador em relação ao espaço. Na perspectiva de Dick (1990), a motivação pode atingir dois aspectos, sendo o da intencionalidade e o da origem semântica que o signo evidencia.

A motivação do signo toponímico pode surgir a partir de diferentes percepções, dependendo das condições em que é



produzido. Os aspectos físicos, culturais e históricos do lugar são determinantes na atividade de nomeação, visto que o indivíduo se percebe parte do meio ambiente, seja ele social, mental ou físico. Esta inter-relação permite ao homem, enquanto nomeador, considerar a identidade religiosa, étnica, social entre outros aspectos na denominação. Sapir (1974, p. 41) assevera que “Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.” É neste sentido que a ciência toponímica constrói se pela semiologia, isto é, a relação entre o signo e seu significante evidencia aspectos muito mais profundos que apenas a necessidade de identificação, terminando por assumir e divulgar a identidade do espaço percebida pelo povo que o integra. Para Dick (1990, p.24) a proximidade entre o topônimo e o ícone ou símbolo sugerido pelo espaço:

vai pôr em relevo outras das características do onomástico toponímico, qual seja não apenas a identificação dos lugares, mas a indicação precisa de seus aspectos físicos ou antropológicos, contido na denominação.

Para Dick (1990, p.36) no processo de nomeação “dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. É neste sentido, que há uma ligação entre o conceito supracitado e as colocações apresentadas pelo contexto histórico e antropológico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dick (1990) traz um quadro bastante elucidativo da categorização dos topônimos baseado nas motivações que subjazem à função toponímica do signo linguístico. Dick (1990) propõe em seu modelo de classificação uma divisão entre as taxas referentes à relação do homem com os aspectos naturais e a relação do homem com aspectos antropológicos.

Nesse segundo grupo, encontram-se os hierotopônimos, que agrupam os nomes próprios de lugares com motivação associada aos nomes sagrados e variadas crenças. Sobre os aspectos antropológicos, Dick (1998, p. 101) contribui dizendo que “As influências das variáveis culturais ou semióticas sugerem posturas diferentes dos indivíduos frente ao seu meio e à

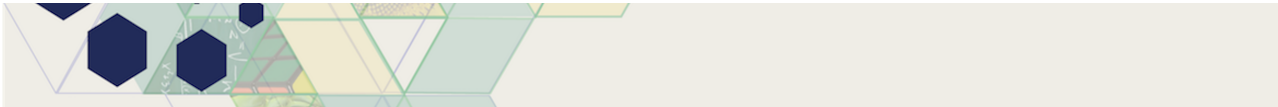
sua realidade; os elementos ou semas destacados nos nomes indicam a importância figurada ou concreta que lhes é atribuída.”

Os hierotopônimos subdividem-se em Hagiotopônimos referentes aos nomes de santos ou santas do hagiológico católico e Mitotopônimos ligados a entidades mitológicas. Pelas características históricas da cidade de Piracanjuba, que tem fortes influências católicas, há maior recorrência dos hierotopônimos, que podem ser observados em nomes de ruas, propriedades rurais, praças e estabelecimentos comerciais. Há na cidade uma forte marca religiosa relacionada à padroeira “Nossa Senhora D’Abadia”, que tem em sua homenagem uma festa anual, popularmente conhecida como festa de Agosto, sendo este o principal evento do município, atraindo visitantes das cidades vizinhas e concentrando esforços de boa parte da população em sua realização. O nome de Nossa Senhora d Abadia é ligado à história do município de Piracanjuba desde antes de sua fundação oficial. Segundo a história da cidade, exposta no site da prefeitura no início da formação do povoado,

Francisco José Pinheiro, conhecido pela população de Piracanjuba por Guarda-mor Francisco José Pinheiro, ocupava cargos relacionados à justiça em Santa Cruz de Goiás. Ocupou cargos de Juiz Ordinário, Capitão e outros. Ao aposentar-se, morando na sede de sua fazenda, pede a construção do orago à Nossa Senhora da Abadia e um cemitério em 12 de janeiro de 1831 nos limites de sua fazenda.

É possível considerar que a fundação da casa de oração que levou o nome da padroeira da cidade foi um fator relevante para a formalização do município e para o estabelecimento de mais famílias na região, já que era uma região de rota, que teve inicialmente a função de hospedar viajantes, daí o primeiro topônimo registrado, Pouso Alto.

Carvalho (2014, p. 88) afirma que “Os hierotopônimos constituem uma taxa mais complexa por reunir, dentro do campo semântico dos nomes sagrados, as seis



categorias distintas de topônimos relacionadas¹. A nomeação do lugar permite que o nomeador imprima, por meio do signo toponímico a realidade percebida, que pode traduzir as crenças e a relação do homem com o sagrado, relação esta que tende a ser de culto.

Em relação aos signos que representam a fé católica no Brasil, os topônimos são capazes de expor ainda o momento histórico vivido, mais especificamente a colonização, uma vez que não mantivemos de maneira predominante os cultos indígenas, e absorvemos o culto católico europeu. Sobre o momento histórico que ainda hoje influencia na atividade de nomeação, Carvalho (2014, p. 113) reafirma que:

A devoção fiel ao culto e à tradição da Igreja Católica sempre foi uma constante na nação ibérica. Esse costume se estendeu, à época dos descobrimentos e das conquistas ultramarinas, a todas as costas continentais e insulares onde chegaram as embarcações lusas, como é o caso do Brasil.

O objeto de culto pode ser alternado, porém a motivação que deu origem aos hierotopônimos se mantém na relação estabelecida pelo denominador entre o lugar e a divindade. Dick (1998, 112) explica que no caso da dominação de um povo por outro,

Alternam-se os objetos de culto, que ganharam uma difusão maior por força da colonização predominante, geradora de uma toponímia dos vencedores. Estes objetos passam, assim, a significar verdades absolutas, a verdadeira fé, a religiosidade única em detrimento dos cultos minoritários, até que se instale no país a figura do sincretismo religioso, como alternativa para todas as vertentes.

¹ A autora refere-se à subdivisão dos hierotopônimos proposta por Dick 1980, na qual ela considera haver seismotivações sendo relacionadas aos nomes sagrados de variadas crenças; à efemérides religiosas; à associações religiosas; aos locais de culto; aos nomes de santos e santas católicos e à entidades mitológicas.

Os hagiotopônimos traduzem a intenção de culto que é expressa pela humanidade desde tempos remotos e por diferentes sociedades. A ideia de estabelecer vínculo com a figura santa influencia a atividade de nomeação pelo fato do denominador fazer uma homenagem ou mesmo pedir proteção. “O culto pode realizar-se a partir da crença de que os grandes modelos permanecem em contato vivo com a comunidade dos vivos.” (ZILLES, 2007, p. 496).

O catolicismo é uma marca identitária no Brasil, no entanto, o culto não é ação exclusiva desta religião, estando presente em várias sociedades de diferentes culturas. “Parece não haver sociedade humana que não venere seus membros proeminentes, recomendando-os aos pósteros como modelos.” (ZILLES, 2007, p.96). De maneira geral, a história das religiões mostra a tendência à santidade. O budismo, o islamismo, o judaísmo e o cristianismo exemplificam esta prática, de modo que o objeto de culto diferencia-se por fatores culturais.

O que se pode afirmar é que a consolidação da igreja católica influencia ainda a escolha dos topônimos. O meio ambiente social é neste caso, a principal base na escolha do nome. Com base no texto de Couto (2007, p. 20), o meio ambiente social é constituído pela organização social de um povo, que no caso do povo brasileiro tem como uma das bases de sua formação o cristianismo. Carvalho (2014) explica que “devido à herança portuguesa, enraizada ancestralmente à religião cristã, a devoção à Nossa Senhora e aos santos, principalmente àqueles ligados ao Cristo e à Mãe de Deus, como São José, Santa Ana, São Joaquim, São João Batista e São Pedro, sempre mereceu carinho especial do povo brasileiro.” O culto cristão de uma forma geral apresenta uma íntima relação com o lugar e acaba por ser, muitas vezes, dependente de um espaço físico para a prática. Desde as primeiras ações registradas pode-se observar esta relação. Como mostra o estudo feito por Zilles (2007, p. 498), ao salientar que:

O culto aos santos cristãos teve sua origem no túmulo dos mártires. Aí primeiro assumiu as formas concretas do culto familiar aos defuntos. Nos dias tradicionais, também, os cristãos-como os pagãos! – levavam flores e perfumes às tumbas de seus mortos e aí se reuniam para os repastos fúnebres em redor

da cadeira vazia do
desaparecido.

Para o cristianismo a santidade, é uma forma de buscar intercessão a Deus. “Por vezes, a perfeição moral do santo também pode ser interpretada no sentido da revelação da divindade ou realização da qualidade divina.” (ZILLES, 2007, p. 497). Dar o nome do personagem a um lugar manifesta a busca da proximidade com o divino de uma forma não estática e dependente dos aspectos culturais, “encontrando se personagens que não estão no martirologio, como o Padre Cícero, no Nordeste, e o Padre Reus, no Sul, isto pode ser interpretado como questionamento crítico à prática oficial.” (ZILLES, 2007, p. 500).

4 METODOLOGIA

A natureza da investigação é histórica, a pesquisa, por sua vez, é de caráter documental, visto que, a toponímia depende de registros, sejam eles formais ou não. Documentos estes, que darão subsídios para as abordagens iniciais em relação à denominação das comunidades rurais e fazendas da região.

Em relação ao método de caráter concreto da investigação, por atender aos objetivos fixados, será aplicado, em uma abordagem qualitativa, a indução e observação de aspectos onomasiológicos. Empregando a técnica de observação direta nos ambientes selecionados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se obter os resultados, com o emprego destas metodologias, é estabelecer os pontos parentais entre conceitos que consideram a cultura e a toponímia, ampliando as percepções acerca destas disciplinas e valorizando a percepção na relação com meio ambiente social e mental.

6 REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. (Tese de doutorado). UFMG. Belo Horizonte, 2014.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. **Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)**. Revista da USP, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003.

CASSIRER, Ernest. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COUTO, Hildo Honório. **Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Os nomes como marcadores ideológicos**. In: Acta Semiótica etLinguística - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1998.

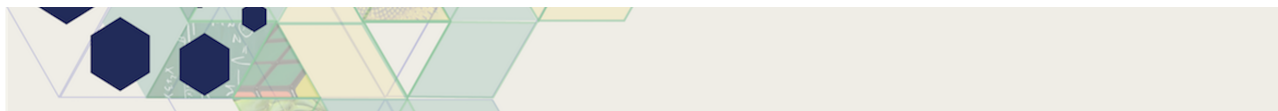
PIRACANJUBA, Prefeitura Municipal. **História da Cidade**. Disponível em: <http://www.piracanjuba.go.gov.br/site/>. Acesso em: 03 Mai 2017, às 19:04.

SAPIR, Edward. The unconscious patterning of in society. In: Blount, b. g. (ed.). **Language, culture and society: a book of readings**. Cambridge: Massachusetts: Winthrop Publishers, 1974. p. 47-66.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. **ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Toponímia: a nomeação dos lugares sob a ordem do imaginário. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; DUNCK-CINTRA, Ema Marta; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. **Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáfora**. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 151-160.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Do Vaim passando Entre Rios até Ipameri (GO: considerações acerca da mudança toponímica. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do; ALBUQUERQUE, Davi Borges de. **Linguística ecossistêmica & análise do discurso ecológica: teoria e aplicações**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 12-29.



TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A questão da estrutura morfológica dos topônimos: um estudo na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Signum. Estudos de Linguagens**, Londrina, v. 9/2, p. 273-288, 2006.

ZILLES, Urbano. Lugar e veneração dos santos hoje. In: **Teocomunicação**. Porto Alegre. V. 37. p. 491 – 507, 2007.



PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS DE PACIENTES SUBMETIDOS A HEMODIÁLISE

Fernandes, Aline Alves, alinefernandes1934@hotmail.com¹
Moraes, Rayrane Clarah Chaveiro¹
Evangelista, Renata Alessandra²
Bueno, Alexandre de Assis³

¹ Discentes do curso de graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

² Docente do curso de Enfermagem, Instituto de Biotecnologia/ Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão – Coordenadora da Ação de Extensão

³ Docente do curso de Enfermagem, Instituto de Biotecnologia/ Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

Resumo: O tratamento hemodialítico acarreta em diversas mudanças na qualidade de vida do paciente uma vez que a progressão da Insuficiência Renal Crônica (IRC) e os eventos adversos ao tratamento causam restrições e prejuízos tanto no estado físico, quanto mental, psicológico e social do indivíduo. O objetivo do estudo foi compreender o significado da IRC para os pacientes em tratamento na hemodiálise, identificando as mudanças que o tratamento hemodialítico acarretou para a sua vida. Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa, vinculado ao Projeto de Extensão: A inclusão de Novas Tecnologias Assistenciais no Gerenciamento do Cuidado no Serviço de Hemodiálise (IBIOTEC – CA -58). Realizado entre os meses de fevereiro e março de 2017, sendo entrevistados 14 pacientes de um total de 143 do serviço de hemodiálise do hospital. A obtenção dos dados foi feita a partir de entrevistas gravadas com a autorização dos pacientes entrevistados e os mesmos foram escolhidos de forma aleatória. A principal pergunta norteadora foi “ Como foi quando o (a) senhor (a) descobriu que tinha doença renal crônica? ”. A análise das entrevistas nos permitiu identificar temas relacionados a sentimentos de desespero, choque, susto, surpresa, estranheza, sensação que ia morrer, que o mundo tinha acabado, revolta, preocupação, agonia, ansiedade. Percebe-se que é fundamental que o enfermeiro saiba reconhecer e investigar as percepções e sentimentos dos pacientes em tratamento hemodialítico e buscar estratégias que minimizem esses sentimentos.

Palavras-chave: Insuficiência Renal Crônica. Dialise renal. Qualidade de vida.

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: PROBEC

1. INTRODUÇÃO

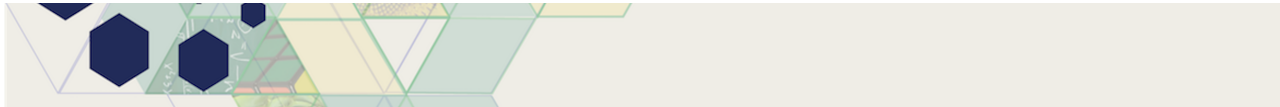
A Insuficiência Renal Crônica (DRC) caracteriza-se pela perda progressiva e irreversível da função renal resultando na incapacidade dos rins de realizar suas funções básicas (LOPES *et al.*, 2014). No Brasil estima-se que surjam cerca de 36.571 novos pacientes renais crônicos por ano (SBN, 2015).

A hemodiálise (HD) consiste em um sistema de circulação extracorpórea que substitui a função renal. A maioria das pessoas com DRC no Brasil realizam a hemodiálise com um regime de 3 vezes semanais, com duração de três a quatro horas por sessão (TEIXEIRA *et al.*, 2015).

O tratamento hemodialítico acarreta em diversas mudanças na qualidade de vida do paciente uma vez que a progressão da DRC e os eventos adversos ao tratamento causam restrições e prejuízos tanto no estado físico, quanto mental, psicológico e social do indivíduo (LOPES *et al.*, 2014). Embora a terapia

renal substitutiva (TRS) represente uma esperança de vida, visto que consegue atender a necessidade de substituição das funções renais, observa-se geralmente dificuldades na adesão e aceitação ao tratamento pois afeta a autonomia dos pacientes que precisam lidar com a ansiedade, medo e a incerteza de estar dependente a um tratamento paliativo caracterizado pela rigidez e limitação imposta por uma rotina monótona, vendo-se obrigados a se deslocarem de seus lares para o local que oferece tecnologia para manutenção de suas vidas (SOUSA MEDEIROS; DIAS MEDEIROS, 2013).

Realizar estudos que permitam identificar a percepção e quais são os fatores determinantes no estado da qualidade de vida (QV) em pessoas submetidas a hemodiálise, representa um aspecto fundamental a ser avaliado nessa população. Para tanto, o profissional de saúde não deve se fundamentar apenas nas habilidades técnicas e no conhecimento científico, mais também na



sensibilidade que o permita identificar as necessidades individuais de cada paciente, com vistas ao desenvolvimento de intervenções efetivas.

Portanto, o objetivo do estudo foi compreender o significado da IRC para os pacientes em tratamento na hemodiálise, identificando as mudanças que o tratamento hemodialítico acarretou para a sua vida.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa, vinculado ao Projeto de Extensão: A inclusão de Novas Tecnologias Assistenciais no Gerenciamento do Cuidado no Serviço de Hemodiálise (IBIOTEC – CA -58). A coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2017, sendo entrevistados 14 pacientes de um total de 143 do serviço de hemodiálise do hospital. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador a compreensão de fenômenos em maior profundidade a partir de descrições detalhadas de percepções, emoções e interpretações dos sujeitos da pesquisa (FERREIRA; PEREIRA, 2014).

A pesquisa foi realizada em um hospital da rede privada em um município do Sudeste Goiano, local escolhido por se tratar do único hospital que conta com serviço de Nefrologia e recebe diariamente pacientes internos e externos de municípios do interior de Goiás. Esta unidade atende em média 24 a 30 pacientes por turno em cada sessão de hemodiálise, sendo realizados três turnos por dia na Segunda-Feira, Quarta-Feira, Sexta-Feira, manhã, tarde e noite, e dois turnos nos dias de Terça-Feira, Quinta-Feira, Sábado-Feira, manhã e tarde.

A obtenção dos dados foi feita a partir de entrevistas gravadas com a autorização dos pacientes entrevistados e os mesmos foram escolhidos de forma aleatória. A principal pergunta norteadora foi “ Como foi quando o (a) senhor (a) descobriu que tinha doença renal crônica? ”.

As entrevistas foram gravadas e após a transcrição realizou-se a exploração do material, seguindo as regras da análise de conteúdo descrita por Bardin (2011). Iniciou a análise com a separação do *corpus* e sucessivas leituras desse material, que expressam as vivências dos sujeitos. Os aspectos éticos foram respeitados, de acordo a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata da regulamentação da ética em pesquisa com seres humanos, sob o Parecer nº 1.362.720.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 14 pacientes sendo 6 mulheres (43%) e 8 homens (57%), com idades entre

22 e 83 anos, com média 48 anos de idade. Estes achados são semelhantes aos dados do Senso Brasileiro de Nefrologia (SBN) de 2015 em que 58% dos pacientes em tratamento hemodialítico no Brasil, são do sexo masculino e 42,2% da população em tratamento HD estavam entre a faixa etária de 45 a 64 anos (SBN, 2015).

Quanto ao estado civil metade da amostra (50%) eram casados, 5 (35,7%) solteiros e dois (14%) viúvos. O estado civil é de grande importância pois observa-se que indivíduos que moram com companheiros (as) ou esposo (a) pode estar associado a maior adesão ao tratamento, que tendo apoio do seu conjugue a rotina se torna mais fácil de ser enfrentada (MEDEIROS *et al.*, 2015).

Quando se trata de religião apenas um (1) dos entrevistados (as) afirmaram não ter religião e não acreditar em Deus. O aspecto religião tem grande influência nessa fase de vida do indivíduo, em que ele se vê diante de uma condição de doença irreversível e de um tratamento extenso por toda sua vida. Diante disso, pode-se observar que a maioria dos pacientes utilizam a religião como uma estratégia para enfrentamento da doença renal, muitos se apoiam na fé e na religião como uma forma de apoio para seu sofrimento diante da condição de doença (VALCANTI *et al.*, 2012).

Em uma das falas dos entrevistados pode-se observar isso:

“ Eu não queria estar nessa, mais fazer o que né, foi isso que Deus preparou pra mim. ” (entrevista 1)

Em relação a situação econômica 11 (78%) dos entrevistados referiram ser aposentados devido a condição de doença. O tratamento hemodialítico tem se tornado um obstáculo para que pacientes se mantenham em seus cargos empregatícios devido a rotina do tratamento e as limitações físicas e emocionais que o mesmo traz para os pacientes, os impossibilitando de exercer suas atividades laborais com eficácia (BOSENBECKER *et al.*, 2015).

A fala dos entrevistados tem muito dessa realidade:

“Para gente que trabalhou a vida inteira eu não gostei não. ” (entrevista 5)

“ Minha maior preocupação foi ter que parar de trabalhar, saber que você está invalido é a pior coisa. ” (entrevista 7).

A análise das entrevistas nos permitiu identificar temas relacionados a sentimentos de desespero, choque, susto, surpresa, estranheza, sensação que ia morrer, que o mundo tinha acabado, revolta, preocupação, agonia, ansiedade. Diante destes foi possível agrupá-los em uma nuvem de palavras a seguir:

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BIANCHI, M; NOGUEIRA, Y.L; NASCIMENTO, T.D; MENEGOCIO, A.M. Identificação dos Diagnósticos de Enfermagem nos Pacientes em Hemodiálise. **Ensaio Cienc. Cienc. Biol. Agrar. Saúde**, 2016, v.20, n.1, p.24-29.

BOSENBECKER, N.R.V; MENEGON, M.B.C; ZILLMER, J.G.V; DALL'AGNOL, J. Perfil das pessoas em hemodiálise de um serviço de nefrologia. **J Nurs Health**. 2015, v.5, n.1, p.38-46.

FERREIRA, V.N; PEREIRA, I.D.F. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. **J Manag Prim Health Care** 2014, v.5, n2, p.258-261.

LOPES, J.M; FUKUSHIMA, R.L.M; KEIKA INOUE. K; PAVARINI, S.C.I; ORLANDI, F.S. Qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes renais crônicos em diálise. **Acta Paul Enferm**. 2014; v.27, n.3, p.230-6.

SOUSA MEDEIROS, A.J.; DIAS MEDEIROS, E.M. A assistência de enfermagem prestada no tratamento hemodialítico promovido junto ao portador de insuficiência renal crônica - Uma revisão de literatura. **REBES**, 2013, v. 3, n. 2, p. 13-17.

MEDEIROS, R.C; SOUSA, M.N.A; SANTOS, M.L.L; MEDEIROS, H.R.L; FREITAS, T.D; MORAES, J.C. Perfil epidemiológico de pacientes em tratamento hemodialítico. **Rev enferm UFPE on line**, 2015, v.9, n.11, n.9846-52.

PEREIRA, M.R.S; BISPO, A.O; RAMALHO, L.P; TEIXEIRA, S.L.S.P; RODRIGUES, J.A. Papéis da enfermagem na hemodiálise. **REBES**, 2013, v. 3, n. 2, p. 26-36.

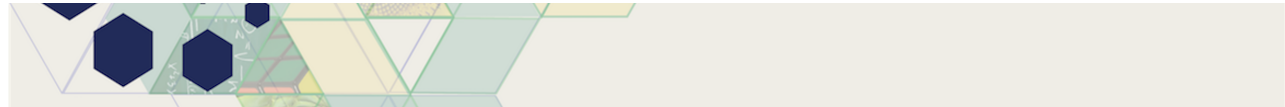
Sociedade Brasileira de Nefrologia. Censo da SBN, 2015. Disponível em: <http://www.censo-sbn.org.br/inicio>. Acesso em: 18 jul 2017.

TEIXEIRA, F.I.R; LOPES, M.L.H; SILVA, G.A.S; SANTOS, R.F. Sobrevida de pacientes em hemodiálise em um hospital universitário. **J Bras Nefrol** 2015, v.37, n.1, p.64-71.

VALCANTI, C.C; CHAVES, E.C.L; MESQUITA, A.C; NOGUEIRA, D.A; CARVALHO, E.C. Coping religioso/espiritual em pessoas com doença renal crônica em tratamento hemodialítico. **Rev Esc Enferm USP**, 2012, v.46, n.4, p.838-45.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



PERFIL DE SAÚDE E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA IDOSOS EM UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

MARTINS, Priscila Gomes¹, prigomesm1993@gmail.com
PILGER, Calíope¹, caliopepilger@hotmail.com
OLIVEIRA, Nunila Ferreira de¹, nunilaferreira@gmail.com
SILVA, Arielly Luiza Nunes¹, ariellynunesufg@gmail.com
LIMA, Lana Ferreira¹, lanaf12002@gmail.com
MACHADO, Maria Paula¹, mariapaulamp07@hotmail.com
MARTINS, Daíse¹, daisemartins97@gmail.com
NAVES, Emilse Teresinha¹, emilsenaves@yahoo.com.br

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: A população idosa cresce significativamente e com um olhar multiprofissional compreende-se os desafios, fragilidades e potencialidades dos idosos visando alcançar qualidade de vida e bem estar. Uma das estratégias para que isso ocorra são os Grupos de Convivência. Objetiva-se analisar as atividades desenvolvidas em um GC da terceira idade na Unidade Básica de Saúde da Família-CAIC (UBSF-CAIC) do município de Catalão-GO. Trata-se de um relato de experiência do GC supracitado, o qual foi estruturado pelos discentes e docentes dos cursos de Enfermagem, Psicologia e Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC) e a equipe de saúde da UBSF-CAIC. Com atividades semanais, o GC realiza atividades de promoção da saúde e prevenção de complicações advindas de condições crônicas. Participaram do GC 18 idosos dos quais 12 possuem Hipertensão Arterial Sistêmica e 7 possuem Diabetes Mellitus, 12 têm boa satisfação geral de vida e 8 têm quedas constantes, a Pressão Arterial Média é de 116/76 mmHg e a média dos níveis de glicose é de 136 mg/dl. As atividades realizadas foram artesanato, visitas turísticas, rodas de conversa, vivências com as Práticas Integrativas e Complementares, alongamento, técnica de respiração profunda e verificação de níveis de glicose sanguínea e pressão arterial, viabilizando a percepção benéfica dessas atividades mediante a estabilidade e controle da Pressão Arterial e dos níveis de glicose. Este trabalho possibilitou analisar as fragilidades do envelhecimento e compreender o impacto das atividades realizadas em um GC da UBDF-CAIC do município de Catalão-GO como forma de promoção e educação em saúde.

Palavras-chave: Cuidados de saúde. Crônicas. Assistência Integral à Saúde do Idoso. Centros de Convivência e Lazer.

1. INTRODUÇÃO

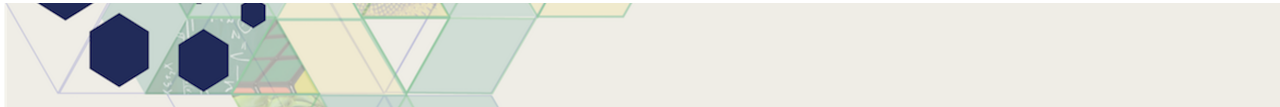
Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, atualmente, no mundo há uma média de 7,5 bilhões de pessoas, e o número de pessoas idosas está alcançando a marca de 1 bilhão (BRASIL, 2017). No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), contabilizará até o presente ano de 2017, aproximadamente, 25 milhões de idosos subdivididos nas macrorregiões nacionais e todos abrangidos pelas Políticas Públicas da Saúde do Idoso (BRASIL, 2016).

Uma das fragilidades encontradas durante a assistência ao idoso são as Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT) caracterizadas como fenômeno clínico que atinge principalmente pessoas da terceira idade e necessitam de monitoramento constante, pois agravam o quadro de saúde e doença, e evidenciam complicações pré-existentes advindas das patologias. De acordo com Brasil (2014), as

DCNT mais prevalentes no público idoso, são Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus (DM), Cardiopatia, Ansiedade, Depressão e Lombalgias.

Nesse contexto conforme discorre Scherer et al (2013), evidencia-se busca pela construção de melhorias de saúde e estratégias de minimizar os agravos de saúde provocados pelas DCNT, de forma a diminuir o número de medicalizações e promover outros cuidados de saúde que podem ser eficazes no combate aos sintomas e comorbidades advindos das DCNT.

Segundo Vargas, Lara e Mello-Carpes (2014) um dos recursos para cuidar de DCNT disponíveis em rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelecido em Unidades Básicas de Saúde (UBS) é o Grupo de Convivência (GC), com objetivos de socializar a pessoa idosa no âmbito social, ofertando atividades diversas e informações úteis sobre variados assuntos, minimizar assim os agravos



das DCNT promovendo a autonomia e o protagonismo do idoso diante de sua vida.

A priori nota-se que a promoção e educação em saúde é um fator determinante na qualidade de vida e bem-estar do idoso, ressaltando também os efeitos benéficos na (re)socialização da pessoa idosa, visto que os GC realizam cuidados integrais de saúde individualizados e proporcionam o fortalecimento do vínculo entre profissionais e idosos (FERNANDES; SOARES, 2012). Posteriormente, com análises minuciosas através de coletas de dados das atividades que são realizadas no GC obtém-se resultados que possibilitam analisar a ocorrência de mudanças na vida do idoso que participa GC, também viabiliza traçar estratégias aplicáveis de melhorias de condições de saúde e minimizar complicações das DCNT (SOUZA et al., 2016).

Com tantas possibilidades de viabilizar condições de promoção de saúde para a terceira idade busca-se pela essência do GC para tal intento, e ainda objetiva elencar campos de importância da pessoa idosa, e valorizar a dimensão física, emocional, mental, psicológica, espiritual, religiosa dos mesmos (VARGAS; LARA; MELLO-CARPES, 2014). Estas dimensões supracitadas, são os mantenedores da promoção ao cuidado e da assistência integral à saúde do idoso beneficiando todas as áreas de sua vida permitindo a longevidade atrelada à boa qualidade de vida (CHAVES; GIL, 2015).

De acordo com Silva, Caminha e Gomes (2013) dentro do GC algumas DCNT são evidenciadas e podem ser o ponto de partida para compreender a relação do idoso com suas complicações patológicas, buscando elucidar o modo com que o idoso lida com suas dificuldades cotidianas.

Para Souza et al. (2016) a prevenção de agravos da DCNT começa pela UBS com apoio de uma equipe especializada e comprometida com a causa, rodiziando atividades e ações de busca pelos idosos, e o GC surge como uma estratégia que promove resultados transformadores no processo do envelhecer saudável.

Quando o GC é realizado por uma equipe com profissionais de áreas diferentes, como enfermeiros, educadores físicos, assistentes sociais, psicólogos, entre outros, há relevância para condução das atividades e alcançar a singularidade do cuidado (DALMOLIN et al, 2011). Ainda mais quando ocorre o envolvimento dos acadêmicos, pois os mesmos trocam experiências, adquirem e compartilham conhecimentos e vivências, proporcionando assim, empoderamento para o autocuidado e promoção da saúde.

2. OBJETIVOS

Apresentar a experiência de uma atividade extensionista na estruturação de um GC para idosos,

descrevendo o perfil dos idosos participantes do GC e expondo os benefícios exercidos no cotidiano dos idosos através das atividades desenvolvidas em cada encontro.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um Relato de Experiência de discentes e docentes dos cursos de Enfermagem, Psicologia e Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC) que estruturam e participaram de um GC para idosos em uma Unidade Básica de Estratégia de Saúde da Família-UBSF, localizada no município de Catalão-GO.

O GC, estruturado pela ação extensionista intitulada de Promoção e Manutenção da Saúde e Prevenção de Doenças para Idosos na Comunidade existe desde 2014, mas somente em 2015 foi estabelecido nesta UBSF e está em andamento até o presente momento, conta com o apoio da equipe de saúde presente na unidade para auxiliar a realização do GC, com ações de apoio às atividades realizadas a cada encontro, como a realização da busca ativa dos idosos.

Esta busca ativa era realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), e toda a equipe da ESF participou ativamente deste processo. Uma ferramenta importante utilizada foi realizar o contato telefônico para reforçar o convite aos idosos.

As reuniões do GC inicialmente ocorriam a cada quinze dias, ao longo do período, percebeu-se a necessidade de desenvolvê-las semanalmente, atualmente ocorre às quartas feiras entre as 14h e 16h. Já as reuniões administrativas da equipe da UFG/RC relacionadas ao GC ocorrem quinzenalmente nas quartas feiras as 17h. O objetivo destas reuniões administrativas, foi a elaboração das atividades pelos acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Educação física e Psicologia, com orientações das professoras responsáveis por cada área.

As atividades desenvolvidas foram fundamentadas em alguns princípios e diretrizes presentes na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 2016), Política de Atenção Básica (BRASIL, 2012), Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006) Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (BRASIL, 2006) e Política Nacional de Educação Popular no SUS (BRASIL, 2012).

A partir da estruturação dos encontros, a cada atividade utiliza-se continuamente, a observação participante durante todo o período de realização do grupo e entrevistas feitas através de um roteiro elaborado e estruturado para captar informações, contendo informações sociodemográfica e de saúde dos idosos que são realizadas antes do início das atividades do grupo. A observação participante

possibilitou apreender atitudes, olhares que acompanhavam as falas dos sujeitos no momento que desenvolviam as ações recreativas, educativas, físicas e de socialização. Além destas estratégias, também foi aferido a pressão arterial sistêmica e avaliado o nível de glicemia capilar dos idosos em cada encontro.

Foi realizada uma análise descritiva das entrevistas informais e observação participante, visando conhecer os benefícios que esse projeto proporcionou para a vida dos idosos, dos acadêmicos e dos docentes. A partir destas percepções e observações ativas foram descritos e apresentados os resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No GC participaram dezoito idosos entre 60 e 80 anos de idade, com predominância do sexo feminino (66.5%), e a maioria deles reside com filhos e cônjuges (84%) (Tabela 01).

De acordo com Pilger et al (2011) e Torres et al (2009) o maior número de mulheres idosas pode estar relacionado ao panorama de feminilização do envelhecimento, a maior longevidade das mulheres, e a menor exposição a determinados fatores de risco em relação aos homens.

Com relação às quedas 44% apresentam este fator contrapondo 39% que não apresentam, os dados ainda revelaram que 66.5% estão satisfeitos com a vida em geral, em relação aos motivos de insatisfação decorridos no cotidiano, os problemas econômicos (22.5%) foi o que apresentou maior porcentagem (Tabela 01).

Tabela.01 - Distribuição das variáveis sociodemográficas e de saúde dos idosos que participam de um GC do município de Catalão-GO, 2017.

Variáveis	Total	
	N	%
Sexo		
Feminino	12	66.5
Masculino	6	33.5
Reside com		
Filhos e Cônjuge	15	84
Sozinho(a)	3	16
Teve quedas		
Sim	8	44
Não	7	39
As vezes	1	5.5
Não informado	2	11.5
Satisfação com a vida		
Sim	12	66.5
Não	2	11.5
Não sabe	1	5.5
Não Informado	3	16.5

Motivos da Insatisfação

Econômica	4	22.5
Conflitos Pessoais	1	5.5
Ausência de Cônjuge	1	5.5
Doença	1	5.5
Falta de Segurança	1	5.5
Outros	1	5.5
Não Informado	9	50

Fonte: Dados dos pesquisadores (2017).

Os idosos perdem ou diminuem muitos fatores fisiológicos que auxiliam na manutenção e continuidade da vida, as quedas ocorrem pela perda do equilíbrio do senso de percepção espacial e postural e por isso estar residindo com familiares e cuidadores é um fator de promoção ao cuidado diário com relação a ambiente com menos obstáculos e mais assistência às necessidades do idoso (PAULA et al., 2016).

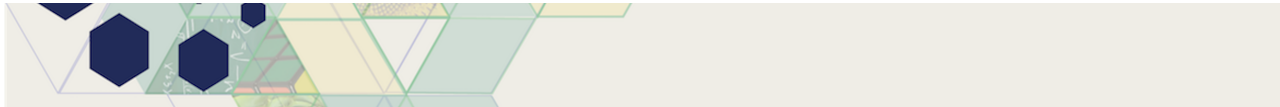
Ainda com relação a maior insatisfação ser a questão financeira, Ferreira et al. (2016), descreve que além das perdas fisiológicas também existe um maior cuidado em relação ao psicológico e cognição, muitos idosos sentem-se mais reflexivos em relação ao findar da vida e suas relações com a economia, segurança, patologias e perdas de entes familiares é sentida com mais intensidade. Nesse processo é essencial o apoio de familiares, cuidadores, profissionais de saúde e da equipe multidisciplinar para discutir essas mudanças da velhice e como transformá-las em processos mais fáceis de serem vivenciados (FERREIRA et al., 2016).

Na Tabela 02 pode-se obter o valor das variáveis da PAS (Pressão Arterial Sistólica), PAD (Pressão Arterial Diastólica) e níveis de glicose dos 18 idosos do GC. Encontrou-se que a média da PAS foi 116mmHg (dp=12,1) da PAD foi 76 mmHg (dp=5,06) e do nível de glicose capilar foi 136mg/dl (dp=36,3).

Tabela 02. - Distribuição dos valores da Pressão Arterial Sistólica (PAS), Pressão Arterial Diastólica (PAD) e níveis de glicose sanguínea dos idosos que participam do GC do município de Catalão-GO, 2017.

Variáveis	Total		
	Média	Mediana	Desvio Padrão
PAM			
PAS	116	120	12,10
PAD	76	75	5,06
Nível de Glicose			
mg/dl	136	132	36,35

Fonte: Dados dos pesquisadores (2017).



Com a obtenção dos valores de PAM, pode-se analisar os resultados obtidos através desses dados, que revelam uma média de 116/76 mmHg, sendo este valor compatível com os parâmetros de normotensão esperados, os quais os limites vão até 140 mmHg para pressão sistólica e 90 mmHg para pressão diastólica (BRASIL, 2014). Quanto aos níveis de glicose a média dos níveis obtidos pós-prandial foi de 136 mg/dl, representando um valor padrão de normalidade >140 mg/dl para pessoas que não possuem DM e > 200 mg/dl para pessoas que possuem DM (BRASIL, 2014).

Segundo Pilger et al (2013) o profissional de saúde busca compreender o idoso sob a perspectiva, biológica, psicológica e sócio familiar a fim de lidar com o processo de envelhecimento de forma multifatorial e preservando o equilíbrio das funções do ser humano.

No âmbito biológico as complicações de DCNT são os principais fatores de diminuição de qualidade de vida em idosos, e para que estas complicações sejam minimizadas a maioria dos idosos busca o tratamento medicamentoso (GIRARDI et al., 2015), no GC da UBSF através dos dados obtidos, os medicamentos mais utilizados pelos idosos são Losartana (HAS), Captopril (HAS), Hidroclorotiazida (HAS), Sinvastatina (Hipercolesterolemia), Atenolol (HAS), Omeprazol (Gastrite), Metformina (DM), Insulina (DM), Enalapril (HAS) e Ranitidina (Gastrite).

Conhecer o perfil dos idosos que participam do GC, é de suma importância para o desenvolvimento das atividades propostas. Então, a partir deste conhecimento pelos acadêmicos, docentes e equipe de saúde, foram estruturadas atividades com intuito de promover saúde e prevenir patologias bem como complicações de advindas de condições crônicas. Importante mencionar que os assuntos discutidos foram previamente solicitados pelos idosos, e percebido a necessidade do grupo, para valorização das vivências/experiências de cada participante

Em cada encontro foi abordado uma temática diferente explorando temas, que envolvem o referencial teórico das políticas de saúde supracitadas. Visto que, estas facilitam a estruturação de atividades movidas com o propósito de proporcionar bem estar e qualidade de vida, promover a saúde, por meio de inserção das técnicas de Práticas Integrativas e Complementares (PIC), orientações quanto a direitos e deveres do idoso enquanto cidadão, direitos à saúde, respaldo e proteção de técnicas e práticas populares passadas de geração em geração, escuta terapêutica, afirmação da atenção básica como aliada aos cuidados de saúde do idoso e reforço de vínculos entre os profissionais de saúde e a população idosa.

Entre as muitas atividades realizadas no CG algumas se destacam como: artesanato (dobraduras de papel, enfeites de festas comemorativas, pinturas, desenhos, cartões decorativos), (re)socialização (passeios em pontos turísticos da cidade, festividades realizadas na UBS, comunicação e contato com outros idosos e pessoas de faixas etárias diferentes), rodas de conversa sobre assuntos variados (cuidados com a pele e os olhos, informações acerca de direitos e deveres que os idosos possuem, reflexões a partir de memórias e lembranças, autoestima, relações familiares, cuidados de saúde em geral), realização de PIC (fitoterapia, musicoterapia, danças circulares, yoga, meditação guiada, automassagem), escuta terapêutica, atividades de alongamento e técnicas de respiração profunda.

Após a realização das atividades foi perceptível a formação de um vínculo forte com os idosos, e houve a participação ativa de todos os membros, além do envolvimento da equipe de saúde. Visto que os idosos relataram que o grupo é muito importante para suas vidas, pois é uma forma de sentir-se bem, conversar e trocar experiências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou analisar as fragilidades e potencialidades envolvidas no processo do envelhecimento referentes à prevalência de HAS, DM e quedas, no processo de estruturação de GC na atenção básica, e além do mais proporcionou a compreensão do impacto das atividades realizadas com idosos em um GC, como ferramenta de promoção e educação em saúde, prevenção de complicações advindas das DCNT, e melhorar a qualidade de vida.

Como analisado ao longo do presente trabalho as atividades de promoção de saúde como trabalhar com algumas PIC, atividades físicas, manuais, lúdicas, visitas turísticas, escuta terapêutica e rodas de conversa de forma multidisciplinar, conseguiram ser bases de apoio ao cuidado integral e singular para os idosos, trazendo-os junto à UBSF para reforçarem seus vínculos de ensino-aprendizagem.

Sobretudo, discentes e docentes da UFG/RC tiveram a experiência de fazer parte desse processo de cuidado e levar até a comunidade práticas, técnicas e atividades que podem melhorar a qualidade de vida dos idosos e promover o bem estar.

Ainda pode-se perceber a importância de delinear estratégias para o empoderamento, autocuidado das pessoas saudáveis e que apresentam alguma DCNT, visto que, estes pilares são colocados como metas quando se trabalha com a promoção da saúde.

AGRADECIMENTOS

A equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), à Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão (UFG/RC), à Unidade Básica De Estratégia da Família CAIC (UBSF CAIC) e aos idosos da UBSF CAIC, maiores protagonistas dos resultados dessa trajetória.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo Demográfico, 2017**. Disponível em:<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BRASIL, **Política nacional do idoso: velhas e novas questões** / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro : Ipea, 2016. Disponível em:<<http://sbgg.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf>>. Acesso em: 13 ago 2017.

_____. **2050 [recurso eletrônico] : desafios de uma nação que envelhece** / Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa ; relator Cristiane Brasil ; consultores legislativos Alexandre Cândido de Souza (coord.), Alberto Pinheiro [et al.]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série estudos estratégicos ; n. 8 PDF). Disponível em:<http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/31619/desafios_envelhece_conle.pdf?sequence=>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Cadernos de Atenção Básica, nº 35. Brasília – DF. 2014 Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf>. Acesso em: 13 ago 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS** /Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília : Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:<<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:<<http://189.28.128.100/dab/docs/C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular no SUS**. Brasília, DF: SGEP; 2012 [acesso 15 ago 2014]. Disponível em:<<http://www.ensp.fiocruz.br/Portalensp/informe/site/arquivos/anexos/34d8877cdc713e2b70d1f8f85f43d9ccf6116c0e.PDF>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf>Acesso em: 18 ago. 2017.

CHAVES, L. J.; GIL, C. A. Concepções de idosos sobre espiritualidade relacionada ao envelhecimento e qualidade de vida. **Anais CIEH**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232015001203641&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 13 ago. 2017.

DALMOLIN, I. S.; LEITE, M. T.; HILDEBRANDT, L. M.; SASSI, M. M.; PERDONSSINI, L. G. De. B. A importância dos grupos de convivência como instrumento para a inserção social de idosos. **Revista Contexto & Saúde**. V. 11, n. 20, 2011. Disponível em:<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1594>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FERNANDES, M. T. De. O.; SOARES, S. M. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n6/29.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

FERREIRA, M. M.; FERREIRA, E. F.; TOLEDO, C.; OLIVEIRA, R. A. R. De. Relação da prática de atividade física e qualidade de vida na terceira idade. **Caderno Científico Fagoc de Graduação e Pós-Graduação**, v. 1, 2016. Disponível em:<<http://revista.fagoc.br/index.php/caderno/article/view/129>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

GIRARDI, C. E.; HECK, R.; BOBEK, M. L.; BENETTI, E. R. R.; STUMM, E. M. F.; COLET, C. De. F. Qualidade de vida de pessoas em grupos de convivência com diabetes mellitus tipo 2. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v. 9, n. 4, p. 7239-46, 2015. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaEnfermagem/index.php/revista/article/viewFile/6615/pdf_7481>. Acesso em: 13 ago. 2017.

PAULA, C. L. M. De.; SANTOS, E.V. De. L.; MAIA, P. C. G. G. S.; GOUVEIA, P. S. F.; SOUSA, M. N. A. De. Qualidade de vida de idosos participantes de um grupo de convivência no município de São Mamede – **PB. REBES**, v. 6, n.2, p. 01-07, 2016. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/4018>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

PILGER, C.; DIAS, J. F.; KANAWAVA, C.; BARATIERI, T.; CARREIRA, L. Compreensão sobre o envelhecimento e ações desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária à saúde. **Ciencia y Enfermería**, v. 19, n. 1, pp. 61-73, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532013000100006>. Acesso em: 13 ago. 2017.

PILGER, C.; MENON, M. H.; MATHIAS, T. A. De. F. Características Sociodemográficas e de saúde de idosos: contribuições para os serviços de saúde. **Revista Latina-americana de Enfermagem**, v. 19, n. 5, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4435>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SCHERER, R.; SCHERER, F.; CONDE, S. F.; BOSCO, S. M. D. Estado nutricional e prevalência de doenças crônicas em idosos de um município do interior do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 769-779, 2013. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rbpg/v16n4/1809-9823-rbpg-16-04-00769.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SILVA, G. M. L. Da.; CAMINHA, I. DE. O.; GOMES, I. S. O corpo e o tempo: a percepção dos idosos de um grupo de convivência. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 4, p. 956-1270, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/21069>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

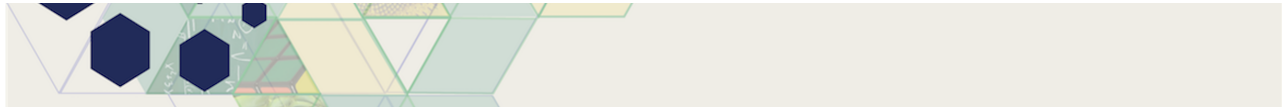
SOUZA, D. P. De.; MELO, T. S.; REIS, L. A. Dos.; LIMA, P. V. Qualidade de Vida em Idosos portadores de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. **Rev. Psic.**, v. 10, n. 31, 2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/547>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

TORRES, G. De. V.; REIS, L. A. Dos.; FERNANDES, M. H. Qualidade de vida e fatores associados em idosos dependentes em uma cidade do interior do Nordeste. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 8, n. 1, p. 39-44, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v58n1/a06v58n1.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

VARGAS, L. Da. S. De.; LARA, M. V. S. De.; MELLO-CARPES, P. B. Influência da diabetes e a prática de exercício físico e atividades cognitivas e recreativas sobre a função cognitiva e emotividade em grupos de terceira idade. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 867-878, 2014. Disponível em: <<http://files.bayith.com.br/200000269369db37956/Diabete,%20exercicio%20e%20cogni%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho



PERSPECTIVAS DA DIDÁTICA MULTISSENSÓRIA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS COM VISTAS À INCLUSÃO ESCOLAR

NAVES, Bianca Karla Martins, bibi.kmnf@outlook.com¹

PRÓSPERO, Geovana Cristina²

CARDOSO, Camila Rocha¹

¹ Unidade Acadêmica Especial de Educação – UFG/RC

² Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia – UFG/RC

Resumo: *Devido ao aumento significativo da presença de alunos(as) público alvo da Educação Especial na Educação Básica, entendemos a relevância de integrar e incluir os mesmos no sistema educacional, tendo por objetivo propiciar as mesmas condições de aprendizagem que são ofertadas aos demais estudantes que não possuem deficiência através da didática multis sensorial. O projeto foi elaborado em duas escolas públicas que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na cidade de Catalão, onde trabalhamos em uma turma que havia matriculada um aluno com deficiência visual. Realizamos intervenções pedagógicas que envolveram a ludicidade, recursos alternativos baseados na didática multis sensorial, para trabalharmos o processo de ensino e a aprendizagem em Ciências Naturais. Totalizam-se 7 encontros, que aconteceram uma vez por semana, com duração média de duas horas. Para coleta de dados, fizemos uso do diário de campo e entrevistas individuais com os discentes. Segundo a análise dos dados, a didática multis sensorial utilizada demonstrou-se como uma importante alternativa para a acessibilidade pedagógica através da adaptação das atividades, pois compreendemos o direito de manter uma vida social e educacional com a mesma qualidade e vivacidade é direito de qualquer ser humano e compreender a relação entre os cuidados com o corpo e a promoção da própria saúde é essencial para a formação científica. Por fim, verificamos através do projeto que o trabalho colaborativo foi essencial para o planejamento, execução e avaliação das estratégias utilizadas, uma vez que juntos é possível conquistar de maneira mais efetiva a inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial.*

Palavras-chave: *Ensino de Ciências. Didática Multis sensorial. Inclusão Escolar.*

1. INTRODUÇÃO

Observamos nos últimos anos um aumento significativo da presença de alunos(as) público alvo da Educação Especial na Educação Básica. Com isso, compreendemos a relevância de integrar e incluir os mesmos no sistema educacional, visando propiciar as mesmas condições de aprendizagem que são ofertadas aos demais estudantes que não possuem deficiência.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva de 2008, o público alvo da Educação Especial é denominado como aqueles que têm alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Esses escolares possuem, portanto, especificidades que se apresentam no decorrer dos processos de ensino e aprendizagem e por assim ser, fica estabelecido pela política de inclusão escolar (BRASIL, 2008; 2009) que esse alunado deve receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O AEE acontece, prioritariamente, nas Salas de Recursos Multifuncionais, que são localizadas na própria escola ou em outra escola de ensino regular. Esse atendimento é realizado no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo acontecer, também, no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) da

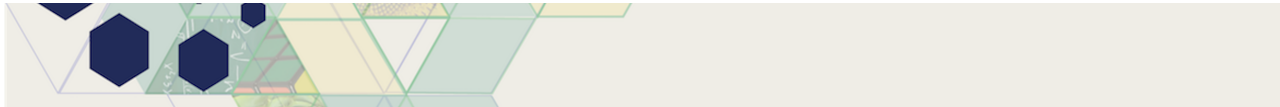
rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

Nesta direção, parte-se do pressuposto que o AEE será um apoio pedagógico ao ensino regular, todavia, os professores do AEE dificilmente conseguem estar em contato com os professores de sala comum, por trabalharem em turnos diferentes, em outros espaços escolares, impedindo que tenham um tempo em comum (EFFGEN, 2011) para a troca de experiências, discussão e planejamento dos saberes que são trabalhados nesses dois espaços.

A despeito do caráter colaborativo exigido na atuação do professor de Educação Especial, o que ocorre na escola, atualmente, é a ausência de espaço para o diálogo e para o encontro em razão das condições concretas de trabalho do professor (CARDOSO, 2013).

Neste sentido, Garcia (2008) aponta que a precarização do trabalho docente, conduzida por ações políticas centralizadas que caminham para a proletarianização, de cumprimento de horários e tarefas, faz com que a atuação do professor perca cada vez mais a característica de um trabalho colaborativo.

Desse modo a adaptação curricular fica a desejar e muitas vezes não alcança o objetivo de fornecer acesso ao conteúdo pelo aluno PAEE.



Enquanto conteúdo escolar, uma das áreas do conhecimento, que encontra dificuldades em promover acessibilidade são as Ciências Naturais. Isso porque, muito do que se é trabalhado em Ciências Naturais envolve o objetivo de compreender conceitos e fenômenos naturais diversos e que para efetivação da educação científica exigem o trabalho com as questões que envolvem a Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente.

Em vista disso, é que os estudos (ANGOTTI, 2000; BRASIL, e SANTOS, 2007) demonstram que a didática multissensorial pode ser uma grande aliada no ensino e aprendizagem em Ciências Naturais, de modo que se contemple a diversidade dos discentes, promovendo a escolarização e educação científica a todos e todas, sem distinção. Essa proposta metodológica se oportuniza das habilidades sensoriais no ensino para promover a aprendizagem em Ciências Naturais.

Dessa maneira, partimos do pressuposto que é possível pensar no ensino de Ciências Naturais para públicos como aqueles que são da Educação Especial, contemplando a diversidade, promovendo a inclusão escolar através do acesso ao conteúdo pela Didática Multissensorial.

É importante destacar que dentre as diversas deficiências que as crianças público alvo da Educação Especial podem apresentar, neste estudo trabalhamos com enfoque para a deficiência visual, por ser um dos obstáculos que mais atinge a população (BRASIL, 2005), podendo a criança ter essa deficiência desenvolvida com o tempo ou desde seu nascimento.

Assim em busca de promover a acessibilidade pedagógica, parte de se da iniciativa que didáticas verdadeiramente inclusivas são o conjunto de ações e procedimentos educacionais adequados a todos os perfis de alunos, sem discriminação entre os mesmos (MANTOAN, 2003).

Porém, se pararmos para analisar dados educacionais no ensino de Ciências Naturais, veremos a falta de interação e integração dos alunos público alvo da Educação Especial na Educação Básica (ARANHA, 1991).

Segundo García (1999), há também, uma carência por parte dos educadores em como lidar com estes, pois, querendo ou não, precisam não só de uma atenção reforçada, mas, também de uma instituição que ofereça suporte aos mesmos em relação a educadores especialistas e em sua estrutura física, além de formação inicial e continuada que minimamente ofereça subsídios para que os docentes possam compreender que estes alunos estão para além das limitações de suas deficiências.

É fundamental dispor aos educadores informações acerca do tema, para que eles criem alternativas, encontrem mecanismos de ensino apropriados aos alunos público alvo da Educação

Especial, como aqueles com deficiência visual, haja visto, que isso beneficiará a todos de forma igualitária.

Diante disso, problematizamos: Como a didática multissensorial pode auxiliar no ensino e aprendizagem em Ciências Naturais, propiciando a inclusão escolar? Assim, buscamos trabalhar com a análise de experiências de metodologias de ensino que prezem pelos preceitos da didática multissensorial a fim de averiguar alternativas pedagógicas e metodológicas para o ensino de Ciências Naturais nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que demonstrem possibilidades de contemplar a diversidade e a inclusão escolar.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho está vinculado a uma ação de pesquisa, ensino e extensão, intitulada “Ensino de Ciências, diversidade e formação científica: concepções e práticas educativas na Educação Básica”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer número 1.087.738.

O presente estudo foi desenvolvido em duas escolas públicas de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na cidade de Catalão situada no sudeste do Estado de Goiás. Vale destacar que as atividades dessa pesquisa foram realizadas mais especificamente na Sala de Recursos Multifuncionais onde é ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e também na sala de aula de regular.

Trabalhamos com uma turma dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que tinha matriculado um aluno com deficiência visual na classe regular e este frequentava o Atendimento Educacional Especializado (AEE) em outra escola pública da mesma rede de ensino.

Esta pesquisa possui natureza qualitativa, sendo esta uma pesquisa exploratória, em que realizamos observações em campo, utilizando como instrumentos de coleta de dados o diário de campo/observações e entrevistas individuais, antes (A.I.) e depois das intervenções (D.I).

Foram coletados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos pais e/ou responsáveis pelas crianças participantes e a autorização para o desenvolvimento do projeto, efetivado a partir do termo de anuência assinado pelo responsável pela instituição.

Realizamos um total de 7 encontros para o desenvolvimento de metodologias de ensino com base em um trabalho colaborativo entre o Ensino Especial e Ensino Regular. Os momentos de idas as escolas, ocorreram uma vez por semana, com duração em média de duas horas. Dois destes encontros ocorreram tanto na Sala de Recursos Multifuncionais durante o Atendimento Educacional



Especializado (AEE) quanto na sala de aula comum, os demais aconteceram apenas na sala de aula do Ensino Regular.

No desenvolver do planejamento, da elaboração do material pedagógico e das intervenções do projeto contamos com a participação das professoras da classe regular em que foi realizada a pesquisa e também com a docente do Atendimento Educacional Especializado e de Apoio a Inclusão que acompanhava a criança com deficiência visual.

Na primeira intervenção realizamos uma contação de história na qual utilizamos um livro sensorial baseado no modelo “Quiet Book” sobre corpo humano e higiene.

Na segunda atividade “Caça ao Tesouro: Tá quente, tá frio, tá limpo!” propusemos uma brincadeira em que foram distribuídas miniaturas de micro-organismo pela escola, no banheiro, na área de recreação, na cozinha, entre outros diversos lugares. Em seguida, os alunos tiveram que encontrar os micro-organismos escondidos e a cada um que foi sendo encontrado realizamos uma explicação de seu ciclo vital, seu habitat e, portanto as formas de contaminação.

Na terceira atividade “Caixa Surpresa: Não vejo, mas posso sentir!” utilizamos uma caixa, em que dentro dela foram encontrados elementos que representavam os hábitos de higiene, tais como escova de dente, sabonetes, desodorantes e outros.

Para a quarta atividade o “Jogo da Memória Sonoro” criamos um jogo no qual as peças foram às próprias crianças que representaram as “cartas”, em que cada aluno ao ser tocado ou apontado deveria dizer em voz alta seu nome e qual ação de higiene estava representando.

Na nossa quinta intervenção “Lavando as mãos, Cineminha e Higiene” iniciamos levando as crianças ao banheiro e realizamos com elas a higienização correta das mãos, além disso, passamos um filme em forma de animação, abordando a temática que foi trabalhar no decorrer do projeto e para finalizar fizemos um momento de agradecimento junto à escola, aos professores e alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos, observamos que analisar o processo de ensino e aprendizagem em Ciências Naturais nos permite refletir sobre alternativas para o trabalho com esta área do conhecimento com o público alvo da Educação Especial.

Nas observações registradas em diário de campo, percebemos como a didática multissensorial auxilia na educação científica de alunos com e sem deficiência (BORGES e PAIVA, 2009), pois esta é desenvolvida com a preocupação de utilizar sentidos corporais com o objetivo de ampliar e potencializar

o entendimento do conteúdo trabalhado através de jogos, contação de histórias e brincadeiras.

Na primeira intervenção realizamos uma contação de história e esta foi uma atividade interativa, pois as crianças tiveram a possibilidade de manusear e participar de maneira dinâmica. Além disso, foi possível despertar nas crianças a curiosidade, a imaginação, o interesse. Ao mesmo tempo, foi um elemento que utilizou das habilidades sensoriais e por assim ser constituiu-se em um recurso acessível a pessoas com deficiência visual, uma vez que pôde ser tateado, possibilitando a compreensão e desenvolvimento motor até mesmo daqueles que enxergavam.

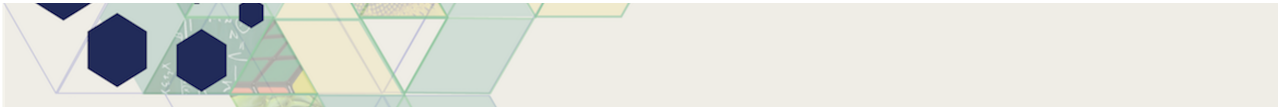
A didática multissensorial exerce a função de abrir um leque de metodologias onde se constrói conhecimento através de experiências multissensoriais com modelos analógicos representando a realidade e fazendo com que o deficiente visual exerça plenamente seu papel de cidadão, uma vez que aprendendo sobre os fenômenos, conceitos em Ciências Naturais esse indivíduo reconhece o mundo e as transformações científicas, tecnológicas e sociais que nele acontecem.

É importante salientar, que para qualquer indivíduo, o estímulo das habilidades sensoriais a partir de metodologias de ensino é eficaz para o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que devemos ser conscientes que nem todos possuem a mesma motivação para estudar, nem todos aprendem apenas ouvindo o que o professor diz (MANTOAN, 2003), há pessoas que precisam tocar, cheirar, sentir, explorar outros campos de informação, para além da visão.

Além disso, contar história em um livro sensorial e permitir que as crianças o manipulassem, recontassem e brincassem com a história, evidenciou a importância de dar credibilidade aos alunos, de escutá-los e permitir que sejam participantes do processo de ensino e aprendizagem, como retrata as anotações no diário de campo:

Excerto 1: “(...) Percebemos que as crianças não tem muito espaço para se expressar, pois, quando demos atenção para o que elas falavam, elas ficavam sem graça” (Anotações do Diário de Campo, 20/10/16).

A educação científica é uma área de pesquisa que se dedica ao compartilhamento de informações relacionadas à ciência, ela define conceitos e um de seus principais objetivos é fazer com que os alunos conheçam, explorem o que está em sua volta, estimulando as crianças a observar, questionar e entender de maneira lógica o que existe em seu cotidiano, envolvendo fatos e fenômenos (ROITMAN, 2011). Investir nela é investir numa melhor qualidade de vida social, já que, a criança desenvolve habilidades, aperfeiçoa seu



conhecimento, sendo compartilhado a outros alunos com os quais ela se relaciona.

Em um segundo momento realizamos a atividade “Caça ao Tesouro: Tá quente, tá frio, tá limpo!”, em que, de acordo com a orientação pela fala das pesquisadoras, foram indicadas pistas, descrevendo os lugares, explicando as situações, que envolviam os habitats de micro-organismos, bem como situações de cuidados com o corpo que demonstravam a relevância da higiene.

O modo como essa dinâmica foi conduzida transformou a atividade de maneira que ela se tornou áudio descritiva e acessível também ao aluno com deficiência visual.

Nessa etapa, a didática multissensorial desempenhou função de tirar os alunos de sua rotina diária, longe do quadro e dos livros, o que tornou a brincadeira um momento coletivo interativo, facilitando assim, o convívio social que fez o ambiente ficar mais agradável e menos propício para qualquer discriminação (AQUINO, 1996).

É evidente que a didática multissensorial, desperta também, a imaginação dos alunos com esse mecanismo de ir atrás, procurar as pistas, fazer adivinhações, mecanismos estes (locomotores, explorar locais, estourar os balões, tocar nas miniaturas e usar o tato para sentir o formato dos micro-organismos), que foram essenciais para que o aluno com deficiência visual também participasse das atividades.

Segundo nossos registros no diário de campo, mesmo com a dispersão, a iniciativa de levá-los para o pátio da escola para a realização desse momento, gerou euforia nos alunos, que fora a rotina, buscavam explorar o local e notou-se que isso estimulou o interesse e a imaginação de todos presentes, o que permitiu o que Zenti (2000) afirma, que é possível estudar e aprender em momentos de diversão. Isso pode ser percebido nos relatos dos alunos, que expressaram definições diferentes quando questionados se realizavam os hábitos de higiene cotidianamente:

Excerto 4: “Sim, não sei”. (Estudante D – A.I.)

Excerto 5: “Sim, pra manter as mãos limpas e não ter micro-organismos. (...) pra manter os dentes limpos e sem micro-organismos.” (Estudante D – D.I.)

Aprender conceitos em Ciências Naturais está para além da memorização de nomenclaturas, mas quando os discentes trazem em seu relato a questão dos micro-organismos, estes apontam uma ressignificação sobre os hábitos higiênicos, uma vez que antes das intervenções a maioria das respostas conota que essas crianças revelam não saber sobre as consequências de não se ter higiene e nem ao menos conseguiam explicar e definir porque realizam essas ações cotidianas. Todavia, após as intervenções, estes escolares citam “micro-organismos”,

“germes”, “bichinhos”, e assim, demonstram a ligação entre a importância de cuidar do corpo para evitar a contaminação por estes.

Trabalhar os ciclos de vida, habitat dos micro-organismos, permitiu que os discentes reconhecessem que esses seres microscópicos estão por toda parte e que podemos conviver de maneira harmônica ou desarmoniosa com eles, isso empodera essas crianças, ao ponto de compreender a relação dos seres vivos com o meio, e a própria interação destes com seu corpo, o que pode auxiliar de maneira efetiva na promoção da saúde e qualidade de vida desse indivíduos.

Na terceira atividade “Caixa Surpresa: Não vejo, mas posso sentir!”, foi uma atividade realizada de olhos vendados, assim esta brincadeira teve como objetivo trabalhar as habilidades sensoriais, estimular a lateralidade, e a sensação de direcionamento para que as crianças conseguissem encontrar e adivinhar quais eram os objetos e dizer o que eles representavam, relacionando-os com os cuidados com o corpo e compreendendo melhor a função de cada um no dia a dia.

O discente com deficiência visual demonstrou satisfação em participar daquele momento, por que, os alunos foram tratados como ele, ao serem vendados. A didática multissensorial propiciou que tanto os professores, quanto os alunos conhecessem melhor a realidade que o aluno vivia enquanto deficiente visual e isso, sem dúvidas, pôde contribuir não só para motivar esse escolar que era cego e os demais alunos, mas também para que os docentes pudessem refletir e pensar sobre suas estratégias de aprendizagem e adaptar, ou tornar acessíveis suas práticas de modo a promover a inclusão escolar, bem como a aprendizagem em Ciências Naturais.

Além do mais, todos aprenderam sobre corpo humano de forma igualitária e prazerosa, despertando a curiosidade sobre o que tinha na caixa, incentivando a investigação e o interesse dos alunos em buscar respostas e explicações para o uso dos objetos, para a realização das ações de higiene com o corpo. O que é comprovado através do relato no diário de campo:

Excerto 6: “As intervenções foram positivas, pois, as crianças já conseguiam fazer relação das consequências pela falta dos hábitos de higiene e os benefícios de ter estes hábitos, trazendo em evidência os produtos e artefatos que são utilizados no dia a dia para realização desses cuidados”. (Anotações do Diário de Campo – 03/11/16).

Conhecer o corpo e os cuidados que este necessita para o bom funcionamento, é quesito essencial para a saúde das pessoas, isso perpassa, desde compreender a composição fisiológica, anatômica e bioquímica, até entender as relações que este corpo estabelece com os outros e com o meio,



buscando evidenciar elementos, objetos e hábitos necessários para promover esse cuidado.

Assim como, pensar na infância enquanto espaço propício de aprendizagem através da ludicidade é essencial, ainda que o público apresente alguma especificidade de aprendizagem. Considerar essa criança cega enquanto indivíduo que não só ocupa o espaço da escola, mas que é capaz de se desenvolver, aprender, é o que permite encontrar possibilidades de ensino.

Esse projeto, ao demonstrar as alternativas trazidas pela didática multissensorial, aponta que o brincar, o lúdico são também grandes aliados para a aprendizagem dessas crianças, que aprendem brincando e isso se torna tão prazeroso que não é visto como “uma tarefa”.

Neste sentido, é que a quarta atividade traz também essa ideia, realizando nesse caso o “Jogo da Memória Sonoro”, em que os alunos foram orientados pelas falas dos colegas a tentar encontrar e formar os pares corretos, igualmente como funciona o jogo da memória em cartas. Cada “carta/aluno” representava uma ação de higiene do cotidiano e nessa oportunidade abordamos explicações para a compreensão dessas ações cotidianas.

Nessa direção, a didática multissensorial validou a importância da acessibilidade pedagógica através da adaptação das atividades, pois, bastou transformarmos o jogo trazendo uma dinâmica inclusiva que o aluno cego o tempo todo quis ser protagonista durante a dinâmica. Assim, apresentaram-se situações do dia a dia, que muitas vezes passam despercebidos pelos professores e, que podem ser úteis durante o processo de conhecimento dos alunos com e sem necessidade educacional específica (KISHIMOTO, T., 1994; SILVA, 2014).

Ressaltamos que o jogo, foi um recurso que passou por uma adaptação (de visual, para sonoro), de forma que abrangesse a sala toda e como mostram as análises do diário:

Excerto 7: “Este foi um jogo que chamou bastante atenção de todas as crianças. Tivemos a participação e interesse efetivo de todos.” (Anotações do Diário de Campo – 10/11/16).

Essa participação coletiva, que demonstra não só interesse, mas o entusiasmo dos escolares mostra que o jogo pedagógico pode propiciar inúmeras possibilidades de aprendizagem e por assim ser, a aprendizagem lúdica tem conquistado seu espaço nos sistemas educacionais.

Na nossa quinta intervenção “Lavando as mãos, Cineminha e Higiene” levamos as crianças ao banheiro e realizamos com elas a higienização correta das mãos, para esclarecer o modo adequado e incentivar a realização desta ação, principalmente antes das refeições, pois após a lavagem das mãos, voltamos para a sala de aula eles puderam comer

pipoca e assistir um filme em forma de animação, abordando a temática que foi trabalhada no decorrer do projeto.

Importante lembrar que, durante o filme, uma das pesquisadoras auxiliava na áudio descrição para o discente cego, de modo que assim este pudesse compreendesse melhor o que estava sendo demonstrado no filme. Durante todo o projeto o objetivo sempre foi trabalhar Ciências Naturais de modo que as crianças conseguissem compreender a importância dos cuidados com o corpo, associando a higiene à promoção de sua própria saúde e qualidade de vida.

Devemos ser conscientes, não basta o professor dominar o conteúdo e deixar os alunos em silêncio e pensar que eles estão aprendendo, uma das funções do educador é relacionar a teoria com a prática, transformando a aprendizagem em uma só direção (CARVALHO, 2004).

É preciso compreender que o direito de manter uma vida social e educacional com a mesma qualidade e vivacidade é direito de qualquer ser humano (MEDIANEIRA 2014), sendo assim, buscamos por alternativas como a didática multissensorial.

Ainda no decorrer do encerramento fizemos um momento de agradecimento junto à escola, aos professores e alunos, no qual deixamos como lembrancinha, um enfeite para lápis/caneta com as miniaturas de micro-organismos e itens de higiene pessoal, como meio de incentivo para que as crianças se recordem sempre sobre o que foi trabalhado, colocando em prática no seu dia a dia.

Ratificamos, que essa experiência só foi possível, devido não só a disponibilidade da escola em relação a nova proposta metodológica e ao tempo que usáramos nas atividades, mas também, ao grupo de professores que auxiliaram de maneira colaborativa, pois, a partir do momento em que, houve interesse, apoio e colaboração por parte da professora regente da sala regular, da professora de apoio e da professora de AEE, o projeto resultou em um programa inclusivo.

A realização desse projeto efetivou o elo entre universidade e escola, e permitiu garantir um espaço rico de formação, não só dos alunos, mas de todos os envolvidos no projeto. Isso permitiu a conquista de resultados significativos, pois, mesmo que tenha sido um breve momento de experiência com as crianças, acreditamos no trabalho desenvolvido, em vista do conhecimento e aprendizado conseguimos produzir e construir junto a comunidade escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que esta experiência foi produtiva, prazerosa e gratificante. Além de que, contribuiu diretamente tanto para a escola que pode

refletir sobre metodologias de ensino em Ciências Naturais e inclusão escolar, quanto para as discentes e docente da universidade, que puderam ter a oportunidade de compreender os desafios diários de um aluno com deficiência visual, buscando metodologias que abrangessem a todos os discentes de maneira igualitária e que promovessem a educação científica em Ciências Naturais.

Verificamos que o trabalho colaborativo foi essencial para o planejamento, execução e avaliação das estratégias utilizadas, uma vez que juntos é possível conquistar de maneira mais efetiva a inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial.

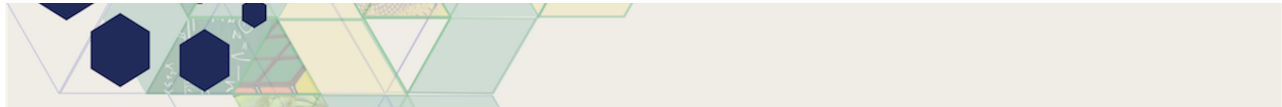
O contato existente entre a escola com a universidade, faz alunos e professores a refletirem a realidade de cada um, entendendo suas necessidades, capacitações e a cultura em que estão inseridos. É uma via de mão dupla, onde, ocorre a troca de saberes, a universidade através da equipe envolvida na ação extensionista, contribui pedagogicamente com a escola, bem como a instituição possibilita o enriquecimento da formação docente inicial, dos estudos sobre educação em Ciências Naturais, somando para a formação científica a partir da realidade da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI, José André. **Metodologia do ensino de ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- AQUINO, J.G. **A desordem na relação professor-aluno**: indisciplina, moralidade e conhecimento. São Paulo: Summus, 1996b.
- ARANHA, M.S.F. **A interação social e o desenvolvimento de relações interpessoais do deficiente em ambiente integrado**. 1991. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BORGES, T. A.; PAIVA, S. R. de. **Utilização do jardim sensorial como recurso didático** In: Revista metáfora educacional (ISSN 1809-2705)-versão on-line n.7., dez./2009.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- _____. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2009.
- CAPELLINI, V. L. M. **Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos. 2004.
- CARDOSO, C. R. **Organização Do Trabalho Pedagógico, Funcionamento E Avaliação No Atendimento Educacional Especializado Em Salas De Recursos Multifuncionais**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Educação da Unidade Acadêmica Especial de Educação. 2013.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- EFFGEN, A. P. S. **Atendimento Educacional Especializado: Possibilidades e tensões de acesso ao currículo**. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Nova Almeida-Serra/ES. 2011.
- GARCÍA, C. M. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.
- GARCIA, R. M. C. **Um enfoque sobre as políticas para a educação especial e algumas referências para a pesquisa nesse campo: apontamentos acerca da relação entre pesquisa e inserção social**. In: SOMMER, L. H.; QUARTIERO, E. M. (Org.). Pesquisa, Educação e Inserção Social: olhares na região sul. Canoas: Ulbra, 2008, v. 1, p. 135-143.
- KISHIMOTO, T. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIPOVETSKY, N. **Ciências: Sentidos do Corpo humano – 1ª série**. Goiânia: Estado de Goiás – Secretaria de Educação e Cultura, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MASETTO, M.; BEHREUS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- MEIRA, M. E. M. Desenvolvimento e aprendizagem: reflexões sobre as relações e implicações para a prática pedagógica. **Revista Ciência e Educação**, volume 5, n.2. Bauru: UNESP, 1998.
- MENDES, E. G. **Inclusão: é possível começar pelas creches?**. In: 29ª Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambú. Educação, Cultura e Conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos, 2006. v. 1. p. 1-17.
- MOTTA, F. M. N. **Salada de Crianças: a roda de conversa como prática dialógica**. In: Educação Infantil: enfoques em diálogo. 2 ed. Campinas: Papirus, 2011, v.1, p. 67-84.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATALÃO

Santos Neto, Erivan de Paula, erivandepaula@gmail.com¹

Bessa, Felipe Faria¹

Rodrigues, Hiálen Mariane Netto¹

Bessa, Lucas Faria¹

Pádua, Michelle Vilela¹

Dutra, Roberto Viegas¹

Almeida, Emerson Gervásio de (orientador)¹

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Engenharia

Resumo: O trabalho propõe a análise dos critérios de planejamento urbano da cidade de Catalão, utilizando-se do entendimento dos autores frente aos artigos presentes no plano diretor de desenvolvimento sustentável, urbano e ambiental da cidade. Apresenta também o Plano Diretor do Município de Catalão conforme sua devida divisão: Uso e Ocupação do solo, Parcelamento do Solo Urbano, Lei Ambiental e Código de Obras. A partir daí é feita a análise da eficiência das leis municipais contidas no plano, através da comparação entre critérios técnicos relacionados à engenharia civil e ao que foi exigido pelo plano, assim elaborando a discussão e análise dos resultados obtidos.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Plano diretor. Catalão.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento contínuo das civilizações ao longo dos anos veio acompanhado de diversas transformações no estilo de vida da população. Uma dessas transformações foi a mudança do modo de vida rural para a vida urbana. Essa modificação fez com que as cidades começassem a crescer de forma desordenada, uma vez que o crescimento acelerado das mesmas não acompanhava um correto planejamento. O resultado disso é o que se encontra hoje em muitos municípios, ou seja, desordem e diversos problemas de infraestrutura.

Nesse contexto surge o papel do planejador urbano, profissional que busca contribuir com o crescimento das cidades de forma organizada e adequada ao seu contexto. Porém, esse profissional não consegue sozinho garantir um crescimento urbano ordenado. É necessário também, que as instituições de poder estabeleçam certas regras, a fim de instruir esse desenvolvimento. Um exemplo disso é o Estatuto da Cidade, Lei 10.257 (2001), que contém diretrizes importantes para lidar com os problemas urbanos.

Frente a isso, este trabalho tem como objetivo apresentar alguns conceitos gerais de planejamento urbano presentes nas literaturas, e expor algumas das diretrizes presentes no plano diretor do município de Catalão, no que diz respeito aos aspectos mais relacionados à Engenharia Civil, visto que esse é um instrumento de planejamento urbano, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

2. HIPÓTESE

A hipótese deste trabalho parte do pressuposto que o plano diretor de Catalão não se adequa aos parâmetros necessários para um bom entendimento do mesmo, falhando em aspectos de clareza e objetividade.

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa que objetiva gerar conhecimentos úteis dentro de nossa futura profissão, propiciando maior entendimento das questões legais envolvidas no ato de construir na cidade de Catalão-GO.

A pesquisa foi qualitativa e quantitativa, uma vez que o plano diretor é uma fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é um instrumento chave. Não foi utilizado nenhum método ou técnica estatística, por se tratar de assunto que envolve leis e artigos municipais, estaduais e da União.

Essa pesquisa foi totalmente bibliográfica, pois foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet.

4. PLANEJAMENTO E PLANO DIRETOR

Segundo Lopes (1998), o conceito de planejamento urbano está relacionado com outros três conceitos: desenho urbano, urbanismo e gestão urbana, que estão relacionados às cidades, no que se

refere às suas características físicas, sociais, culturais e econômicas. O desenho urbano seria aquele referente aos espaços e ordenação territorial, mais ligado ao urbanismo, enquanto o planejamento se dá de forma mais ampla. De forma mais clara, o urbanismo seria o ato de intervir em algo já existente e o planejamento de planejar algo que ainda será construído.

Sendo assim, o planejamento urbano, tornou-se uma prática muito importante nas políticas públicas municipais, com o intuito de melhorar o crescimento das cidades em diversos aspectos. Conforme apresentam Rezende & Ultramari (2007), o planejamento tem o intuito de corrigir distorções administrativas e condições indesejáveis, facilitar a gestão municipal, remover empecilhos institucionais e viabilizar propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

Duarte (2007) divide o planejamento urbano em quatro etapas. A primeira seria o diagnóstico que realiza a análise da situação no cenário existente, identificando as condicionantes, as potencialidades e as deficiências de uma região (Esquema CPD). A segunda etapa é o prognóstico, que visa analisar e presumir as possíveis condições futuras da cidade, a partir do diagnóstico. Dessa etapa segue a proposta, com o intuito tornar as condições previstas no prognóstico em condições reais no futuro. Por fim, a última etapa é a gestão urbana, que visa fazer com que o plano urbanístico oriundo do planejamento se realize de forma conveniente e conforme esperado.

Frente à necessidade da prática do planejamento urbano, foi necessária a criação de alguns instrumentos que o facilitassem. A Constituição Federal (1988), por meio do art. 182, parágrafo 1º, diz que “o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Dessa maneira, o plano diretor trata de todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano das cidades, com diretrizes referentes a aspectos como uso e ocupação do solo, parcelamento do solo urbano, leis ambientais e código de obras.

A cidade de Catalão está situada no sudeste do estado de Goiás e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população estimada para o ano de 2016 foi de 100590 habitantes. Portanto, frente ao apresentado pela Constituição Federal, fica clara a necessidade de o município apresentar um plano diretor, aprovado pela câmara municipal.

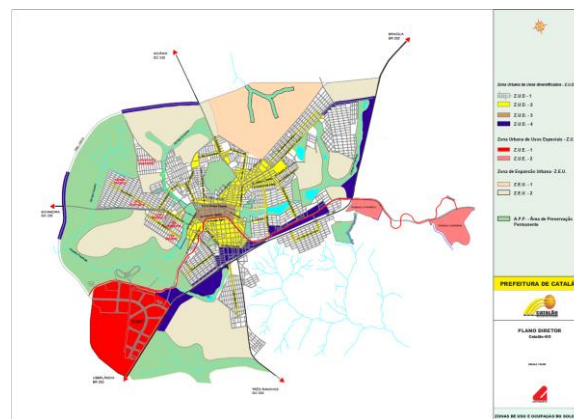
O plano diretor da cidade de Catalão é a Lei 2.210 – Plano Diretor, promulgada em 05 de agosto de 2004, que dispõe sobre os objetivos do plano diretor, as diretrizes de desenvolvimento do município, a implementação da política urbana e ambiental e as disposições gerais e transitórias. Essa

lei geral trata também do assunto de outras leis mais específicas: Lei 2.211 – Uso e Ocupação do Solo Urbano; Lei 2.212 – Parcelamento do Solo Urbano; Lei 2.214 – Meio Ambiente e Lei 2.215 – Código de Obras. A seguir, serão apresentados de forma concisa, alguns pontos presentes nessas quatro leis.

5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

De acordo com a Lei 2.211, art. 3º presente no Plano Diretor de Catalão – Uso e Ocupação do Solo, o perímetro urbano do município é apresentado em um mapa com os principais zoneamentos da cidade. O município de Catalão está basicamente definido pelas áreas compreendidas no mapa apresentado na Figura 1 (que pode ser encontrado em melhor qualidade e escala no site da prefeitura de Catalão): Zonas Urbanas de Uso Diversificado, Zonas Urbana de Uso Especial, Zona de Expansão Urbana e Áreas de Proteção Permanente. Visto isso, serão apresentadas as áreas tratadas pelo Plano Diretor do Município de Catalão, conforme PDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental) e a Lei 2.211, que define o Uso e Ocupação do Solo.

Figura 1 – Perímetro Urbano do Município de Catalão



Fonte: Plano diretor de Catalão (Prefeitura de Catalão)

O território municipal é composto das seguintes zonas, de acordo com o Art. 5º do Plano Diretor: Zona Urbana, Zona de Expansão urbana, Zona de Uso Alternativo do Solo.

O Parágrafo Primeiro do Art. 5º explica que Zonas Urbanas podem ser entendidas como áreas parceladas dentro do território urbano, enquanto o Parágrafo Segundo explica que Zonas de Expansão Urbanas são áreas que estão sujeitas a algum parcelamento dentro do território do município. Por último, o Parágrafo Terceiro destaca que as Zonas de Uso Alternativo do Solo são áreas consideradas não parceladas dentro do território municipal.



As Zonas Urbanas por sua vez, apresentam quatro subdivisões que, segundo o Art. 6º, pode ser apresentada da seguinte forma: de usos diversificados (ZUD), de usos especiais (ZUE); de preservação absoluta (ZUPA), de preservação relativa (ZUPR).

Ainda de acordo com o Art. 6º, no Parágrafo Primeiro, entende-se que as Zonas Urbanas de Usos Diversificados (ZUD), atendendo as disposições do PDUA quanto à correspondência do uso e ocupação do solo com as características físicas, ambientais, socioeconômicas e infraestruturas de cada segmento urbano, apresenta a seguinte subdivisão: Zona Urbana de Usos Diversificados - 1 (ZUD-1), que compreende áreas com predominância residencial e com menores índices de ocupação do solo; Zona Urbana de Usos Diversificados - 2 (ZUD-2), que compreende áreas com predominância residencial e com maiores índices de ocupação do solo; Zona Urbana de Usos Diversificados - 3 (ZUD-3), que compreende áreas com predominância comercial e com menores índices de ocupação do solo; Zona Urbana de Usos Diversificados - 4 (ZUD-4), que compreende áreas com predominância comercial e com maiores índices de ocupação do solo.

Já as Zonas Urbanas de Usos Especiais (ZUE), de acordo com o Parágrafo Segundo do Art. 6º e conforme as disposições do PDUA, são entendidas como áreas destinadas exclusivamente a usos comerciais, de serviços e industriais sujeitos a licenciamento especial para concepção, instalação e operação, que se subdividem em: Zona Urbana de Usos Especiais - 1 (ZUE-1), que admite atividades industriais de médio potencial poluente e atividades especiais de comércio e serviços, com licenciamento prévio para instalação e operação subordinado, nos termos da Lei que instituiu o PDUA, a estudos de impacto de vizinhança, de impacto cultural (quando for o caso) e de impacto ambiental; Zona Urbana de Usos Especiais - 2 (ZUE-2), que admite atividades industriais de grande potencial poluente e atividades especiais de comércio e serviços, com licenciamento prévio para instalação e operação subordinado, nos termos da Lei que instituiu o PDUA, a estudos de impacto de vizinhança, cultural (quando for o caso), estudos de impacto ambiental e estudos de controle urbano e ambiental, bem como a planos de encerramento quando for o caso.

No que diz respeito às Zonas de Expansão Urbana (ZEU), o Art. 7º traz a definição de que são áreas não parceladas e não ocupadas, com declividade máxima de 30% (trinta por cento), para as quais a Prefeitura poderá examinar pedidos de aprovação de parcelamentos do solo para fins urbanos, observadas as disposições da Lei Federal 6.766/79 e suas alterações e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo Para Fins Urbanos. É importante ressaltar que, conforme dispõe o PDUA,

devem ser analisadas os resultados de estudos de impacto ambiental e de vizinhança, bem como suas conclusões.

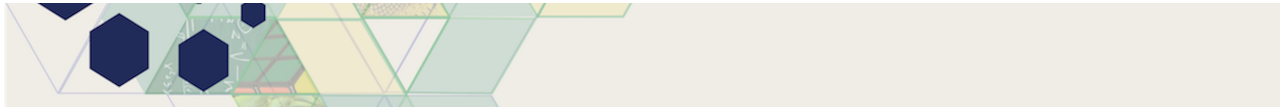
Visto isso, o Parágrafo Primeiro do Art. 7º apresenta três subdivisões para as ZEU, sendo essas subclasses funções da variação dos parâmetros de ocupação do solo e das dimensões mínimas de lote: Zona de Expansão Urbana - 1 (ZEU-1): compreende áreas parceladas em lotes com área mínima de 1.000 m²; Zona de Expansão Urbana - 2 (ZEU-2): compreende áreas parceladas em lotes com área mínima de 360 m²; Zona de Expansão Urbana - 3 (ZEU-3): compreende áreas parceladas em lotes com área mínima de 450 m².

Uma observação importante é notada no Parágrafo Terceiro do Art. 7º, onde é explicitado que as Zonas de Expansão Urbana, que nos processos de parcelamento forem consideradas de aproveitamento urbano inviável, face às suas condições físicas ou ambientais, deverão ser convertidas em ZUPA (Zonas Urbanas de Preservação Absoluta) ou ZUPR (Zonas Urbanas de Preservação Relativa), conforme estudo e confirmação realizada pela Prefeitura.

De acordo com a disposição do PDUA, o Art. 8º expõe a subdivisão das Zonas de Uso Alternativo do Solo, sendo ela apresentada da seguinte forma: Zona de Uso Alternativo do Solo de Preservação Absoluta (ZRPA), compreendendo áreas consideradas de conservação permanente pelas legislações ambientais da União e do Estado, a ser regulamentada por legislação própria, observado o que dispõem estas legislações; Zona de Uso Alternativo do Solo de Preservação Relativa (ZRPR), compreendendo áreas de usos rurais compatibilizados com o meio ambiente, a ser regulamentada por legislação específica complementar.

Em Catalão notou-se a presença de pequenas indústrias que atuam em áreas que são predominantemente residenciais. Como exemplo a isso tem-se uma pequena empresa de compactação de latinhas, que fica na Rua Geraldo Belo da Silva, ao lado da academia “Tchibum”, e uma empresa de fabricação de forro gesso, que também fica no Setor Universitário (setor esse que se apresenta como residencial, de acordo com as informações adquiridas pelo mapa mostrado na Figura 1, que apresenta as zonas de Catalão). Dessa forma, com base nas informações citadas, no mapa da Figura 1 e no Plano diretor de Catalão, deixa-se em aberto um questionamento acerca da correta locação de tais indústrias: mesmo sendo de pequeno porte, será que estas poderiam estar localizadas em tal espaço?!

Com isso, supõe-se que há um déficit de fiscalização e uma falta no controle para a execução correta do plano diretor, bem como uma verificação dos parâmetros abordados em algumas leis, por



órgãos fiscalizadores no que se diz respeito ao uso e ocupação do solo.

6. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

A política de desenvolvimento urbano é disciplinada pela Constituição Federal em seu Art. 182, segundo o qual, as políticas de desenvolvimento urbano serão executadas pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, as quais tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, 1988).

Sendo que, entre as políticas de desenvolvimento, encontra-se o parcelamento do solo, tópico disciplinado no Município de Catalão por meio da lei 2.212/2004, que aborda como será realizado o parcelamento do solo para fins urbanos e rurais.

Nos moldes da supracitada lei, o parcelamento do solo poderá ser realizado de quatro maneiras. Por meio de loteamento, desmembramento, chacreamento e remembramento, sendo estes institutos diferentes. (CATALÃO, 2004).

A própria lei traz os conceitos supracitados, sendo relevante diferenciá-los. Primeiramente, no que se refere ao loteamento ele constitui uma subdivisão de uma gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação e logradouros públicos. (CATALÃO, 2004).

Cabe ressaltar que requisitos urbanísticos são considerados de forma a regularizar estes loteamentos. Porcentagens fixas de áreas de domínio público são definidas pela lei 6.766/79 em seu Art. 5º, ou seja, parte da área total da gleba a ser loteada deve ser reservada a áreas públicas, sendo esta porcentagem variada, de acordo com a natureza do que foi exigido.

É proposto também, no Art. 6º do capítulo IV, uma série de serviços e obras de urbanização a serem feitos previamente pelo loteador, sendo elas: Abertura de vias de circulação, demarcações de lotes, execução do sistema de esgoto, pluvial, água, energia elétrica e iluminação pública, pavimentação das vias e contenção de taludes.

Já o desmembramento diz respeito à uma subdivisão de uma gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, não implicando na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes. (CATALÃO, 2004).

Percebe-se que a principal diferença entre o loteamento e o desmembramento é que no segundo há o reaproveitamento do sistema viário existente, enquanto no primeiro criam-se novas vias ou se prolongam, modificam ou aplicam as já existentes.

Enquanto o remembramento é a fusão de dois ou mais lotes, o chacreamento é atribuição do INCRA, sendo que o município só se envolverá caso ele aconteça dentro dos limites municipais, sendo, por isso, passível de EIA/RIMA e de estudo de vizinhança. (CATALÃO, 2004).

Ressalta-se que, o parcelamento do solo urbano não poderá ocorrer em qualquer espécie de relevo, existem exceções, tais quais: terrenos com declividade superior a 30%; terrenos alagadiços ou sujeitos a inundação, sem que sejam previamente executadas obras de correção e recuperação; que tenham sido aterrados com materiais nocivos à saúde pública ou onde a existência de poluição impeça condições sanitárias suportáveis; onde as condições geológicas tornem desaconselhável a edificação. (CATALÃO, 2004)

7. CÓDIGO DE OBRAS

No município de Catalão o Código de Obras é definido pela Lei n º 2215 de 2004, a qual estabelece, no Art. 1º, que a função da mesma é constituir as “normas que disciplinam a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais”.

A mesma ainda prevê (nos Arts. 2º, 3º e 4º, respectivamente) que todas as resoluções dispostas no código de obras “deverão ser aplicadas com rigorosa observância das disposições contidas na Lei de Ocupação e Uso do Solo do Município”; “todas as funções referentes à aplicação das normas e imposições deste código serão exercidas por órgãos da Prefeitura Municipal”; não sendo de “responsabilidade da Prefeitura e de seus servidores a elaboração de qualquer projeto ou cálculo, nem pela execução de qualquer obra ou instalação”.

Dentre as principais normas estabelecidas nessa lei, podem-se citar alguns temas principais como: o licenciamento, início e fim de uma obra; condições gerais para recebimento de alvará de licença e as penalidades caso haja inadimplência.

Os Arts. 7º 9º referem-se ao licenciamento do profissional. Respectivamente eles determinam a obrigatoriedade do registro na Prefeitura de profissionais, firmas ou empresas legalmente habilitadas e prevê que os projetos e trabalhos são de inteira responsabilidade dos seus autores e construtores, ficando sujeitos às penas nele previstas.

Além do registro do profissional, o disposto no Art. 10 outorga que qualquer obra de construção, ampliação, reforma ou demolição deve conter um alvará de licença. Para que o alvará seja expedido faz se necessária a apresentação do “projeto arquitetônico, acompanhado de requerimento e comprovante de recolhimento da taxa de aprovação, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de



projeto arquitetônico pago”, conforme o disposto no Art. 17. Essa licença poderá ser vetada segundo o Art. 14 caso as edificações e instalações não satisfaçam as exigências do Código e demais legislações urbanísticas municipais, ou em terrenos que disponham de edificações não aprovadas.

Ou seja, para que o alvará seja expedido o Código de Obras especifica inúmeras exigências que devem ser cumpridas pelas edificações, dentre elas pode se citar: sistema de esgoto ligado à rede pública, escoamento de águas pluviais dentro do perímetro do lote, construção/reconstrução dos logradouros é de responsabilidade do proprietário.

Após a expedição “os respectivos alvarás, o projeto aprovado, bem como as informações básicas fornecidas pela Prefeitura serão mantidos no local da obra” para processos de fiscalização, conforme o Art. 18. Caso a obra não esteja de acordo com o projeto aprovado, segundo o Art. 19, o responsável técnico pela execução ou o proprietário será autuado e será obrigado a regularizar o projeto.

“Uma vez concluída, a edificação somente poderá ser ocupada mediante a expedição de “habite-se” e baixa pela Prefeitura, após vistoria e do cumprimento das demais exigências da legislação municipal” (Art. 26).

Enfim, caso ocorrer a infração dessas Leis caberá de acordo com o Art. 89, as seguintes penalidades: multa, embargo, interdição ou demolição, ou a combinação delas.

Dessa forma, para o processo de execução das penalidades previstas é necessário realizar o auto de infração, assim o Art. 108 é estabelece que este documento deve-se conter a assinatura do fiscalizador e do infrator e conter todas as especificações sobre a infração. Diante disso o artigo 109 propõe que o infrator tem o prazo de até cinco dias para a sua defesa e dez dias para ser julgados. Enfim, o artigo 111 define que as decisões que serão compridas poderá ser o pagamento de uma multa com prazo máximo de cinco dias ou a dívida ativa. Caso esse o infrator não quiser fazer a defesa ele tem um prazo máximo de trinta dias para se regularizar, contados a partir do recebimento da notificação preliminar (Art. 96).

Finalmente O artigo 112 define que em casos omissos ou em dúvidas na aplicação desta Lei será convocada uma comissão especial com um representante da Câmara Municipal, um representante da Associação Comercial, um técnico da Prefeitura Municipal e um representante de entidade popular indicado pelo Prefeito.

8. LEI AMBIENTAL

Regulamenta a Lei Municipal 2.214, de 05 de agosto de 2.004, que dispõe sobre a política do meio ambiente da melhoria da qualidade de vida e

garantia das gerações futuras no Município de Catalão.

Em relação à política municipal de meio ambiente a Lei Municipal 2.214 aborda o Artigo 1º, em que respeitadas às competências da União e do Estado, a finalidade principal é o desenvolvimento sustentável, bem como a conservação e recuperação do meio ambiente. Dessa forma é possível visar melhorias na qualidade de vida e também a garantia das gerações futuras dos habitantes de Catalão.

Visando o bem-estar da população Artigo 8º expõe que é proibido perturbar o sossego e o bem-estar públicos sendo eles ocasionados por distúrbios sonoros ou por distúrbios por vibrações. Um exemplo, aplicado à engenharia civil, seriam os distúrbios sonoros ocasionados por demolições de obras, compactação do solo pelo rolo vibratório e na execução de estaca pré-moldada na etapa de fundação, dentre outros.

Destacam-se alguns pontos importantes sobre os horários disponíveis para as atividades de construção civil, no Artigo 11, no qual estabelece que os serviços de construção civil, sejam de responsabilidade pública ou privada, necessitam de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quando executados nos seguintes horários: domingos e feriados, em qualquer horário; dias úteis, em horário noturno e, em horário vespertino.

Isso se deve pelo fato de serem serviços que geram uma quantidade significativa de ruídos sonoros, e assim com o objetivo de manter uma harmonia social com a vizinhança dessas obras é necessário que o órgão responsável tome as medidas adequadas, quando os serviços forem executados em qualquer horário ou em período específico.

Em relação à poluição hídrica a mesma Lei municipal aborda algumas definições, presentes no Artigo 30, que são: padrões de qualidade das coleções de água, padrões para lançamento de efluentes e enquadramento.

Percebe-se que esses parâmetros não são seguidos à risca em Catalão, devido à degradação frequente dos corpos d'água próximos a cidade, principalmente pelas mineradoras com o lançamento de produtos químicos, metais pesados e outros. A qualidade dos corpos hídricos é fundamental visto que é um dos principais elementos para o estudo de concepção para a realização do sistema de abastecimento público.

Referente à poluição do solo a Lei Municipal 2.214, para resíduos sólidos e movimentos de terra, expõe o Artigo 53, que não é permitido depositar, descarregar ou acumular resíduos sólidos, no solo, sem precedente autorização da SEMMAC.

Considerando os serviços de construção civil, na área de movimentação de terra, o Artigo 58, estabelece que é necessário prever mecanismos para

a manutenção da estabilidade de taludes, rampas e platôs, de maneira a impedir a erosão, assoreamento e suas consequências, garantindo assim a estabilidade e segurança dessas obras de terra na cidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de desenvolvimento sustentável e urbano de Catalão abrange várias leis municipais para seu desenvolvimento e complemento, além de leis federais. Apesar de apresentar um conjunto de normas a serem seguidas, o que pode dificultar o processo de elaboração de projetos e execução de obras, esse compêndio de leis advém como um respaldo profissional, caso algo de errado aconteça.

Portanto, pode-se concluir que a cidade de Catalão está amparada por boas leis no que se refere a planejamento urbano, faltando, outrossim, apenas efetivá-las de forma completa, para que se possa obter o plano diretor que o município merece, com respeito às questões urbanas, ao uso, ocupação e parcelamento do solo, bem como, aos aspectos ambientais, como forma de se garantir melhor qualidade de vida às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292p.

_____. Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Distrito Federal, dezembro de 1979.

_____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da

política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Distrito Federal, julho de 2001.

CATALÃO. Lei Municipal nº 2.210, de 05 de agosto de 2004. Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. **Prefeitura Municipal de Catalão**, Catalão GO. 05 ago. 2004.

_____. Lei Municipal nº 2.211, de 05 de agosto de 2004. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Município de Catalão. **Prefeitura Municipal de Catalão**, Catalão GO. 05 ago. 2004.

_____. Lei Municipal nº 2.212, de 05 de agosto de 2004. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Catalão. **Prefeitura Municipal de Catalão**, Catalão GO. 05 ago. 2004.

_____. Lei Municipal nº 2.214, de 05 de agosto de 2004. Dispõe sobre a política do meio ambiente, da melhoria da qualidade de vida e garantida das gerações futuras no Município de Catalão. **Prefeitura Municipal de Catalão**, Catalão GO. 05 ago. 2004.

_____. Lei Municipal nº 2.215, de 05 de agosto de 2004. Institui o Código de Obras do Município de Catalão. **Prefeitura Municipal de Catalão**, Catalão GO. 05 ago. 2004.

DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007.

LOPES, R. A. **A Cidade Intencional: o Planejamento Estratégico das Cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

REZENDE, A. D.; ULTRAMARI, C. **Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 258, 2007.

PRÁTICAS DE LEITURA NOS ANOS INICIAIS

Araújo, Micaela Brandão Póvoa de, micabrandao23@gmail.com¹

Oliveira, Michael Jhordan de, michaelletto@hotmail.com²

Miranda, Rickson Bernardo Martins, ricksonbernardo@gmail.com³

Carrijo, Fabiana Rodrigues, facarrijo@gmail.com⁴

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

² Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

³ Psicólogo, colaborador externo da Ação.

⁴ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Educação

Resumo: Este trabalho intenciona apresentar algumas experiências do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec) do Curso de Educação da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão com oficinas de leitura realizadas na turma de segundo ano (do Ensino Fundamental) em uma Escola Municipal de Catalão, durante o primeiro semestre de 2017. O projeto teve como principal objetivo, o incentivo à leitura, visando melhorias no processo de alfabetização e na compreensão da importância do hábito da leitura para a formação de leitores. Assim, para o planejamento dos encontros eram feitas reuniões semanais desde agosto de 2016 com discussões de textos e atividades, buscando a idealização dos textos e oficinas ajustadas para o período escolar com o qual seria realizado o trabalho, levando-se em consideração elementos da realidade das crianças em questão. Nesse sentido, foram realizadas quatro oficinas no formato de roda de conversa, com debates e discussões a partir das experiências com as leituras e, posteriormente, foram realizadas atividades que reforçavam essas leituras e que estimulavam outras habilidades e competências dos alunos, como desenvolvimento psicomotor, atenção, memória, criatividade e capacidade de produção coletiva.

Palavras-chave: Leitura. Alfabetização. Psicologia. Educação. Ensino Fundamental

1. INTRODUÇÃO

“É preciso que a leitura seja um ato de amor.”
(Paulo Freire)

Nesse trabalho apresentamos algumas ações do PROBEC do curso de Educação da UFG/Regional Catalão, realizadas no primeiro semestre de 2017. O projeto conta com uma equipe executora composta por cinco pessoas: a coordenadora (docente do Curso de Educação), três alunos sendo dois estudantes do curso de Psicologia e uma estudante do curso Letras e ainda um psicólogo (ex-aluno da UFG). Além disso, contamos com a parceria da diretora, supervisora e professora do segundo ano, para realizar as atividades em uma Escola Municipal (localizada no bairro Jardim Catalão em Catalão/GO) onde há o funcionamento da educação infantil e do segundo ano da primeira fase do Ensino Fundamental.

O objetivo do projeto é promover um espaço para leitura de textos literários e atividades que ajudem no desenvolvimento de competências e habilidades pertinentes a alunos no início do período escolar, de forma a minimizar as dificuldades com a leitura. Esses recursos mostram-

se eficazes para a aprendizagem da escrita, pois colocam a criança em contato com novos vocabulários e experiências lúdicas que aumentam sua percepção e a sensibilizam para o desenvolvimento da escrita.

Para isso realizamos uma conversa inicial com a equipe da escola elegida no início do ano letivo de 2017, em que demonstramos o nosso interesse em desenvolver um trabalho voltado ao estímulo à leitura por meio de oficinas que promovessem contato com livros, histórias e atividades artísticas e lúdicas que despertassem a criação de um espaço para leitura. Assim, a turma que escolhemos para trabalhar foi o segundo ano, visto que eles já conseguiriam fazer pequenas leituras e ter compreensão de textos com uma maior facilidade por pressupormos que eles já estivessem familiarizados com o processo de alfabetização.

Compreendemos que nessa fase, a criança está no início do seu processo de letramento (na acepção de Magda Soares) e que se utilizados recursos como a leitura de textos literários aliado a atividades complementares e artísticas, que saiam da rotina escolar das crianças, pode-se suscitar que essa aquisição de conhecimento e a aprendizagem

se tornem mais prazerosa e efetiva.

O trabalho desenvolvido partiu de premissas teóricas de onde se destacou a importância do uso da oralidade, correlações entre leitura e escrita nos anos iniciais da escolarização.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar nossa prática foram necessárias leituras acerca de parâmetros que estruturam as diretrizes do Ensino Fundamental, guias para Literatura na Hora Certa que pudessem fundamentar as escolhas dos textos e atividades coerentes com o segundo ano escolar das crianças. Além disso, foram realizadas leituras sobre aprendizagem da escrita, aquisição de conhecimento de crianças nos anos iniciais e o impacto da leitura para a alfabetização.

Entendendo o ato de ler para além da interpretação de sinais e signos, já que ele é uma forma de fazer a leitura de mundo, ou seja, um modo da criança se apropriar da sua realidade, Gonçalves (2013) reitera que:

(...) torna indispensável que desde os anos iniciais escolares, textos, frases, palavras, sílabas e letras, tudo isso tenha um sentido para a criança, pois é a partir deste processo que ela poderá criar o hábito pela leitura de forma estimulante e fascinadora. (GONÇALVES, 2013, p.10)

Vale dizer que a leitura pode contribuir em outros aspectos como afirma Sabino (2008):

Dado que a leitura constitui uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de capacidades cognitivas em todos os níveis educacionais e, nesse aspecto, contribui fortemente para o sucesso escolar, os professores devem motivar os seus alunos para a leitura, apelando à sua imaginação através do conto e estimulando-lhes a curiosidade através da colocação de questões problemáticas relativas a assuntos que lhes despertem interesse. (SABINO, 2008, p.4)

Como aponta Pereira (2007) que assevera que o contato com a literatura por meio de rodas de leituras e incentivo ao hábito de ler é necessário ser ofertado às crianças, pois é algo convidativo e prazeroso que estimula a criatividade. Reiteramos ao recorrer aos seus dizeres que a literatura infantil tem o papel de:

(...) conduzir as crianças não só à aprendizagem contribuindo para uma escrita sistematizada (como é o caso das fábulas), mas, também oportunizar o desenvolvimento da reflexão e criticidade no aluno, além de permitir que se realize a leitura com fruição, isto é que se sinta prazer ao estar lendo. (PEREIRA, 2007, p.5)

A leitura tem um caráter lúdico dotado de aspectos informativos e formativos que assume um papel importante para o desenvolvimento de competências nas crianças, como explica Sabino (2008):

A leitura assume, deste modo, uma importância vital como estratégia de melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuindo assim, para o desenvolvimento, nas crianças e jovens, de capacidades de análise crítica e de síntese (SABINO, 2008, p.2).

Outro fator proporcionado pela leitura é a interação social, pois agrega os alfabetizados concomitantemente aos não alfabetizados. Ela tem um caráter de sociabilização onde se trabalha valores, crenças, mitos que aos poucos são interiorizados pelas crianças e constituem sua formação enquanto sujeito. Como afirma Sabino (2008):

Ler representa também uma dimensão da inclusão social. Os analfabetos no sentido literal do termo e os analfabetos funcionais são pessoas que sentem, a cada passo, o peso da exclusão social (SABINO, 2008, p.2).

Geralmente, o primeiro contato que a criança tem com a leitura é de forma auditiva, momento em que alguém lê e as crianças acompanham e, certamente, fazem associações com as realidades de mundo que possuem. Um recurso para saber o nível de entendimento do aluno é a leitura expressiva, que segundo Petronilo (2007):

A leitura tem vários processos e um deles é treinar o aluno a fazer uma leitura expressiva, para facilitar a própria compreensão do texto. Na leitura em voz alta, o aluno tem que decifrar o que está escrito e depois reproduzir oralmente o que foi decifrado, porque há muitas dificuldades em decifrar a escrita (PETRONILO, 2007, p.20).

Utilizando-se do recurso da oralidade, para o uso dos textos propostos, que servem como porta de entrada para o mundo da leitura, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.21) afirmam "Em que a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio". Nesse sentido, a leitura proporciona à criança acesso a novas palavras que influenciam no aumento do seu vocabulário, conforme Sabino (2008):

(...) as crianças devem ser expostas constantemente a novas palavras por via oral ou através de leitura compreensiva, a fim de, através da estimulação cerebral consequente, enriquecerem o seu vocabulário (SABINO, 2008, p.3).

3. METODOLOGIA



A metodologia do projeto previa reuniões semanais para o planejamento das atividades, oficinas na escola, o compartilhamento de textos, ideias e discussões teóricas que se relacionavam com as temáticas que envolviam nosso trabalho. Também, eram realizadas visitas à escola parceira buscando melhor entendimento acerca da realidade escolar, mantendo informada a equipe gestora quanto as atividades realizadas e as trocas de experiências para que pudéssemos sempre melhorar nossas atividades e nos mostrar dispostos a contribuir com a escola em seu cotidiano.

Além disso, foram realizadas quatro oficinas com durações médias de 1h e 30 minutos em uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental com aproximadamente 25 alunos. As oficinas foram realizadas através da metodologia da roda de conversa em que eram feitas leituras dos livros e contos pela equipe responsável e, em raros momentos, realizadas também por crianças que já tinham domínio da leitura. Ao final de cada dia de atividade realizávamos um *feedback* com as crianças para saber como elas haviam recebido as oficinas, permitindo uma melhor avaliação a respeito do impacto dessas ações em suas compreensões iniciais e como a intervenção culminou em uma nova percepção relativa ao que foi trabalhado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossas atividades tiveram início no fim de março, pois antes disso havia um déficit no quadro de professores, sendo que a turma com que seria realizado o trabalho era uma das que ainda estava à espera de um professor responsável que tivesse condições para acompanhar nossas atividades. Desta forma, nossas práticas tiveram início um mês e meio após o princípio do ano letivo. Assim que tivemos contato com a professora regente descobrimos que a maioria dos alunos ainda não estava alfabetizada e, muitos deles, não conseguiam nem formar palavras, ou seja, este foi um primeiro desafio que se apresentou para o desenvolvimento das oficinas. As nossas oficinas que já haviam sido preparadas tiveram que ser readaptadas em conformidade com as realidades observadas em sala.

Entendíamos que as oficinas poderiam continuar na linha de incentivo à leitura, porém a forma como iríamos abordar os temas seria em uma linguagem acessível para as crianças com quem trabalhávamos, para que pudéssemos também ajudar a professora, que nos relatou que muitos alunos ainda não haviam desenvolvido a coordenação motora fina necessária para o adequado manuseio do lápis.

Em todas as oficinas propostas foram colocadas músicas no momento das atividades práticas, que pudessem estimular o processo criativo da criança e promover um contato dela com a musicalidade de forma lúdica.

Assim, a primeira oficina foi realizada com o intuito de conhecer as crianças, estabelecer vínculos e ainda criar um espaço de interação para que elas conhecessem melhor umas às outras. Para isso, utilizou-se da técnica de confecção de crachás com animais, em que se colocou uma variedade de desenhos dos contornos de animais para a criança, de forma que ela pudesse escolher um que com ele se identificasse e ela se apresentasse a partir desta identificação. As crianças tiveram um tempo de 20 minutos para colorir e enfeitar seu crachá de forma livre.

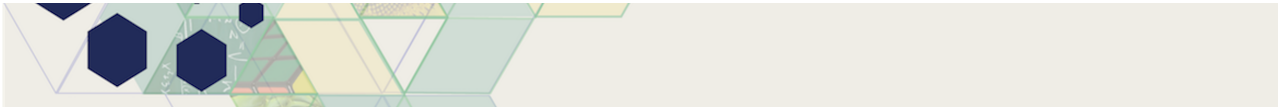
Após a confecção do crachá foi solicitado que cada criança se apresentasse e falasse um pouco sobre ela e o motivo da escolha de determinado animal. Nesse momento foi possível interagir e conversar sobre a diversidade da fauna, nos atentando para o seu habitat, alimentação, hábitos de cada animal.

Na segunda parte da oficina foi realizado o momento de manuseio e uso de massinha de modelar. Envolvemos as crianças, com a intensão de que todas participassem, efetivamente, de todo o processo desde a confecção da massinha até a modelagem dos animais. Para isso, criamos grupos de 4 a 5 alunos para que todos pudessem ter contato e participar do processo de realização da tarefa proposta, suscitando neles a capacidade de produção em grupo, organização de tarefas e atenção à receita da massa de modelar confeccionada em sala.

Com isso as crianças praticaram noções de matemática como as medidas de cada ingrediente para a receita da massinha, além disso, fizeram uma atividade para a qual necessitavam de coordenação motora fina e os estimulava a trabalhar em grupo, sendo que cada um poderia trazer contribuições para ajudar o grupo a conseguir o resultado esperado. Alguns grupos tiveram dificuldades em executar o que foi proposto, alegando dificuldades na divisão de tarefas e de concentração por parte de alguns membros. Após 30 minutos eles terminaram as massinhas e de forma livre começaram a modelá-las. Muitos optaram por fazer animais, remetendo a atividade anterior.

Após essa oficina, que foi realizada na sala de aula, tivemos uma conversa com a diretora e coordenadora pedagógica que se dispuseram a ceder uma sala inativa, que era um antigo laboratório de informática, para a realização das oficinas posteriores.

A sala em questão é ampla e livre de mesinhas e cadeiras, o que daria uma liberdade maior para a utilização do espaço de acordo com cada oficina.



Em um momento futuro e, com ajuda de alguns parceiros da iniciativa privada, há o planejamento de que o espaço possa ser readaptado e tão logo se tornar em uma biblioteca para uso da comunidade escolar, já que na referida escola não havia um local destinado para a leitura de livros.

Para a segunda oficina foi escolhido o livro "Palavras são pássaros", de Ângela Leite de Souza (2012), de forma a nortear a atividade do dia. Como atividade prática e de interpretação do texto elegido, foram confeccionados origamis (*tsurus*) para cada criança a serem colocados em uma árvore produzida com galhos secos que trouxemos e flores de ipê, confeccionadas pelas crianças com papel crepom.

Inicialmente, realizamos a leitura do livro para as crianças e depois foram mostradas as ilustrações contidas no livro para que elas se apropriassem do conteúdo com a imagem. Posteriormente, foi realizada a leitura pelas próprias crianças. Observamos distintas formas de acesso ao texto pelas crianças e, em distintos momentos, muitas delas apresentaram inúmeras dificuldades em relação à leitura, já que 70% da sala ainda não sabia ler. Assim, depois das duas leituras do texto "Palavras são pássaros", começamos uma discussão sobre o conteúdo do livro, instigando as crianças a falarem sobre o que entenderam a respeito do conteúdo do texto lido; qual o objetivo do texto; onde elas encontraram maiores dificuldades na compreensão da história.

A *posteriori* realizamos a atividade prática de fixação do conteúdo com a confecção das flores de ipê para serem coladas nos galhos e os origamis de *tsurus* para ficarem pendurados nos galhos, estimulando assim a coordenação motora fina e desenvolvendo as crianças na habilidade de pinça com os dedos para auxiliar no movimento de pegar o lápis para a escrita, que a professora relatou ser uma habilidade importante a ser desenvolvida no processo de alfabetização de algumas crianças.

Para a terceira oficina foi escolhido o texto de Ana Maria Machado "O pavão do abre e fecha" que trata de temas relacionados à diversidade. Como na oficina anterior foi realizada a leitura para as crianças no formato de roda e sentadas no chão. Depois de ouvirem atentamente a história, as crianças falaram sobre seu entendimento do texto. Conseguiram abstrair a metáfora existente na correlação da história dos animais com a vida deles e, por fim, fizeram algumas reflexões acerca da diversidade, da pluralidade cultural e da importância de compreender as singularidades de cada pessoa.

Na segunda parte da oficina a atividade prática realizada foi uma "confecção de pavões" para compreensão da história e que as crianças pudessem ainda trabalhar a coordenação motora,

fazendo leques coloridos com dobraduras simples para a cauda do pavão. Essa atividade foi conduzida em pequenos grupos e, após esse momento, eles ficaram à vontade para colorirem no corpo do pavão de forma criativa e livre.

Na quarta oficina foi feita a leitura e interpretação de um pequeno conto infanto-juvenil de Machado de Assis chamado "A agulha e a linha" para estimular nas crianças a capacidade de atenção, de interação para leitura coletiva, raciocínio lógico e senso crítico.

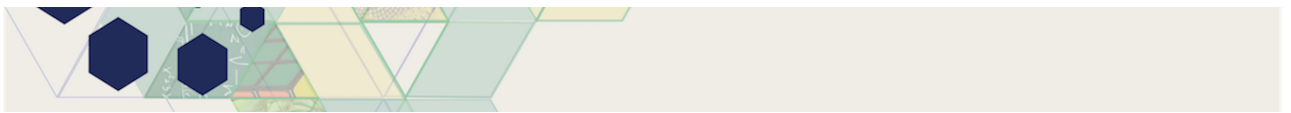
Após a leitura foi feita a interpretação do conto por meio de uma roda de conversa para desenvolver a capacidade de abstração e organização de ideias em que as próprias crianças expuseram o tema do conto, que tinha relação com a organização de atividades em grupo e a importância da cooperação entre os membros deste. Depois dessa atividade, foi realizada a confecção de dobraduras de aviões e barcos com o intuito das crianças melhorarem sua coordenação motora e capacidade de atenção à medida que seguiam as instruções dadas. Nesse momento, três crianças pediram para fazerem o *tsuru*, um tipo de dobradura que foi levada para elas em oficinas anteriores e, então, foi ensinado a essas crianças que conseguiram executar tranquilamente as dobraduras, que são mais complexas que as outras ensinadas (como a do barco e a do chapéu). Muitas crianças tiveram dificuldade de realizar a atividade, alguns desistiram no meio dela e, outras que terminavam antes, ajudaram aos que apresentaram maiores dificuldades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos encontros semanais com os alunos percebemos que os desafios que se apresentaram para nós no início das oficinas, no que dizia respeito às dificuldades com leitura e escrita, não atrapalharam nossas atividades, que eram reformuladas de acordo com as especificidades apresentadas pelos alunos.

Percebemos que, no decorrer dessas quatro oficinas, contribuímos para o processo de alfabetização dos alunos do segundo ano do Ensino Fundamental (1ª fase), compreendendo as oficinas de leitura como algo estimulador do processo contínuo e interdisciplinar da leitura com as artes, a música e com os temas transversais.

Assim, concebemos o processo de alfabetização como essencial para melhora significativa da capacidade criativa e transdisciplinar da leitura da palavra e do mundo – objetivo principal desta ação do PROBEC. As atividades cumpriram seus objetivos, sendo bem recebidas pelas crianças, pelo gestor da escola, pela coordenadora e especialmente pela professora regente da classe. A turma se mostrou participativa,



os alunos se esforçavam para cumprir as tarefas propostas e demonstravam curiosidade em todos os encontros.

Pudemos estabelecer vínculos que nos permitiram entender o modo como cada aluno apreendia o conteúdo e os diferentes manejos usados para proporcionar uma experiência rica em leitura e, ao mesmo tempo, prazerosa, em que a troca de conhecimento foi compartilhada de forma a abarcar algumas das distintas concepções de alfabetização.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. de. **A agulha e a linha- Um apólogo**. Rio de Janeiro: Editora Mr. Bens. 2011. 24 p.

BRASIL. S.E.F. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. 1997. 144 p.

GONÇALVES, D. S. N. **A importância da leitura nos anos iniciais escolares**. 2013. 20 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo. 2013.

MACHADO, A. M. M. **O pavão do abre-e-fecha**. São Paulo: Editora Ática. 6º ed. 24 p. 2010.

PEREIRA, M. S. A importância da literatura infantil nas séries iniciais. In: **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun 2007. p. 1-9.

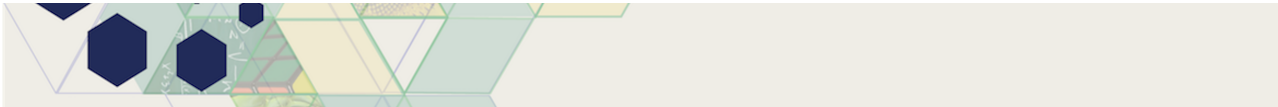
PETRONILO, A. P. da S. **Dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância. Brasília/DF. 2007. 54 p.

SABINO, M. M. do C. de. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. In: **Revista Iberoamericana de Educación**, v.5. n.45. 2008. p. 1-11.

SOUZA, Ângela Leite. de. **Palavras são pássaros**. São Paulo: Editora Mundo Mirim. 2012. 1º ed. 32 p.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS APLICADAS À ALUNOS DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA NA CIDADE DE CATALÃO

ANDRADE, Amanda Mayara Campos Silva, email¹ andradeamcs@gmail.com

PAIVA, Ed Carlo Rosa¹

ROSA, Giovanna Aparecida Alves¹

BORGES, Izadora Ribeiro¹

CARVALHO, Yan Alves¹

COSTA, Lorrany Jenifer Teodoro da¹

JESUS, Sayonara Lanna Alves de¹

OLIVEIRA, Mariana de¹

SILVA, Natan da¹

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Engenharia

Resumo: A relação entre o ser humano e o meio ambiente excedeu há muito tempo a questão da sobrevivência. Em oposição à conduta de outros seres vivos que, delimitam o seu crescimento de forma a manter um equilíbrio com os demais seres e o ecossistema onde vivem, a espécie humana apresenta problemas em estabelecer o seu limite de crescimento. Com isso, torna-se evidente a importância da conscientização e sensibilização do homem para que este possa assumir uma postura responsável e consciente diante do uso de recursos naturais, buscando sempre a sua manutenção. A educação ambiental é a responsável por promover e desenvolver conhecimentos, aptidões, atitudes e capacidades voltadas para a conservação do meio ambiente, proporcionando a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes na sociedade, favorecendo assim a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Ensino Fundamental. Conscientização Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o poder da informação é de fundamental importância para melhoria da qualidade de vida da sociedade. Nesse contexto, a educação ambiental exerce um papel de agente transformador, em que as relações de colaboração dos indivíduos permitem um desenvolvimento sustentável nas mais distintas extensões sociais.

Em conformidade com o exposto, quanto mais cedo a cultura de responsabilidade ambiental for repassada à sociedade por meio de propostas pedagógicas adequadas, mais provável será a consolidação da conscientização e dos importantes valores associados à preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento socioeconômico com princípios sustentáveis.

A sociedade contemporânea se caracteriza por um quadro socioambiental em que os impactos promovidos pelo ser humano sobre a natureza tem se refletido em consequências gravemente complexas, quantitativa e qualitativamente. Diante dessa perspectiva, a relação entre educação e meio ambiente para promover a cidadania, tem a função desafiadora de conter os riscos ambientais que vem

se intensificando ao longo dos últimos anos (CUBA, 2011).

A educação ambiental deve possuir caráter crítico e inovador, a fim de se promover uma importante transformação social, tendo em vista a ação que relaciona homem e meio ambiente. Nesse sentido, deve-se buscar uma didática instrutiva, por meio da qual se apresenta o esgotamento e a má utilização dos recursos naturais, apontando o homem como principal agente responsável pela deterioração ambiental, porém ressaltando que é também o único atuante com capacidade para promover a preservação da biosfera terrestre.

A educação ambiental possui seus primeiros registros datados em 1948, decorrentes de um encontro ocorrido em Paris, visando a conservação da natureza; porém, somente a partir de 1972 é que foram estabelecidos programas e conferências sobre essa temática (BRASIL, 2013).

Na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, ocorrida na Geórgia em 1977, com interferência do Brasil, foram definidos os objetivos e principais estratégias a serem adotadas para a implantação de uma educação ambiental eficaz; tais princípios são ainda aplicados no cenário



atual, em âmbito global. Já no Brasil, a institucionalização da educação ambiental teve início em 1973, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) e posterior implantação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, que especulou sobre a real importância da presença da educação ambiental em todos os níveis de ensino disponíveis à comunidade.

Visto sua relevância diante das condições ambientais contemporâneas, o estudo ambiental deve, então, ser tratado nas escolas, como um processo de reconstrução e renovação positiva do indivíduo, a partir do contato com ações determinantes (poluição, desmatamento, produção excessiva de resíduos domésticos e industriais e a má destinação destes, entre outras) das condições atuais do meio ambiente.

Logo, a escola deve ser um espaço em que o aluno analisará as condições da natureza em um contexto associado as práticas sociais sustentáveis. Tais práticas se associam, principalmente, a importantes temas ambientais como a reciclagem do lixo, a proteção do verde, o uso e a degradação de mananciais e ações referentes à poluição do ar. Desse modo, percebe-se que consolidação dos paradigmas ambientais é importante para demonstrar a realidade do meio ambiente atual de vários ângulos e, ao mesmo tempo, promover uma transformação positiva nas atitudes da sociedade civil.

2. OBJETIVOS

O projeto visa promover práticas sustentáveis em escolas primárias, possibilitando a conscientização e o fortalecimento do conhecimento sobre questões ambientais por meio de atividades educativas, como palestras e oficinas de cunho ecológico, tendo como tema a reciclagem e a gestão de resíduos sólidos.

3. METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico para estruturação do referencial teórico e conhecimento sobre o tema pelos alunos envolvidos na realização do projeto. Posteriormente, foi confeccionada uma proposta de trabalho, explicando em que consistia o projeto, o objetivo do mesmo, a descrição dos assuntos que seriam abordados nas palestras e as oficinas propostas, contendo também o contato dos participantes, inclusive do orientador. Esta foi apresentada ao orientador do trabalho e, após sua aprovação, a proposta foi entregue à coordenação das escolas visitadas.

A metodologia empregada para a execução deste projeto consistiu em etapas específicas, seguidas na seguinte ordem: apresentação de vídeos e palestras

educativas, por meio de uma didática apropriada para cada faixa etária e, posteriormente, a realização de oficinas responsáveis pela aplicação do que foi ministrado anteriormente, em atividades práticas, para uma melhor fixação do conteúdo. Após as oficinas, foram aplicados questionários aos estudantes, como método de avaliação de aprendizagem sobre os temas abordados.

As palestras foram montadas buscando temas que refletem a preocupação com a causa ambiental, tornando visível, por meio de exemplificação, a importância da conscientização social e da prática de ações responsáveis para com o meio ambiente. Entre os temas trabalhados, estão: meio ambiente e sustentabilidade, impactos ambientais, reciclagem, coleta seletiva, os três R's (reduzir, reutilizar e reciclar), poluição: definição e tipos, entre outros, procurando direcioná-los à realidade de Catalão, onde foram realizadas as experiências que possibilitaram a concretização do projeto.

O conteúdo ministrado nas palestras teve sua propagação por meio de slides ou mesmo dos quadros utilizados pelos professores das escolas, conforme a disponibilidade. Já as oficinas foram executadas com o material levado pelos próprios alunos, devido a divulgação pela escola aos pais, tendo uma primeira fase instrucional, e uma segunda prática.

A intenção inicial era a aplicação deste projeto em escolas da rede pública. Contudo, apesar de inúmeras tentativas, as instituições visitadas não se mostraram dispostas a permitir o contato dos seus alunos com os participantes do trabalho. Como motivo desta negativa, alegaram que as professoras responsáveis pelas turmas reconheceriam o trabalho como um competidor à sua posição e não como um aliado.

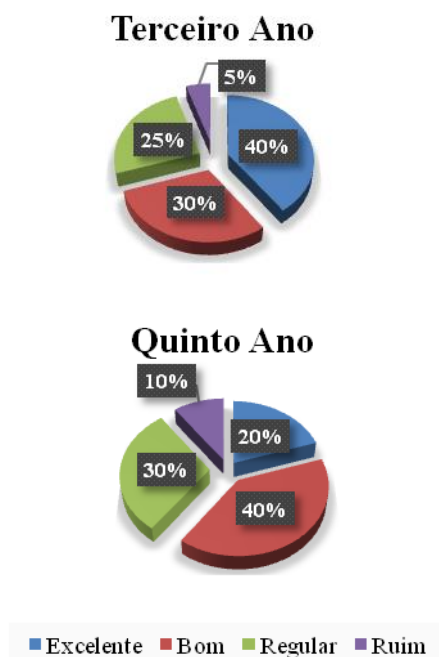
Apesar da surpresa, visto que era esperada uma melhor aceitação por parte das instituições visitadas, mudou-se o público de interesse e, sendo assim, iniciou-se uma busca pelas escolas privadas de ensino. Essas se mostraram muito interessadas e foram muito receptivas no primeiro contato efetuado, onde foram apresentadas as propostas de palestras e oficinas, e as mesmas verificaram a possibilidade de confirmar a aplicação do projeto.

Contudo, mais uma vez, apenas o Colégio Universitário Junior deu um retorno positivo e, assim, foram combinadas as turmas de aplicação, sendo estas o 3º e 5º ano do ensino fundamental, no período da tarde de segunda e quinta-feira, durante duas semanas. A primeira semana consistiu na aplicação de palestras e, na segunda, houve a realização das oficinas. Na primeira semana, foi falado sobre as oficinas com as próprias crianças, pedindo que estas trouxessem de casa os materiais que seriam utilizados posteriormente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Figura 1 estão apresentados os desempenhos obtidos por meio das respostas aos questionários com as turmas trabalhadas.

Figura 1. Aproveitamento dos alunos do terceiro e quinto ano do ensino fundamental.



Na turma do 3º ano, as crianças se mostraram muito interessadas e foram bastante participativas durante a palestra, sempre apresentando questionamentos e exemplificando o que era abordado nos slides com questões vivenciadas em suas rotinas e experiências. Já na turma do 5º ano, muitas crianças se mostraram dispersas e muitas vezes era necessária a ajuda dos professores, além do uso de uma abordagem diferenciada.

De acordo com a Figura 1 o desempenho entre bom e ótimo variou de 60 a 70%. Entretanto, acredita-se que esses valores sejam bem maiores, especialmente quando se avalia o interesse demonstrado durante as oficinas. No decorrer das mesmas, observou que o interesse das crianças foi notório, com a participação total das crianças, obtendo um resultado além do esperado.

Considerando para além da sala de aula, ou mesmo do projeto, conforme relato das crianças, as mesmas conversaram sobre o tema sustentabilidade com os familiares em casa. Nesse sentido, observa-se que o projeto cumpriu o seu papel, possibilitando que o público atingido, em um contato direto, se tornasse um agente multiplicador do conhecimento adquirido, através da conscientização daqueles que fazem parte de seus círculos sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado por este projeto de intervenção e conscientização social possui um cunho de grande relevância na etapa educacional na qual a escola está inserida, já que formar cidadãos trata-se do principal objetivo da educação básica. Abordar a temática sustentabilidade no ambiente escolar propicia a conscientização e reflexão sobre o uso de resíduos sólidos, uma vez que as crianças se tornam agentes multiplicadores e levam para suas vidas os conceitos abordados nas palestras e oficinas.

Como evidenciado ao longo do trabalho, pensar e aplicar o que é abordado em sala de aula no cotidiano é uma das principais finalidades da educação infantil. As palestras permitiram que as crianças associassem situações pessoais reais e o que estava na apresentação e, as oficinas, por sua vez, permitiram que estas vissem o real significado dos 3 R's apresentados a eles anteriormente, mostrando que nem sempre o que vai para lata de lixo é lixo realmente.

Vale ressaltar que já no primeiro contato foi visível o empenho e motivação dos alunos na participação do projeto, pois estes se mostraram muito participativos nas atividades, enfatizando a curiosidade despertada por esse tipo de trabalho, além da promoção de estímulos na busca por conhecimento pelos alunos.

As dificuldades enfrentadas para a concretização do projeto, bem como a importância do tema abordado, reforça a necessidade de o ensino buscar desenvolver a curiosidade e a vontade de aprender dos alunos, para que no momento da explicação das disciplinas, busquem a participação destes, incentivando-os através de perguntas-chaves (ou seja, quando forem perguntar, ao invés de responder diretamente, retribuir com uma pergunta que os ajude a encontrar a resposta sozinhos), sem esquecer de sempre avaliar-os e parabenizá-los quando alcançam uma meta estabelecida.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração do colégio Universitário Junior para a realização deste projeto, por meio da autorização da apresentação das palestras e da promoção das oficinas, bem como ao orientador do projeto, Dr. Ed Carlo Rosa Paiva, que nos instruiu a como administrar o conteúdo da forma mais adequada, possibilitando a assimilação pelas crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA e MEC, 4. ed., 2014.



112 p. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/98-pronea?download=1094:programa-nacional-de-educacao-ambiental-4%C2%AA-edicao-ambiental-4%C3%A3o>. Acesso em: 29 jul. 2017

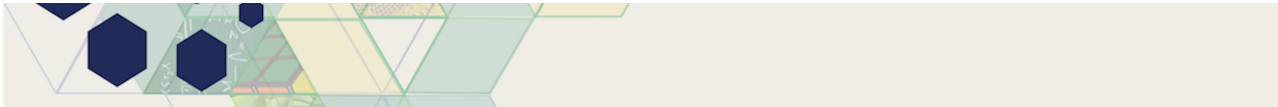
BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Portal de Resíduos sólidos. **História da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo**. 2013. Disponível em:

<http://www.portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo/>. Acesso em: 26 jul. 2017

CUBA, Marcos Antonio. Educação ambiental nas escolas. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, 2011.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho.”



PRIMEIRO DOCUMENTÁRIO SOBRE A RAPOSA-DO-CAMPO (*LYCALOPEX VETULUS*) E SUAS INTERAÇÕES COM OUTROS CANÍDEOS SILVESTRES DO CERRADO

Lemos, Frederico Gemesio, lemos@gmail.com^{1,2}

Freitas-Junior, Mozart Caetano²

Costa, Alan Nilo^{1,2}

Rocha, Fabiana Lopes^{2,3}

Rezende, Lucas Rodrigo¹

Pelenz, Taís Fernanda Fank¹

Rodrigues, Patrícia Giotti¹

Azevedo, Fernanda Cavalcanti^{2,4}

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de
Biotecnologia/Departamento de Ciências Biológicas

²Programa de Conservação Mamíferos do Cerrado

³Universidade Federal da Paraíba

⁴Universidade Federal de Viçosa/Programa de Pós-Graduação em Ecologia

Resumo: A presente ação de extensão teve como objetivo principal oferecer apoio científico para realização de documentário pela TV Japonesa NHK (Programa Wild Life) sobre a ecologia de canídeos silvestres em áreas de Cerrado no sudeste de Goiás. Filmagens foram realizadas ao ar livre, no ambiente natural dos animais, entre os dias 02 de outubro e 17 de novembro de 2016. Para localização dos animais, pesquisadores utilizaram técnicas de rastreamento, focagem noturna e monitoramento por radiotelemetria. Mais de 8.000 km foram percorridos em busca dos animais, sendo possível filmar vários indivíduos de raposa-do-campo, lobo-guará e cachorro-do-mato. Filmagens abrangeram comportamentos variados como: forrageamento, interações entre casais, cuidado parental e interações interespecíficas.

Palavras-chave: *Cerdocyon thous*. *Chrysocyon brachyurus*. Conservação. Extensão. Neotropical Canids.

1. INTRODUÇÃO

O Cerrado é a maior extensão de savana da América do Sul (PENNINGTON *et al.*, 2006), cobrindo mais de 2 milhões de quilômetros quadrados (KLINK E MACHADO, 2005). Este bioma abriga 251 espécies de mamíferos, sendo que 18 destas são endêmicas (PAGLIA *et al.*, 2012). Quatro espécies de canídeos (Carnívora: Canidae) habitam este ecossistema e podem ocorrer em simpatria: a raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e o cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*) (WILSON E MITTERMEIER, 2009). Destes, a raposa-do-campo é a espécie de menor porte (2,5 – 4 kg), e além de ser o único carnívoro essencialmente brasileiro (LEMONS *et al.*,

2013) é a única com distribuição restrita às áreas de Cerrado.

Devido aos poucos estudos desenvolvidos com essas espécies de canídeos, muitos aspectos biológicos, comportamentais e ecológicos ainda permanecem pouco conhecidos. Neste contexto, a raposa-do-campo é considerada um dos sete canídeos menos estudados do mundo pelo grupo de especialistas em canídeos da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Pouquíssimos trabalhos científicos foram realizados até o presente com foco na raposa-do-campo, exceto pelas clássicas e ricas contribuições escritas pelo naturalista Júlio C. Dalponte (DALPONTE, 1995, 1997, 2003 e 2009; DALPONTE E COURTENAY, 2004 e DALPONTE E LIMA, 1999), e algumas publicações pontuais (COURTENAY *et al.*, 2006; FERREIRA-SILVA E LIMA, 2006; JÁCOMO *et*



al., 2004; LEMOS *et al.*, 2007; LEMOS *et al.*, 2011a; LEMOS *et al.*, 2011b; LEMOS *et al.*, 2013; LEMOS, 2016). Em grande parte, isto é resultado do endemismo da espécie ao Cerrado Brasileiro. Se para a comunidade científica a raposa-do-campo segue pouco conhecida, para o público leigo nacional e internacional ela passa despercebida, embora comumente seja avistada em fazendas no interior de Goiás, Minas Gerais e outros estados onde ocorre. Em muitas regiões, a raposa-do-campo e o cachorro-do-mato não são consideradas espécies distintas pelas comunidades locais (e até mesmo por pesquisadores) dada as semelhanças entre essas espécies. Oriundo de tal desconhecimento, em diversas regiões raposas-do-campo são abatidas preconceituosa e preventivamente acusadas de serem predadores frequentes de aves domésticas. Na região do Limoeiro, no município de Cumari – Goiás, mais de dez por cento de uma população monitorada foi morta voluntariamente por moradores da área de estudo (LEMOS, 2016). Neste contexto, a fim de aumentar a divulgação e conhecimento do público acerca desta singular espécie, se faz necessária a intensificação de parcerias entre instituições de pesquisa e ensino com setores de divulgação científica, como revistas, jornais, TV e documentaristas. Tal parceira tende em primeiro plano contribuir para a divulgação e popularização da biodiversidade, mas também é forte aliada para a conservação e manejo das espécies silvestres em seu ambiente local, uma vez que tem o potencial de fazer com que pessoas conheçam espécies da fauna local e se apeguem às mesmas.

Assim, o objetivo principal da presente ação de extensão foi oferecer apoio científico para realização de um documentário sobre a ecologia da raposa-do-campo e outros canídeos silvestres em áreas de Cerrado no sudeste de Goiás, a ser realizado pela organização nacional de radiodifusão pública do Japão NHK. Os objetivos específicos do projeto foram (1) a realização do registro filmado e fotográfico da fauna local ainda existente na região de estudo, (2) a realização de filmagens sobre a ecologia e comportamento da raposa-do-campo (a maioria destes inéditos para a ciência), (3) a realização de registros das interações entre a raposa-do-campo, o cachorro-do-mato e o lobo-guará, e (4) ampliar a divulgação sobre a espécie e a fauna do Cerrado para a comunidade internacional.

2. METODOLOGIA

2.1. Local de realização do documentário

O documentário foi realizado em áreas de fazendas localizadas na região do Limoeiro, no município de Cumari, Goiás (18°15'S, 48°09'O). A paisagem nesta área consiste basicamente em

fazendas de criação extensiva de gado bovino (*Bos taurus*), sendo formada por pastagens exóticas e manchas de vegetação nativa do ecótono Cerrado/Mata Atlântica. A fauna de mamíferos na região do Limoeiro tem sido foco de estudos desde 2002. Um estudo sobre a ecologia de três espécies de canídeos do Cerrado (a raposa-do-campo, o cachorro-do-mato e o lobo-guará) vem sendo desenvolvido na área desde 2008 até o presente. As atividades de pesquisa desenvolvidas neste projeto mais amplo foram objeto de várias reportagens nacionais e internacionais nos últimos oito anos, e na presente proposta a TV-Japonesa NHK pretendeu documentar a vida das três espécies de canídeos na região como parte de um programa especial sobre vida selvagem (Programa *Wild Life*).

2.2. Metodologia de filmagem e apoio científico

Para realização do documentário foram utilizados equipamentos fotográficos, armadilhas fotográficas e filmadoras, além de drones para tomadas aéreas dos animais e da paisagem da região. As filmagens foram realizadas entre os dias 02 de outubro e 17 de novembro de 2016 no ambiente natural dos animais e com enfoque em animais silvestres selvagens.

Em nenhuma ocasião os animais foram manipulados ou retirados de seu habitat natural para as sessões de filmagem ou fotografia. Também não foi permitida a aproximação indevida e/ou excessiva, da equipe de filmagem ou dos pesquisadores, dos animais filmados; evitando assim qualquer distúrbio em seu comportamento normal.

2.3. Apoio científico

O apoio científico dado ao documentário foi realizado por uma equipe de biólogos e um veterinário, sendo os mesmos que desenvolvem as ações de pesquisa na área de estudo com os animais foco do documentário.

Os animais filmados foram localizados pela equipe de pesquisadores através de equipamentos de monitoramento por rádio telemetria (coleiras transmissoras Very High Frequency, VHF), os quais já se encontravam instalados nos animais para fins científicos do projeto **Ecologia e Conservação da raposa-do-campo *Lycalopex vetulus* em áreas de Cerrado do Brasil Central**, que possui autorização pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio/SISBIO 14576-6 / 2009–2015), e aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (066/2014). Além disso, foi utilizado o método de focagem noturna com lanternas e holofotes para localização de animais não monitorados por radiotransmissores.

O apoio científico dos pesquisadores à equipe do documentário também incluiu a revisão técnica do roteiro do documentário, a interpretação dos comportamentos e interações registrados para cada espécie, e a identificação sistemática de espécies de plantas e animais da região, além da escolha das melhores localizações e horários para filmagem das espécies foco.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram percorridos mais de 8.000 km de estradas de terra e pastagens no município de Cumari, afim de realizar o maior número possível de registros sobre a ecologia e comportamento de raposas-do-campo, cachorros-do-mato e lobos-guará da região. A partir do material obtido foi gerado o primeiro documentário sobre a raposa-do-campo e sua interação com outros canídeos silvestres do Cerrado. O documentário foi ao ar em rede japonesa nacional no horário nobre, às 20 horas. No entanto, os pesquisadores não tiveram acesso à quantidade de pessoas que assistiram ao documentário e assim estimar o alcance da divulgação proposta pelo filme.

Foi possível acompanhar e filmar duas famílias de raposa-do-campo, que no período das filmagens estavam com filhotes, e vários indivíduos de lobo-guará e cachorro-do-mato. As filmagens abrangeram comportamentos variados como: forrageamento, socialização entre casais, descanso, cuidado com filhotes, defesa de toca e território, além de interações interespecíficas. A moderna tecnologia utilizada (filmagens em qualidade 4K) e o intenso trabalho de campo diário da equipe permitiu obtermos imagens nunca antes filmadas, como pais de raposa-do-campo trazendo comida para filhotes e afugentando cachorros-do-mato que se aproximaram muito da toca de filhotes.

A soma de esforços científicos e de atividades de divulgação (como a do documentário) fomentaram e apoiaram a transformação da região do Limoeiro em uma Área de Proteção Ambiental (APA do Limoeiro), a fim de garantir a conservação da biodiversidade local. Trabalhos de extensão e divulgação científica como esse são essenciais não só para a criação de futuras unidades de conservação, mas também para o fortalecimento da APA do Limoeiro. Diminuir a distância entre ciência, fauna e as comunidades possibilita estender os conhecimentos gerados por pesquisas científicas para além do meio acadêmico, aumentando assim as chances de garantir a existência não só da raposa-do-campo e outros carnívoros, mas também da exclusiva vida selvagem do Cerrado brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário maior incentivo para que trabalhos como este sejam realizados, aumentando assim a divulgação da fauna e flora de um ambiente ameaçado, rico e único como o Cerrado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às famílias dos peões e vaqueiros do Limoeiro pela hospitalidade em receber a equipe de pesquisadores do PCMC e seus parceiros, e aos proprietários das fazendas por permitirem o livre acesso às áreas onde ocorreram as filmagens.

REFERÊNCIAS

- COURTENAY, O.; MACDONALD, D. W.; GILLINGHAM, S.; ALMEIDA, G.; DIAS, R. First observations on South America's largely insectivorous canid: the hoary fox (*Pseudalopex vetulus*). **Journal of Zoology**, vol. 268, p. 45–54. 2006.
- DALPONTE, J. C. The hoary fox in Brazil. **Canid News**, vol. 3, p. 23–24. 1995.
- DALPONTE, J. C. Diet of the hoary fox, *Lycalopex vetulus*, in Mato Grosso, central Brazil. **Mammalia**, vol. 61, p. 537–546. 1997.
- DALPONTE, J. C. **História natural, comportamento e conservação da raposa-do-campo, *Pseudalopex vetulus* (Canidae)**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília. 2003.
- DALPONTE, J. C. *Lycalopex vetulus* (Carnivora: Canidae). **Mammalian Species**, vol. 847, p. 1–7. 2009.
- DALPONTE, J. C.; COURTENAY, O. Hoary fox *Pseudalopex vetulus* (Lund, 1842). In: SILLERO-ZUBIRI, C.; HOFFMANN, M.; MACDONALD, D. W. (Eds.). **Canids: foxes, wolves, jackals and dogs. Status survey and conservation action plan. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources/Species Survival Commission Canid Specialist Group**, p. 72–76. 2004.
- DALPONTE, J. C.; LIMA, E. S. Disponibilidade de frutos e a dieta de *Lycalopex vetulus* (Carnivora - Canidae) em um cerrado de Mato Grosso, Brasil. **Revista Brasileira de Botânica**, vol. 22, p. 325–332. 1999.
- FERREIRA-SILVA, E.; LIMA, E. S. Termite predation by the hoary fox, *Pseudalopex vetulus* (Lund) (Carnivora, Canidae), in a pasture in Mato Grosso, Central Brazil. **Mammalia**, vol. 70, n. 3–4, p. 255–260. 2006.



- JÁCOMO, A. T. A.; SILVEIRA, L.; DINIZ-FILHO, J. A. F. Niche separation between the maned wolf (*Chrysocyon brachyurus*), the crab-eating fox (*Dusicyon thous*) and the hoary fox (*Dusicyon vetulus*) in central Brazil. **Journal of Zoology**, vol. 262, p. 99–106. 2004.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conservation Biology**, vol. 19, p. 707–713. 2005.
- LEMOS, F. G. **Ecologia e conservação da raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*) e suas interações com canídeos simpátricos em áreas antropizadas de Cerrado do Brasil Central**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Uberlândia, p. 200. 2016.
- LEMOS, F. G.; AZEVEDO, F. C.; COSTA, H. C. M.; MAY-JUNIOR, J. A. Human threats to hoary and crab-eating foxes in central Brazil. **Canid News**, 14. 2011a.
- LEMOS, F. G.; FACURE, K. G.; AZEVEDO, F. C. Comparative ecology of the hoary fox and the crab-eating fox in a fragmented landscape in the Cerrado biome at central Brazil. pp. 143-160. In: Rosalino, L.M. & Gheler-Costa, C. (orgs.). **Middle-Sized Carnivores in Agricultural landscapes**. New York: Nova Science Publishers, Inc. 2011b.
- LEMOS, F. G., FACURE, K. G.; COSTA, A. N. Interference competition between the crab-eating fox and the hoary fox. **Canid News**, vol. 103, p. 1–4. 2007.
- LEMOS, F. G.; AZEVEDO, F. C.; BEISIEGEL, B. M.; JORGE, R. P. S.; PAULA, R. C.; RODRIGUES, F. H. G.; RODRIGUES, L. A. Avaliação do risco de extinção da raposa-do-campo *Lycalopex vetulus* (Lund, 1842) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, vol. 3, n. 1, p. 160-171. 2013.
- PAGLIA, A. P.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; HERRMANN, G.; AGUIAR, L. M. S.; CHIARELLO, A. G.; LEITE, Y. L. R.; COSTA, L. P., SICILIANO, S.; KIERULFF, M. C. M.; MENDES, S. L.; TAVARES, V. C.; MITTERMEIER, R. A.; & PATTON J. L. **Lista Anotada dos mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals**. 2. ed. Arlington: Conservation International, 2012.
- PENNINGTON, T.; LEWIS, G. P.; RATTER, J. A. **Neotropical savannas and seasonally dry forests: plant diversity, biogeography, and conservation**. Boca Raton: CRC Press, 2006.
- WILSON, D. E.; MITTERMEIER, R. A. **Handbook of the mammals of the world**. Carnivores. Barcelona: Lynx Edicions. 2009.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho.

PROCESSOS DE ENGENHARIA DE SOFTWARE APLICADOS AO ENSINO DE INFORMÁTICA NA APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Suzuki, Ana Paula, suzuki.senai@sistemapieg.org.br¹

Vieira, Arley, arley.senai@sistemapieg.org.br²

Camargo, Lísias, lisias.senai@sistemapieg.org.br³

Silva, Luciana, lucianasilva.senai@sistemapieg.org.br⁴

¹ Unicesumar – Centro Universitário Cesumar/Graduanda em Engenharia de Software

² SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Catalão

³ Unicesumar – Centro Universitário Cesumar /Graduando em Engenharia de Software

⁴ SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Catalão

Resumo: Este artigo descreve a aplicação dos conceitos da Engenharia de Software no desenvolvimento de jogos como instrumento de aprendizagem do pacote Office 2010® aos estudantes do curso de Assistente Administrativo na modalidade Aprendizagem Industrial. Além disso, durante o projeto foram trabalhadas outras habilidades e atitudes e valores importantes para a formação do perfil profissional do estudante, preparando-o para o mundo do trabalho e para a convivência social.

Palavras-chave: Engenharia de Software. Educação. Pacote Office. Competência.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar os conceitos de engenharia de Software na modalidade Aprendizagem Industrial visando a aplicação dos seus processos como facilitador ao ensino da informática. Sommerville (Sommerville, 2011), conceitua um processo como um conjunto de atividades relacionadas que levam a produção de um produto de software. O autor cita quatro atividades fundamentais para a Engenharia de Software:

- (1) Especificação de Software – onde as restrições de software são definidas;
- (2) Projeto e Implementação – produção do software;
- (3) Validação de Software – garantia que atenda às demandas do cliente;
- (4) Evolução de Software – atendimento às necessidades de mudança.

Foi trabalhado três dessas atividades, sendo elas especificação, projeto e implementação e validação de Software. Este projeto recebeu o nome de “Desenvolvimento e Documentação de Software de Jogos criados com o Pacote Office 2010”.

Assim, como objetivos específicos:

- Fazer com que o aluno fixe conteúdos já aprendidos de forma motivadora.
- Reflexão e análise do próprio raciocínio.
- Desenvolvimento de estratégias para resolução de problemas e conflitos
- Incentivar o aluno ao aprendizado através de práticas pedagógicas que se aproximam do seu mundo.
- Realizar a interdisciplinaridade entre o componente de Informática e os demais.

- Avaliação por competência.
- Demonstrar os conhecimentos em pacote Office.
- Visa proporcionar ao aluno o trabalho em equipe, exercício da liderança e senso de responsabilidade e compromisso.

2. ETAPAS DO PROJETO

O Projeto buscou identificar os processos de desenvolvimento de software descritos por Sommerville 2011, seguindo algumas das atividades conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Processos Aplicados

	<i>Projeto</i>	<i>Sommerville</i>
Atividade 1	Concepção e levantamento das necessidades	Especificação de Software
Atividade 2	Elaboração e Negociação	Projeto e Implementação
Atividade 3	Desenvolvimento	Projeto e Implementação
Atividade 4	Validação	Validação de Software

Fonte: Elaborado pelo Autor

2.1. Concepção e Levantamento das Necessidades

A Concepção corresponde a uma atividade dentro da Engenharia de Requisitos descrita por

Huzita, 2003 como sendo o campo que se relaciona com a identificação de metas a serem atingidas pelo sistema a ser desenvolvido.

Parece simples perguntar ao cliente aos usuários e demais envolvidos quais são suas necessidades e como o sistema deve ser utilizado no dia a dia, mas para Pressman, 2011 essa pode não ser uma tarefa tão simples podendo encontrar diversos problemas no percurso. Entre os problemas é possível encontrar falhas no escopo, entendimento e volatilidade como citados por (CHRISTEL e KANG, 1992)

- Problema de escopo: Pouco requisito levantado para muita necessidade;
- Problema de entendimento: Dentro de grupos, grupos de usuários e grupos de desenvolvedores;
- Problema de volatilidade: Requisitos em constante mudança.

2.2. Elaboração e Negociação

O Objetivo na Negociação para SILVA (2012) é priorizar e identificar os riscos dos requisitos eliminando, combinando ou modificando os mesmos, possibilitando chegar a uma lista final daqueles desejados.

Pressman complementa que nessa etapa é preciso desenvolver um plano de projeto que atenda às necessidades dos interessados e, ao mesmo tempo, reflita as restrições do mundo real como tempo e orçamento.

2.3. Desenvolvimento e Especificação

Esta fase corresponde a produção do software propriamente dito. Freitas (2016), cita que é nesta etapa que se constrói o software baseado nas definições técnicas da fase de projeto e entra-se na prática do desenvolvimento do sistema.

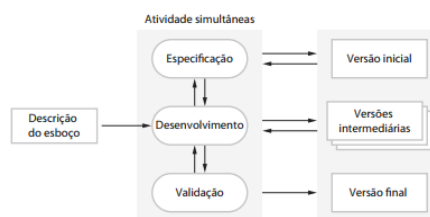
Para a autora a implementação é o processo de concretização do projeto como um programa, esta fase sempre começa quando a fase de projeto tiver sido encerrada pois nela serão detalhados os componentes que foram descritos.

2.4. Validação

Validação refere-se a um conjunto de tarefas que asseguram que o software foi criado e pode ser rastreado segundo os requisitos do cliente, tem por objetivo responde o questionamento: Estamos construindo o sistema correto? (FREITAS, 2016).

É muito importante que a etapa de validação seja cuidadosamente realizada pela equipe de desenvolvimento, pois é preciso assegurar que o sistema funcionará corretamente. (COELHO, 2015). Por outro lado, como aponta (Sommerville, 2011) é possível se desenvolver um produto de software de forma incremental e entregar ao usuário versões iniciais, sendo que a validação é presente até a entrega da versão final:

Fig. 1: Desenvolvimento Incremental

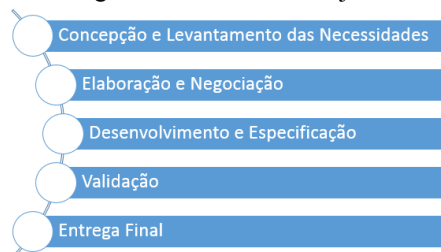


Fonte: Sommerville, (2011, p.22)

3. METODOLOGIA

O projeto proposto foi desenvolvido com os estudantes do curso de Assistente Administrativo na modalidade Aprendizagem Industrial dentro da unidade curricular de Informática (100 horas) seguindo as seguintes atividades demonstradas na Figura 2:

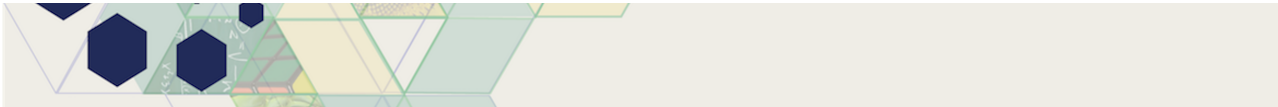
Fig. 2: Atividades do Projeto



Fonte: Elaborado pelo autor

Todas as atividades deveriam ser desenvolvidas utilizando somente as ferramentas do pacote Office. Os estudantes foram apresentados às fases que compõe o desenvolvimento de software. Logo após, todos foram divididos em grupos de trabalho chamados “Equipes de desenvolvimento de software”. Neste primeiro momento, as equipes deveriam se dividir em funções:

- **Líder:** responsável pelo cumprimento do cronograma estabelecido, estipular metas, auxiliar em todas as áreas, gerenciar a integração da equipe, administrar conflitos e facilitar a comunicação entre Gerente – Equipe – Cliente.
- **Responsável pelo desenvolvimento do jogo:** tarefa principal o desenvolvimento das funcionalidades do jogo, aplicação dos



requisitos solicitados pelo cliente, criação de telas, níveis de dificuldade e testes. Este deverá estar presente em todas as reuniões com o cliente, anotar todas as exigências, documentar as decisões, discutir as possibilidades de execução, negociar requisitos e dar sugestões.

- **Responsável pela documentação:** deverá descrever em Documento técnico todo desenvolvimento do projeto, imagem das telas, detalhe das funcionalidades e níveis, elaboração dos gráficos, redação de atas de reunião e criação de Manual do Usuário.
- **Responsável pela estratégia de marketing:** deverá desenvolver uma embalagem para o produto que será disponibilizado em CD, buscar “patrocinadores” (caso haja arrecadação de brindes em comércio/indústria da cidade), estratégia de divulgação dos patrocinadores, propaganda do produto (pode-se criar vídeos, jingles, vinhetas, música, etc.) e “vendas” (atraindo o maior número de alunos para responder ao questionário de satisfação).

Também foi atribuído a cada equipe que criasse um nome, crachás com as funções, um slogan, logomarca, visão e missão da sua empresa.

O professor também teve que desempenhar dois papéis fundamentais:

- **Gerente da empresa de desenvolvimento:** gerencia o trabalho das equipes referente a cumprimento do cronograma e a qualidade do produto especificado pelo cliente.
- **Cliente:** irá especificar o tipo de jogo e as funcionalidades desejadas.

Para o projeto foram sugeridos 4 temas: Jogo da memória para uma indústria farmacêutica, mapa dos pontos turísticos da cidade para uma agência de Turismo, jogos educativos para uma escola de educação infantil e jogo dos erros para uma montadora de carros.

As equipes deveriam elaborar um cronograma de trabalho e entrega do produto (jogo), bem como as atividades destinadas a cada membro. O líder era o responsável pela entrega do cronograma ao Gerente e pelo seu cumprimento junto à equipe. Além disso, houve a elaboração de um documento com a especificação do que foi pedido pelo cliente. Isso para que cada equipe garantisse, perante o gerente, que atendeu aos requisitos exigidos. Também foi redigido um documento com todas as informações sobre a equipe, cronograma e um fluxograma experimental mostrando as principais funcionalidades do jogo (Documentação de Software Versão 1.0).

O desenvolvimento de software teve uma carga horária aproximada de 60 horas. Durante esta fase foram realizadas várias reuniões entre equipe/cliente/gerente para verificar se os requisitos estavam de acordo. Em vários momentos houve mudança dos requisitos, aumentando a dificuldade do desenvolvimento, o cumprimento de prazos e as metas com qualidade, além de trabalhar outras capacidades como liderança, iniciativa, trabalho em equipe, planejamento do trabalho e tomada de decisão.

Para a validação do projeto desenvolvido, houve duas apresentações ao público:

- A primeira apresentação foi para alunos de outros cursos. Eles experimentariam o jogo e responderiam a um questionário de satisfação do cliente. A partir deste questionário foi gerado um gráfico para que a equipe pudesse verificar seu desempenho e possíveis necessidades de melhoria no sistema.
- Após a implantação das melhorias, as equipes apresentaram novamente aos alunos, professores e coordenação da escola.

Nesta última apresentação todos os requisitos foram avaliados, inclusive a embalagem do produto, estratégias de marketing e promoções para atrair mais pessoas para testar seu produto.

Ao final do projeto foram analisados vários aspectos observados durante o processo de desenvolvimento juntamente com os alunos:

- Como foi o trabalhar em equipe;
- Quais foram as maiores dificuldades/facilidades durante a realização do trabalho;
- Qual a parte mais difícil de desenvolver;
- Como foi ter seu produto avaliado por outras pessoas;
- O que poderia ser melhorado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento do projeto, as atividades de texto, cálculos e gráficos e as artes gráficas foram desenvolvidas no pacote Office. Todo o jogo foi desenvolvido no PowerPoint®, a figura 2 demonstra um jogo finalizado com o intuito de ser utilizado na educação de crianças e adolescentes, o mesmo abordava lições iniciais em ensino de português, inglês, ciências e matemática.

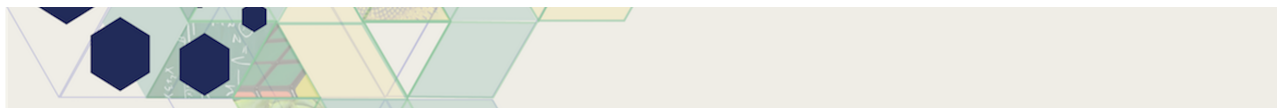
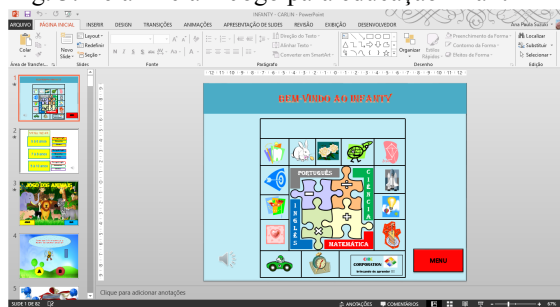


Fig. 3: Tela Inicial - Jogo para educação infantil



Fonte: printscreen da aplicação

O usuário ao iniciar a ferramenta visualiza um menu de opções indicando o ensino nas áreas citadas acima, o menu é disposto em cores interativas de forma a permitir melhor usabilidade do usuário sem experiência com recursos informatizados.

A avaliação da aprendizagem foi com base nas distintas competências apresentadas. Algumas das competências avaliadas foram:

- Capacidade de planejamento
- Consciência de qualidade: utilizar imagens de qualidade, utilização de hiperlinks corretamente;
- Perseverança e determinação: apresentação do trabalho com firmeza e sem hesitação;
- Comunicação: tranquilidade e segurança durante a apresentação, clareza e objetividade durante as reuniões, uso de linguagem apropriada para o público presente e coerência na articulação das ideias;
- Autocontrole: as emoções (tensão, competitividade, medo, etc.) influenciaram no desempenho, aceita críticas com tranquilidade.
- Postura: mantém postura física adequada ao ambiente.

Além dessas capacidades, também foi analisado o aprendizado quanto à utilização das ferramentas do pacote Office 2010.

O evento que marcou finalização deste projeto foi a entrega de medalhas a todos que participaram e um prêmio especial para aqueles que se destacaram no desenvolvimento, segundo os votos das apresentações, em reconhecimento à dedicação e esforço.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste projeto foi bastante prazeroso e envolvente. Foi possível perceber a dedicação desde o momento em que se organizaram na primeira reunião.

Conclui-se que esta experiência foi também importante para a formação do perfil profissional dos estudantes pois lhes foi permitido trabalhar em condições reais e concretas, simulando o mundo do trabalho.

Foi procurado trabalhar as competências básicas, específicas do curso e de gestão para contribuir com a formação de pessoas autônomas e aguçar os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores com o objetivo de preparação para enfrentar situações da vida pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software**. 9ª Edição. São Paulo. Pearson Prentice Hall.

HUZITA, Eliza. **Engenharia de Requisitos**. Disponível em <http://www.din.uem.br/~emhuzita/download/EngSw/es-requisitos.pdf>

SILVA, Viviane Torres. (2012). **Princípios de Engenharia de Requisitos**. Disponível em <http://www2.ic.uff.br/~viviane.silva/2012.1/es1/util/aula5.pdf>

CHRISTEL Michael. (1992) **Issues in Requirements Elicitation**

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA INTERVENÇÃO COM ALUNOS DE 3º ANO

Amanda Estrela Vaz, amandaestrelaa@hotmail.com¹
Jackeliny Dias da Silva, jackelinydias@hotmail.com¹
Renata Limongi França Coelho Silva, psicologia@cesuc.br¹

¹ Faculdade CESUC – Curso de Psicologia

Resumo: Este trabalho é fruto de um projeto de Orientação Profissional realizado por alunos do curso de Psicologia na clínica escola do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) direcionado para alunos do 3º ano do Ensino médio com o objetivo de auxiliar os jovens no processo da escolha de uma carreira profissional, desenvolvendo estratégias para tomadas de decisões críticas e conscientes. Foram utilizadas diversas dinâmicas para autoconhecimento, discussão sobre as profissões e habilidades e escalas, todos sendo vivenciados em grupo, produzindo assim maior contato e experiências entre os participantes. O projeto alcançou excelentes resultados para os participantes, tanto para os orientadores, atingindo seu objetivo de estabelecer melhores diálogos e visões mais críticas ao futuro profissional.

Palavras-chave: Orientação Profissional. Tomadas de decisão. Profissões.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa apresentar algumas atividades desenvolvidas no Projeto de Orientação Profissional direcionado para alunos do 3º ano do Ensino médio e realizado por alunos do curso de Psicologia, do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). O projeto tem como objetivo ajudar o jovem a descobrir habilidades e aptidões relacionadas ao mundo do trabalho a partir de oficinas e vivências em grupo, sendo desenvolvidas estratégias para tomadas de decisões críticas e conscientes.

A escolha da profissão é uma das grandes causadoras de angústia ao ser humano, por ser uma decisão muito importante em sua vida. Ela transcende a própria pessoa, refletindo-se na família e na sociedade, visto que só por meio de seu trabalho o homem é reconhecido socialmente. Se satisfeito com o que faz, provavelmente trabalhará bem, será um bom profissional, o que poderá repercutir em benefícios para si e para aqueles que usufruirão de seus serviços ou do produto de seu trabalho (LIMA, 2007, p30).

Melo-Silva e Jacquemin (2000), ressaltam que o trabalho, em boa parte do século XX, se resumia basicamente a ter uma boa formação, conseguir um bom emprego e mantê-lo até o final da vida em uma situação que possibilitava certa previsão do futuro. No entanto, hoje, além desses aspectos, trabalhar também é não ter clareza se a formação é suficiente, é mudar constantemente de emprego, trabalho, cidade e, muitas vezes, de profissão e nunca ter segurança, estabilidade e continuidade definitivas, como nos modelos anteriormente predominantes, constituídos ao longo do século XX.

Diante desse cenário, a Psicologia vem auxiliar o jovem na construção de sua escolha profissional, através de um projeto que visa proporcionar momentos de reflexão sobre suas escolhas e sobre tudo no que implica tais decisões, fazendo assim com que esse processo de escolha profissional possa colaborar para a tomada de decisão.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Para Levenfus (2016) na passagem da adolescência à vida adulta, começam a surgir dúvidas de qual área profissional seguir. Adolescentes começam a passar por várias situações de pressão com a sociedade sobre a escolha do futuro profissional. Bohoslavsky (2015) relata que esse amadurecimento, não diz respeito apenas ao “o que fazer”, mas também ao “quem ser”, sendo assim, muitos buscam por testes vocacionais que determina quais cursos o indivíduo possui aptidão, contudo o processo de escolha engloba o seu crescimento e desenvolvimento pessoal, por isto, um acompanhamento profissional é necessário.

O marco oficial de início da Orientação Profissional se deu entre os anos de 1907 e 1909 com a criação do primeiro Centro de Orientação Profissional norte-americano sob a responsabilidade de Frank Parsons este acrescenta que a Orientação Profissional ideias da Pedagogia e da Psicologia e pensou nessa preocupação que os pais tinham em relação a escolha dos jovens. Já no Brasil tem como marco de origem em 1924, a Orientação Profissional brasileira nasceu ligada a Psicologia Aplicada ao trabalho e a educação (SPARTA 2003).

Conceitua-se Orientação Profissional ou Orientação Vocacional como um processo de



facilitação a escolha profissional, que se baseia no desenvolvimento do autoconhecimento e do conhecimento das atividades profissionais e ocupacionais, preparando a pessoa uma tomada de decisão profissional. Este processo não se baseia em “achismos” ou suposições, possui uma fundamentação e materiais teóricos que lhe servem de suporte. O objetivo consiste em facilitar o momento da escolha profissional do jovem ou do adulto, auxiliando-o a compreender sua situação específica de vida, na qual estão incluídos os aspectos pessoais, familiares e sociais. Compreende a elaboração de um projeto de vida, na busca de uma escolha que seja a melhor para o momento, dentro de determinadas condições. (LIMA, 2007, p.16)

Quando o indivíduo escolhe uma profissão ele está escolhendo também que tipo de vida levará e que tipo de relação irá estabelecer com a sociedade através de seu trabalho. Estar em dúvida na escolha é normal, o que prejudica é manter-se nela, causando estresses e momentos deprimentes.

De acordo com Melo-Silva e Jacquemin (2001), para que o trabalho da Orientação Profissional seja melhor aproveitado dispondo de bons resultados a todos envolvidos é preciso que o orientador/facilitador receba os orientandos de forma a acolher sua demanda, oferecendo uma escuta não punitiva para que o participante sinta-se seguro e consiga desenvolver-se junto ao grupo.

É preciso que seja respeitada a individualidade de cada participante, sua história e seu conflito atual, não os influenciando para caminhos que o facilitador acredita, mas sim estimulando e mostrando possíveis limitações no processo decisório. Principalmente nos trabalhos em grupo é importante deixar claro aos participantes a questão da ética e do sigilo, para isso é necessário que seja estabelecido um contrato dispondo das normas e regras do grupo de orientação.

Por fim, é importante salientar que os projetos de orientação profissional vêm fazendo grande diferença para jovens que se encontram em momentos de escolha profissional. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi desenvolver um projeto de orientação profissional em um dos serviços de clínica escola, para atendimento a jovens de terceiro ano de uma escola da cidade de Catalão-Go.

METODOLOGIA

Sujeitos

O de Orientação Profissional realizado pelo Serviço-escola do Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC) teve a participação de 17 indivíduos, todos estudantes do terceiro ano de uma escola da cidade de Catalão-Goiás, com faixa etária entre 16 anos à 18 anos, sendo 9 do sexo masculino e 8 do sexo feminino.

Instrumentos

Como instrumentos, foram utilizados 2 escalas para auxiliar a compreensão das aptidões dos participantes, sendo estas a EAP (Escala de Aconselhamento Profissional), e EIP (Escala de Indecisão Profissional).

Procedimentos

Foram realizados 10 sessões, os trabalhos iniciaram-se em abril/2017 e finalizaram em junho/2017. As sessões foram realizadas na clínica-escola da faculdade CESUC- Catalão – GO. Cada encontro teve a duração de aproximadamente 1 hora e 30 minutos cada. As sessões foram dirigidas por estudantes do curso de psicologia e acompanhadas semanalmente pelas supervisoras.

Antes de serem iniciadas as sessões junto aos adolescentes, foram realizadas 10 horas de grupos de estudo para compreensão da temática, treinamento dos estudantes de psicologia que conduziram as sessões e construção do projeto de orientação com objetivos e atividades que seriam realizadas em cada encontro.

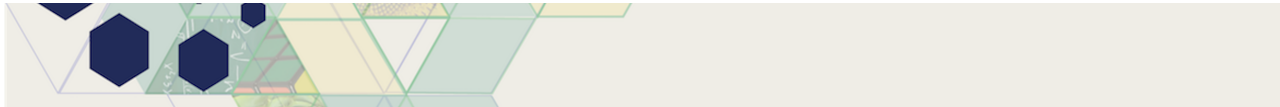
Desenvolvimento

O Primeiro Encontro com os adolescentes teve como objetivo principal promover o relacionamento interpessoal, estimular a comunicação dos participantes e a integração do grupo e aplicar as escalas EAP e EIP, para isso foi realizado uma dinâmica com o uso de um barbante.

No Segundo Encontro o objetivo foi promover o autoconhecimento e estabelecer uma ligação entre as vivências passadas e sua relação com a escolha da profissão, para isso foi feita uma dinâmica chamada de linha do tempo e utilizado cartolinas, canetinhas e fotografias. Neste encontro, os facilitadores enviaram um recado aos pais ou cuidadores, solicitando que escrevesse uma carta (para ser aberta no encontro seguinte) sobre seus sonhos e perspectivas para o futuro profissional do adolescente.

No terceiro encontro o objetivo foi proporcionar o autoconhecimento e promover o diálogo sobre os sonhos próprios versus sonhos de familiares, assim foi realizada uma dinâmica utilizando papel A4, envelopes para carta e canetas. Ao final, foi solicitado ao participante que escrevesse uma carta em resposta a carta do cuidador.

No quarto encontro o objetivo foi proporcionar aos participantes identificações com as profissões, promover o diálogo sobre profissões existentes e habilidades que os participantes possuem, para isto foi utilizado como material um jogo para identificar profissões, expostos em fotografias.



No quinto encontro o objetivo foi proporcionar o diálogo sobre profissões, vagas, concorrência e sobre o momento do vestibular, feito assim uma dinâmica utilizando caixas de bombons.

No sexto encontro o objetivo foi a continuação da discussão sobre as profissões e auxílio na reflexão acerca de habilidades e valorização pessoal, utilizando a técnica de marketing pessoal, com materiais sendo folha A4, lápis de cor e canetinhas.

No sétimo encontro o objetivo foi a reflexão sobre as possibilidades e limitações dentro de cada trabalho e a execução de vídeos mostrando profissionais explicando suas áreas, para isso foram utilizados vídeos expostos no notebook.

No oitavo encontro o objetivo foi proporcionar aos participantes reflexões sobre a construção de um planejamento de estudos até o dia do vestibular e promover diálogos sobre pontos fortes e de melhoria para que o planejamento seja executado, utilizando materiais como folhas de papel impressa, canetas, lápis e borracha.

No nono encontro o objetivo foi promover o diálogo sobre o dia do vestibular, promover e ensinar técnicas de relaxamento, sendo utilizado como material colchonetes e músicas ambiente.

Por fim, *no décimo encontro* o objetivo foi realizar um feedback dos participantes em relação ao projeto, fazer uma dinâmica sobre o que significou o grupo e o que notaram de diferença ao decorrer dos encontros para a futura escolha profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em cada encontro era realizado um feedback final, pedindo-se aos participantes que descrevessem palavras chave do que havia significado o encontro do dia, foi-se percebendo ao longo das sessões que palavras como “dúvidas”, “angustias” e “medos” foram se esvaindo, enquanto palavras como “descobertas”, “direcionamento” e “aprendizado” foram surgindo. Demonstrando assim, uma aproximação do jovem com uma escolha mais consciente e crítica.

Alguns participantes relataram que o projeto os auxiliou na melhoria da comunicação com os pais, pois a partir dali eles conseguiram conversar mais facilmente sobre a escolha profissional, sobre qual curso fazer. Relataram ainda que foram se conhecendo um pouco mais em cada encontro e quanto mais se conheciam mais sabiam que a escolha de um curso dependeria deles e que tudo aquilo dito em escolas e revistas sobre ter que passar quando saíssem do terceiro ano, também era uma escolha, não era obrigatório.

Pelo trabalho ter sido em grupo, percebeu-se o quanto os participantes se sentiam a vontade em expor seus sentimentos e o quanto se identificavam com histórias relatadas por outros participantes,

criando identificações e tornando assim o falar de vestibular e de escolhas um processo menos doloroso.

Alguns dos jovens chegaram bem decididos na escolha do curso e outros muito confusos, com muitas opções e sem conhecimento de inúmeras áreas. Os facilitadores perceberam que a maioria dos adolescentes não conhecem o curso que querem seguir, não conhecem a grade curricular e ficam muito propensos a influências sociais, principalmente da mídia, não sendo incentivados em escolas ou convívios familiares a pesquisarem sobre as profissões, e este pode ser um dos motivos da decepção do aluno quando ingressa em algum curso universitário, por não conhecer o arcabouço de atuação, acaba por frustrar-se.

No primeiro encontro quando foi perguntado a uma das participantes qual curso ela pensava prestar, a mesma disse que não sabia, que não tinha nenhum curso em mente, dizendo estar “perdida”. Ao passar dos encontros, especificamente no jogo das profissões, no qual tinham que escolher 10 fotografias e habilidades, explicando o porque teriam pego cada uma e o que representavam a eles, essa mesma participante fez escolhas de profissões que não continham muitas pessoas nos locais de trabalho, que poderia utilizar a criatividade e mais focado na área de exatas. Até antes mesmo de sua explicação, ela olhou as escolhas das fotografias de outra participante e disse que aquelas dez profissões que sua colega escolheu não se encaixava nela. Os facilitadores fizeram reflexões para que a participante pensasse sobre isso e percebesse que já era um grande passo delimitar aquilo que não queria e que a partir de exclusões ela poderia encontrar alguma profissão que se encaixasse em suas habilidades e escolhas.

No nosso quinto encontro, com a utilização da técnica dos bombons foi debatido que nem todos irão passar no vestibular na mesma época e que existem concorrências em cada curso, com isso eles relataram que antes o não passar era algo difícil de aceitar, mas agora entendendo que o não passar depende de inúmeros fatores e que a nota em alguns processos seletivos não definem quem eles são, nem sua capacidade, os deixava mais tranquilos caso não obtivessem resultados favoráveis.

Foram ensinados aos participantes técnicas de relaxamento para serem feitas quando precisarem, e quando se sentirem ansiosos, a maioria relatou que tentaria utiliza-las perto do vestibular, pois havia muito ansiedade e se tornava desesperador, disseram também que o fato de poder observar e sentir tudo aquilo que nosso corpo é capaz de fazer, os fizeram mais observadores e relaxados.

Ao final do projeto, os participantes puderam avaliar como estavam se sentindo diante de tudo que haviam vivenciado e avaliaram o trabalho desenvolvido. Discutiram a respeito das contribuições que o trabalho em grupo os



proporcionou, sendo relativas a busca de mais informações sobre as profissões, ao poder enxergar novos caminhos, ao poder da escolha, o autoconhecimento que foi adquirido, a ter mais objetivos, ao poder se expressar e ao poder da transformação que tiveram a partir do projeto, avaliando como chegaram ali e como estavam saindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ou CONCLUSÕES

O trabalho em grupo alcançou excelentes resultados nesta prática profissional por vários motivos: Primeiramente, é próprio do adolescente o convívio em grupos e turmas. É importante, no momento em que ele está buscando a sua identidade, sentir-se pertencente a grupo que obtenham as mesmas características e dificuldades com as quais está lidando. Para poder se diferenciar no seu grupo familiar, ele precisa sentir-se pertencente a outro grupo.

Há também possibilidade de compartilhar sentimentos de dúvida, confusão e insegurança em relação à escolha profissional e o futuro. Cada participante do grupo é um facilitador, pois a sua possibilidade de entender o outro e poder expressar como o percebe auxiliam no conhecimento que cada membro busca de si mesmo (MELO-SILVA e JACQUEMIN, 2001).

Por fim, é importante ressaltar que o projeto atingiu seu objetivo primordial, de estabelecer diálogo e promover visões mais críticas dos adolescentes sobre as escolhas profissionais. Além disto, observou-se também que este formato permitiu

que os participantes vivenciassem momentos de grandes emoções e de maior exploração do autoconhecimento e melhoria nas relações familiares.

REFERÊNCIAS

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: A estratégia clínica**. Editora Martins Fontes, 2015.

LEVENFUS, Rosane (Org.). **Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

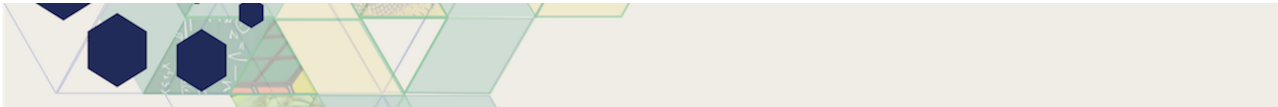
LIMA, Mariza Tavares. **Orientação profissional. Princípios teóricos, práticas e textos para psicólogos e educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

Melo-Silva, Lucy Leal; JACQUEMIN, André. **Intervenção em orientação vocacional/profissional: avaliando resultados e processos**. Vetor, 2001.

SPARTA, Mônica. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, 2003.

RESPONSABILIDADE AUTORMAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.



PROGRAMA INOVAR CIÊNCIA (PIC) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

ALVES, Diogo de Campos, diogocaalves@gmail.com¹

PAULA, Maria Helena de, mhp.ufgcatalao@gmail.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística

Resumo: *Esse trabalho tem como propósito descrever sobre as contribuições das ações extensionistas do Programa Inovar Ciência (PIC), o qual é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula, no âmbito do PROBEC/UFG-RC, e objetiva promover a interação entre a ciência e a pesquisa na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Diante disso, almejamos contribuir para uma discussão profícua da importância da extensão universitária, nesse caso o PIC, haja vista que sendo um programa de extensão possui o dever de disseminar os saberes que são aí produzidos e, por conseguinte, compartilhá-los na comunidade acadêmica e fora dela. Como corpus, tabulamos todas as ações desde março de 2016 até julho de 2017, e fizemos uma análise sobre as contribuições advindas do PIC. Para dar cabo ao trabalho, embasamo-nos em teóricos sobre o termo ciência (BIZZOCCHI, 1999), a respeito de programas de extensão (SERRANO, 2012); (SILVA, 2011), dentre outros. Dessa maneira, esperamos que esse trabalho sirva como base para questionamentos futuros acerca do papel da extensão na formação no ensino e na pesquisa universitária.*

Palavras-chave: *Inovação. Ciência. Extensão. Pesquisa.*

1. INTRODUÇÃO

As produções de inovações científicas e tecnológicas revestem-se nas atividades mais importantes dentro do ambiente acadêmico, pois são através dessas práticas que a universidade viabiliza conhecimentos, os quais são produzidos dentro da academia, para a sociedade, com o intuito de solucionar problemas diversos, por exemplo, os que envolvem questões sociais e de desenvolvimento sustentável.

Apesar da ciência visar a solucionar problemas diversos sob a demanda da sociedade, historicamente, o conhecimento científico se tornou um objeto econômico, deixando de lado sua característica cultural (PAVANELLI, 2012). No entanto, nesse trabalho levaremos em conta a ciência, considerada como uma atividade hedônica, ou seja, uma prática social que gera bens culturais à humanidade e alvejam a obtenção do lazer, bem como o processo da busca da verdade e da construção do conhecimento para a melhoria do ser humano (BIZZOCCHI, 1999).

O diálogo que sustenta a universidade e a comunidade se dá pela função dos programas de extensão universitária. Para entender o conceito de extensão, apoiamo-nos em Serrano (2012) apontando que o conceito “apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente no ‘pensar’ no ‘fazer’ no interior da Universidade” (p. 1). A prática da extensão não só interage no interior, como também fora das paredes do ambiente acadêmico, pois é vista como

instrumento de atividades com compromisso social, colocando o conhecimento acadêmico para acesso imediato à sociedade e, neste acesso direto, “bebendo” desta relação outros modos de produzir e socializar o conhecimento. Outros autores, como Nunes e Cruz Silva (2011), expressam que a extensão é o processo educativo, cultural e científico o qual articula a ligação entre o ensino e a pesquisa de forma indissociável, proporcionando a tão propalada e defendida relação universidade-sociedade.

Portanto, a extensão universitária possui um papel crucial na visibilidade e circulação do conhecimento produzido entre as paredes das universidades, uma vez que auxilia na troca de saberes entre a comunidade interna e externa à academia, o que ocasiona em uma nova concepção de educação, a qual rompe uma prática de ensino disciplinar, dita tradicional, transformando em uma formação multi-, inter- e transdisciplinar, de todos os sujeitos inseridos no ambiente acadêmico.

Podemos notar que as atividades produzidas nas universidades estão interligadas nas três funções básicas – pesquisa-ensino-extensão –, e partir desse diálogo inúmeros projetos e pesquisas são desenvolvidas com diversas finalidades, uma delas marcadamente com compromisso social junto à sociedade, que é a extensão, Silva (2011).

A partir dessa explicação sobre a extensão universitária e o processo dialógico que ela concretiza entre a pesquisa e o ensino, esse trabalho tem o objetivo de descrever e caracterizar sobre o perfil e as contribuições das ações extensionistas do



Programa Inovar Ciência (PÍC) - programa de extensão sob a coordenação da Dr^a Maria Helena de Paula, desenvolvido no âmbito do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (PROBEC) -, para a inovação (formação e divulgação) científica da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

2. PROGRAMA INOVAR CIÊNCIA

O Programa Inovar Ciência (PÍC) é um programa de extensão universitária, organizada pela Unidade Acadêmica de Letras e Linguística, em parceria com a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da Regional Catalão (CPPG-RC) e as coordenadorias dos Programas de Pós-Graduação desta Regional da UFG, possuindo como escopo principal disseminar e popularizar projetos, resultados, procedimentos, políticas e pesquisas, ou seja, todas as produções científicas e de inovação, desenvolvidas na Regional Catalão e fora dela.

Um dos objetivos do programa é promover a troca de saberes entre os pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), sob a forma de palestras, cursos, *workshops* e oficinas vinculados aos Programas de Pós-Graduação da RC dentre outros colaboradores de vários lugares do país, articulando temas de interesse a toda comunidade acadêmica, para atender alunos, técnicos e docentes de mais de uma Unidade Acadêmica.

3. METODOLOGIA

Para verificar as contribuições do programa para a popularização da produção científica da Regional Catalão, inicialmente, acompanhamos e participamos de todas as atividades do PÍC. Após o recolhimento dos dados, como o número de participantes/unidade ou programa de pós-graduação dos participantes, sobre a temática da ação, usamos como *corpus* as ações extensionistas, as quais foram catalogadas no *site* da CPPG da UFG-RC, do período de março de 2016 a julho de 2017, que podem ser acessadas no *site* www.cppg.ufg.br

A partir disso, descrevemos e caracterizamos sobre o perfil e as contribuições das ações, aferindo o envolvimento dos docentes, discentes e técnicos nas atividades oferecidas pelo PÍC e analisamos os temas interdisciplinares, os quais são de grande importância para a comunidade acadêmica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre o mês de março de 2016 até junho desse ano, o PÍC ofereceu 9 (nove) ações de extensão, distribuídas da seguinte forma: 4 (quatro) palestras, 2 (dois) minicursos e 3 (três) oficinas e um projeto de extensão com contemplação de bolsa.

Anteriormente à vigência da bolsa, duas palestras foram concedidas pelo programa. A primeira ocorreu no dia 15 de março de 2016, apresentada pela professora Doutora Maria Elizete Kunkel, da UNIFESP, sobre os “Novos rumos para o Desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil”, voltada para área da biomedicina e saúde, e a oficina “Ética em Pesquisa com Seres Humanos” ministrada pela professora Dr^a Roselma Lucchese, na data 10 de maio do ano passado, na qual apresentou uma abordagem histórica das concepções de ética em pesquisa com seres humanos.

Em 18 de agosto de 2016, em parceria com o Mestrado em Estudos da Linguagem, o Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida ministrou a palestra sobre o tema “O processo de Transmissão de Textos e seus Ecos na Pesquisa e Ensino” na qual apresentou os equívocos que ocorrem nas edições de textos e como isso afeta nas análises em pesquisas científicas e, em diferentes níveis, também no ensino de língua, literatura e história. A palestra teve 21 participantes.

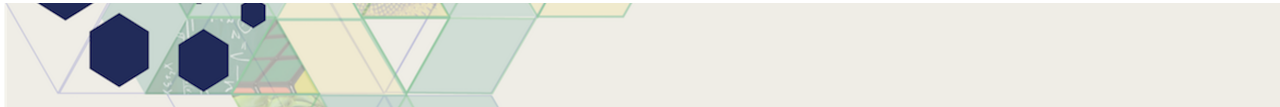
No mês de setembro, ocorreu na Regional Catalão o IV Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (SPPGI), no qual o PÍC propôs a vinda do Prof. Dr. Valtencir Zucolotto para apresentar a palestra “Escrita científica” que somou no total de 143 participantes, dentre elas a comunidade acadêmica e professores da educação básica.

O curso “Relatório do curso de conservação preventiva de acervos documentais”, ministrado pela Profa. Dra. Mônica de Lima Carvalho, ocorreu nos dias 13 e 14 de outubro, sendo o público beneficiado de 9 docentes da área das humanidades, o qual colaborou com noções de preservação e conservação de documentos, assim como orientação de manuseio de documentos antigos, dentre outras orientações.

No ano de 2017, o PÍC realizou dois minicursos e duas oficinas. A primeira oficina aconteceu no mês de maio, ministrada pelas Prof^{as} Doutoras Adriana Freitas Neves e Maria Helena de Paula, docentes da Regional Catalão, sobre o tema “Ética na Pesquisa Cadastro de Projetos na Plataforma Brasil”.

A segunda oficina, também ministrada pela professora Adriana Freitas Neves, abordou o tema “Ética na Pesquisa: um foco na Resolução CNS 510/16”, a qual abordou as especificidades éticas das pesquisas relacionadas às ciências sociais e humanas, sendo 80% do público oriundos da pós-graduação em geral.

Por fim, no mês de junho, dois minicursos foram ofertados como parte das atividades do PÍC, ambos ocorreram no mesmo dia. O primeiro minicurso foi sobre a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e o segundo sobre as normas de produção científica internacionais através da American Psychological Association (APA) e Vancouver ambas ministrados pelos doutorandos Jozimar



Luciovanio Bernardo, Rayne Mesquita de Rezende e pela mestre Maria Gabriela Gomes Pires.

Por fim, com início em junho de 2017 e com andamento previsto até novembro deste ano, o PÌC está oferecendo o curso de Francês, com carga horária de 64 horas, ministrado pelo professor visitante estrangeiro, de nacionalidade moçambicana e vinculado ao Mestrado em Estudos da Linguagem, Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane. Com 40 (quarenta) participantes, o curso atende servidores técnicos, alunos bolsistas da Regional Catalão e comunidade externa.

O Projeto Inovar Ciência baseia-se em uma concepção de ciência que ultrapassa a questão da disciplinaridade, incentivando, assim, uma troca de saberes entre os sujeitos da academia e fora dela, uma vez que, segundo Rodrigues (1999), a prática de ações extensionistas auxilia na produção científica visando a atender assuntos que englobam um interesse maior, bem como a visibilidade da ciência produzida na Regional Catalão.

Avaliamos que, apesar de sua importância, o PÌC apresentou um número pequeno de participantes (420 ao todo), principalmente, dos alunos oriundos da pós-graduação, tanto como o público externo, sendo que em poucos casos eram professores da rede básica de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se então o avanço do Programa Inovar Ciência em relação à difusão, bem como a popularização dos projetos, eventos, pesquisas e práticas da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, o qual auxilia em uma nova concepção de ciência que é desenvolvida na UFG. Dessa maneira, o programa busca uma formação mais ampla e social, tendo em vista a tríade pesquisa-ensino-extensão, para futuramente esta Regional da UFG poder focalizar-se mais detidamente em ações de transformação social, tecnológica e cultural, princípio maior da extensão.

A extensão universitária, embora seja a responsável pelo vínculo entre a universidade e a sociedade, não tem conseguido ainda um papel eficaz para espaços mais amplos de discussões, de disseminações de pesquisas científicas. São vários os desafios para a inserção total das extensões nas atividades universitárias, uma dessas barreiras é questão da falta de interesse ou desconhecimento da comunidade acadêmica sobre a existência dessas ações, o que pode impedir a proposição de políticas públicas baseadas na extensão universitária.

Desse modo, o PÌC se caracteriza como uma proposta para que a Universidade cumpra suas

funções, em resposta às exigências do mundo moderno, transformando-se em um espaço aberto às discussões, a (re)pensar em novas práticas de ensino e ciência.

REFERÊNCIAS

BIZZOCCHI, Aldo Luiz. **Culture and pleasure: The place of science**. Ciência e Cultura, 1999. n. 51, p. 26-31. Disponível em: <<http://www.aldobizzocchi.com.br/artigo12.asp>>.

Acesso em: 14 ago. 2017

NUNES, Ana Lucia de Paula; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano IV, n. 7, p. 119 – 133, jul/dez. 2011. Disponível em:

<<http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PAVANELLI, Maria Aparecida. **Universidade e inovação científica e tecnológica: um estudo patentométrico na UNESP**. Marília, 2012. p. 89.

RODRIGUES, Marilúcia Menezes. Universidade, extensão e mudanças sociais. **Em extensão**. v.1 n.1, 1999. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20472>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em:

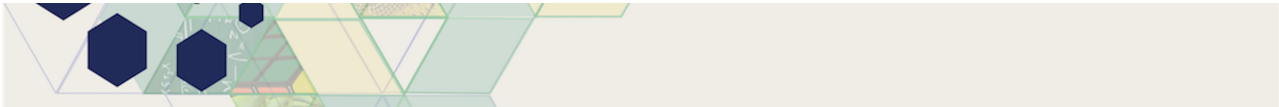
<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SILVA, Valéria Poliana. **Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica**. Vitória, nov. 2011. Base de dados do Scielo. Disponível em:

<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cachet:T1JefkUCcqUJ:scholar.google.com/+Ensino,+pesquisa+e+extens%C3%A3o:+Uma+an%C3%A1lise+das+atividades+desenvolvidas+no+GPAM+e+sua+contribui%C3%A7%C3%B5es+para+a+forma%C3%A7%C3%A3o+acad%C3%AAmica&hl=pt-BR&as_sdt=0>. Acesso em: 12 jul. 2017.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”



PSICOLOGIA HOSPITALAR: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PACIENTE E CUIDADOR

Santos, Pallôma Danielly Quirino dos, santospalloma.q@gmail.com¹
Ribeiro, Sarah Caroline Gonçalves, sarahcarolinegribeiro@gmail.com²

^{1,2}Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

Resumo: O presente trabalho busca apresentar reflexões acerca da experiência prática do Estágio Curricular Obrigatório em Processos Psicossociais e Instituição, tratando aspectos de atendimentos psicoterápicos, realizados nas enfermarias e apartamentos da instituição hospitalar. Tem como objetivo ressaltar a importância do psicólogo nesse ambiente, uma vez que o psicólogo hospitalar trabalha com a perspectiva de se tratar o sujeito-paciente, desvinculando-se a ideia de se tratar apenas a doença de um indivíduo submetido ao leito hospitalar. Dessa forma, o profissional de psicologia instaura um espaço para que, tanto pacientes como acompanhantes, possam falar de suas experiências e angústias.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar. Saúde. Adoecimento. Cuidadores.

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do Estágio Curricular Obrigatório em Processos Psicossociais e Instituição, realizado em um hospital geral da cidade de Catalão-GO.

A experiência do estágio colabora para a formação de um profissional mais capacitado, visto que, por um período de um ano, os alunos entram em contato direto com o exercício da profissão escolhida. Orientados por um professor, esses discentes se propõem a integrarem-se no cotidiano da instituição definida, trabalhando em prol dos sujeitos-pacientes, bem como de seus familiares e de toda a equipe profissional.

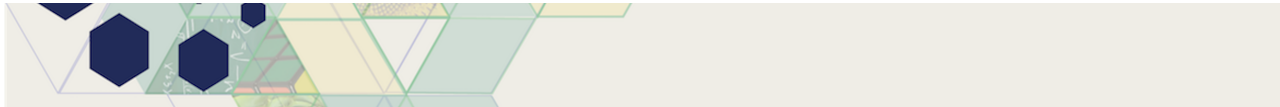
Levando-se em conta o trabalho desenvolvido pelo psicólogo hospitalar, torna-se evidente o cuidado que este profissional emprega a seus pacientes hospitalizados, direcionando sua escuta não para a doença, pois, “o que nos interessa primordialmente é o destino do sintoma, o que o paciente faz com sua doença, o significado que lhe confere” (SIMONETTI, 2013).

Uma vez que o sujeito encontra-se preso a um leito hospitalar, este recebe cuidado e atenção especiais, oferecidos, na maioria das vezes, por um familiar próximo. Diante deste quadro, paciente e cuidador necessitam de olhares atentos por parte da equipe profissional, dado que, ambos se encontram em situações geradoras de ansiedade e angústias, capazes de incitar um agravamento em suas condições, podendo chegar a um adoecimento psíquico.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diferentemente da visão médica, que se atenta apenas à doença em si, esquecendo-se, muitas vezes, do indivíduo que a carrega, a psicologia hospitalar trabalha visando o “entendimento e tratamento dos aspectos psicológicos em torno do adoecimento” (SIMONETTI, 2013, p.15). O estudo deste adoecimento não abrange somente o mundo das doenças psíquicas, mas também toda e qualquer doença física que assale o paciente. Simonetti (2013) elucida que quando a natureza patológica do sujeito adoentado se encontra com sua subjetividade, neste momento, são produzidos variados aspectos psicológicos, os quais se tornam elementos que o profissional de psicologia hospitalar deve considerar ao atender o doente hospitalizado.

Ao se abordarem questões psicológicas, as quais se mostram como agravantes à situação do sujeito adoentado, depara-se com os fenômenos da subjetividade desses sujeitos diante da doença, tais como: “sentimentos, desejos, a fala, os pensamentos e comportamentos, as fantasias e lembranças, as crenças, os sonhos, os conflitos, o estilo de vida e o estilo do adoecer.” (SIMONETTI, 2013, p.16) As manifestações desses aspectos subjetivos que constituem o indivíduo estão relacionadas diretamente com a doença, uma vez que, os mesmos podem ser os causadores ou os agentes que agravam o quadro clínico do paciente.



Entretanto, é importante ressaltar que o objetivo da psicologia hospitalar constitui-se em entender e analisar apenas os aspectos psicológicos subjetivos dos pacientes e de seus familiares, bem como da equipe profissional, considerando-se que tais elementos psíquicos giram em torno do adoecimento, causando ansiedades e angústias que são muitas vezes negadas. (SIMONETTI, 2013, p.18)

Deve-se levar em conta que o processo de adoecimento altera todo um sistema familiar, sendo este de extrema importância para o sujeito adoecido, pois o mesmo se configura como: “núcleo social primário do paciente e sofrerá as implicações da situação da doença e as vicissitudes do tratamento.” (OLIVEIRA *et al*, 2005, p.64)

Brito e Rabinovich (2008) discutem como a família enfrenta o adoecimento de maneira crítica, o que resulta em mudanças estruturais severas, as quais ameaçam sua integridade e o equilíbrio dos membros que a compõem. As autoras ainda ressaltam que “é um período marcado por entorpecimento e mobiliza conteúdos de medos da perda, da dependência e do despreparo para o cuidado.” (p.157)

O doente hospitalizado sempre traz consigo acompanhantes; prioritariamente, algum parente próximo, o qual passará mais tempo ao seu lado, cuidando e auxiliando no que for necessário. De acordo com Queiroz *et al* (2013), cuidar tem o significado de auxiliar o outro, que se encontra em situação de vulnerabilidade e dependência, sendo o papel do cuidador “oferecer resposta emocional de apoio e estar junto.” (p. 2618)

As autoras consideram que “tal atitude muitas vezes é difícil, sofrida, exige paciência e renúncia e constitui-se uma função de muita responsabilidade” (p. 2618), uma vez que, acompanhar e dar assistência a alguém enfermo e hospitalizado requer de seus familiares uma reorganização de sua rotina, de forma que as tarefas do dia a dia não sejam demasiadamente afetadas e deixem de ser cumpridas. Quando o cuidado é dividido entre os membros da família, o desgaste e a pressão são minimizados.

Além disso, ao acompanhar seu familiar, o cuidador também vive certas situações de desconforto, tais como: presenciar procedimentos médicos e não conseguir estabelecer uma relação satisfatória com a equipe de profissionais. Por isso, é necessário que o mesmo se adapte àquele “cenário hostil, com falta de comodidade, e ajustar-se às normas e rotinas da instituição, enfrentando situações de angústia e resignação, condições que alteram os seus hábitos e costumes diários.” (SZARESKI *et al*, 2009, p. 378).

A transformação e as restrições na rotina são vistas como sobrecarga para o acompanhante, assim

como também a falta de recursos financeiros, dado que, os mesmos, quando não obtêm ajuda, deixam seu trabalho, a fim de se dedicarem totalmente ao familiar adoecido. Além destes transtornos, a falta de acomodações adequadas, ofertadas pela instituição, geram, ainda, maiores desconfortos físicos (LAUTERT *et al*, 1998).

Diante dessa realidade enfrentada por paciente e acompanhante, torna-se fundamental que a equipe profissional trabalhe com ações que produzam conforto para os hospitalizados e seus cuidadores, propiciando a eles “um ambiente atencioso e receptivo, que possibilita segurança, proteção e comodidade, constituindo-se numa forma de cuidado humano.” (SZARESKI *et al*, 2009, p.379)

Quando o processo de hospitalização ocorre de maneira satisfatória, visando o bem-estar do paciente e de sua família, uma boa relação entre profissionais e familiares, profissionais e pacientes e acompanhante e paciente, é estabelecida. Este fato colabora, diretamente, para uma evolução no quadro clínico, uma vez que, a família busca nesse vínculo apoio e confiança perante as informações passadas e os procedimentos técnicos realizados. Assim, a equipe profissional deve estar atenta às demandas que possam surgir, visto que, elas implicam, diretamente, na possível recuperação do doente. Destarte, a incorporação do grupo familiar reivindica a instalação de novos projetos no cotidiano hospitalar, pois, “o familiar precisa sentir-se acolhido e seguro para poder apoiar o paciente.” (PEREIRA; DIAS, 2007, p.61)

3. METODOLOGIA

Os atendimentos de escuta terapêutico-educativa são realizados nas enfermarias e UTI de um hospital geral da cidade de Catalão-GO. Faz-se, então, a descrição destas práticas em um diário de campo, o qual é lido e discutido nas reuniões semanais do Estágio Curricular Obrigatório – Processos Psicossociais e Instituição, juntamente com os demais alunos, sob a supervisão do professor orientador.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se discorrer sobre a psicologia hospitalar, considerando-se o adoecimento que envolve o paciente e sua família, não se pode esquecer de se pontuar qual o papel do psicólogo dentro da instituição. Segundo Silva (2015) apud Flesch (2013), tal papel não se restringe apenas ao atendimento do sujeito-paciente; ao ouvir atento, a respeito da vivência e experiências dessa pessoa. Para o autor, também é necessário dar ênfase às questões dos acompanhantes, visto que, os mesmos serão responsáveis pelo cuidado do familiar



hospitalizado. Dessa forma, é trabalho do psicólogo hospitalar “propiciar alívio para os próprios cuidadores, pois estes necessitam de suporte emocional ao lidar com o familiar adoecido.” (p.86)

Dada a construção da psicologia dentro da instituição hospitalar, a proposta do estágio pautou-se em atendimentos psicoterápicos junto a pacientes internados. Contudo, notou-se, no campo do estágio, a necessidade do atendimento aos cuidadores e familiares, visto que os mesmos se apresentam sobrecarregados, em virtude da responsabilidade que lhes é colocada.

Em vista disso, com a prática do estágio, foi possível observar as diversas situações com as quais o cuidador se deparou, ao acompanhar seu familiar adoecido, tornando-se necessária a intervenção do psicólogo, a fim de auxiliá-lo. A angústia de não saber qual a enfermidade que acometeu o paciente foi presenciada diversas vezes; o fato de a equipe médica não conseguir informar um diagnóstico preciso causava, na família, fantasias sobre o estado clínico, muitas vezes, associando os sintomas do paciente a doenças incuráveis. Tal condição se mostrava mais complicada quando o paciente já apresentava um histórico de internações críticas, as quais o deixaram em estado de coma, quase o levando a óbito. Mediante a isso, o trabalho do psicólogo esteve pautado na tentativa de acolher esse familiar cuidador, a fim de estabelecer uma ponte entre ele e a equipe médica, para que suas dúvidas, acerca do adoecimento, fossem esclarecidas. Esta ação também possibilitou um espaço de fala que o ajudasse a compartilhar e elaborar seus sentimentos de angústia e medo, podendo, assim, desmitificar suas fantasias a respeito do quadro que o familiar se encontra.

É nítido que o paciente sente-se mais confortável e mais amparado quando há um acompanhante ao seu lado, pois, ao precisar de algo, recorre a esse familiar para ajudá-lo. A boa relação entre paciente e acompanhante/cuidador implica diretamente na recuperação do paciente. No entanto, há muitos casos em que essa relação é prejudicada pelo cansaço que o acompanhar traz ao cuidador, pela sobrecarga física e emocional que ambos enfrentam, em face da fragilidade da situação, estresse, quebra da rotina e a não adaptação do paciente ao tratamento.

Há situações em que, não podendo contar com o auxílio dos demais membros da família, apenas uma pessoa torna-se responsável por cuidar do paciente. Estes tipos de cenários provocam uma maior pressão em cima da mesma, tendo-se em vista que, além de acompanhar, é preciso correr atrás de exames e procedimentos que necessitem ser realizados, sem que haja outra pessoa, neste meio tempo, para estar com o enfermo. Em vista de tais problemáticas, mostra-se fundamental que o trabalho do psicólogo

contemple os sentimentos que as mesmas possam gerar no cuidador. Na maioria das vezes, torna-se comum ouvir a queixa de pessoas que encontram-se inseridas em tal contexto, as quais relatam sobre a angústia de não poderem mais viver sua vida, dedicando-a, quase que exclusivamente, ao outro. Assim, é necessário se entender o porquê dessa entrega ao paciente; se a mesma encontra-se relacionada a um sentimento de obrigação, principalmente, em casos que o sujeito que demanda cuidados especiais for pai ou mãe.

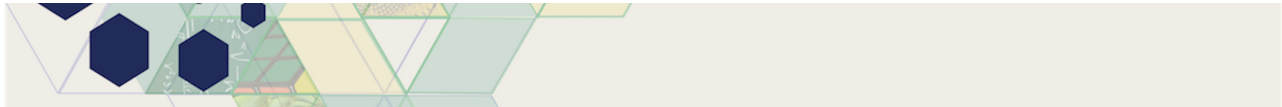
Acolher e orientar o familiar cuidador a tentar tirar um tempo pra si, realizando uma atividade que lhe seja prazerosa, como forma de minimizar o esgotamento que o mesmo possa estar enfrentando, mostra-se como um dos papéis que o psicólogo está apto a executar, o qual foi possibilitado pela prática em campo.

As práticas desse estágio apontaram demandas de atendimentos a pacientes como: idosos, acamados, com pouca expectativa de vida; acompanhantes que se tornam cuidadores sem terem qualquer tipo de orientação; famílias, cujos membros se depararam com a quebra da organização de suas rotinas, quando passaram a ter entre os entes queridos, alguém que necessite de cuidados, integralmente; pacientes sem esperança frente ao diagnóstico, muitas vezes, desesperador; familiares, os quais enfrentam desavenças pela dificuldade em se organizar uma agenda, na qual todos auxiliem no cuidar, e várias outras situações que rodeiam a vida do doente e de sua família, causando profundos desgastes emocionais. É imperativo que tais casos sejam alvo de intervenções psicológicas, as quais proponham formas de enfrentamento e superação das situações de conflito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de sua profissão, o psicólogo hospitalar, deve atuar com o olhar humanizado frente às questões que surgem no processo do adoecimento, para que o paciente, a família e a equipe encontrem um espaço, no qual suas angústias e dores serão ouvidas, dando assim, sentido à experiência do adoecer e do cuidado com o outro.

Assim, o trabalho deste profissional, quando bem realizado, cria possibilidades de enfrentamento de situações angustiantes, além de estabelecer uma rede de apoio entre pacientes e cuidadores, a fim de fortalecerem seus vínculos, para que ambos consigam se sustentar diante de circunstâncias de vulnerabilidade física e emocional. Também fornece orientações, com a intenção de auxiliar na elaboração de planejamentos e da organização da vida cotidiana, as quais minimizem os danos e desgastes que o processo de adoecimento gera na estrutura familiar.



REFERÊNCIAS

BRITO, E. S.; RABINOVICH, E. P. Desarrumou tudo! O impacto do acidente vascular encefálico na família. **Saúde e Sociedade (USP. Impresso)**, v. 17, p. 153-169, 2008.

LAUTERT, L.; ECHER, I. C.; UNICOVSKY, M. A. R. O acompanhante do paciente adulto hospitalizado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, RS, v. 19, n.1, p. 118-132, 1998.

OLIVEIRA, E. A.; VOLTARELLI, J. C.; MASTROPIETRO, A. P.; SANTOS, M. A. Intervenção junto à família do paciente com alto risco de morte. **Medicina (USP.FMRP)**, Ribeirão Preto, v. 38, n.01, p. 69-73, 2005.

PEREIRA, L. L.; DIAS, A.C.G. . O Familiar cuidador do paciente terminal: o processo de despedida no contexto hospitalar. **Psico (PUCRS. Impresso)**, v. 38, p. 55-66, 2007.

QUEIROZ, A. H. A. B.; PONTES, R. J. S.; SOUZA, A. M. A.; RODRIGUES, T. B. Percepção

de familiares e profissionais de saúde sobre os cuidados no final da vida no âmbito da atenção primária à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)**, v. 18, p. 2615-2623, 2013.

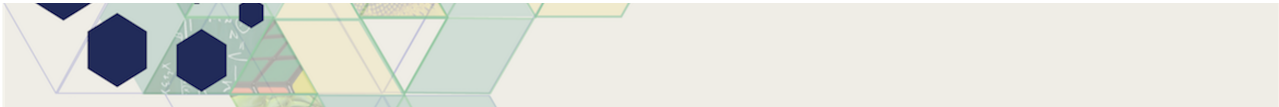
SILVA, A. A. A.; ARRAIS, A. R. . O psicólogo hospitalar frente à vivência do cuidador-familiar do idoso hospitalizado. **Revista da SBPH (Belo Horizonte. Impresso)**, v. 18, p. 82-104, 2015.

SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. 7.ed. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2013.

SZARESKI, C.; BEUTER, M. ; BRONDANI, C. . Situações de conforto e desconforto vivenciadas pelo acompanhante na hospitalização do familiar com doença crônica. **Ciência, Cuidado & Saúde**, v. 8, p. 378-384, 2009.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, OS AFETOS E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA: A IDENTIDADE DO ADICTO EM SITUAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Fernandes, Renata, F. fioresefernandes@hotmail.com^{1, 2}

Ferreira, Rafael, C. rafaelcastoufg@gmail.com^{1, 3}

Paulino-Pereira, F. C. epifania.cps@gmail.com^{1, 4}

¹Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão/ Unidade Acadêmica Especial de IBIOTEC

Resumo: Este presente trabalho é vinculado ao Projeto de Extensão: Psicologia na Comunidade, e consiste na atenção, por meio de grupos terapêutico-educativos, à uma comunidade terapêutica localizada em uma zona periférica da cidade de Catalão- GO, chamada Clínica Terapêutica Cuidar. Assim, o projeto de intervenção na Comunidade Terapêutica tem como objetivos: a) ampliar a formação dos alunos em Processos Psicossociais; b) capacita-los por meio de grupo de estudo e supervisão e na área de intervenção em Psicologia na Comunidade; c) ampliar a formação teórica e prática destes alunos e do curso de Psicologia da Regional Catalão/UFG em políticas públicas de Saúde, Direitos Humanos, Educação e Ação Social e intervir nas áreas citadas por meio de grupos terapêutico-educativos atendendo a Comunidade Terapêutica em questão nas dimensões-campos: valorativo, afetivo e operativo. Isso é realizado por meio de leituras sobre Psicologia Social Comunitária, além da supervisão semanal com o orientador e documentação das vivências através do diário de campo, a fim de investigar como questões afetivas relatadas como baixa auto-estima, sentimento de inferioridade, rejeição, culpa e outros, de alguma forma contribuem para o processo de constituição da identidade destes dependentes químicos em situação de internação. Sendo assim, os grupos terapêuticos-educativos semanais ampliam o tratamento criando momentos e oportunidades para que os internos problematizem, elaborem e re-signifiquem estes afetos que compõem a identidade enquanto adictos.

Palavras-chave: psicologia social comunitária; comunidade terapêutica; grupo terapêutico-educativo; vivência e identidade.

INTRODUÇÃO

O uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas vem gerando no mundo desde meados do século XX uma série de problemas das mais diferentes ordens: sociais, psicológicos, políticos, econômicas, entre outros. As chamadas Comunidades Terapêuticas voltadas exclusivamente para o tratamento das toxicomanias começaram a surgir a partir de 1960, na Inglaterra, e desde então esse conceito de tratamento se espalhou pelo mundo. No Brasil, observa-se um grande crescimento nas últimas duas décadas como uma tentativa de minimizar esses problemas e uma possibilidade de tentar resolvê-los – ao que concerne à dependência química do indivíduo em si. Estas Comunidades Terapêuticas usam nomes fantasias ou fictícios, prevalecendo o modelo de teor religioso- espiritual, para os quais são popularmente conhecidos no Estado de Goiás como clínicas de reabilitação para dependentes químicos; as quais tem por base a aglutinação de vários adictos em um ambiente restrito e fora do convívio social por um determinado tempo, que seria o período considerado suficiente de abstinência para a reabilitação e para reinserção destes indivíduos ao meio social.

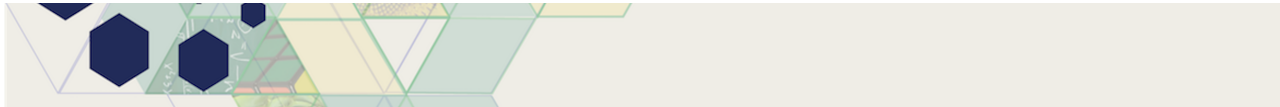
Assim sendo, este presente trabalho é fruto da inserção de estudantes de psicologia através do Projeto de Extensão: Psicologia na Comunidade em uma “clínica” masculina de recuperação para dependentes químicos no município de Catalão-Go. Notamos que nos últimos anos houve grande disseminação destas clínicas ou comunidades terapêuticas no município de Catalão e região; e esta crescente deve-se a falta de regulação por parte do Poder Público Estadual, a falta de políticas públicas e o alto índice de violência na região; algumas destas comunidades são bastante criticadas quanto aos seus objetivos terapêuticos e o desrespeito aos direitos humanos.

AMPLIAÇÃO DO TRATAMENTO

Até então o principal método de tratamento destas Comunidades Terapêuticas na região de Catalão-GO é a laborterapia, porém, nos últimos anos pode-se observar que a inserção de profissionais da área da saúde como psiquiatras, psicólogos e enfermeiros vem se acentuando e com isso ampliando o conceito de tratamento. Nesta perspectiva, houve por parte da Clínica Terapêutica Cuidar (antiga Recanto dos Arcanjos) uma abertura para os alunos do curso de psicologia da

² Aluna Bolsista PROBEC de Psicologia da UFG/RC

⁴ Professor Associado do Curso de Psicologia da UFG/RC-Orientador do projeto Psicologia na Comunidade



Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão realizarem um trabalho terapêutico-educativo usando técnicas de processos grupais com suporte teórico da Psicologia Social Comunitária.

A inserção na comunidade trata-se de uma inserção que se dá na dependência da avaliação e da relação com os internos, sendo que apenas a partir deste contato e familiarização, é construída a entrada dos alunos de psicologia na comunidade, tornando possível levantar as necessidades e demandas desta, que é feito através de discussões e participação conjunta dos internos, a partir disso então, vão se delimitando temáticas potenciais e possíveis para o desenvolvimento do trabalho de intervenção, realizado através de vivências em grupo.

Assim, o projeto de intervenção na Comunidade Terapêutica tem como objetivos: a) ampliar a formação dos alunos em Processos Psicossociais; b) capacita-los por meio de grupo de estudo e supervisão e na área de intervenção em Psicologia na Comunidade; c) ampliar a formação teórica e prática destes alunos e do curso de Psicologia da Regional Catalão/UFG em políticas públicas de Saúde, Direitos Humanos, Educação e Ação Social e intervir nas áreas citadas por meio de grupos terapêutico-educativos atendendo a Comunidade Terapêutica em questão nas dimensões-campos: valorativo, afetivo e operativo.

A partir de uma série de vivências percebemos que no campo afetivo há uma série de aspectos negativos que compõem a identidade do adicto ao longo do processo de uso e que ainda permanecem durante o período da internação e até mesmo após o fim deste. Destarte, o acompanhamento psicológico o qual dê um suporte profissional para identificar, elaborar e re-significa-los, torna-se imprescindível para a recuperação do indivíduo e do grupo em questão.

De acordo com Lane (1989): “Refletir sobre uma atividade realizada implica repensar suas ações, ter consciência de si mesmo e dos outros envolvidos, refletir sobre os sentidos pessoais atribuídos às palavras, confrontá-las com as consequências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social, e nesta reflexão se processa a consciência do indivíduo, que é indissociável enquanto de si e social”.

O enfoque do diálogo e da reflexão sobre as condições de existência e a constituição deste indivíduo enquanto sujeito dentro destas condições, supõe uma autonomia do sujeito neste contexto.

Desta forma, o trabalho em forma de vivência grupal e roda de conversa, pretende captar a dialética indivíduo- grupo, onde o indivíduo toma consciência de sua relação com o grupo, que é um intermediador da sua relação com o social e quando “o indivíduo e grupo se tornam agentes história social, membros indissociáveis da totalidade

histórica que os produziu e a qual eles transformam por suas atividades indissociáveis.” (LANE, 1989)

Dentro da Psicologia Social latino-americana temos três categorias de análise do indivíduo: atividade, consciência e identidade. O grupo terapêutico- educativo é aqui utilizado como intervenção na comunidade, pois consegue abarcar estas três categorias. A elaboração das vivências não se restringem a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. “Ela usa informação e reflexão, mas se distingue de um projeto apenas pedagógico, porque trabalha também com significados afetivos e as atividades relacionadas com o tema a ser discutido”(AFONSO,2002).

Entendendo a discussão em grupo na concepção de “círculo de cultura” de Paulo Freire, onde admite-se um conceito de inter-relação entre a ação e a palavra (pensamento) com a realidade do sujeito enquanto ser social, construindo assim conhecimento sobre de si mesmo a partir da relação com o outro mediatizada pelo mundo; são elaboradas vivências em grupo possibilitando uma compreensão crítica do sujeito sobre seu contexto (internação) e de si próprio nesse contexto (enquanto adicto).

METODOLOGIA

Este trabalho vem sendo desenvolvidos há mais de dois anos como Projeto de Extensão com o nome de Psicologia na Comunidade; há uma rotatividade de alunos e sua permanência decorre da relevância que seus resultados vêm demonstrando para o processo de tratamento dos internos que segundo os mesmos relatam os efeitos terapêuticos dizendo que a partir das vivências conseguem ter outro olhar para a realidade que os cerca e sobre si mesmo.

A inserção nesta comunidade obedece há uma orientação teórica e prática da Psicologia Social Comunitária a qual prevê primeiro conhecer o funcionamento interno da comunidade em questão, no caso a rotina, as atividades, o tratamento proposto, a relação dos internos com ambiente, a estrutura administrativa (regras e normas de funcionamentos) e a partir de então identificar e acolher as demandas advindas dos próprios internos, isto é, realizando o movimento dialético entre teoria e prática a qual nenhuma venha a sobressair sobre a outra, resultando, assim, na práxis. .

Em nossas intervenções utilizamos as técnicas de processos grupais com realização de vivências que tem a seguinte estrutura: uma proposta de uma atividade lúdica, com duração de vinte a quarenta minutos, que envolve os internos a trabalharem juntos, individualmente com escrita sobre um tema comum, ou divididos em pequenos grupos para uma tarefa comum e depois aberta para todo o

² Aluna Bolsista PROBEC de Psicologia da UFG/RC

⁴ Professor Associado do Curso de Psicologia da UFG/RC-Orientador do projeto Psicologia na Comunidade



grupo, o qual corresponde ao campo operativo; no decorrer da atividade os internos tem contato com sentimentos, emoções, lembranças, pensamentos sobre si e o outro, o que então desperta o campo afetivo e valorativo que serão abordados na roda de conversa após a atividade. A roda de conversa é um momento de tecer comentários, reflexões e problematizar a atividade, como também, inter-relacionar a vida e história de cada interno e do grupo com o tema proposto e trabalhar os afetos e valores envolvidos. Para tanto, utilizamos como modelo o círculo de cultura de Paulo Freire, a qual entende a aprendizagem como um processo dinâmico produzida por um sujeito da linguagem, em interação social dentro de seu contexto, em que há a presença da aprendizagem, comunicação e autonomia – que configuram como processos inter-relacionais.

Conforme escreveu Freire, “assim como não é possível linguagem sem pensamento e linguagem-pensamento sem o mundo a que se referem, a palavra humana é mais que um mero vocabulário- é palavração.” Destarte, entendendo a palavra como reflexo direto do subjetivo e signo representante da práxis- dialética do sujeito, os internos conseguem aprender a ler o mundo e a si mesmo no mundo, fazendo com que eles ensinem uns aos outros, mediatizado pelo mundo ou no caso pelo grupo que estão inseridos durante aquele determinado período da internação (AFONSO, 2002).

Para realizamos estas intervenções na Comunidade Terapêutica são feito supervisões semanais com o professor em que relatamos através da leitura do diário de campo da semana (elaborado após cada vivência) e a partir disso analisamos conjuntamente e planejamos as atividades da semana seguinte segundo as demandas que vão surgindo ao longo do processo. Além disso, contamos com uma formação teórica a qual consiste na leitura e fichamento de textos de Psicologia Social Comunitária e outros textos direcionados ao campo de intervenção, portanto, há a efetiva possibilidade de sistematizar a relação teoria e prática em Psicologia Comunitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sonho dos internos é a sobriedade, estar limpo em tempo integral pelo resto da vida. Eles apresentam um discurso que estão doentes, que são portadores de uma doença incurável que é a adicção e o único remédio é o controle (o auto-controle para evitar o uso).

Um dos métodos que é usado dentro da Clínica Terapêutica Cuidar, e quase todas as clínicas da região de Catalão, são os doze passos dos Narcóticos Anônimos (NA) adaptado por cada clínica a sua maneira. Neste método tem uma espécie de refrão, o “só por hoje”, repetido

² Aluna Bolsista PROBEC de Psicologia da UFG/RC

⁴ Professor Associado do Curso de Psicologia da UFG/RC-Orientador do projeto Psicologia na Comunidade

diariamente pelos internos, dizendo para si mesmos que só por hoje estão limpos e que pretendem permanecer assim, e todos os dias renovam seus votos.

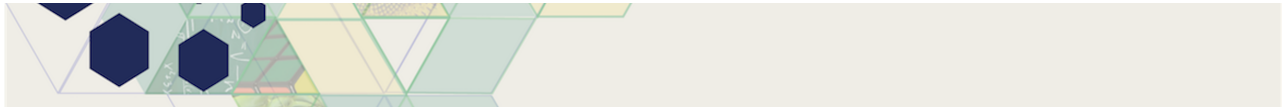
Renato Russo, cantor e compositor da banda Legião Urbana, que fez muito sucesso nas décadas 1990 compôs uma música para relatar sua experiência ao passar por uma internação em uma clínica para dependentes químicos; o nome da música é “Só Por Hoje”. Levamos esta música para uma vivência, e segundo os internos ela descreve bem a situação de adicto e a persistência do só por hoje no processo de ficar limpo e combater a angústia de não ser perseguido pelo passado nem ansiar pelo futuro.

Sentimentos como culpa, medo, raiva, compulsão, isolamento, tristeza, rejeição, nervosismo, ansiedade, baixa autoestima, frustração, perda de controle, depressão, revolta, desconfiança no ambiente familiar e no ambiente de trabalho, são alguns destes aspectos que estruturam o sofrimento psíquico do adicto durante o vício e no processo de ficar limpo. Também pode ser elencado à angústia que provoca a internação de um período relativamente longo que vai de sete meses a um ano e que pode se estender ainda mais, período este preenchido por uma rotina enfadonha que prende os internos em tarefas repetitivas e sem abertura para coisas novas, interativas, lúdicas e que possibilite a aprendizagem e criatividade.

Assim, percebe-se um ciclo vicioso de sofrimento provocado pela presença destes sentimentos (afetos), os quais precisam ser elaborados insistentemente para que haja uma tomada de consciência que provoque uma mudança, uma metamorfose na identidade possibilitando a reconstrução de um novo projeto de vida que torne o sujeito (eu) mais consciente do outro (tu) e percebendo seu lugar numa coletividade mais ampla (nós) que a rede de relações afetivas do tráfico e do consumo de álcool e outras drogas.

Como exemplo deste ciclo vicioso, temos outra vivência na qual a atividade proposta era formar duplas e vender os olhos, um seria o guia do outro pelo espaço da clínica. Foi relatado pelos internos na roda de conversa que a venda nos olhos seria uma metáfora para o uso e quando retirada as vendas, a sobriedade. No entanto, tirar a venda que é dolorido, geralmente a venda é tirada quando a droga acaba e há a percepção dos estragos que fizeram quando estavam no uso e para manter o uso. Isso traz muita angústia e sofrimento, então o adicto prefere retornar ao uso há buscar tratamento, até forçar uma ruptura seja ela pela possibilidade de internação, de perder todos os bens materiais e contato/relação com a família, prisão ou o fim trágico da morte.

Em outra vivência os internos foram convidados a fazer uma colagem com imagens que



representassem os motivos que os levaram ao uso ou a recaída. A atividade produz a possibilidade de reflexão quanto a estas causas quando na escolha destas imagens; na roda de conversa, surgem relatos relacionados ao âmbito familiar e social, e à influência que este contexto em que estão inseridos adquiriu na formação deles como sujeitos, que além de adictos, também são pais, irmãos, filhos; e como às referidas más companhias (tráfico, roubo, prostituição) compõe e os submetem a repetição do papel social enquanto adictos.

Os grupos terapêutico- educativo possibilitam com que os internos tragam elementos de suas vidas cotidianas, enquanto adictos, familiares e trabalhadores, muitos em situação de vulnerabilidade e todos excluídos socialmente pelo uso de drogas. Na roda de conversa abre-se o momento de compartilhamento destas histórias, de situações vividas proporcionadas por esse uso, e assim, problematizar estas questões, partindo desta realidade, atrelando os conceitos de Psicologia Social Comunitária, na tentativa de desconstruir certos paradigmas quanto ao usuário e ao uso, visando o empoderamento destes indivíduos.

Com isso, torna-se possível a construção de uma reflexão quanto às origens do vício e os motivos (em sua história de vida e constituição enquanto sujeito) que os levam à reposição deste papel, caracterizado pelas recaídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, compreendemos que o grupo terapêutico- educativo possibilita com que os indivíduos se tornem conscientes dos papéis os quais desenvolve em seu contexto social, enquanto produto desta realidade e das relações produzidas por ela, mas também, de sua postura ativa enquanto ator e autor de sua própria história.

As questões relacionadas aos afetos de sentimento negativos (culpa, medo, baixa auto-estima e outros) são de extrema importância para o processo de tratamento, visto que contribuem para o processo de constituição da identidade destes dependentes químicos em situação de internação. Portanto, os grupos terapêuticos-educativos semanais ampliam o tratamento criando momentos e oportunidades para que os internos problematizem, elaborem e re-signifiquem estes afetos que compõem a identidade enquanto adictos.

Acreditamos que, através desta abordagem/modelo, do grupo terapêutico-educativo, que integra dimensões- campo: afetivo, valorativo e operativo; é possível compreender a complexa relação entre o individual e o social na formação da identidade destes sujeitos enquanto usuários abusivos de álcool e outras drogas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. **Oficinas em dinâmica de grupo:**

Um método de interenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

FREITAS, M. F. **Inserção na comunidade e**

análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. Psicologia Reflexão e Crítica, ano/vol. 11, nº 001. UFRS. Porto Alegre, Brasil, 1998 .

DAMAS, F. B. **Comunidades Terapêuticas no**

Brasil: Expansão, Institucionalização e Relevância Social. Rev. Saúde Públ. Santa Cat., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 50-65, jan./mar. 2013.

LANE, S. T. M et al (Org). **Psicologia social: o**

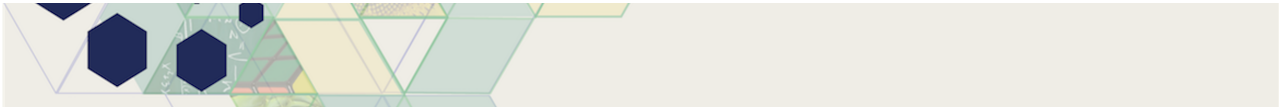
homem em movimento. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores Renata Fiorese Fernandes, Rafael Ferreira de Castro e Fernando César Paulino-Pereira, são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

² Aluna Bolsista PROBEC de Psicologia da UFG/RC

⁴ Professor Associado do Curso de Psicologia da UFG/RC-Orientador do projeto Psicologia na Comunidade



REFLEXÕES SOBRE O APOIO PSICOLÓGICO À TERCEIRA IDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ILPI DE CATALÃO –GO

Pereira, Angela Maria¹, angelamariavenda@hotmail.com

Lemos, Moisés Fernandes², moisesflemos@yahoo.com.br

^{1 2} Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O presente trabalho é fruto das ações desenvolvidas pelos alunos do curso de Psicologia, Regional Catalão (UFG/RC), em uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, por meio da ação de extensão “Apoio Psicológico à terceira Idade: Suporte Técnico a uma Instituição de Longa Permanência de Catalão - GO”. No que tange ao método, tratou-se de um estudo qualitativo, delineado como estudo de caso, cabendo destaque o relato da ação realizada. Os objetivos da ação contribuíram para a melhoria na qualidade de vida dos idosos, promovendo o bem-estar psicológico dos mesmos. As estratégias utilizadas foram oficinas terapêuticas, escutas individuais, formação de grupos de convivência e reuniões com a equipe gestora da instituição. Os resultados obtidos assinalaram algumas limitações e dificuldades institucionais bem como a ausência de vínculo entre os idosos e seus familiares, evidenciando a importância do Estado na manutenção do cuidado e das políticas públicas no que se refere ao campo da saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia, idoso, institucionalização.

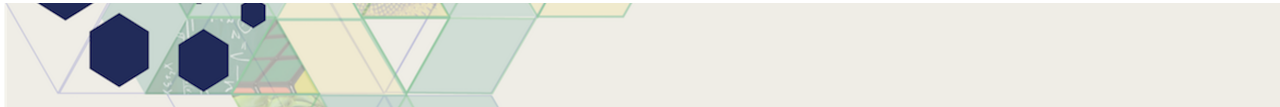
1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados decorrentes da atuação de discentes do curso de Psicologia, da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG/RC), durante a realização da ação de extensão denominada Apoio Psicológico à Terceira Idade: Suporte Técnico a uma Instituição de Longa Permanência de Idosos de Catalão - GO (IBIOTEC – CA – 21).

A ação, realizada no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, teve como objetivo geral promover o bem-estar psicológico e a melhoria na qualidade de vida dos idosos abrigados, familiares e cuidadores. De forma mais específica, objetivou acompanhar a implantação das políticas de atenção à saúde do idoso na instituição; assessorar os gestores nos serviços prestados aos idosos abrigados; orientar os cuidadores e responsáveis quanto aos cuidados psicológicos destinados aos idosos abrigados; acompanhar as alterações emocionais observadas nas transferências e adaptações ambientais; investigar a percepção do idoso quanto à participação da família no seu processo de envelhecimento e internação, e ainda, contribuir para a formação de futuros profissionais, capacitando-os para o enfrentamento de situações reais.

A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), receptora da ação, está situada na cidade de Catalão, no Sudeste Goiano. Atende cerca de 30 idosos, sendo 10 homens e 20 mulheres, os quais estão na faixa etária de 36 a 101 anos de idade e é mantida por meio da iniciativa de uma instituição filantrópica (Fundação Espírita), a qual recebe doações de pessoas físicas, jurídicas e subvenção do município. Os idosos atendidos pela instituição também subsidiam sua permanência por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993b), sendo, esse subsídio, a principal fonte de subsistência da instituição.

O regime de funcionamento da instituição impede que as pessoas assistidas tenham autonomia para sair das dependências, não havendo registro de acompanhamento dos conselhos de direito quanto à cessão dos benefícios assistenciais, conforme previsto no artigo 5, 2º parágrafo, do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003a). O fluxo de ingresso de novos usuários é contínuo, em conformidade com as demandas da região e determinação do judiciário. As saídas, em sua maioria, são em decorrência de óbito do interno, ou seja, raramente são registradas por iniciativa dos responsáveis pela internação ou outros motivos inespecíficos.



A equipe da instituição é composta por onze funcionárias, com vínculo empregatício, e um gerente administrativo. A rotina da ILPI prevê, diariamente, a prestação de serviços de quatro cuidadoras (duas durante o dia e duas durante a noite), duas auxiliares de limpeza, duas cozinheiras e duas lavadeiras, trabalhando em escalas 12x 24h.

Uma técnica de enfermagem prestava serviços à instituição, por meia jornada, mas desligou-se do emprego por iniciativa própria e não houve a reposição no quadro funcional, logo, até a presente data, a instituição não possui técnica de enfermagem contratada. A ILPI conta também com o suporte técnico de um médico geriatra da Prefeitura Municipal de Catalão, o qual presta atendimento aos idosos abrigados semanalmente, necessitando de um técnico responsável para ministrar a medicação prescrita na instituição.

2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos o trabalho desenvolvido tratou-se de um estudo qualitativo, delineado como estudo de caso, sendo a ILPI a unidade-caso analisada. No interim de execução das ações do projeto foram realizadas diversas atividades, dentre elas, podemos destacar: oficinas terapêuticas, grupos de convivência, auxílios às atividades comemorativas do abrigo e oferecimento de uma escuta terapêutica individual; a referida escuta surgiu a partir das experiências das oficinas, momentos em que foram constatados que vários idosos necessitavam de um acompanhamento pormenorizado, atendendo cerca de dez abrigados.

Os acompanhamentos individuais e coletivos foram orientados para a promoção de um atendimento às demandas de sofrimento psíquico, depressão e angústias oriundas pelo processo de institucionalização e do processo de envelhecimento. Foram observadas as condições estabelecidas pela Resolução 466/2012 combinada com os dizeres da Resolução 501/2016, ambas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, haja vista tratar-se de procedimentos realizados com seres humanos.

Para atender aos objetivos propostos, as ações basearam-se, em termos metodológicos, na pesquisa-ação, ou seja, uma pesquisa participante engajada. Assim, buscamos conhecer e compreender o contexto por meio da própria prática (ENGEL, 2000). Para além do conhecimento da realidade, o sujeito, nesse tipo de pesquisa, participa ativamente da produção de conhecimento. No que se refere ao pesquisador, cabe a este possuir uma escuta flutuante e aberta frente ao cotidiano das pessoas, neste caso, dos idosos.

Nesta perspectiva, como principal dispositivo de atuação dentre as atividades realizadas, podemos enfatizar as oficinas terapêuticas, as quais possibilitaram a criação de um espaço para a catalisação da produção psíquica dos idosos, contribuindo para as suas relações intrapessoais familiares, sociais e culturais. (CEDRAZ; DIMENSTEIN, 2005)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as atividades em campo pudemos perceber algumas limitações institucionais em relação ao resguardo dos aspectos individuais dos internos, além de diversos graus de comprometimento cognitivo por parte dos usuários. No decorrer das oficinas terapêuticas, os internos puderam dar voz e elaborar questões pertinentes as angústias vividas no processo de institucionalização. Também buscamos realizar reuniões com a gestão, como forma de levar informações a respeito das nossas percepções sobre as dimensões psicológicas e sociais, buscando assim abranger as possibilidades de mudanças institucionais, em especial no que tange a responsabilidade do controle das medicações psicotrópicas que são disponibilizadas de acordo com o entendimento da gestão.

Tais informações ajudam a demonstrar, ainda, o caráter asilar presente na instituição, na qual se encontra um grande número de abrigados com algum transtorno psicopatológico, fora o fato que, dos vinte e um internos que constam essas informações nos nossos registros, pelo menos seis deles possuem idade inferior a 60 anos. A tipificação pregressa da instituição como sanatório, ainda diz muito sobre a demanda recebida (frequentemente psiquiátrica) e seu funcionamento e recursos utilizados.

Além disso, também é preciso considerar os recorrentes episódios em que se encontra idosos em situação de contenção (em cadeiras de roda, cama, mesa, quartos, dentre outros), os quais são justificados pelas cuidadoras e pela gestão, devido ao baixo número de funcionários presentes na instituição, que dificulta o cuidado mais detido àqueles idosos com maior grau de dependência. Assim, esses idosos, em algumas situações, são contidos com panos e amarras, causando forte impacto psicológico em que, de forma reativa, vão apresentando descontentamento e tristeza.

Outro fator importante diz respeito ao precário vínculo com os familiares dos idosos, que muitas vezes são levados ao abrigo em situação de abandono ou violência familiar. A maioria não recebe visitas a mais de um (1) ano e possuindo somente a instituição e os profissionais que lá trabalham, como fonte de relação interpessoal, o que sem dúvidas dá



notícias do profundo processo de institucionalização com a significativa perda de cidadania e individualidade. Neste sentido, durante a ação, alguns familiares foram atendidos nas raras visitas realizadas, sendo orientados a manter o vínculo com os usuários da instituição, considerando a importância dos laços afetivos para a qualidade de vida dos idosos.

Observamos, como já mencionado, que a instituição atende a idosos com diversos graus de dependência, inclusive com transtornos mentais graves e uso abusivo de álcool. Contudo, a instituição não atende às normas da ANVISA (BRASIL, 2005), em relação a classificação dos Graus de Dependência dos idosos, a composição mínima do quadro funcional, a necessidade de ajuda ao idoso em suas necessidades básicas e adequação às condições de instalações físicas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; definidas em lei, para instituições desta natureza.

Buscamos propiciar uma articulação junto a Secretária de Saúde, Conselho do Idoso e Secretária Estadual de Direitos Humanos, para a possibilidade da abertura conveniada com o Estado, como forma de sanar as limitações apresentadas. No que se refere às políticas públicas em relação a saúde mental, as instituições asilares (ILPIS) vem suprimindo um papel que é de importância do Estado, uma vez que os usuários deste serviço estão a mercê do voluntarismo e da omissão que tangem as instituições fechadas.

Nosso posicionamento na ação visou modificações políticas e éticas de respaldo ao direito civil e a saúde mental desses participantes, por meio de reuniões, discussões e apresentações das nossas colocações e críticas as instâncias superiores ao abrigo, enquanto município e estado. Partimos, desse modo, do exercício da práxis em seu sentido maior, apresentando o papel do psicólogo como promotor de mudanças, não apenas no âmbito psicológico, mas também como meio de modificar as condições de vida dos envolvidos no processo de institucionalização dos usuários da ILPI através da compreensão dos fatores que influenciam no processo de envelhecimento, através de intervenções com os gestores e de atividades que visavam o resgate da subjetividade dos internos.

A fase final da ação teve caráter promotor de saúde mental no âmbito de políticas públicas, pois se deu nas intervenções em relação ao trabalho em rede no âmbito municipal, buscando assim propiciar que o Estado e Município estejam cientes das limitações da instituição, como forma de garantir, assim, a continuidade no cuidado dos usuários assistidos pela instituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que as atividades desenvolvidas pelo projeto do curso de Psicologia da UFG/RC tenham sido qualitativamente satisfatórias na melhoria das relações interpessoais e na promoção do bem-estar psicológico dos idosos abrigados e demais pessoas que participam das rotinas diárias da ILPI, consideramos como urgente a necessidade de contratação de profissionais qualificados para compor a equipe de trabalho.

Dessa maneira, entendemos que a instituição carece de uma equipe multidisciplinar (em especial enfermeiro, psicólogo e fisioterapeuta) e precisa adequar o quadro funcional com o previsto na lei. Contudo, segundo a gestão, tal situação decorre, em parte, da falta de suporte técnico e recursos financeiros do Estado, a qual recebe doações de pessoas físicas, jurídicas e subvenção do município.

Ademais, a realização da ação gerou bons frutos para a nossa formação acadêmica, na medida em que permitiu relacionar teoria e prática, exigindo o ajustamento da teoria para a aplicação no contexto em que estávamos inseridos.

REFERÊNCIAS

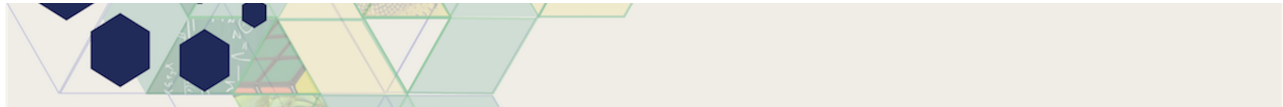
BRASIL. **Lei 10.741/03, de 01 de outubro de 2003, estabelece o Estatuto do Idoso.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 01 de outubro de 2003a, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 07 de dezembro de 2003b, Brasília, DF.

BRASIL. **Resolução Federal n.º 283/RDC/ANVISA, de 26 setembro de 2005, aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 26 setembro de 2005, Brasília, DF.

BRASIL. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, que estabelece as normas para a realização de pesquisas com seres humanos nas Ciências Sociais e Humanas.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 12 de dezembro de 2012, Brasília, DF.



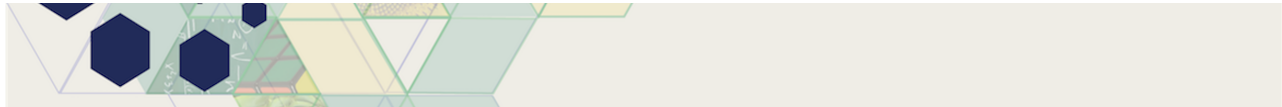
BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução 501 de 07 de abril de 2016, que estabelece as normas para a realização de pesquisas com seres humanos nas Ciências Sociais e Humanas.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 07 de abril de 2016, Brasília, DF.

CEDRAZ, A. DIMENSTEIN, M. **Oficinas terapêuticas no cenário da Reforma Psiquiátrica: modalidades desinstitucionalizantes ou não?** Revista mal-estar e subjetividade. Fortaleza. 2005. p.300-327

ENGEL, G. **Pesquisa-ação.** Curitiba, 2000. p.181-191.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho.”



RESGATE DE MEMÓRIAS E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO NO ESPAÇO INSTITUCIONALIZADO

AMORIM, Marcelo Vinicius Costa¹, m.viniciuh@gmail.com¹

LEMOS, Moisés Fernandes², moisesflemos@yahoo.com.br²

¹Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O objetivo do presente trabalho foi refletir sobre a atuação do profissional de Psicologia em uma Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI), contribuindo para a aquisição de habilidades e competências necessárias ao futuro profissional da área. A ação desenvolvida caracterizou-se como um relato de experiência, delineado como uma estratégia mista, sendo, para tanto, utilizados recursos próprios da pesquisa-ação e da história oral. A ação de extensão foi realizada no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017, em uma ILPI situada em Catalão – GO. As visitas à instituição foram realizadas semanalmente, com intervenções, visando abrandar as consequências negativas decorrentes do processo de institucionalização dos idosos. Foram trabalhados a escuta, por meio do acolhimento dos idosos, ao mesmo tempo em que tencionava-se a compreensão de várias demandas decorrentes da dinâmica do processo de abrigamento. O método adotado possibilitou aflorar ricas narrativas embotadas no espaço institucional, resgatando memórias e sentidos às existências dos participantes.

Palavras-chave: Institucionalização, memória, identidade, idosos, história.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma ressonância da ação de extensão “Apoio Psicológico à Terceira Idade: Suporte Técnico à uma Instituição de Longa Permanência de Idosos de Catalão-GO”. A referida ação visa, por meio de grupo de estudos, supervisão e intervenção, de graduandos do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, atuar em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), dando suporte individual e grupal, à promoção do bem estar psicológico de indivíduos abrigados. Ela almeja ainda contribuir para as reconfigurações de práticas que comumente tendem a não colaborar para o favorecimento da saúde mental. Sendo assim, o presente trabalho objetiva refletir sobre a atuação do profissional de psicologia em uma Instituição de Longa Permanência de Idosos, contribuindo para a aquisição de habilidades e competências necessárias ao futuro profissional da área.

A Instituição de Longa Permanência de Idosos teve origem alicerçada na iniciativa filantrópica (Fundação Espírita), em que nas décadas de 70 e 80 ficou caracterizada por operar como sanatório atribuído para tratamento de enfermos psiquiátricos. Hoje a instituição abriga cerca de 30 idosos, sendo 10 homens e 20 mulheres. Ela conta com um quadro funcional de 12 colaboradores distribuídos nas seguintes funções: gerente, cuidadoras e cozinheiras.

A ação de extensão tem 8 integrantes, sendo 1 professor supervisor, 2 psicólogos e 5 alunos de graduação em Psicologia. Este grupo se divide para

que as atividades na instituição aconteçam ao longo da semana, com duração de duas a três horas cada visita.

A mencionada ação de extensão é desenvolvida a mais de dois anos e meio. Iniciou-se pautada em um trabalho intervencionista por meio de grupos e oficinas terapêuticas. À medida que o tempo passava, ficou evidente que muitos dos abrigados demandavam cuidados específicos, requerendo apoio individualizado.

A partir de uma investigação minuciosa, foi levantado o nível de comprometimento mental dos idosos, identificando um grande número de internos acometidos por diferentes enfermidades e transtornos mentais, sendo registrados vários casos de depressão, esquizofrenia, *mal de Alzheimer*, dentre outras comorbidades.

Não podendo acolher todas as necessidades ali afloradas, a ação elegeu aqueles internos que apontavam para um *status* de maior urgência da atenção especializada. Aos poucos, reconfigurou-se as atividades do grupo de tal forma que pudesse ser feito o acompanhamento individual e continuado dos casos mais severos, com o fortalecimento vínculos específicos e uma atenção singularizada conforme exigência de cada caso eleito.

Do ponto de vista teórico, nós partilhamos do posicionamento de Zimmerman (2000), quando afirma que ser idoso não é necessariamente sinônimo de sofrimento e amarguras. Suas limitações não os inutilizam, cabendo a sociedade investir na velhice assim como se dedica a outras faixas etárias.



O trabalho tem como justificativa a demanda do próprio cenário nacional, uma vez que a expectativa de vida nas últimas décadas vem aumentando gradativamente, e as ILPI's têm sido em muitos casos, o local escolhido para abrigar idosos, que por inúmeros fatores acabam por não estar congruente a dinâmica de suas famílias e são destinados a viver como abrigados os seus últimos anos de vida. Todo ano, cerca de 650 mil indivíduos no Brasil chegam a terceira idade, acompanhados de limitações funcionais e doenças crônicas diversas (BRASIL, 2006).

Embora em 2003 tenha sido aprovada a Lei 10.741, que estabeleceu o Estatuto do idoso (BRASIL, 2003), seus tramites legais por si só não asseguram que todas as necessidades e direitos sejam garantidos, culturalmente a sociedade brasileira encontra dificuldades para lidar com a velhice e suas insuficiências. É nesse contexto que movimentos filantrópicos ganham algum destaque por produzirem notáveis esforços no auxílio e defesa da dignidade da população de idosos.

Não obstante o trabalho humanitário e assistencialista deva ser fartamente exaltado, é preciso retomar o olhar científico e especializado, criticar as práticas institucionais com intuito de darmos um passo adiante no que diz respeito à qualidade de vida durante a velhice. Sendo assim, a própria psicologia e as ciências humanas como um todo tem muito a contribuir para a discussão do tema.

2. METODOLOGIA

A ação desenvolvida caracteriza-se como um relato de experiência, delineado como uma estratégia mista, sendo utilizados recursos próprios da pesquisa-ação e da história oral.

A pesquisa-ação é empregada em projetos que se objetiva programar transformações em suas próprias práticas. Embora a pesquisa-ação esteja pautada em um pragmatismo, ela se mantém distinta da prática, e ao mesmo tempo em que seja pesquisa ela se distancia da pesquisa científica ortodoxa, basicamente porque a pesquisa-ação altera o que está em curso da pesquisa ao mesmo tempo em que se faz respeitar os limites pressupostos pelo contexto e pela ética desta prática. (TRIPP, 2005).

Para o momento da atenção individualizada e, consequentemente, na retomada de aspectos da memória dos internos, foi utilizado o método de história oral, que se estrutura como uma pesquisa de vivências passadas e presentes, via entrevista no aspecto da intimidade da pessoa. Gonçalves e Lisboa (2007, p. 84) vêm “chamar a atenção para a confluência multidisciplinar que a pesquisa qualitativa possibilita, trazendo o método da história oral na sua modalidade de trajetórias de vida”.

Segundo os autores este método contribui tanto para o processo de investigação quanto para complementação de conhecimento para o Serviço Social. Conforme Marre (1991, *apud*, GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 87) “quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual é elemento constitutivo”.

O campo da história oral também entra como dispositivo de reconhecimento das minorias. Neste sentido, Amado (2000) exemplifica como este método no contexto latino-americano tem possibilitado dar destaque sistemático a questões relativas a marginalizados sociais.

Como recurso para coleta e registro de dados foi utilizado o diário de campo a partir das observações e visitas no ambiente de atuação, consistindo em um importante documento, pois a partir de sua análise pode-se compreender as especificidades das demandas do grupo e dos indivíduos em particular. Para Valladares (2007) o diário de campo é um instrumento fundamental na rotina do pesquisador e daqueles que propõem uma observação participante. As anotações fazem parte de uma autodisciplina que colabora para observação sistemática não só da população estudada, mas também dos próprios erros a serem corrigidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente registro inspirou-se na obra *O fim do homem soviético*, de Svetlana Aleksievitch (2016) a qual versa sobre memórias, ideias e angústias de habitantes do leste europeu relativas às mudanças ocorridas na região. Sendo assim, propôs-se um texto similar ao da referida autora que ao mesmo tempo fosse fiel a narrativa do participante entrevistado nas dependências da ILPI e que buscasse nas experiências vividas recurso para resgatar a memórias apagadas pelo tempo e pelo processo de institucionalização.

A atividade de relembrar não é algo tão corriqueiro uma vez que pode ser considerado um exercício mental delicado e exaurido, mas ainda assim é uma atividade salutar. É no esforço de rememorar que reavemos nossa identidade. O futuro que é cogitado em nossa imaginação não é algo que nos pertence, mas é no refúgio do passado que recorremos a nossas lembranças, possibilitando-nos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçamos sobre nós e reedificamos nossa identidade (BOBBIO, 1997, *apud*, DELGADO, 2003).

Sendo assim, vejamos a História do interno “A”, homem, cadeirante, está a vários anos como abrigado:

Eu nasci no Paraná e com dois anos de idade fui para São Paulo. Mas meu pai mesmo era de



Pernambuco, foi ele que acabou de criar a gente depois que minha mãe faleceu.

Olha só, sou eu e mais 5 irmãos, 4 mulheres e um homem, ele que é o mais velho acho que mora lá no Paraná. O que lembro bem é que meu irmão era muito inteligente, um ótimo eletricitista, ele trabalhou muito tempo em Itaipu, sabe aquela hidrelétrica gigante? Pois é, é ela mesmo.

Não me lembro de muito, de quando eu me tornei isso aqui [...] antes eu era gente [...] hoje eu sou esse bosta. Mas já fui gente sim, quando eu era novo. Meu apelido era neguinho, me chamavam assim depois que me viram jogar bola, me chamavam às vezes era de peste preta. Eu corria muito, não era bom no futebol, mas corria feito o diabo. Agora já não ando, por conta dessa perna aqui, mas no campo, naquele tempo [...] ninguém me pegava.

Foram tempos bons, eu trabalhava na Cutrale e na tal da Citrossuco, na coleta de laranjas. Chamava Fazenda Fortaleza, fica lá em Cajubi no interior de São Paulo. Tinha ali uns 20 anos [...] ou era 21, não estou certo. Eu cheguei a comprar um coité verde, naquele tempo, quem tinha um coité podia ser metido [...] você não conhece coité? É um fusca, ele era ótimo. Era meu recurso para chegar à zona. Pense só, as putas já me conheciam, eu torrava o dinheiro todo lá. Diz-me então, se eu não era um burro? Porque eu ganhei muito dinheiro, nós éramos uma turma forte. Nós eu falo é uma turma de cinco que trabalhava na safra. Na entressafra a gente era levado lá para o Paraguai, de tão bom que éramos. Naquelas terras a gente ia colher algodão.

Foi lá no Paraguai que aprendi o guarani, a língua de lá. Vou de contar um pouco, vai escutando; diaracená é janta, diaracaru é almoço, lanche você fala chachá. Agora é a melhor parte, sabe o que significa concha? É buceta, e dereví é o tal do cu (risos). Te conto como aprendi, eu frequentava as zonas de lá. As putas lá a gente trata como manquinha.

Naquelas terras a gente se divertia, mas trabalhava muito. Para colher o algodão nós levantávamos de madrugada ainda escuro e só parávamos quando escurecia de novo. Na verdade eu recebia era por quantidade coletada, não era pelo dia de serviço.

Uma vez o dono da fazenda quis me testar, pediu pra eu vigiar o escritório dele, pois ele iria sair e logo voltava. Eu lá sentado vi um envelope cheio de dinheiro em cima da mesa. Pensei, esse maldito está de brincadeira comigo. Naquela época o regime naquele país era a tal ditadura. Tinha um tal “comissário” que andava com seus capangas, armados de porrete e espada, nunca que eu ia cair nesse armadilha. Quando o homem voltou ficou olhando pra mim e olhava o envelope, que eu nem botei a mão. Maldito.

Ao anoitecer, por exemplo, se você estivesse frequentando um bar e fosse pego bebendo a “la canha”, assim que fala a pinga lá, você era levado pelo comissário, como não tinha cela, amarravam uma corrente no seu pé e te colocavam em algum tronco.

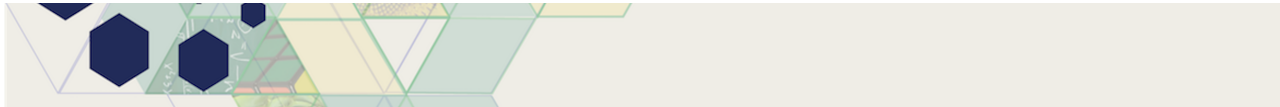
Mas eu fui lá para aquelas bandas foi mais por causa de mulher mesmo, fui atrás da Rô, mas ela acabou não querendo nada comigo. Daí a primeira paraguaia que me relacionei foi a Polvilha. Transar não é transar, na língua deles você fala “impurar” (risos). Só que, no Paraguai eu não gastava tudo não, eu segurava um pouco do dinheiro para cambiar no banco. A moeda lá era dois por um se comparado com aqui.

Escute só como viajei, até a Argentina eu conheci. Ficava tudo muito perto ali, a tal ponte da amizade. Na Argentina a gente ia comprar roupa, na verdade íamos comprar calças, eram muito mais barato que aqui no Brasil. Lá a gente não trabalhava, fazia compras e voltava para o Paraguai. Fiquei uns três anos por lá, depois voltei. Em São Paulo também era bom, foi difícil mesmo só quando minha mãe morreu, que eu tinha 15 anos, mas minhas irmãs ainda eram muito pequenas.

A região de Barretos, Catanduva, Rio Preto, Bebedouro, eu conheço tudo, acho que eu tinha 23 anos só, era até bonito, daí rodava esse trecho no trabalho e na farra. Quando vendi meu carro ficou mais difícil, então eu tinha uma estratégia. Eu ficava vigiando a esperar meu pai sair para pescar, era a hora que eu pegava o carro escondido, eu enchia aquele carro de mulher que não prestava. Depois eu vim para Uberlândia, trabalhar descascando milho.

Pensando nessas coisas todas, lembro que já tive uns pertences, carro e até uma casa. Acabei tendo que vender tudo para pagar meu tratamento. Consultava em um doutor lá em Brasília, acho que no fim das coisas aquele safado me enganou, pegou todo meu dinheiro e não me curou.

A história de vida do interno foi construída ao longo dos anos, e sua narrativa reconstruída em 13 encontros com o entrevistador, realizada ao longo de quatro meses. Cabe referência que o trecho, acima citado, é uma pequena parte de um comprido relato que se repetia como conteúdo dos encontros. O abrigado insistentemente relatava apenas o que diz respeito a seu período de vida que antecede os 23 anos de idade. Nunca foi narrado qualquer acontecimento depois dessa época. Quando indagado sobre este intervalo desconhecido, o abrigado não sabia responder. Também não soube dizer qual enfermidade o acometera tão pouco à época correta que buscou tratamento. Observamos uma lacuna cronológica na sua história. O interno em questão possui sérias limitações na movimentação dos membros de seu lado direito.



Para além das consequências de ordem fisiológica que acometem a área da memória, podemos refletir sobre os efeitos da institucionalização sobre o funcionamento das faculdades psíquicas dos indivíduos. Goffman (2015) chamou de instituições totais as organizações em que os indivíduos satisfazem todos os aspectos de suas vidas enquanto internados. Para o autor, a cisão com os costumes que antecederiam sua entrada na instituição, confluyente com uma série de restrições, humilhações, e separação do mundo social, tendem a colaborar para a mutilação e mortificação do eu. Em uma instituição total em que despontam indignidade da fala, o desmerecimento de costumes e objetos de identificação e a própria negação de comportamentos singulares, levam o interno a um processo de aculturação e possivelmente, a perda gradativa de sua própria identidade.

Segundo Hall (2000) em uma abordagem discursiva podemos tratar a questão da identidade como um processo nunca completado, em constante construção, neste sentido, o autor afirma que se pode “perder” ou “ganhar” a identidade, ou seja, ela poderá ser sustentada ou abandonada. Neste caso, a história oral se torna caminhos para se resguardar vestígios de memória e consequentemente, de identidade.

Para Alberti (1996) a história oral enquanto entrevista, versa sobre uma história de dois autores, onde é preciso considerar a entrevista como um resíduo de ação, chamando atenção para o que se tem a intenção de guardar e legitimar enquanto memória.

A escolha do entrevistado em questão foi motivada por alguns fatores. Por exemplo, em seu prontuário havia registros de testes que revelavam traços depressivos. Além disso, durante as visitas notava-se comportamento de isolamento frente aos outros internos da instituição. O abrigado não interagiu com terceiros e passava praticamente todo o dia dentro de uma sala, assistindo programação da TV local.

À medida que se avançou no número de encontros e entrevistas, o interno passou a frequentar o pátio da instituição mais vezes, ao final das entrevistas, outro abrigado passava a acompanhar os relatos, tão logo o entrevistador encerrava a “sessão”, as narrativas perduravam, agora em um diálogo entre os internos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método de história oral, estratégia vastamente utilizada por historiadores, antropólogos e sociólogos, acabou por se apresentar como interessante recurso para nós como representantes da Psicologia. Uma vez que, inseridos em um campo que seu contexto não suscitava um trabalho clínico

convencional que frisasse interpretações e ressignificações subjetivas, nos vimos inclinados a enveredar por artifícios outros que colaborassem para o objetivo último que é, o resgate e conservação da memória e da identidade.

Avaliando a lógica da institucionalização e as dinâmicas de funcionamento desses espaços atuais, percebe-se que houve ínfima mudança durante as últimas décadas, quiçá, séculos. O abrigar e o cuidar ainda estão longe de dar conta de todos os anseios que um indivíduo possui para dar manutenção a sua saúde mental, e nos seus processos identificatórios.

Assim como Hall (2005, p. 08), entendemos que “identidade, é demasiadamente complexa, muito pouco desenvolvida e muito pouco compreendida na ciência social contemporânea para ser definitivamente posta à prova”.

Isso por si só nos motiva a investigar os artifícios da mente humana enquanto memória materializada por diferentes vozes, principalmente as que se encontram silenciadas nestes regimes institucionais.

Nossa prática intervencionista dentro de contextos inundados de regras e procedimentos dificilmente tende a surtir o efeito esperado. Mas a nossa escuta especializada, no âmbito clínico, grupal ou mesmo em uma investigação por meio da história oral, tem produzido algum bem estar, um acolhimento ou um traço de esperança.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. / mesa redonda: Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral*. Rio de Janeiro, 1996. Acesso: 10 de agosto de 2017. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>

ALEKSIÉVITCH, S. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

AMADO, J. Nós e o espelho. In: Ferreira, M. de M. (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 105-112 Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/2k2mb/pdf/ferreira-9788575412879.pdf>>

BRASIL. Lei 10.741/03, de 01 de outubro de 2003, estabelece o Estatuto do Idoso. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 01 de outubro de 2003, Brasília, DF.

BRASIL. Portaria 2.528, de 19 de outubro de 2006, aprova a política de saúde da pessoa idosa. *Diário*



Oficial [da] República Federativa do Brasil, 19 de outubro de 2006, Brasília, DF.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. VI *Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. História Oral*, São Paulo, 6, 2003, p. 9-25. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf>

GOFFMAN, E. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

GONCALVES, R. C.; LISBOA, T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 83-92, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300009&lng=en&nrm=iso>.access on 12 Aug. 2017.

HALL, S. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10º ed. Rio de Janeiro. DP&A Editora. 2005

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 ago. 2017.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 153-155, Feb. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>.access on 15 Aug. 2017.

ZIMERMAN, G. *Velhice: aspectos biopsicosociais*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.

SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM PSICOLOGIA

Rocha Silva, Jerline, rochajerline@gmail.com¹
Diniz Francisco, Leidiane, leidiane_fdiniz@hotmail.com²
Wirthmann, Renata, renatawirthmann@gmail.com³

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de psicologia.

² Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de psicologia

³

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de psicologia.

Resumo: O presente trabalho consiste na sistematização da experiência do projeto de pesquisa e extensão “Saúde Mental da Criança e do Adolescente”, do departamento do curso de psicologia da UFG-Regional Catalão. Deste modo, tem o foco atendimento a sujeitos (crianças, adolescentes e adultos) com necessidades especiais. Para tanto, o projeto foi direcionado a uma escola que atua com sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais, sobretudo espectro autismo. Nesse sentido, tem como objetivo questionar algumas construções de diagnóstico em torno do espectro do autismo bem como vislumbrar novas vias de atuações voltadas para instituições que atendem essa demanda. Para tal utilizou-se como método a observação participante, no sentido de adentrar a realidade institucional, sobretudo a realidade sintomática de cada sujeito diagnosticado ou com hipótese de diagnóstico espectro de autismo. A partir das observações, fica evidenciada, a importância da parceria entre Universidade e Escola se apresenta como uma via de disponibilizar essa multidisciplinaridade e construção do saber por várias óticas, privilegiando justamente essa condição singular e busca problematizar, desconstruir algumas concepções patologizantes em torno do espectro de autismo.

Palavras-chave: Psicologia. Psicanálise. Saúde mental. Autismo.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, estamos presenciando um aumento significativo de crianças que estão recebendo diagnóstico de espectro autismo. Nesta direção, Laurent (2014) sustenta essa colocação ao dizer que, desde a publicação do DSM-IV, o número de crianças que vem recebendo o diagnóstico de espectro autista se proliferou como uma epidemia. Frente a este aumento, faz-se pertinente a seguinte questão: Como entender o aumento epidêmico de casos de autismo? E, portanto, essa questão é digna de problematização. Sendo assim, esse projeto busca problematizar a mesma.

Mas, antes, vale sublinhar que, geralmente o primeiro profissional que os pais de criança com suspeita de autismo, recorrem ao neurologista ou psiquiatra. E, é comum, que a partir do primeiro contato com esses profissionais, a criança já saia do consultório com o diagnóstico de autismo. A partir desta colocação e concomitante ao apontamento de Laurent (2014) como vimos, acerca do aumento de casos de autismo, faz-se necessário levantar os seguintes questionamentos: O primeiro contato com a criança é suficiente para a construção da hipótese diagnóstica do quadro autista? Será que o diagnóstico realizado pelos profissionais de saúde (neurologista, psiquiatra) está sendo feito de modo

demasiadamente apressada? Com esse projeto, tentaremos responder esses questionamentos.

Conforme Cavalcanti e Rocha (2001) Na década de 40, o psiquiatra austríaco Leo Kanner fundou o espectro autismo, baseado nas seguintes premissas que nomeavam o sujeito autista como um ser “incapaz” de estabelecer contato social, desenvolver a linguagem, quando presente era ecolalia, sem sentido, apresenta comportamentos estereotipados.

Deste modo, conforme Cavalcanti (2001), Kanner tratou a criança no negativo, ao reduzi-la em um quadro sintomático, ao destacar somente o que ela tem. Por outro lado, ficou apático no que se refere ao que a criança não tem, principalmente, para a particularidade e as potencialidades do sujeito autista, conferindo a este o estatuto de estrangeiro em que o singular, peculiar se apresenta como diferente.

Consideramos que tal descoberta tem sua importância, ao descrever os traços autistas, já que muitos estudos, inclusive, a psicanálise partem destes para construção da hipótese diagnóstica. Mas, o termo em si noticiam traços de ordem da “incapacidade”, logo, da margem a patologização do sujeito, isso é avesso à psicanálise, que por sua vez considera que cada caso apresenta suas particularidades, e a partir dessas um estudo verticalizado.



Além disto, vale destacar que na sociedade contemporânea, muita linha de tratamentos voltada para o autismo vem abordando a questão mediante a um método que focaliza o treinamento de atividades cotidianas, assim, acaba reforçando mais a sintomatologia da criança (Cavalcanti, 2001; Laurent, 2014).

A psicanálise se posiciona de forma contrária a essas concepções sobre o autismo e seu tratamento, como já dito. Para a psicanálise, a hipótese diagnóstica é para pensar o tratamento. Ela busca, principalmente, identificar os meios de acesso ao sujeito, a título de exemplo: o interesse da criança. Vislumbrando saberes que possam nortear no sentido de buscar o que há de mais singular no sujeito.

A partir do interesse dela, realiza intervenção de modo criativo e apostando que há um sujeito psíquico. Diante de tudo que foi dito sobre como a psicanálise se posiciona sobre o autismo, esse projeto busca também demonstrar a importância da psicanálise no tratamento do autismo.

Vale ressaltar que o que é de ordem sintomática na criança não é desconsiderado, mas visualizado na via da *provisoriidade* e *reversibilidade*, não entendendo os sintomas como algo imutável. Desta maneira, os sintomas noticiam algo que não vai bem.

Posto isso, frente às demandas existentes nesse campo, a interdisciplinaridade se apresenta como uma referência fundamental, do contrário as condições de atuação na educação especial partiria de um único saber, diminuindo vias possíveis que implicam, necessariamente, em condições adversas para o sujeito.

O projeto teve duas etapas até o momento: no primeiro momento, realizou-se estudo teórico a respeito do autismo, pautado na teoria psicanalítica e tendo como principal referência o livro “A batalha do autismo: Da clínica à política”. Além disto, estudamos a metodologia IRDI (Indicadores clínicos de risco psíquico para o desenvolvimento infantil). Bem como, o CID-10 (Código Internacional de Doenças) e DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais).

No segundo momento, foi realizado um trabalho na instituição mencionada com o intuito de conhecer seu funcionamento e os trabalhos desenvolvidos com os sujeitos que apresentam uma necessidade especial. Concomitante a isso, realizou-se observações de modo participante para averiguar sinais e sintomas do espectro autista.

1.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Uma das principais relevâncias do trabalho multidisciplinar dentro de uma instituição se encontra no fato de que uma equipe, composta por profissionais de diversas áreas, tem a possibilidade

de considerar e atuar com o sujeito sob os diferentes âmbitos que compõem o ser humano. Portanto, tão importante quanto à prática do psicólogo, se faz igualmente importante à prática da pedagogia, da fonoaudiologia e outras, que se fizeram presentes na Escola Santa Clara de Catalão.

Assim, cada área profissional dispõe de instrumentos próprios para atingir objetivos almejados. Contudo, essa especialização do conhecimento gera limitações e conflitos com as outras áreas.

Toda instituição necessita de práticas pedagógicas já que ela é constituída por leis, regras e objetivos a cumprir. Sobretudo, porque essa é uma via que possibilita intervir sob algumas condições relacionadas ao desenvolvimento intelectual, social e físico do sujeito usuário de modo que, visualiza-lo para além de condições estigmatizantes e práticas assistencialistas, é um fator primordial para a realização da proposta tanto escolar quanto do projeto de extensão.

Quanto à instituição, recebemos as devidas orientações a respeito do seu funcionamento, bem como o apoio. A princípio, temia-se que a presença de tantos estagiários poderia causar alterações na rotina e nos humores dos estudantes, mas tal participação aconteceu de modo a causar o mínimo de agitação possível.

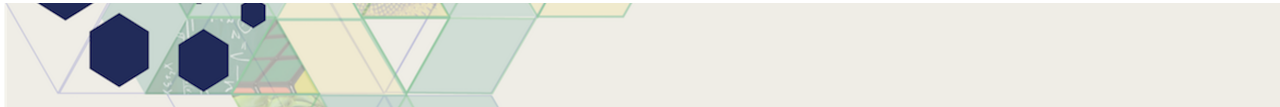
As atividades desenvolvidas ao longo do período de vigência do projeto foram: estudos sobre teoria/técnica psicanalítica e autismo; acompanhamento (observação) em atividades nos diversos contextos escolar como: leituras, atividades artesanais, atividade de horticultura, atividades aquáticas (estimulação dentro da piscina), atividades grupais e individuais, atividades físicas; registrar observações realizadas na instituição; realizar estudo de acordo com a orientação dada pela supervisora, elaborar os relatórios solicitados; discutir as observações realizadas em grupo de supervisão.

Em relação à nossa inserção no ambiente, os usuários manifestaram uma alta receptividade. Seus comportamentos se caracterizaram principalmente por uma necessidade de interação e, sobretudo falar.

Devido a isso, as interações eram carregadas de intensos afetos, curiosidade, apaixonamentos, desconfianças e em alguns casos, indiferenças (crianças cuja hipótese de diagnóstico gira em torno do autismo). O que gera expectativa para as próximas etapas do projeto, na qual pretendemos realizar atividades para além da observação.

2. METODOLOGIA

Este trabalho se configura em uma pesquisa do projeto “Saúde Mental da Criança e do Adolescente” realizada no Instituto Pestalozzi Escola Santa Clara, situada no município de Catalão. Para tanto,



utilizamos como instrumento para coleta de dados a observação participante. Esse método consiste em colher informações acerca do objeto de estudo pela via do contato direto, em que o observador participa das atividades sem causar maiores interferências (MARCON, ELSÉN, 2000).

Primeiramente, foi realizado estudo teórico, pautado na abordagem psicanalítica, cuja principal referência foi o livro *A Batalha do autismo*.

Nas observações, procurou-se investigar primeiramente, os sinais e sintomas, relacionados à linguagem, afeto, sociabilidade, autonomia, autocuidado e outros, baseado na metodologia IRDI, DSM 5, CID 10. Bem como, a maneira que a instituição funciona, de modo a observar como que esses sujeitos reagem às diversas atividades do cotidiano escolar. Para tanto, acompanhamos diversas turmas (algumas numerosas e outras não) tanto no turno vespertino quanto matutino na escola Santa Clara, situada na cidade de Catalão-GO.

Para a coleta de dados, as observações foram realizadas mediante o consentimento da instituição em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das observações, fica evidenciada, a importância da atuação multiprofissional que inclua diversos saberes e práticas, voltadas para uma ação que perpassa o diagnóstico e os sinais/sintomas de modo a incluir a criança ou adolescente enquanto sujeito produtor de singularidades.

Frente a isso, a parceria entre Universidade e Escola se apresenta como uma via de disponibilizar essa multidisciplinaridade e construção do saber por várias óticas, uma vez que o campo pedagógico e outros têm suas atuações voltadas para objetivos distintos aos que a psicologia se dispõe, sendo a junção desse e de vários campos (fonoaudiologia, educação física, psicopedagogia, etc.) uma via de possíveis.

Vale ressaltar que, o diagnóstico muitas vezes precipitados podem acarretar em uma patologização, por outro lado, a pedagogia não dispõe da função de estabelecer uma hipótese diagnóstica, e por vezes, a criança chega com várias hipóteses ou sem

nenhuma, o que diminui as possibilidades de atuação ou que os profissionais não tenham o devido direcionamento ou formação para atuar de forma coerente, de modo que essa condição pode refletir nos sujeitos usuários, uma vez que práticas desajustadas são suscetíveis a resultados ineficazes ou danosas a sujeitos cujo desenvolvimento pode ser comprometido se não estimulado devidamente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da clínica psicanalítica parte do plural ao singular, do sintoma aos sinais, buscando colocar em evidência o singular, deixando de lado as ideias psicopatológicas, enfatizando o aquilo que é único e inerente a cada sujeito.

Dessa forma, esse estudo privilegia justamente essa condição particular e busca problematizar, desconstruir algumas concepções que a partir das realidades existentes, mas não tem como finalidade concluir a respeito da temática, e sim trilhar de modo a oferecer alternativas às condições patologizantes.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Ana Elizabeth; Rocha, Paulina Schmidtbauer. **Autismo: construções e desconstruções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

LAURENT, Éric. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MARCON, S. S; ELSÉN I. **Estudo qualitativo utilizando observação participante: análise de uma experiência**. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/viewFile/2999/2143>> acesso em: 29 de junho de 2017.

RESPONSABILIDADE AUTORMAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



SHOW FÍSICA NO PALCO

Lourenço, Ludmilla, ludmilla.lds@hotmail.com

Felix, Bruna Lays

Ferreira Olímpio da Silva, Marciel

Neris Machado Marcelo, Samara

Caixeta do Nascimento, José Renato

Nunes, Juliana Cintia

Sardevist Alcântara e Lima, Maycon Kawlin

Pereira, Ana Rita

Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Física

Resumo: *O Show Física no Palco é uma apresentação interativa, que utiliza elementos teatrais e humorísticos, numa mistura de ciência e arte, cujo objetivo é contribuir com a alfabetização científica dos participantes. Os apresentadores trabalham os conceitos científicos através da discussão e interação do público com experimentos que mostra efeitos que, às vezes, parece mágica, mas que no show tem seus “segredos” revelados, mostrando a Física de forma lúdica e divertida. Os experimentos são manipulados pela plateia, composta em geral de alunos das escolas de Catalão e região. Desde 2014, o Show Física no Palco tem sido realizado periodicamente tanto na Regional Catalão da Universidade Federal de Goiás (RC-UFG) quanto nas escolas da região, sempre buscando atingir o maior número possível de pessoas, visando desmistificar, divulgar e difundir a Física. Observa-se que quem assiste fica curioso e passa a ver que a Física não é o “monstro” que os atormenta e persegue na escola. Isso estimula o interesse pela Física, e mostra que a mesma é uma aliada que ajuda a entender e resolver problemas do cotidiano. Aqui apresentamos uma análise qualitativa, baseada em questionários e nas falas dos alunos e professores participantes do show, sobre como atividades de Divulgação Científica como essa, podem contribuir de forma efetiva para o Ensino de Física.*

Palavras-chave: *Experimentação. Física no Palco. Divulgação Científica. Experimentoteca.*

1. INTRODUÇÃO

O projeto Experimentoteca de Física, desde 2007, vem buscando novas metodologias e estratégias visando melhorar a qualidade do Ensino de Física, em especial utilizando a experimentação. Os experimentos elaborados e montados na Experimentoteca de Física são construídos para serem usados como ponto de partida para a investigação e discussão dos fenômenos físicos e são utilizados no trabalho com os alunos não apenas como instrumentos de motivação e diversão, mas sim como um estímulo a mais para o aprendizado da Física.

O principal objetivo sempre foi estimular o interesse pela ciência, difundindo e popularizando a Física. Ademais, ao mostrar a relação da Física com o cotidiano e com outras áreas de conhecimento, o projeto contribui com a alfabetização científica dos cidadãos.

Em 2014, em mais uma ação de divulgação, foi criado o Show Física no Palco, inspirado no Show da Física do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Essa ação procura mostrar de forma lúdica e divertida os fenômenos físicos que estão presentes no cotidiano, através de experimentos interativos que desperta a curiosidade sobre como funciona as leis da Física.

2. METODOLOGIA

A apresentação de cerca de uma hora, é realizada por quatro apresentadores, que atuando em dupla, se revezam na interação com o público e na apresentação de cada experimento. Eles atuam num estilo cênico, dialogando entre si e buscando a interação da plateia, dinamizando o espetáculo. Nos bastidores outros participantes ajudam na preparação dos experimentos e nos efeitos sonoros que contribuem para sensibilizar emocionalmente a plateia, criando o clima para o desenvolvimento do roteiro.

O roteiro é elaborado de forma a destacar determinados fenômenos cotidianos e a despertar a curiosidade do público, que é desafiado a realizar o experimento no palco (Tubo de Rubens “Chamas Dançantes”, Banco de Pressão, Canhão de Vórtice, Cama de Prego, entre outros), e responder sobre o que está ocorrendo. No final o fenômeno físico é explicado pelos apresentadores.

Como uma referência ao ano internacional da Luz, o show apresenta, desde 2015, um roteiro com atividades voltadas a esse tema.

De certa forma, o Show Física no Palco pode ser considerado uma aula experimental, com vários professores para dezenas de alunos, onde a Física é ensinada de forma diferente da tradicional, com resultados eficazes tanto para os alunos que estão na plateia quanto para os futuros professores (apresentadores). Esses apresentadores, alunos do

curso de Física, tem assim a oportunidade de colocar em prática o que aprendem na sala de aula, numa atuação similar a um estágio, pois ali nas apresentações lidam com várias situações de improviso, como os professores nas aulas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o Show Física no Palco é uma atividade de divulgação científica, procurou-se saber se esse objetivo estava sendo atingindo. Para isso tem sido realizados questionários e entrevistas com os participantes após as apresentações. A participação é voluntária e sem qualquer identificação. Os questionários têm questões abertas e outras onde se escolhe entre as opções oferecidas. Esse levantamento até o momento é somente uma forma de verificar a opinião dos participantes em relação ao que foi apresentado e o que mais chama atenção durante a apresentação, inclusive explicado a razão desse interesse. Ou seja, isso tem sido feito apenas como forma de aprimorar as apresentações.

Em relação ao interesse dos alunos, procurou-se identificar e verificar a intensidade dos sentimentos que afloraram no decorrer da apresentação. Para isso fez-se o seguinte questionamento: “o que você sentiu durante o Show Física no Palco?”, foram apresentadas diversas opções e entre as respostas 60% se sentiram bastante curiosos e interessados, 43% ficaram surpresos, 22% deles se sentiram alegres e satisfeitos e 9% manifestaram outros sentimentos positivos. Nenhum participante manifestou medo ou dúvida, ou qualquer outro sentimento negativo.

Em relação aos experimentos apresentados a tabela 1 traz alguns dos comentários mais frequentes.

Tabela 1 - Respostas à Quais dos experimentos você mais gostou? Por quê?

Aluno	Resposta
A	<i>“Cama de pregos, pois envolve suspense, e também o de equilíbrio, pois envolve força e trabalho em equipe”</i>
B	<i>“O chamas dançantes, onde coloca o gás no cano e quando se fala no microfone, percebe as ondas sonoras, e o redemoinho de fogo.”</i>
C	<i>“Difícil escolher apenas um, pois todos são fascinantes, mas a “construção humana” é bem legal.”</i>
D	<i>“Furacão de fogo dentro da lixeira, interessante e bonito”</i>
E	<i>“Rotação de corpos. E interessante controlar a velocidade pela altura dos braços”</i>



Através dos comentários verifica-se a surpresa ao comprovar a veracidade de alguma teoria falada pelo professor na sala ou vista na mídia. Presenciar “ao vivo”, torna mais significativo o entendimento do fenômeno. Por isso a “cama de pregos”, o “Chama dançantes” e o “Equilíbrio humano” são tão chamativos, pois envolve conceitos que são discutidos, mas que nem sempre assimilados. Sentar em pregos torna o conceito de pressão mais palpável. Ver o efeito da propagação das ondas, que faz as chamas “dançarem”, no tubo de Rubens, ou como a estabilidade de uma estrutura ocorre no equilíbrio humano torna esses conceitos mais reais.

O contato com os experimentos, a interação entre apresentadores e público e os efeitos sonoros, proporcionam descontração e humor, e isso estimula a aceitação da Física. Isso pode contribuir para o engajamento destes estudantes em atividades relacionadas à Física, como já foi relatado por Tamiasso e colaboradores (Tamiasso et al., 2012). Isso pode ser verificado nos comentários listados na tabela 2.

Tabela 2 - Respostas a questão: O Show Física no Palco contribuiu para despertar seu interesse pelas aulas de Física?

Aluno	Resposta
A	<i>“O show mostra como a física se aplica em coisas do nosso dia-a-dia, causando mais interesse no estudo de física.”</i>
B	<i>“Foi essencial, pois desperta um interesse no aluno em aprender física,..., tem experimentos e aplicações que deixam os alunos fascinados.”</i>
C	<i>“Foi algo interessante e diferente, em que vimos a física por um lado mais divertido.”</i>
D	<i>“Contribui grandemente por tornar a Física uma coisa divertida, atraente e interessante.”</i>
E	<i>“Com o show de Física é possível ver na prática que o que é visto na escola possui aplicação e que não se resume apenas em teoria.”</i>
F	<i>“Como já disse, ver na prática o que é mostrado na teoria, que instiga a querer saber mais sobre o que é estudado.”</i>
G	<i>“O interesse em relação do conteúdo, por que estudar pode ser divertido como ocorreu no show”</i>
H	<i>“Me levou a indagação e a curiosidade de saber algumas práticas e aplicações de conteúdos complexos como por exemplo eletromagnetismo”</i>

Nas respostas verifica-se que o objetivo primordial do “Show Física no palco” vem sendo atingido, tanto pela reação e interesse da plateia

durante a apresentação quanto pela fala dos professores e alunos após a mesma, onde dizem que gostaram bastante de ver a Física sendo mostrada de forma divertida, interessante, criativa e dinâmica. Este comportamento mostra que a utilização de diferentes estratégias e metodologias são ferramentas bastante eficazes. Fugir da rotina das aulas tradicionais, com quadro e giz, contribui para estimular o envolvimento e o interesse dos alunos pelo aprendizado da Física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

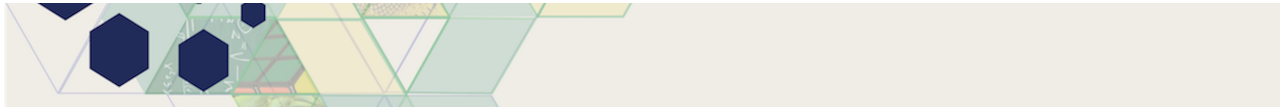
A participação no “Show Física no Palco” oportuniza aos alunos da licenciatura em Física trabalhar em colaboração, integrando novatos e veteranos do curso, tanto na escolha, elaboração e montagem dos experimentos, quanto na escrita e apresentação do roteiro do show. Essa interação cria um ambiente de troca de experiências de extrema importância para fortalecer os vínculos entre os membros do grupo, além de contribuir para a formação cidadã dos apresentadores.

E além da divulgação científica, o “Show Física no Palco” produz resultados satisfatórios também na formação do licenciando em Física, que ao buscar a melhor forma de apresentar um experimento, usando o estilo cênico, tem a oportunidade de trabalhar dicção, projeção de voz, desenvoltura, inibição e também aprender a falar e interagir com o público, o que contribui bastante para a sua formação como professor.

Em relação à avaliação das atividades por parte da plateia, verifica-se que existe um aumento do interesse pela Física. Atualmente vários estudantes buscam a Experimentoteca de Física interessados em montar experimentos que foram apresentados no show. Constata-se por meio da análise dos questionários que ver “ao vivo” determinados fenômenos melhora a aceitação da Física por parte dos escolares, o que parece indicar que esse tipo de atividade provoca reações emotivas positivas que desperta o interesse dos estudantes em buscar compreender melhor a Física, inclusive aumentando os questionamentos em sala de aula, sobre o que foi mostrado.

Os professores relatam que os alunos sempre remetem ao que viram no show, quando algum conceito correlato é apresentado. Isso mostra que esse tipo de atividade desperta reações emocionais, que exercem influência tanto no nosso comportamento quanto na forma como encaramos os momentos do processo educativo, como já foi mostrado por Vigotski (apud MONTEIRO e GASPARI 2007).

O que tem sido observado é que os alunos sentem prazer e se interessam por atividades que demonstrem os conceitos dos fenômenos físicos e mostra a relação destes com o seu dia-a-dia. Isto nos



mostra que a forma que os conteúdos são abordados não favorece a reflexão e interação com o objeto de aprendizagem, o que pode provocar a rejeição de muitos pelo processo de ensino-aprendizagem da Física. E que usar estratégias que apresentam a Física de forma lúdica são importantes e contribuem para estimular e despertar a curiosidade das pessoas.

Até o momento o Show Física no Palco tem sido realizado apenas como atividade de divulgação científica, mas como pesquisadores não podemos deixar de analisar os efeitos dessas atividades, seja para identificar os impactos e acertos destas, seja para corrigir os erros de forma a contribuir para a alfabetização científica da sociedade, formando assim cidadãos que entende e valoriza a ciência. E para isso está sendo elaborado um projeto que formalize a análise do impacto do Show Física no Palco no Ensino de Física, que será brevemente submetido à aprovação nos órgãos competentes.

AGRADECIMENTOS

Aos programas de Bolsas da UFG (PIBIC, PROBEC e PROCOM)

A atual equipe e aos alunos que participaram do grupo de apresentadores e organização do “Show Física no Palco” anteriormente.

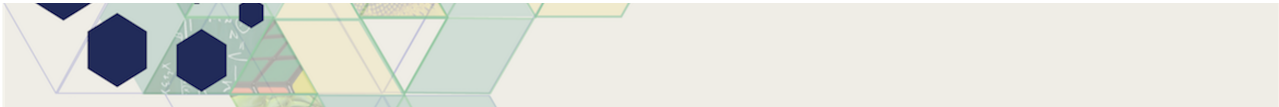
Ao CNPQ/ITIM, CAPES e FAPEG (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, I.C.C. e GASPAR, A. ***Um estudo sobre as emoções no contexto das interações sociais em sala de aula.*** Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, 2007, p. 71-84.

TAMIASSO, S.; BASSANI, N.; AMEIXA, G.; GOMES, G.; CAMILETTI, G. - ***Aspectos de uma atividade de divulgação Científica que podem contribuir para o trabalho de professores em serviço e para a motivação dos estudantes*** – In: Anais do XIV Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, Maresias/SP, 2012.

RESPONSABILIDADE AUTORAL



TRANSFORMAÇÃO E EMANCIPAÇÃO VIA VIVÊNCIAS GRUPAIS: PSICOLOGIA NA COMUNIDADE, INTERVENÇÃO EM PROCESSOS GRUPAIS

Sousa, Libna Raquel Barbosa, libnaraquel383@gmail.com¹
Amorim, Marcelo Vinicius Costa, m.viniciuh@gmail.com¹
Zacura, Lucas Horácio, lucaszacura@gmail.com¹

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia

Resumo: O propósito deste trabalho é abordar de maneira geral o trabalho desenvolvido por um projeto de extensão que está embasado na psicologia social latino-americana. Por meio do projeto Psicologia na Comunidade, os graduandos do curso de psicologia inseridos em uma clínica de recuperação para dependentes químicos em Catalão (GO), visando o bem estar psíquico, promoção da emancipação e conscientização, é feito um trabalho no âmbito grupal, práxis para questionamento dos papéis sociais que se encontram cristalizadas neste cotidiano, propiciando de certa forma o engendramento de novos papéis que esquivem de uma lógica alienante que é fruto de mecanismos desumanizadores do capitalismo contemporâneo. Quando necessário, a atividade se desdobra para escutas individualizadas, garantindo a expressão de sentimentos e angústias dos internos dentro do espaço em questão. Todas as práticas são antecipadamente discutidas e planejadas em supervisões, a luz de teorias ancoradas na concepção do homem como ser histórico-social. Os objetivos desta inserção na comunidade estão em consonância com a construção da autonomia grupal e individual, ou seja, há o comprometimento com a transformação da realidade e a subversão de práticas institucionalizadas que operem em detrimento da dignidade humana. Além disso, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do processo grupal mediado pelas discussões promovidas nos encontros. Ao final, percebe-se que o grupo consegue realizar a tomada de consciência de sua tarefa comum, saindo de uma condição de alienação e serialidade a fusão da serialidade, na qual as relações são mais recíprocas e conscientes.

Palavras-chave: Comunidade, emancipação, identidade, recuperação.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do projeto de extensão “Psicologia na Comunidade”. Este Projeto de Extensão consiste na atenção, por meio de grupo de estudo, supervisão e intervenção, de graduandos do Curso de Psicologia, que atuam em comunidade e a reflexão sobre a relação entre teoria e prática em processos grupais na dimensão terapêutico-educativa. Propõe a discussão sobre o fazer do psicólogo e a atuação profissional com a comunidade a ser trabalhada. Ressalta as ações norteadoras para trabalhar com processos grupais no âmbito educativo tendo como categoria de análise três dimensões - Campos: Afetivo, Valorativo e Operativo.

O projeto realiza intervenções em diversos campos de atuação, um deles é uma Comunidade terapêutica da cidade de Catalão-GO, na qual semanalmente três extensionistas realizam atividades grupais e individuais com as pessoas em situação de internação na instituição.

A comunidade terapêutica atende cerca de 30 pessoas do sexo masculino, oferecendo tratamento para dependentes químicos que chegam de forma

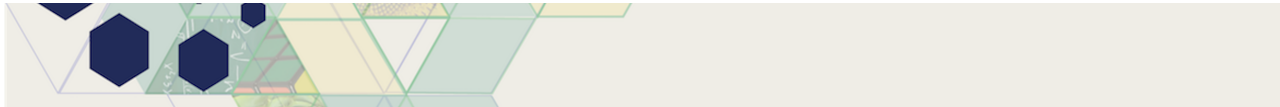
voluntária ou judicial. A instituição conta com um psicólogo que realiza atendimentos individuais com os internos.

A instituição em questão é regida por um pastor evangélico, e o tratamento consiste também no contato dos internos com a religião, por isso a grande maioria das atividades realizadas na instituição são com esse enfoque, o que acaba tornando o cotidiano monótono e repetitivo, como é percebido por nós e afirmado pelo discurso dos internos.

Nossas intervenções são realizadas toda quarta-feira e tem como objetivo promover um espaço de fala e escuta dos internos que não esteja atravessado por questões religiosas, criando canais para discussão, reflexão e questionamento sobre diversos assuntos.

Os temas tratados nas vivências são levados a partir das demandas dos participantes, a escolha da técnica grupal é feita anteriormente bem como a preparação dos materiais necessários para realização da atividade.

Este trabalho tem como justificativa, uma demanda localizada em um projeto de extensão denominado “Psicologia na Comunidade”, onde é



realizado um trabalho de visita semanal à uma Comunidade Terapêutica no município de Catalão. No serviço prestado, são realizados grupos que abrangem a esfera terapêutica educativa, além de acolhimento individual com internos que desejarem, após o grupo As demandas e movimentações grupais e institucionais observadas, enaltecem questões dignas de questionamento. Tais questões, levam à problemática acerca do precário serviço de saúde mental existente no município, com instituições públicas insuficientes para a demanda local. Tal fato acaba por abrir oportunidade para a fundação de diversas instituições como a exposta neste trabalho, que além de oferecer tratamento majoritariamente na esfera religiosa (de forma monótona), contém um alto índice de reincidência, tanto dos internos da clínica em questão, quanto de outros locais, o que é afirmado por diversos momentos pelos internos, e verificados por nós, durante as visitas.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na pesquisa-ação, com o objetivo de reduzir a dicotomia entre teoria e prática. Paulino-Pereira (2011) afirma que esse método de intervenção permite maior aproximação da Psicologia com a comunidade, pois é nela que o profissional pode traduzir os conhecimentos que a ciência produz.

Ainda segundo o autor, essa aproximação do psicólogo com a comunidade visa não dissociar a pesquisa-prática e a teoria-conceito, uma vez que as intervenções no campo operativo necessitam de embasamento científico e técnico, bem como a capacidade de se relacionar estes conhecimentos com os grupos, contribuindo assim para sua autonomia.

O instrumento de coleta e registro de dados foi o diário de campo a partir das observações e intervenções no campo de atuação, é um instrumento importante, pois a partir de sua análise pode-se compreender as demandas do grupo. Como afirma Reboredo (1983):

O diário de campo é um instrumento que permite registrar dados da realidade, obtidos através da observação, conversas com os moradores, vivências, outros. O diário contém anotações de todos os dados que foram levantados na região. (REBOREDO, 1983, p.50)

Quanto ao trabalho grupal realizado na instituição, utilizamos a técnica do grupo terapêutico educativo, analisando e trabalhando o grupo e seus indivíduos nos campos Operativo, Valorativo e Afetivo. Tais categorias são utilizadas para elaborar a perspectiva de cada reunião. Essa elaboração exige

por parte dos membros do projeto, muita atenção e leitura institucional e grupal do local, pois, o psicólogo social, de acordo com a teoria dos Processos Grupais (LANE, 1984), necessita de captar demanda do grupo, para trabalhar com o mesmo.

Sobre a técnica de intervenção, semanalmente, visitamos a instituição por um período que gira em torno de duas horas, no mínimo. Nestas reuniões, ocorre a vivência elaborada para o dia em questão e participam apenas os internos que desejarem. Em cada oficina, podem ser utilizados materiais e métodos diferentes, é um processo que exige criatividade por parte dos extensionistas, visto que as vivências trabalham variados temas, como por exemplo: relações de gênero, sexualidade, uso de entorpecentes, trabalho, família, sociedade, o movimento grupal dos internos etc.

Cada temática tem por objetivo abranger os campos Operativo, Valorativo e Afetivo dos sujeitos, de acordo com necessidade e percepção do processo grupal, a fim de que haja movimento dialético.

Cada vivência comumente tem o tempo de cerca de noventa minutos, e cerca de trinta minutos são reservados para acolhimento individual de internos que desejarem uma fala em particular, seja sobre algo trabalhado no grupo ou suas angústias e pensamentos cotidianos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partimos da proposta da psicologia social marxista como chave epistêmica que sustenta o nosso fazer prático. Conforme os autores Hiebsch e Vorweg (1980) o materialismo dialético nos fornece possibilidades de pensar o objeto em uma conexão dinâmica de sistemas, e a cerne é o sistema homem-ambiente. Nesta perspectiva, a única e possível determinação social do homem acontece em todos os campos que haja a atividade vital humana, o trabalho. A atividade humana é que constrói as personalidades, que neste caso é concebida e interpretada como totalidade das características do indivíduo. Concordamos com a ideia de que “pode dizer-se que a relação entre sociedade, grupo e indivíduo se revela uma relação dialética, isto é, uma relação em que os elementos se influenciam reciprocamente” (HIEBSCH; VORWEG, 1980, p.67).

Portanto, a psicologia social latino-americana que carrega o viés do materialismo histórico dialético faz-se indispensável em nosso contexto, que carece de uma prática científica que esteja comprometida com a transformação do objeto que estuda. Para Silvia Lane (2006) a psicologia social ressonante do pensamento mecanicista e behaviorista norte americano tem direcionado um



fazer adaptacionista que os interesses econômicos e políticos dominantes tem se servido. Se a psicologia social se interessar de fato pela transformação da sociedade, necessariamente teremos que adotar a concepção do homem histórico dialético no qual está em permanente construção da realidade e de si mesmo, consequentemente abandonando os postulados dos comportamentalistas.

Neste sentido, Reboredo (1983, p.42) reafirma que “o pesquisador comprometido com as causas populares deve compreender e utilizar a metodologia como um plano de ação ou um caminho que deve ter como objetivo a conscientização, mobilização e organização da população”. Já Paulino-Pereira (2006) alerta sobre os compromissos específicos da Psicologia Social Crítica, em primeiro lugar, devemos nos atentar para a busca de espaços de discussão e reflexão em conjunto com a comunidade. Ao adotar o pensamento que não existe nada pronto e acabado, refutam-se ideias estabelecidas como verdades únicas.

O psicólogo em tese deve adotar a postura participativa, que coadune com a produção de um projeto de sociedade comprometida com princípios da igualdade, equidade e que consequentemente inviabiliza a coexistência de práticas desumanizadoras. A prática do profissional munido deste embasamento teórico suscita “à participação profissional da categoria na transformação da realidade rumo a uma sociedade mais justa e saudável” (PAULINO-PEREIRA, 2011, p.06).

De acordo com Martín-Baró (1998, apud FREITAS, 2005) a demanda da realidade têm sido a da criação de condições cotidianas que viabilizam a libertação das estruturas sociais e pessoais que se encontram “acorrentadas” em mecanismos de opressão social. Segundo Freitas (2005) existe toda uma lógica internalizada na vida cotidiana, lógica essa que se encontra profundamente carente de capacidade de analisar as estruturas e conjunturas causadoras de miséria, doenças e violência. É neste contexto que apontamos para uma práxis objetivando o fazer-se conhecer as diferentes realidades pessoais, identificando o campo de possibilidades e potencializando o vir a ser via atividade transformadora.

Sendo assim, a teoria da identidade proposta por Ciampa (2001) norteia a reflexão e prática desta psicologia que aqui propomos, ou seja, engajada e comprometida com a busca de uma realidade humanizadora. Para o autor, a identidade dos indivíduos está em um contínuo processo de construção e transformação, não sendo contemplada exclusivamente pela ciência, outrossim, trata-se de uma questão social e política. A tese postulada é de uma identidade de homem inerente aos papéis que ele é convocado a desempenhar ao longo da sua vida, a sua história, seus sonhos, sua consciência e

atividade. Outorga-se uma identidade como algo não acabado, incorporando a ideia de que há sempre um vir-a-ser, possibilidades de transformação e metamorfose. Os argumentos dessa teoria da identidade harmonizam-se com a noção do materialismo histórico dialético.

3.1 Análise do Processo Grupal

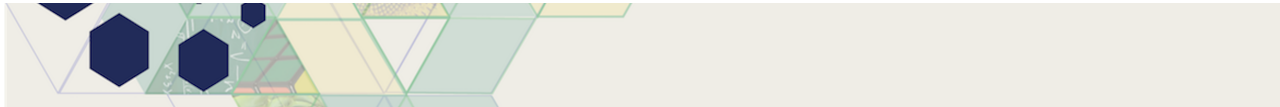
De acordo com Lane (1984) a ação grupal deve ser encontrada dentro de uma perspectiva histórica, levando em consideração a inserção do grupo na sociedade, bem como suas determinações institucionais, econômicas e ideológicas. Por isso segundo a autora o grupo só pode ser reconhecido enquanto um processo histórico, por isso o denomina de processo grupal.

Ainda segundo a autora, para compreensão do processo grupal se faz necessário realizar uma macro e micro análise, a primeira refere-se ao contexto social e a segunda se direciona ao indivíduo. Portanto ao realizar a análise do movimento grupal é importante considerar aspectos que estão tanto no nível macro, quanto no micro.

Podemos então verificar que toda análise que se fizer do indivíduo terá de se remeter ao grupo a que ele pertence, a classe social, enfocando as relações dialéticas, entre home-sociedade, atentando para os diversos momentos dessa relação. (LANE, 1984, p. 84)

Na sociedade homem e mulher a todo tempo desempenha vários papéis sociais, através da interiorização da realidade concreta e exteriorização em forma de comportamentos, “o estabelecimento de papéis a serem desempenhados leva a sua cristalização” (LANE, 1984, p.84). Assim o indivíduo se submete a realidade incorporando tais papéis. Na comunidade terapêutica em questão, percebe-se a cristalização de papéis sociais quando os internos afirmam que têm dificuldade para reestabelecer sua vida em sociedade devido ao fato de ter sido usuário de drogas, aqui o papel social de “drogado”, permanece, mesmo quando o indivíduo está “limpo”, (expressão utilizada para expressar que o indivíduo não está utilizando drogas).

Em muitas discussões os internos afirmavam que ao sair da clínica, a família e os amigos perdem a confiança neles, muitos diziam que a família os vigiava, ou quando eles pediam dinheiro para qualquer outra coisa a família temia que voltassem a usar drogas. Segundo os internos essa situação pode acarretar uma recaída, incorporando novamente o papel social de “drogado”. Segundo Paulino-Pereira et al (2017), quando ocorre a estigmatização do sujeito a sociedade reforça o uso, pois



continuamente rebaixa a autoestima negando-lhes o acolhimento e a aceitação social.

REBOREDO (1995) faz análise do movimento grupal a partir das categorias sartreanas. Sartre (apud, Reboredo, 1995) utiliza os conceitos de dialética e práxis, para elaboração do conceito grupo. A dialética se trata do movimento do grupo que não é uma totalidade pronta. Enquanto a práxis é a possibilidade de se resgatar a subjetividade individual e forma com que o sujeito conhece e transforma a realidade. O processo grupal passa por diferentes momentos através da práxis humana.

O momento da serialidade é caracterizado pela indiferença e alienação, como afirma REBOREDO (1995) “a serialidade é um tipo de relação humana onde os indivíduos são indiferenciados e podem facilmente ser substituídos por outros” (p. 39). Os indivíduos vivem no isolamento, considerando que não têm nada em comum, compondo uma série.

Para que haja a superação da serialidade se institui a práxis do grupo em um movimento de unificação das liberdades obtendo assim a relação de reciprocidade, no qual o grupo percebe seu objetivo comum.

Após a superação da serialidade, ocorre a fusão das serialidade, na qual há o movimento de superação da solidão que afastava os indivíduos, ocorrendo à tomada de consciência, conforme afirma Reboredo (1995 apud PETERS et al 2007):

Os indivíduos se dão conta de sua interdependência e sabem de que é necessário contar com o outro. Ocorre um vínculo humano em que cada um é o grupo e o grupo está em cada um como síntese. (REBOREDO, 1995, apud PETERS et al 2007, p. 7).

Na análise do movimento grupal, a partir das vivências realizadas na instituição pode-se concluir que o grupo atravessou momentos de serialidade, o que ficava claro quando diziam que o tratamento é individual, e que na instituição era “cada um por si”. A partir das discussões o grupo caminhou para fusão da serialidade, quando passaram a afirmar que todos têm o mesmo objetivo, e a questionar regras da instituição com intuito de atingir o bem estar coletivo. Os internos se deram conta de sua tarefa em comum: o tratamento, e passaram a desejar melhores condições para as internações, por exemplo: exigiam atividades diferentes das habituais, melhoras na alimentação, cursos profissionalizantes etc.

Atender as exigências dos internos é algo que está no nível institucional, porém o passo para a superação da serialidade foi tomado: a saída da alienação em que permaneciam, a conscientização de que não são apenas um agrupamento de pessoas,

mas um grupo que possui um objetivo comum, que são interdependentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pode-se afirmar que o trabalho realizado na instituição, já há alguns anos, vem contribuindo, tanto para os internos que se propõe a participar, quanto para os extensionistas, que permanecem no local por cerca de um ano. Cada interno fica no local sob um contrato pautado no tempo, alguns permanecem mais meses do que outros, alguns decidem permanecer, outros pedem para ir embora ou fogem. Estas contribuições, podem ser analisadas como uma proposta de movimentar o grupo, a fim de que os internos assumam novos papéis sociais, diferentes dos que antes, eram cristalizados, os ajudando a compreender mais sobre o sistema do qual estão inseridos, e a como podem se organizar frente ao mesmo.

Mesmo com todas as limitações que a instituição contém, é de extrema gratificação poder estar inserido em um ambiente rico em subjetividade, que colabora para nosso aprendizado acerca do trabalho com grupos e com dependentes químicos, colaborando para uma experiência entre teoria e prática em Psicologia. Tal experiência que, concomitantemente, nos faz questionar sobre questões relacionadas à precariedade pública no atendimento à saúde mental no município de Catalão, e como alguns espaços que oferecem este tipo de atendimento, reproduz alienação nos seus espaços institucionais.

Como partimos de uma concepção teórica que permite a construção do conhecimento e uma abertura para a frequente revisão do fazer psicológico, evitamos ao máximo partir para o campo carregando teorias apriorísticas sobre demandas dos grupos e consequentemente dos indivíduos. A cada vivência experienciada levantaram-se novos aspectos da realidade da comunidade, e todos os fatores identificados como relevantes eram então alvo de reflexão nas reuniões supervisionadas, reconfigurando os caminhos para as próximas intervenções. Resumimos aqui que o conhecimento teórico-científico na intersecção com os saberes encontrados nas vivências grupais, desdobrava-se em um leque de possibilidades para produção de um novo saber. Este “terceiro” conhecimento fruto de uma construção conjunta, é o que possibilitou caminhos e possibilidades emancipatórias. Enquanto visávamos meios para que o grupo tomasse consciência da própria realidade, era possível notar momentos que amadureciam uma discussão mais ética, um maior comprometimento com o bem-viver. As relações construídas e

experiências partilhadas também permitiam que nós enquanto graduandos nos transformássemos.

REFERÊNCIAS

CIAMPA, A. C. **A estória de Severino e a História da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREITAS, M. F. Q. (In) **Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social**: aproximações entre Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária. Revista Psico, 1(36), pp.47-54. 2005.

HIEBSCH, H; VORWERG, M. **Introdução à Psicologia Social marxista**. Portugal – Novo Curso Editoras, 1980.

LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social?** São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção Primeiros Passos; 39)

_____. **O Processo Grupal**, In: Psicologia Social: O homem em movimento. Brasiliense. São Paulo, 1984.

PAULINO-PEREIRA, F. C.. **Psicologia Crítica**: Integração entre teoria e prática na comunidade, Goiânia, Editora da PUC-GO, 2011 (no prelo).

_____. Diagnóstico e intervenção em processos grupais: a experiência de um grupo numa clínica de reabilitação em dependência química. In: _____. (Org.) **Temas em Psicologia Social: Identidade e Processos Grupais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. P.188-200

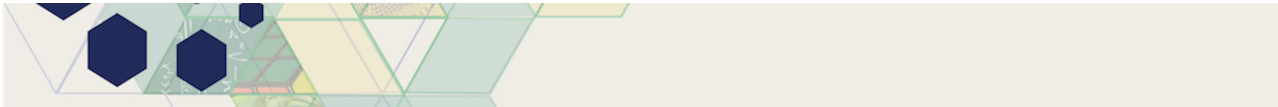
PETERS, S.; PAULINO-PEREIRA, F. C.; SOARES, S. R. **Educação e Ressignificação em Processos indenitários e o conflito com a lei na Adolescência**. Revista Travessias: pesquisa em Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 1, 2007. 13 p.

REBOREDO, L. A. As Categorias Sartreanas para a análise do movimento grupal. In: _____. **De Eu Tu a Nós**: O grupo em movimento como espaço de transformação das relações sociais, UNIMEP, São Paulo, 1995. P.27-47.

_____. **A Transformação de um bairro operário em uma comunidade**: Um estudo na psicologia social do cotidiano. Dissertação de mestrado. PUC-São Paulo, 1983.

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“O(s) autor(es) é(são) o(s) único(s) responsável(is) pelo conteúdo deste trabalho”.



TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO: UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS APONTADOS PELO TREINANDO APÓS A PARTICIPAÇÃO DE UM TREINAMENTO

Caixeta, Ádria Maria da Rocha, adriarocha001@hotmail.com¹

Neto, Denísia Ribeiro, denisia.neto@gmail.com²

Silva, Fabiana Divina da, fabianadivsilva@gmail.com³

Maciel, Jorge Luiz Lopes, jolmaciel@uol.com.br⁴

Elias, Roberta Almeida, robertaellias@gmail.com⁵

Lucas, Sulamita da Silva, sulamita-lucas@hotmail.com⁶

^{1, 2, 3, 4, 5, 6} Universidade Federal de Goiás (UFG) / Regional Catalão

Resumo: O presente artigo objetiva identificar a percepção dos funcionários acerca de um Treinamento ofertado por uma empresa situada em Catalão-GO. Apresenta uma avaliação dos resultados apurados e as principais características levantadas pelo treinando após a participação de um treinamento. A relevância desse projeto está nos aspectos positivos e negativos apurados após a aplicação para todos os participantes de uma avaliação de reação pós-treinamento. Seu parecer de forma geral e específica dos conhecimentos absorvidos e a relação que este apresenta quando se trata de seu autodesenvolvimento e de sua carreira profissional e ainda um parecer emergente da gestão do conhecimento, seus reflexos e influências nas estruturas organizacionais e como pode ser utilizada como uma ferramenta estratégica. Para tanto, realizou-se uma entrevista direta para coleta e análise de dados. A entrevista foi realizada de forma aberta, onde os entrevistados expuseram seus apontamentos de forma clara e objetiva. Constatou-se que as pessoas valorizam muito o aprendizado obtido durante um treinamento e que a maioria se surpreendeu com as várias formas de didática apresentadas pelo instrutor. A pesquisa também evidenciou que o treinamento proporcionou satisfação e envolvimento dos empregados, além de um resultado positivo para o desenvolvimento técnico dos entrevistados. Foi caracterizado ainda nesta análise o importante papel da organização neste processo de desenvolvimento das pessoas.

Palavras-chave: Treinamento. Avaliação dos Resultados. Desenvolvimento Profissional e Pessoal.

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1. INTRODUÇÃO

O treinamento nas últimas décadas ganhou importância como estratégia na competição, agrega qualidade na produção e prestação de serviços, adicionalmente melhora a imagem da empresa frente seus clientes internos e externos.

Com isso, pode-se afirmar que seus processos evoluíram muito no decorrer dos anos, deixando de ser apenas um processo de qualificação e formação para ser uma dimensão de desenvolvimento de competências humanas. As organizações acompanharam essa evolução como uma aliada aos seus processos, onde a área de Treinamento e Desenvolvimento passa a ter elevada importância na estratégia organizacional e contribui para outras áreas como recrutamento e seleção, cargos e salários e no desenvolvimento de carreira dos empregados, portanto oferece resultados para a gestão estratégica.

Segundo Chiavenato (2008, p. 367) “Através do treinamento – e do desenvolvimento – a pessoa pode assimilar informações, aprender habilidades,

desenvolver atitudes e comportamentos diferentes e desenvolver conceitos abstratos.” Essa é a busca constante hoje das organizações em alcançar a excelência em programas internos e externos de treinamento. É importante ressaltar que esses programas podem apresentar resultados de sucesso ou de fracasso, sendo necessário estabelecer ferramentas e processos de mensuração destes resultados.

As avaliações são bastante utilizadas nestes casos e podem apresentar aspectos imediatos apontados pelos participantes e ainda os resultados avaliados pelos gestores após aplicação dos conhecimentos adquiridos no processo ao longo de um determinado tempo. Mediante o exposto tem-se o objetivo deste trabalho, que consiste em identificar a percepção dos funcionários acerca de um Treinamento ofertado por uma empresa situada em Catalão-GO. Para a condução deste estudo foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.



É importante ressaltar que este estudo visa apresentar os resultados imediatos percebidos pelos entrevistados após a participação no treinamento. Para este estudo não foram utilizados nenhum tipo de formulário ou questionário para avaliação do treinamento aplicado, por isso objetiva estudar o apontamento a partir do ponto de vista dos entrevistados com base no referencial teórico apresentado.

A seguir é apresentado o aporte teórico sobre o tema em questão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Treinamento e Desenvolvimento

Entende-se que a finalidade de um treinamento é desenvolver a capacidade e a habilidade das pessoas para a realização de determinada atividade. “Treinamento é um processo de assimilação cultural em curto prazo, que objetiva repassar ou reciclar conhecimento, habilidades ou atitudes relacionadas diretamente à execução de tarefas ou à sua otimização no trabalho” (MARRAS, 2001, p. 145).

Segundo Chiavenato (2008, p. 367) “Treinamento é a experiência aprendida que produz uma mudança relativamente permanente em um indivíduo e que melhora sua capacidade de desempenhar um cargo”. Considerando o treinamento como um processo de mudança, é necessário relevar que existe uma diferença entre treinamento e desenvolvimento de pessoas, onde o autor afirma que embora os seus métodos sejam similares para afetar a aprendizagem, a sua perspectiva de tempo é diferente. O treinamento é orientado para o presente, focalizando o cargo atual e já o desenvolvimento de pessoas focaliza em geral os cargos a serem ocupados futuramente, afirma Chiavenato (2008).

É importante considerar então que o treinamento pode apresentar um resultado mais imediato enquanto que o desenvolvimento dependerá do resultado de um processo evolutivo que deverá ser acompanhado.

2.1.1. Etapas do Treinamento

Sabemos que um treinamento é eficaz quando é realizado de forma a atender todas as etapas que o envolvem desde o levantamento da necessidade, a preparação da estrutura onde será realizado e as avaliações do mesmo. Chiavenato (2008, p. 368) comenta que: “O treinamento é um processo cíclico e contínuo composto de quatro etapas: diagnóstico, desenho, implementação e avaliação”. Com o seguinte detalhamento: 1. Diagnóstico: É o levantamento das necessidades ou carências de treinamento a serem atendidas ou satisfeitas. Essas

necessidades podem ser passadas, presentes ou futuras. 2. Desenho: É a elaboração do projeto ou programa de treinamento para atender às necessidades diagnosticadas. 3. Implementação: É a execução e condução do programa de treinamento. 4. Avaliação: É a verificação dos resultados obtidos com o treinamento.

O importante é considerar que o treinamento além de proporcionar informação tem a finalidade de atingir níveis de desempenho desejado pelas organizações, através de seus resultados.

Robbins (2002) comenta que um grande motivo para a valorização do treinamento é a competição intensificada, as mudanças tecnológicas e a busca de aumento da produtividade. Já para Minicucci (1995, p. 182) “O treinamento pode ser considerado um esforço planejado, organizado, especialmente projetado para auxiliar os indivíduos a desenvolverem suas capacidades”.

Os objetivos específicos devem ser realizados em treinamentos claros e precisos de acordo com as necessidades estabelecidas. Marras (2001, p. 148), define os objetivos específicos sendo eles: “Formação Profissional: que tem como base, elevar o conhecimento do profissional à sua profissão, para elevar o seu desempenho nas suas atividades. Especialização: oferece a oportunidade do empregado de treinamentos voltados a uma área de conhecimento específico. Reciclagem: é a oportunidade de se atualizar dos conhecimentos já aprendidos na sua rotina de serviço”.

2.2. Avaliação dos Resultados de um Treinamento

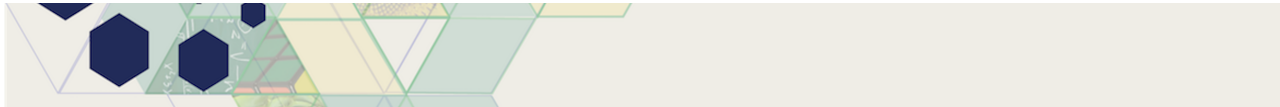
Os critérios para avaliar um treinamento são encontrados na literatura em diversos níveis. Na maioria das organizações é apresentado em três níveis: Reação, Aprendizagem e Desempenho.

Conforme aborda Abbad, Gama e Borges-Andrade (2000, p.26) a avaliação de reação é “o nível de satisfação dos participantes com a programação, o apoio ao desenvolvimento do curso, a adaptabilidade, a utilidade e os resultados do treinamento”.

Já a aprendizagem de acordo com Abbad (1999, p. 38): “Refere-se ao grau de assimilação e retenção dos conteúdos ensinados no curso, medido em termos dos escores obtidos pelo participante em testes ou provas de conhecimentos aplicados pelo instrutor ao final do curso”.

Abbad (1999) ainda explica que os “Resultados do treinamento, por outro lado, pode depender fortemente do suporte à transferência e de variáveis de reações”.

Chiavenato (2008, p. 382) ressalta a importância de avaliar um programa de treinamento levando em consideração o custo benefício para a organização. Segundo ele as principais medidas para avaliar um



treinamento são: “1- Custo: qual o valor investido no programa de treinamento. 2- Qualidade: como o programa atendeu às expectativas. 3-Serviço: se o programa atendeu às necessidades dos participantes. 4- Rapidez: como o programa se ajustou aos novos desafios oferecidos. 5- Resultados: quais os resultados que o programa ofereceu”.

As avaliações podem ser realizadas de forma a atender os objetivos traçados pela organização quanto ao período em que se deve avaliar e os resultados da relação custo x benefício.

2.3. Assuntos Emergentes: Treinamento e Desenvolvimento

Uma expressão muito utilizada pelos Recursos Humanos nas organizações é o T&D: treinamento e desenvolvimento humano, uma ferramenta importante no processo de educação dos empregados. O T&D se caracteriza como um subsistema responsável pelo desenvolvimento profissional e controle de parâmetros relacionados à qualidade de produtos e serviços.

Conforme citado pelo Chiavenato (2008) existe uma distinção entre os conceitos de treinamento e desenvolvimento humano. Alguns autores consideram o treinamento como uma simples preparação técnica, de curto prazo, atuação na tarefa e resultado de forma imediata, enquanto o desenvolvimento está ligado a um processo macro de aprendizagem, sendo aplicado em médio e longo prazo. O treinamento possui orientação à tarefa a ser desenvolvida, e um programa de T&D oferece ao treinando uma visão mais estratégica dos negócios, Marras (2001), explica que a expressão T&D significa “desenvolvimento gerencial” e deveria ser chamada de “desenvolvimento de talentos”, já que empresas objetivam desenvolver todos seus níveis de talentos: presidentes, diretores, supervisores, analistas, auxiliares de produção, outros.

Chiavenato (2008) relata que segundo a revista *Business Week* as 500 maiores empresas americanas gastam cerca de US\$44 bilhões em treinamento em um ano. Já a revista relata que segundo pesquisas do Saratoga Institute de São Paulo, as 500 maiores empresas brasileiras investem cerca de US\$650 milhões em treinamento. Isso explica a busca constante de profissionais altamente capacitados no mercado exterior. O autor aponta que a gestão do conhecimento almejada pelas organizações, é um processo pelo qual são gerados valores a partir do seu capital ou ativos intelectuais.

Os tipos de conhecimento que integram os níveis de gestão do conhecimento são o explícito e o implícito. O conhecimento explícito “[...] é aquele que é claramente descritível e possível de ser codificado em documentos, práticas e treinamento”, ou seja, aquele que pode ser comunicado e

transmitido. O conhecimento implícito, também conhecido como tácito, consiste naquele conhecimento “[...] altamente subjetivo e difícil de comunicar, registrar, documentar e ensinar os outros, pois está no indivíduo e na maneira como interpreta a realidade” (CHIAVENATO, 2008, p. 399).

Pode-se caracterizar que além da era do conhecimento estamos na era da aprendizagem e que o Treinamento e Desenvolvimento passa a ter fundamental importância, pois as organizações aprendem com as pessoas, como podemos analisar após apresentação das transformações e variações do conhecimento humano apresentado por Chiavenato.

3. METODOLOGIA

Para a condução deste estudo foi realizada uma pesquisa descritiva, uma vez que foram apresentadas as opiniões dos entrevistados após respostas da pergunta: “O que representou esse treinamento para você?”.

A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou, como técnica de coleta de dados, entrevistas, as quais foram realizadas com 05 (cinco) funcionários de uma determinada empresa que exercem o cargo de Inspetor de Qualidade e que participaram do curso de formação em auditorias internas nos processos organizacionais com base na Norma ISO 9001. No que tange ao método de análise de dados, foi escolhido à análise de conteúdo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta de dados foi possível identificar que a amostra pesquisada (Inspetores de Qualidade) já realizava o trabalho de inspeção no produto final e que o Treinamento recebido foi uma formação de auditores possibilitando os mesmos realizarem auditorias internas não só em seus processos, mas também em outras áreas. A instituição que ministrou o Treinamento de Formação de Auditores é uma conceituada Consultoria de Treinamento situada em São Paulo- SP.

A seguir são apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa. É importante ressaltar que os nomes mencionados são fictícios para que não haja exposição dos entrevistados.

A pergunta norteadora feita aos entrevistados foi: “O que esse treinamento representou para você?”. De acordo com Joaquim, o treinamento “[...] possibilitou uma nova visão no meu trabalho como um todo. Através dele eu descobri novas formas de inspecionar, enfim de fazer meu trabalho no dia a dia [...], com certeza esse curso contribuiu e muito para meu trabalho e futuro profissional [...]”. Para Daniela o curso superou as expectativas: “Eu sinceramente não tinha muitas expectativas com relação a esse treinamento, mas depois de ter



participado mudei a minha visão. [...] vi que tínhamos muito o que aprender [...], agora vejo que valeu a pena, foi um bom aprendizado”.

Após analisar a resposta dos dois primeiros entrevistados pode-se observar que os mesmos apresentam o treinamento realizado como uma forma de aprendizado. “Quando o treinamento é focado em competências ele se baseia na lacuna existente entre as competências disponíveis e existentes e as competências necessárias à organização, à unidade organizacional, ou ao trabalho da pessoa” Chiavenato (2008, p. 374). Essa passagem identifica essa relação nas respostas apresentadas, onde ambos os entrevistados fazem a relação do aprendizado como uma forma de melhoria no trabalho e com uma visão de contribuir com o processo organizacional como um todo.

Robbins (2002 - b, p. 469) comenta que: “A maioria dos treinamentos visa à atualização e ao aperfeiçoamento das habilidades técnicas dos funcionários”. O treinamento de auditor contribuiu com a atualização e ainda à própria habilidade de verificação nos processos. A habilidade técnica mencionada trata do conhecimento e desenvolvimento de atividades focadas nos processos, ou seja, são habilidades adquiridas na prática, essas, podem ser aprimoradas com conhecimentos constantes.

Outro entrevistado, André, relatou que: “*Todos os cursos que já realizei pela empresa foram bons cursos. Esse em específico foi um pouco diferente porque tivemos que colocar em prática o que aprendemos no curso [...], foi legal ver que todos os colegas tiveram que se reunir e ajudar uns aos outros [...]. Acho que os funcionários das outras áreas também deveriam fazer e estudar como é a forma de verificação de um produto, ajudaria muito o nosso processo, porque acredito que os erros seriam bem menores*”.

Ao se analisar a exposição desse entrevistado observa-se que a programação para realização do treinamento é essencial para que a execução obtenha o sucesso esperado. Conforme Chiavenato (2008) programar o treinamento significa definir seis ingredientes básicos descritos: “Quem deve ser treinado; Como treinar; Em que treinar; Por quem; Onde treinar; Quando treinar; Para que treinar”.

É importante ressaltar que essa programação deve estar de encontro com as necessidades estratégicas da organização, é preciso avaliar a real necessidade da empresa e das pessoas e é necessário também fixar critérios precisos para estabelecer o nível de desempenho almejado, Chiavenato (2008).

A didática também se apresenta de forma clara na análise desse entrevistado. Segundo Ayan (1998, p. 61) “Cada pessoa que você encontra tem potencial de enviá-lo para uma nova direção, que pode ser o

disparo para sua próxima grande ideia ou leva-lo a novos *insights* sobre o seu trabalho.” Essa citação classifica o instrutor como um grande responsável pelo atingimento ou não dos objetivos traçados para aplicação de um treinamento. O treinamento se torna importante e valioso a partir do momento que o instrutor envolve esses participantes para um novo sentido de trabalho ou até mesmo da vida (AYAN, 1998).

Pedro, outro participante da pesquisa, disse que: “*Eu já havia realizado este curso aqui na empresa antes e o instrutor foi um colega nosso da qualidade. [...] esse agora foi bem melhor. O conteúdo foi mais importante e mais bem explicado. [...] para uma pessoa ministrar um treinamento ela tem que ter muito conhecimento, eu senti isso com o instrutor, ele passou muita segurança e pareceu ter muita experiência no assunto. [...] Eu classifico o curso um ótimo curso,[...], foi muito bom eu gostei*”. Thiago também teve uma percepção muito positiva do curso: “*Acho que já deveríamos ter feito esse curso há mais tempo [...]. Foi um curso que nos ensinou muito sobre o detalhamento de um processo com base na ISO, pra nós que somos certificados é muito importante saber como fazer uma boa auditoria no processo, seja ele qual for.*”.

Uma importante colocação do autor Marins (2000, p. 64) é: “Conheço muita gente que fica esperando que a empresa ou que outras pessoas lhe forneçam os meios para que aprendam mais, para que cresçam mais”. Nas falas dos entrevistados relacionando ao autor Marins (2000), pode-se afirmar que a maioria dos entrevistados ainda não haviam realizado este curso ou até mesmo buscado uma atualização nos conhecimentos abordados em um curso de auditoria para melhor desempenho em suas atividades. É importante verificar que todos eles apresentaram de forma positiva o conteúdo e a forma pela qual foi abordado, levando em consideração que foi mencionado a baixa carga horária e que o mesmo teve qualidade diferenciada quando comparado com um mesmo treinamento só que realizado internamente por um colega do setor.

Com relação à busca pelo desenvolvimento, Marins (2000, p. 65) afirma que: “Quem tem a obrigação de aprender sobre o que fazemos ou de como nos aperfeiçoar somos nós próprios. Por menos recursos que tenhamos, é preciso que disponibilizemos dinheiro, tempo e energia para nos aperfeiçoarmos fazendo cursos, aprendendo, nos interessando pelas coisas que fazemos [...]”.

É necessário que o profissional busque seu desenvolvimento seja ele de que forma for. Os entrevistados demonstram uma ausência nesta busca constante de conhecimento e apresentam uma espera com relação à organização nos conceitos de treinamentos e atualizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de alcançar o objetivo dessa pesquisa, ou seja, identificar a percepção dos funcionários acerca de um Treinamento ofertado por uma empresa situada em Catalão-GO, as análises dos dados apresentaram que o treinamento proporcionou satisfação e envolvimento dos empregados, além de um resultado positivo para o desenvolvimento técnico dos entrevistados. Notou-se que quanto maior a oportunidade de conhecimento, maior o comprometimento e o desempenho nas atividades desenvolvidas. Apesar de terem levantados alguns aspectos negativos, pôde-se verificar que na maioria das respostas a satisfação pela oportunidade oferecida permitiu uma visão futura de carreira, ficando claro que o conteúdo e a forma pela qual o treinamento em específico foi ministrado facilitaram e proporcionaram uma grande interação entre treinando e instrutor.

Verifica-se então que o processo de treinamento, realizado de forma correta, desde o levantamento da necessidade à verificação dos resultados possibilita que a organização alcance os objetivos traçados e tenha o retorno sobre o investimento realizado. Sugere-se que sejam realizadas avaliações de reação e de resultado e novas pesquisas com exposição dos resultados para que a empresa obtenha mais dados e sugestões desses profissionais, a fim de contribuir com o processo como um todo. Ressalta-se também que conheçam a importância de uma parceria de empresa e empregado no autodesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. Um modelo integrado de avaliação do impacto do treinamento no trabalho - IMPACT.

Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 1999.

ABBAD, G.; GAMA, A. L.; BORGES-ANDRADE, J. E. Treinamento: análise do relacionamento da avaliação nos níveis de reação, aprendizagem e impacto no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v.4, n.3, p. 25-45, 2000.

AYAN, J. A. – 10 **Maneiras de libertar seu espírito criativo e encontrar grandes ideias**. Tradução: June Camargo. São Paulo: Negócio, 1998.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Elsevier – Campus, 2008.

MARRAS, J. P. **Administração de Recursos Humanos: Do Operacional ao Estratégico**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2001.

MARINS, L. **O Poder do Entusiasmo e A Força da Paixão**. São Paulo: Harbra, 2000.

MINICUCCI, A. **Psicologia Aplicada à Administração**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. **Administração: Mudanças e Perspectivas**. 3ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2002 (a).

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002 (b).

RESPONSABILIDADE AUTORAL

“Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo deste trabalho”.